

MARIA ANGELICA ZAMORA XAVIER

**A INSCRIÇÃO DO SUJEITO EM SEGUNDA LÍNGUA: UM
ESTUDO ENUNCIATIVO DE NARRATIVAS DE IMIGRANTES**

**PORTO ALEGRE
2008**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA: ESTUDOS DA LINGUAGEM
ESPECIALIDADE: TEORIAS DO TEXTO E DO DISCURSO
LINHA DE PESQUISA: ANÁLISES TEXTUAIS E DISCURSIVAS**

**A INSCRIÇÃO DO SUJEITO EM SEGUNDA LÍNGUA: UM
ESTUDO ENUNCIATIVO DE NARRATIVAS DE IMIGRANTES**

MARIA ANGELICA ZAMORA XAVIER

ORIENTADOR: PROF. DR. VALDIR DO NASCIMENTO FLORES

Tese de Doutorado em Teorias do Texto e do Discurso, apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**PORTO ALEGRE
2008**

Tzu-lu disse: “Se o senhor de Wei encarregasse você da administração (cheng) do reino, o que você faria primeiro?”.

O mestre disse: “se algo tem de ser feito primeiro, é, talvez, a retificação (cheng) dos nomes”.

Tzu-lu disse: “É mesmo? Que caminho indireto o Mestre toma! Para que tratar da retificação?”.

O Mestre disse: “Yu, como você é atrapalhado. Espera-se que um cavalheiro não ofereça nenhuma opinião sobre aquilo que desconhece. Quando os nomes não são corretos, o que é dito não soará razoável; quando o que é dito não soa razoável, os negócios não culminarão em sucesso e ritos e música não florescerão; quando ritos e músicas não florescerem; a punição não encerrará os crimes; quando a punição não encerrar os crimes, o povo ficará desanimado. Assim, quando o cavaleiro nomeia algo, o nome com certeza terá uma função em seu discurso, e, quando ele dizer algo, com certeza será algo passível de colocar em prática. Um cavaleiro é tudo menos casual quando se trata de linguagem”. (XIII. 3)

Confúcio. Os Analectos. (p.181-82)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a meu querido pai Sergio Pascual Zamora Cubillos, que faleceu poucos meses antes de vê-lo concluído. Pela força de vontade que mostrou até seus últimos dias, pela sua amizade, pela cumplicidade que tivemos nos velhos tempos, por me ensinar a olhar para o céu quando brincávamos de pandorga ou escalávamos alguma montanha. Também foi ele um dos maiores inspiradores desta realização por meio de seu exemplo como pessoa e como professor que sempre foi à procura do conhecimento, atravessando paisagens e línguas, abrindo ao passar novos horizontes, sem perder a convicção da relação com os outros, dedicando-se a entregar, a quem interessasse, seu saber.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, inicialmente ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pela oportunidade que deu para ampliar minha formação acadêmica.

A CAPES, pela bolsa, que favoreceu a conclusão deste estudo.

Agradeço ao estimado orientador e amigo Valdir Flores que acolheu este estudo produzindo sempre espaços de interlocução e reflexão, valiosos para seu amadurecimento. Ainda, a pesar da distância física que esteve no fim deste trabalho, conseguiu se fazer presente de maneira especial, dialogando, corrigindo, e instigando sempre a novas idéias.

Meus agradecimentos às professoras Simone Rickes e Sônia Lichtenberg que participaram da banca de qualificação, oferecendo subsídios preciosos para organização final desta tese.

À professora Denise Jardim da Antropologia da UFRGS e ao núcleo de pesquisa NACI (Núcleo de Antropologia em Cidadania e Imigração), que abriram um diálogo interessante com a minha produção intelectual.

Um especial agradecimento aos imigrantes que tão gentilmente se dispuseram a contar suas histórias.

Com carinho agradeço a meu marido Eduardo, que não só me acompanhou afetivamente neste período, como também se mostrou um interlocutor atento e bem humorado.

À minha filha Aurora que sempre me nutriu com seu carinho e paciência, sem os quais, as coisas não teriam o mesmo sabor.

Um agradecimento especial à minha estimada amiga e colega Sônia Lichtenberg, que me incentivou durante esta formação com suas opiniões sempre oportunas, pela sua disposição e generosidade. Também pela paciência em corrigir este trabalho.

Agradeço aos colegas, que sempre aportaram ricas discussões Luiza, Carmen, Tanara, Jéferson, João, Fabiana, Leandro, Thais.

Ao professor Ernesto Xavier pela tradução do Resumo e auxílio em língua francesa.

Agradeço ao carinho de meus familiares, minha mãe Angélica, meus irmãos Sergio e Carlos, meus sobrinhos e cunhados.

RESUMO

O estudo aqui apresentado se propõe uma análise enunciativa de narrativas de imigrantes no Brasil, as quais foram recolhidas em entrevistas, privilegiando a fala ou construção oral. O objetivo principal foi de elucidar o tipo de relação que o imigrante estabelece com a outra língua e cultura. Observamos tal relação como efeito de um processo que requer a inscrição do sujeito em segunda língua e, conseqüentemente, sua simbolização no campo social ao qual se dirige no contexto migratório. Para proceder neste objetivo, utilizamos o referencial da Teoria da Enunciação de Émile Benveniste, que organiza o eixo principal do nosso estudo para tratar do fundamento enunciativo proposto. Acrescemos com as contribuições teóricas de Dany-Robert Dufour para estabelecer a dimensão narrativa. Embora, mencionemos principalmente os aportes destes dois autores, outras contribuições foram indispensáveis para a concepção final de enunciação que interessava ao nosso estudo e, aqui, não podemos deixar de citar Ferdinand de Saussure e Jean-Claude Milner. Com eles, consideramos o que faz Um na língua e a ruptura do Um, que anuncia a presença do sujeito na língua, em sua singularidade.

Por fim, reconhecemos a narrativa do imigrante como um *mecanismo complexo da enunciação*, que ao mesmo tempo, mostra o tipo de relação do sujeito com a segunda língua e, realiza o vínculo com o novo contexto enunciativo, por meio deste suporte na linguagem.

RÉSUMÉ

Cette étude a pour but de réaliser une analyse énonciative de récits d'immigrés au Brésil, recueillis lors d'entretiens dans lesquels l'on a privilégié le registre oral. Le but principal a été de préciser le type de relation que l'immigré établit avec la langue seconde et avec la culture d'accueil. Nous nous sommes intéressés à cette relation en tant que résultante d'un processus impliquant l'inscription du sujet dans cette langue seconde et par conséquent sa symbolisation sur le plan social qui est le sien après la migration. Nous avons bâti l'axe principal de cette analyse sur la Théorie de l'Énonciation d'Émile Benveniste pour traiter les fondements énonciatifs choisis. La dimension narrative a été étudiée d'après les contributions théoriques de Dany-Robert Dufour. Bien que ces deux auteurs soient les plus mentionnés dans ce travail, d'autres contributions ont été indispensables pour la conception finale de l'énonciation nécessaire à cette étude, telles celles de Ferdinand de Saussure et Jean-Claude Milner. Comme ces auteurs, nous avons cherché à définir ce qui fait Un dans la langue, tout comme la rupture de ce Un, et qui montre la présence du sujet dans la langue et sa singularité. Finalement, nous considérons le récit de l'immigré comme un *mécanisme complexe de l'énonciation*, permettant de comprendre le type de relation établi par le sujet avec la langue seconde, en même temps qu'il réalise le lien avec le nouveau contexte énonciatif par le biais de ce support dans le langage.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. O IMIGRANTE: UM ENCONTRO INUSITADO COM AS DIFERENÇAS	21
1.1 A TERRITORIALIZAÇÃO E O IMIGRANTE	23
1.2 O PARADIGMA RELIGIOSO E O LUGAR DO IMIGRANTE.....	31
1.2.1. Quebra da realidade do outro: o sujeito em questão.....	38
1.2.2. Temporalidade do sujeito	39
1.3. O NACIONALISMO BRASILEIRO E O IMIGRANTE	41
CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	46
2. DO PARADIGMA DA LÍNGUA À EXPRESSÃO ENUNCIATIVA	50
2.1 O CORPO DA LÍNGUA SAUSSUREANA.....	53
2.1.1 O valor na língua e o campo das articulações	61
2.2 A TEORIA DA ENUNCIÇÃO E UMA LEITURA POSSÍVEL DAS MARCAS DO SUJEITO NA/PELA LÍNGUA	67
2.2.1. Da natureza da língua na Teoria da Enunciação.....	68
2.2.2 No conceito de enunciação	78
2.2.3 Considerações para uma perspectiva enunciativa do imigrante	85
2.3 O PRISMA DE UMA LÍNGUA AFETADA PELO NÃO-TODO.....	86
2.3.1 O imigrante no paradigma da língua não-toda	92
2.4. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	94
3. A CONSTRUÇÃO NARRATIVA E SEUS DESDOBRAMENTOS PARA UMA INSCRIÇÃO ENUNCIATIVA.....	97
3.1 A LÓGICA TRINITÁRIA E A LINGUAGEM.....	100
3.2 A TRINDADE NATURAL DA LÍNGUA: RECOLOCAÇÃO DA FORMA ENUNCIATIVA.....	106
3.2.1 Díade <i>Eu-tu</i>	107
3.2.2 Ele: a não-pessoa na pessoa.....	109
3.2.3 Duas noções do “ele” na passagem do discurso à escrita.....	115
3.3 A CONSTRUÇÃO NARRATIVA E O PRINCÍPIO TRINITÁRIO.....	118

3.3.1 A narrativa no entrecruzamento com a língua natural.....	122
3.3.2 Sobre algumas considerações da narrativa no imigrante.....	123
3.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	128
4. ANÁLISE DE NARRATIVAS DE IMIGRANTES: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA AMPARADA NA TEORIA DA ENUNCIÇÃO.....	129
4.1 O FATO ENUNCIATIVO COMO UNIDADE DE ANÁLISE.....	131
4.2. COLETA E DESCRIÇÃO DO CORPUS DOS FATOS ENUNCIATIVOS	132
4.3. PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE	135
4.3.1 Os critérios de estabelecimento dos fatos enunciativos.....	135
4.3.3 Sobre a análise propriamente dita.....	139
5. ANÁLISE DA ENUNCIÇÃO CONTEMPLANDO UMA INSCRIÇÃO EM SEGUNDA LÍNGUA.....	143
5. 1 Imigrante italiano: No meio da cena, uma transposição de língua.....	147
5.1.1 Sobre o sujeito 1: imigrante italiano (S1).....	148
5.1.2 Contexto enunciativo:.....	148
5.1.3 Apresentação dos fatos enunciativos e respectivas análises.....	148
5.2 Imigrante uruguaia: Na fronteira entre uma capital e um interior: a construção de um novo conceito de subjetividade na imigração.....	169
5.2.1 Sobre o sujeito 2: imigrante uruguaia (S2).....	169
5.2.2 Contexto enunciativo.....	169
5.2.3 Apresentação dos fatos enunciativos e respectivas análises.....	169
5.3. Imigrante russa: uma babel na língua e na vida.....	184
5.3.1 Sobre o sujeito 3: imigrante russa (S3).....	184
5.3.2 Contexto enunciativo.....	184
5.3.3 Apresentação dos fatos enunciativos e respectivas análises.....	178
CONCLUSÕES PARCIAIS.....	197
6. PARA CONCLUIR: ENTRE OS DESLOCAMENTOS DE LÍNGUA: O SUJEITO NA BARCA DA ENUNCIÇÃO.....	199
6.1 Sobre a designação de imigrante	200
6.2 Considerações sobre a língua e o imigrante	201
6.3 Considerações sobre a enunciação e o imigrante	205
6.4 A narrativa como mecanismo enunciativo complexo útil ao imigrante	207
6.5 Sobre as análises.....	209
6.5.1 Em relação à díade intersubjetiva eu/tu.....	211

6.5.2 Em relação à tríade eu-tu/ele	213
6.5.3 Em relação ao conjunto eu-tu/ele/ele.....	216
6.6 Sobre o aporte da Psicanálise	218
TEMPO DE CONCLUIR.....	220
BIBLIOGRAFIA	221

INTRODUÇÃO

O estudo que aqui apresentamos compreende **uma análise da construção enunciativa de imigrantes vindos ao Brasil**, no qual destacamos a *narrativa* por eles desenvolvida quando retratam a experiência migratória. Procuramos identificar, por meio desta narrativa, de que maneira os imigrantes se deparam com os elementos lingüísticos e sociais do país ao qual chegam. O objeto de interesse, assim considerado, requer que o estimemos como uma composição fina, em um mecanismo lingüístico peculiar, pelas condições em que se mostra, principalmente porque o narrado não se dirige para o lugar de origem, mas ele toma corpo, contemplando o novo contexto em que o sujeito se encontra. Como hipótese inicial, entendemos **que a elaboração desta narrativa serve como forma de estabelecer coordenadas para apreender-se no sentido dessa experiência migratória**. Consideramos, nestas condições, o papel fundamental que a língua detém como mecanismo principal no estabelecimento da ordem simbólica que sustenta os sujeitos em suas manifestações. Sendo assim, escolhemos organizar nosso estudo no campo da Lingüística, que se ocupa da organização na língua e, em particular, nos atemos à Teoria Enunciativa de Émile Benveniste, a qual contempla, junto aos mecanismos da língua, a presença de quem a utiliza, oferecendo coordenadas para os sentidos possíveis do dizer.

Somado ao referencial benvenistiano de análise da linguagem encontra-se a leitura epistemológica da teoria lingüística feita por Jean-Claude Milner (1987) e Dany-Robert Dufour (2000). Ambos, e cada um a seu modo, fazem uma leitura da lingüística mediada pela psicanálise lacaniana. O primeiro concentra-se em fazer, deste prisma, uma revisão da teoria saussuriana; o segundo dedica-se especialmente à teoria benvenistiana. Isso posto, cabe dizer, então, que a proposta de análise aqui apresentada não se configura, propriamente, em uma aplicação direta das idéias de Benveniste, mas, sim, de uma ampliação de seu quadro teórico. Neste ponto, seguimos de perto as indicações de Normand (2001) para quem *le sujet de l'énonciation, loin de se limiter à*

une catégorie d'unités linguistiques dont le rôle et la place seraient bien cernés (les fameux shifters) peut se manifester et multiplier les significations n'importe où, là où on l'attendrait le moins ; ce que pressentait, je crois, Benveniste quand il distinguait le sémantique du sémiotique, mais sans accepter toutes les conséquences de cette inquiétante découverte (Normand, 2001, p. 29)¹.

Ao descrever a narrativa deste modo, a dotamos com a qualidade de funcionar como cartografia do dizer, porque as cartografias se constituem como a arte de compor cartas geográficas, apelando para o discernimento e a astúcia de quem organiza os pontos geográficos em que o lugar se figura. Da mesma forma, entendemos que a narrativa é relativa a uma arte em que o sujeito compõe cartas, mapeando os lugares em que ele se capta em seu dizer. O lugar no mapa do qual falamos, está possibilitado no terreno da linguagem. Como consequência deste ponto de vista, não tratamos o *sujeito* como um dado *a priori*, mas como uma construção ao longo de uma arte de se encontrar fazendo cartas. As cartas que aqui nos interessam, retratam o “desarranjo” que o sujeito vivencia quando passa do sistema lingüístico-cultural de origem para um outro, tendo que produzir novos “arranjos” em outro sistema lingüístico-cultural.

Na travessia tanto geográfica quanto subjetiva, observa-se a conjugação de vários pontos de vista que o imigrante se vê convidado a considerar. Temos entre os principais o precedente discursivo que encontrará, amparado em paradigmas locais a respeito da figura do imigrante, determinado pelas relações históricas de cada país. Já no plano individual, subjetivo, temos o olhar que ele mesmo irá construir, sob diversos ângulos, a respeito do seu encontro pessoal com as diferenças e semelhanças que o venham a afetar nessa experiência. Assim ao longo do nosso trabalho, trazemos uma discussão constante sobre a maneira como estes elementos se apresentam na sua narrativa.

Entendemos que a **construção narrativa, que aqui nos preocupa, se integra a um processo de inscrição de sujeito em outra língua, e reconhecemos nesse processo uma nova configuração enunciativa que o representa neste outro lugar**, diferente da adquirida em língua materna. Essa configuração enunciativa possibilita o

¹ O sujeito da enunciação, longe de limitar-se a uma categoria de unidades lingüísticas cujos papel e lugar seriam facilmente definíveis (os famosos shifters) pode manifestar-se e multiplicar as significações em qualquer lugar, lá onde menos se espera. É o que já pressentia, creio, Benveniste, quando distinguia o semântico do semiótico, sem aceitar, entretanto, todas as consequências dessa inquietante descoberta (Normand., 2001, p.29). Tradução nossa.

estabelecimento dos vínculos comunicativos necessários ao novo lugar social do qual começa a participar.

Diante o exposto, entendemos que esse processo de inscrição compreende uma dupla significação: por um lado, atemo-nos ao que se expressa como uma demanda, quando se refere ao impulso de dimensionar o universo do outro e se integrar a ele; por outro lado expressa, a consequência desta demanda quando esta se propõe como uma relação, e aqui está um sentido matemático de operações notadas em termos de função, como quando se diz um elemento em razão de outro elemento. Assim, demandar algo desta nova estrutura social cria as condições para se relacionar ao contexto. Observamos com isso o duplo aspecto que a narrativa implica para o sujeito imigrante, que tem de desenvolver suas motivações em um espaço desconhecido, reinvestindo objetos em seu dizer, conforme as circunstâncias e, para que isto seja possível, é urgente que ele estabeleça uma nova dimensão, proporção, entre os objetos lingüístico-culturais com os quais tem de conviver no novo país.

A hipótese assim exposta, resulta de uma reflexão aprofundada² sobre o sujeito em pauta, que aqui assumimos como *imigrante* e não como estrangeiro. A distinção, que fazemos, decorre da consideração de que o imigrante se compreende como um sujeito que se precipita por uma possibilidade que ele mesmo introduz em sua vida, optando por viver em outro lugar, diferente ao da sua terra natal e se assujeitando³ a esse outro lugar. O estrangeiro, ao contrario, não admite essa possibilidade, preferindo o lugar de espectador, sem compromisso real com o outro espaço sociocultural.

Reconhecemos, nesta distinção, um trabalho específico que o imigrante realiza para simbolizar seu lugar no outro contexto que escolhe, escolha que implica ser também escolhido. Por isto, o solicitar sua inscrição na cultura, caracteriza-se como um propósito complexo, pois, não basta simplesmente o fato de apresentar uma documentação adequada, conforme a lei do Estado, é preciso também produzir um

² Esta preocupação vem amadurecendo há alguns anos quando já no Mestrado nos indagávamos sobre o imigrante hispano-americano e hoje o ampliamos nosso ponto de vista para observar o imigrante considerando aspectos estruturais do sujeito que mergulha na experiência do deslocamento subjetivo através da travessia de língua e lugar, ou seja, procuramos um fundamento maior que diga respeito a esta posição de sujeito na língua. Ver: XAVIER, Maria Angélica Zamora. *O imigrante hispano-americano no Brasil: um lugar discursivo afetado pelos deslizos na língua e na história*. Tese de Mestrado. Instituto de Letras da UFRGS. Programa de Pós-Graduação em Letras – Estudos da Linguagem. Porto Alegre. RS. 2002.

³ Embora esse termo assujeitamento venha de Althusser em que se trabalham os aparelhos ideológicos do estado, aqui está reapropriado com as novas perspectivas dadas por Dufour, em que se exprime esse assujeitamento ao Outro, ficção que cada cultura e em cada tempo se estabelece para o eixo que interroga os sujeitos. Ver essa contribuição em *A arte de reduzir cabeças* (Dufour, 2005).

pacto, um diálogo com a lei da cultura, com a lei da língua do lugar, que circunscreve, entre palavras e trânsitos preferenciais de significação, a lei do homem cotidiano, situado em um modo de referências comuns, no campo social, e que exige uma comunhão dos que nele participam. De início, o imigrante não tem como compartilhar deste espaço, pois lhe faltam ferramentas, assim terá, de construir o sistema de referência junto a esse outro falante nativo. Entretanto, na sua condição de sujeito, o imigrante também não se disporá a despir-se de suas referências tão facilmente. Assim, entendemos que ele trará para tal referência do comum, a participação que ele aporta, no que diz respeito ao que vive enquanto alteridade em diálogo com o comum. Construir uma narrativa oral ou escrita desta atitude compreende o próprio efeito de inscrição. Primeiro, inscrição nele desta elaboração para o *outro*, procurando singularizar este dizer e, em segundo lugar, inscrição para o outro no ato da palavra. É uma palavra gestada, que desabrocha com matizes, que são enigmáticas ainda para quem as produz, e que procuram ser reconhecidas em sua autenticidade.

É importante dizer que, quando nos referimos à noção de sujeito e de imigrante, não estamos trabalhando com uma equivalência, já que estes conceitos estão delimitados teoricamente de maneira diferente quando reconhecemos que *sujeito* faz parte da condição subjetiva de todo ser-de-fala⁴, e que *imigrante* se refere a uma qualificação que o sujeito adquire diante da opção que faz de trazer, para sua condição de subjetividade, a experiência do deslocamento de lugar e língua. Olhamos, então, para uma reconfiguração na enunciação do sujeito que é afetado pela experiência migratória.

O empenho que esta proposta exige, antes de qualquer coisa, se exprime pelo reconhecimento da alteridade. Digamos que isso nos leva a uma interpretação do narcisismo, nada fácil, e ainda, a uma re-elaboração do lugar da lei.

Mapear este espaço de resolução com a alteridade, que o imigrante recria, toca em pontos fundamentais na constituição das relações socioculturais que no Brasil agem, principalmente se considerarmos que o Brasil é um país eminentemente formado por um contingente de imigrantes bastante grande e, além disto ele pode ser contado por meio de vários tipos de imigrações que se foram estabelecendo nos diversos períodos de sua história.

⁴ Nos amparamos para esta suposição na noção psicanalítica lacaniana de sujeito que reconhece em sua natureza, a condição do ser humano marcado desde o nascimento ou antes do nascimento, pela linguagem, tornando existente esse sujeito para a cultura. Sem as marcas que a linguagem viabiliza na inscrição desse ser humano na cultura, teremos impasses específicos na sua dimensão de sujeito (ver LACAN, *Função e Campo da palavra*. Escritos I. Siglo Veintiuno, 1989).

Permitindo-nos um panorama geral, somente para situar este marco no país, veremos que desde o descobrimento já temos o olhar do conquistador recobrando uma versão que o nativo vinha construindo em sua cultura. Desta maneira, o nativo torna-se um primeiro imigrante em sua própria terra. Segue-se, nesta fundação ímpar, a vinda dos escravos negros como imigrantes forçados e posteriormente, pelo início do século XIX começam as migrações de europeus, que se inicia com os imigrantes alemães e se aguça no início do século XX, com a Revolução Industrial, trazendo os italianos, japoneses e poloneses entre os mais representativos. No fim do Século XX temos os imigrantes hispano-americanos que migram devido às ditaduras militares na América Latina e finalmente, na entrada do Século XXI traz a imigração oriental bastante significativa, com os libaneses e coreanos, entre os que mais se destacam. Certamente que através da influência desses imigrantes, existem movimentos dentro da estrutura social e cultural que são afetadas pelas versões de sujeito que a cada imigração aparece.

Como podemos constatar, resolver um ponto de vista neste universo rico, pela multiplicidade de eventos que congrega, requer cuidados e por isso é necessária uma estimativa criteriosa sobre os elementos que nele pretendemos discernir, para não inflacionar o assunto e deixá-lo sem efeito. Contudo, estaremos avisados de que iremos ser provocados por vários referenciais que organizam esta discussão.

Para o propósito desse trabalho, escolhemos organizar nossa reflexão a partir da Lingüística da Enunciação desenvolvida por Émile Benveniste, que nos fornece elementos indispensáveis para tratar do enlace, que aqui nos instiga, entre língua, cultura, sujeito e enunciação. Tendo em vista a construção enunciativa enquanto resultado final, se realça a idéia de acontecimento na linguagem e a concretização de relações que a este fato convergem. Há o sujeito, através de seu ato de fala, como elemento organizador de tais relações. Também quando ocorre o fato enunciativo, contamos com um atravessamento que toca a língua de maneira singular, produzindo um estilo que suporta o sujeito em questão.

Esta concepção torna-se valiosa quando está em pauta o sujeito imigrante, à medida que exatamente se vê absorvido por este acontecimento migratório no cerne da língua, já que ele terá de se reintegrar na capacidade de estabelecer relações e de comunicar-se a partir deste outro lugar.

Exposto nosso eixo de estudo, descrevemos a seguir, a maneira como será abordado no trajeto dos capítulos que compõem esta tese.

No primeiro capítulo, organizamos a designação com as quais o imigrante é reconhecido. Abarcamos, dentro de uma trajetória das idéias, organizada pelo significante *imigrante/estrangeiro*, o lugar que se projeta, desde a Antiguidade Clássica, na cultura grega, pela construção de mitos, até a elaboração do sujeito político nesta sociedade. Esta preparação conta com as contribuições de Julia Kristeva. Segue-se a análise dos paradigmas para o estrangeiro segundo o Estado como nasce no Modernismo em que as delimitações territoriais e lingüísticas são uma marca indelével para o sujeito, alterando, decorrentemente, a forma como o estrangeiro é abordado. Na última parte deste capítulo, tratamos das significações com as quais o imigrante se depara no Brasil. Nos interessamos, por meio desta contextualização, em recuperar os efeitos de identidade em construção permanente com o imaginário social. Concedemos um espaço para os efeitos de *identificação* pelos quais os sujeitos são marcados, levando em consideração uma organização que coordena a imagem através da linguagem. Estes referenciais cumprem a função de amplificar a alteração que parece sutil, porém é radical, na mudança que o outro lugar provoca na imagem que este sujeito tem para si, na essência de sua constituição.

Entregues às definições calcadas pelos efeitos da história desenvolvidos no plano discursivo, nos transferimos para a preocupação com os mecanismos da linguagem no qual estes elementos tomam corpo para o sujeito, ali onde eles se singularizam na experiência individual, sendo atualizados por cada ser-de-fala. Levando em consideração tal deslocamento, constatamos o fato de que todos os imigrantes são absorvidos pelo trabalho específico com a língua, de modo a reatar esta produção de identificações, capaz de viabilizar o sujeito. Assim, damos andamento ao segundo capítulo, em que tratamos da natureza da língua e da sua formulação no princípio enunciativo.

Trazendo este contato com a língua, é possível discernir o ponto pivô no qual se resolve a inserção do imigrante. Como veremos, será desta língua que vão aparecer as ferramentas para a elaboração de novas representações que sustentem o sujeito em sua alteridade. A narrativa que surge deste trabalho também a tomamos como um resultado depurado desta incumbência. Nesta perspectiva surgem algumas questões: Como fica a língua materna após este contato necessário com outra língua? O sujeito é o mesmo em outra língua? Sua natureza nas formas de estar é a mesma em duas línguas? Que coisas o sujeito imigrante interroga em cada língua? Que coisas ele se interroga em cada

língua? Finalmente, na perspectiva que contempla a trajetória histórica desse fato: Como sua trajetória é contada e por que precisa ser contada no outro país?

Contempladas tais questões, nos damos à tarefa de estimar o que aceitamos por língua, língua materna, linguagem e, a partir disso, chegar à expressão enunciativa.

Certamente este propósito exige uma revisão da teoria saussureana, em sua definição de sistema de língua e sua diferença com a linguagem, da mesma forma, uma reflexão minuciosa sobre as considerações do *valor* na língua, que permite assimilar a “revolução molecular” que se desencadeia no contato entre dois sistemas de língua. Como a preocupação deste contato se introduz pela figura do imigrante, ressaltamos que se trata de um sujeito que mergulha em outra língua e, portanto, não ocorre uma aquisição pausada, senão abrupta, retratando um tipo de contato singular, que põe frente a frente dois sistemas, inicialmente com poucas mediações. Com este suporte teórico, chegamos à preocupação com a *expressão enunciativa* que nos oferece ferramentas para distinguir as qualidades da apropriação de um outro sistema de língua, diferente ao da língua materna, vertido para a realidade do discursivo⁵.

Para elaborar as condições da expressão enunciativa, contamos com as contribuições de Émile Benveniste, que como um dos principais teóricos da Enunciação coloca no centro de seu interesse teórico a forma como o homem está incumbido da *significância* e como isso depende das estruturas organizadas na língua e das estruturas enunciativas presentes no funcionamento da língua. Propõe-se aqui um diálogo intenso entre a *forma* e o *sentido* na língua, levando-nos por um caminho destinado a refletir este *estar na língua*. É nessa perspectiva que se ancora a base de nossas reflexões e inquietações. É dessa proposta que retiramos o paradigma principal para nosso estudo, pois a partir dele temos como apreender a dimensão dinâmica da língua.

Embora ela apele também para o dispositivo estrutural da língua, ela permite incluir a participação do sujeito que vinha sendo excluído das preocupações no campo da lingüística.

Acrescentamos a estes dois fortes referenciais os aportes articulados por Jean-Claude Milner em *Amor na Língua* (1987), que se ocupa em distinguir, pelas marcas na língua, algo que não se marca da mesma maneira, que está no atributo de um *impossível*

⁵ A acepção de discurso que aqui utilizamos é a proposta pela teoria benvenistiana, que procura discernir a maneira como o sentido se transforma em palavras através da organização enunciativa.

na língua, conforme isso designa a presença da *lalangue*⁶. Este conceito é precioso para observar os efeitos da língua materna que se inscreve como um outro sistema operando, e trazendo a singularidade entre a língua e a enunciação.

Resulta deste encontro entre sistemas o que insistimos como *expressão enunciativa*.

No terceiro capítulo, levamos a expressão enunciativa, seu paradigma, para observar a *construção narrativa*. Nesta direção chegamos à constatação de que a construção narrativa se organiza como uma *expressão enunciativa complexa*, pois nela se formam as relações para o sujeito que lida com uma língua. Quando transferimos este modelo para o que acontece com o sujeito que é imigrante, podemos consentir que se adjunta um outro sistema de relações e, com isso, um novo paradigma para o trabalho enunciativo, conforme ele se precipite em outro sistema de língua. Abre-se, nesse caso, uma nascente que em seu encaicho articula esse sujeito a uma *nova inscrição enunciativa*.

Em uma nova proposta enunciativa, o imigrante permite a inclusão de outras referências lingüísticas e culturais, o que lhe traz condições de suportar um novo paradigma também para o sujeito em que ele se transforma ao *tornar-se* imigrante. Ele integra, por meio da nova proposta narrativa, a sua estrangeiridade, para abrir caminho à simbolização do que emerge enquanto imigrante. A narrativa imigrante, nesta perspectiva, assimila-se como um ato importante, de passagem. Ato em que se atravessam vida e morte.

A expressão dessa proposta narrativa se fundamenta nas contribuições de Dany-Robert Dufour, pensador contemporâneo que, com habilidade, tem sabido dialogar sobre o acontecer do sujeito na entrada no Pós-Moderno, conforme o postulado das diferentes ordens lógicas, em um contínuo jogo de forças, a dizer, as lógicas unárias, binárias e trinitárias. Cada uma destas lógicas se expressa em gestos muito determinantes no destino do homem, como o veremos no corpo de nosso trabalho. Contudo é importante destacar que este autor convoca para um olhar especial, considerando a ordem do trinitário, em que o sujeito se integra à sua história com o mistério que lhe cabe e que lhe permite a designação de sujeito. Finalmente e contando com o trinitário, vemos a possibilidade de chamar para um ponto de encontro o sujeito,

⁶ Deixamos essa designação no original em língua francesa, pois, a tradução para língua portuguesa como *alingua* vem recebendo diversas críticas.

a língua e o proceder narrativo, que se tornam indispensáveis para ligar definitivamente todos estes elementos com os quais nos ocupamos.

Deixaremos para o quarto capítulo a proposta metodológica que norteará nossas análises e, no quinto capítulo apresentaremos o *corpus* de análise trazendo as narrativas de imigrantes apresentadas em *atos enunciativos*. Nelas exporemos os traços que definem os efeitos da inscrição enunciativa que o sujeito promove diante o outro sistema de língua e lugar. Tentaremos discernir as marcas que nos permitam identificar esse novo curso dinamizado entre língua, sujeito e enunciação.

Para finalizar nosso trabalho, traremos, no sexto e último capítulo, as considerações finais deste percurso teórico.

Com essa introdução, convidamos e abrimos para a leitura de nosso estudo.

1. O IMIGRANTE: UM ENCONTRO INUSITADO COM AS DIFERENÇAS

O Mesmo só pode-se definir em relação ao Outro, na multiplicidade dos outros (Chnaiderman. 2001, p.52)

Iniciamos nosso estudo trabalhando algumas designações que se mostram significativas para uma reflexão sobre o lugar do imigrante no campo social. Entendemos que tais designações conflagram um campo semântico que mobiliza e instiga a relação deste sujeito com o lugar novo ao qual se integra. Ao desenvolver esta perspectiva, nos preocupamos tanto em observar a relação com a nova cultura e língua, quanto em olhar para as condições em que a subjetividade do imigrante se organiza neste contexto. Assim, temos duas dimensões de lugar que convivem e, que se mostram por uma relação dinâmica, já que uma implica a outra.

Entendemos, também que, como em todo âmbito das simbolizações humanas, o novo não encontra seu lugar se não reivindica o velho, assim como luz e sombra não encontram designação, a não ser pelo que uma se define em oposição à outra. Então, o novo está em trânsito com o que se conhece, criando, assim uma nova versão. Devido a isto, certamente nos depararemos aqui com formas de *representação* do imigrante que por vezes torna-se polêmica por tocar em limites entre o conhecido e não conhecido ou entre o familiar e o que não é familiar, ou ainda entre o que era familiar e se torna não familiar e o que não era familiar e se torna familiar. Dessa maneira, contemplamos através da figura do imigrante, uma história forjada também, por uma história das idéias que se manifestam na vida dos povos, de uma forma ou outra, sobre seu lugar. No Brasil, certamente encontramos algumas particularidades para essa história, de acordo com a sua realidade local.

Em primeiro lugar, vemos que, na experiência que este sujeito nos traz, existe uma realidade singular quando assimilamos que ele faz uma *opção* de viver em outra

cultura e em outra língua. Disso, depreendemos a hipótese que norteia essa primeira parte, acreditando que **essa opção divide radicalmente duas posições: a do imigrante e a do estrangeiro**, uma vez que o imigrante realiza a escolha de viver em outra cultura e língua, e o estrangeiro não a admite, relutando em uma função de espectador não implicado na cena.

Feita esta precisão, confrontaremos diversas leituras que trazem referências, com as quais se interpreta o imigrante. A importância de trazer este desenvolvimento, está em que tais idéias afetarão as formas de diálogo com a nova cultura e, também na maneira como o imigrante se assimila ao espaço das diferenças.

Contudo algumas perguntas insistem, entre elas: que tipo de deslocamento o imigrante procura? Que tipo de encontro com o diverso é especulado?

A interrogação que aqui se manifesta permite admitir sutilezas sobre a decisão que leva uma pessoa a assumir-se como imigrante. Se é certo verificar que o deslocamento que alguém faz saindo de sua terra natal para uma outra terra, digamos, adotiva, considera fatores até certo ponto objetivos como, por exemplo, uma situação econômica pouco favorável, impasses familiares ou ainda uma saída para prosseguir estudos; também se deflagra a consideração de que esta pessoa possa estar, por outro lado, *à procura de um outro posicionamento subjetivo frente a sua história individual*. De tal modo, ficamos na responsabilidade de derivar considerações pertinentes, para observar este horizonte que se faz quase invisível entre o movimento que se expressa pelo *deslocamento* físico e o *andamento* que o espírito se impõe. Parece que o imigrante se compromete com a relação entre estes movimentos. Embora saibamos que, muitas vezes, este espírito pode avançar estando em um mesmo ponto de referência geográfica, às vezes, se faz diligente um deslocamento físico para descobrir novas oportunidades. Dessa maneira, nos perguntamos: é o gesto de deslocamento físico que permite o arejamento dessa alma ou é essa alma em fuga de uma estabilização que não se quer, que impele ao deslocamento e ao movimento? Ou, o sucesso migratório torna-se efetivamente uma solução possível para favorecer uma nova versão de sujeito? Há uma dança quase imperceptível que acontece, da qual temos notícias através de algumas manifestações, umas delas dadas pelos registros em narrativas, testemunhos do processo migratório, os quais destacaremos em seu devido tempo. Mas, o que nos interessa, no momento, é captar o cenário em que tais questões acometem. Este caminho nos levará a contemplar antecedentes históricos e factuais os quais se revelam no decurso deste capítulo.

São estes antecedentes, parte do acontecer enunciativo em sua dimensão ampla, que afetam de uma maneira ou outra a estrutura singular da enunciação imigrante, que acompanhamos até seu desabrochamento na forma narrativa.

Para trazer o plano discursivo que envolve nossa discussão, fazemos um trajeto, abordando algumas considerações que se desenvolvem desde a Grécia Antiga até os dias atuais, no Brasil. Aqui estudamos algumas hipóteses sobre a territorialização e, com ela, um parecer sobre as noções de cidadão e de imigrante. Passamos pelas vertentes do cosmopolitismo e pelas considerações da cidadania virtual, proposta pelo paradigma religioso cristão. Na versão do Estado moderno, se vê o empenho unificador que o inaugura, conforme a idéia de uma língua única e nivelamento cultural dentro do território-país; decanta, deste modo, a proposta de um sujeito, também, nivelado. Na parte final, encontramos algumas versões que se fizeram para o Continente Americano, a partir do seu descobrimento, quando o conquistador destituiu o nativo de sua cidadania, com a apropriação do território, invertendo os lugares, pois nessa situação o colonizador fez do nativo um estrangeiro em sua própria terra. Após tais considerações, finalizamos, situando a idéia do sujeito nacionalista por meio da constituição do Estado Nação que influenciou o Estado Brasileiro de maneira exacerbada, por muito tempo, encontrando seu ápice na época das ditaduras⁷ no Continente e, que hoje perderam seu vigor para propostas mais democráticas de convivência.

Finalmente, a partir deste desenvolvimento tecem-se considerações, aprofundando-se as reflexões que articulam na língua e na história, os pressupostos entre o mesmo e o diferente, valorizado pelo paradigma do imigrante/estrangeiro.

Com este preâmbulo, iniciamos o desenvolvimento proposto.

1.1 A TERRITORIALIZAÇÃO E O IMIGRANTE

Para começar, podemos constatar que, desde o nascimento da humanidade, a imigração está presente, pois, os homens sempre estiveram em deslocamentos, procurando um lugar favorável para as condições de vida. O arquétipo de uma terra prometida não é exclusividade do povo hebreu, pois muitos a procuram. Há povos que continuam a se contemplar nesse imperativo móvel, como os ciganos ou ainda, citando

⁷ Neste período, em nosso trabalho de dissertação de Mestrado, vimos que houve a disposição de manter a estrangeiridade dos que aqui vinham procurar asilo, dificilmente foi concedida a permanência de estrangeiros no país.

um exemplo mais próximo, os índios guaranis que estão à procura da *Terra Sem Males*⁸. Vemos a manifestação, ainda presente na história atual, do anseio do homem que pulsa para o deslocamento à procura de algo novo, à procura de algo que lhe traga ganhos. cremos que, neste impulso, está a necessidade de saber, exercendo dessa maneira a *função do desconhecimento*⁹ (que Jackeline Authier-Revuz sopesa nas produções enunciativas) de maneira primorosa. Assim, se manifesta um poderoso componente para a procura de novos horizontes. O pressuposto que subjaz aqui diz das primeiras qualidades presentes no ser humano: *a procura e o deslocamento*.

Nas sociedades mais organizadas, este imperativo se sublima no crescimento e na construção de um ecossistema humano, advindo da elaboração de objetos e serviços que lhe trazem conforto, sem o desgaste do deslocamento. A estabilização do lugar geográfico permite, então, que o impulso da procura e do deslocamento tenha uma resolução, cada vez mais na elaboração de novos objetos e conseqüentemente na indagação de novos conhecimentos. O nascimento das ciências, com certeza, tem muito a agradecer a tal estabilização. Entretanto, e aqui voltando a nossa inquietação, podemos considerar que no momento de tal estabilização, o paradigma para aquele que se desloca, recebe uma categorização no espaço social diferenciado e aparece em cena propriamente o estrangeiro ou o imigrante. As designações que este personagem receberá, a partir desse corte angular, estarão relativas aos períodos históricos e seus contextos, como veremos.

A humanidade territorializada se sustenta fomentando vários paradigmas, um deles é o imigrante e/ou estrangeiro. Julia Kristeva, em seu livro *Estrangeiro para nós mesmos* (1994), reflete profundamente sobre o assunto e traça considerações valiosas para contemporizar este sujeito portador do estranhamento, principalmente no contexto da cultura ocidental. Ela destaca, em sua lente, os crivos que a moral e a religião promulgam direcionando as designações pelas quais o estrangeiro é debatido. Convencida, disto, ela nos diz: *A violência do problema hoje colocado pelo estrangeiro provém, sem dúvidas, das crises das concepções religiosa e morais* (1994, p.10), ou seja, são o proceder religioso e sua moralidade que induzirem as condições de significação, que chegam a criar, também, parâmetros de rejeição. Coloca-se, como pano de fundo, a rejeição que o estrangeiro provoca enquanto *diferente*. As cenas de

⁸ A *Terra sem males* é um mito dos índios guaranis, naturais do Paraguai e Brasil. Nele se procura a idéia de um lugar a chegar em que não existem males. Assimila-se à terra prometida do povo judeu.

⁹ J. Authier-Revuz destaca essa *função de desconhecimento*, precioso à constituição de um Eu (moi) que se designa fonte dos sentidos desconhecendo a clivagem tanto do inconsciente quanto do interdiscurso.

violência quotidianas contra ele atendem àquilo que rompe com os princípios da semelhança, sobre os quais descansam as formas de identidade compartilhada entre sujeitos de um mesmo lugar.

Acompanhando esta autora, vemos que tais paradigmas já estão presentes desde a época antiga em que os gregos começam a sedimentar seu patrimônio cultural. Na Grécia Antiga, a acolhida ao estrangeiro se assimila com a ajuda da mitologia, que se encontra descrita em epopéias resgatadas por Ésquilo. Entre as principais que tematizam este assunto, estão as histórias em que as *Danaides* aparecem. Elas são entidades femininas guerreiras, descendentes de *Io*, ex sacerdotisa de *Hera* esposa de *Zeus*. O mito conta que *Io* tornou-se amante de *Zeus* e, *Hera*, ao saber da traição, se vinga em *Io*, convertendo-a em uma vaca atormentada por um moscardo. Com isto, *Io* se vê impelida a fugir, chegando às longínquas terras do Egito, lugar em que *Zeus* a reencontra e a conforta, restituindo-lhe sua figura inicial e, nesta região nascem os descendentes dessa união. Assim, surgem as *Danaides*, que são as filhas, e os *Argólidas*, que são os filhos. A tranquilidade reina na primeira geração até o momento em que vida sexual se define, e os *Argólidas* tentam possuir as *Danaides*, que reagem em um confronto mortífero, vendo-se obrigadas a fugir, como tinha feito a progenitora um dia, somente que, desta vez, o caminho foi o de volta para a Grécia. O destino, desta forma, fez com que elas retornassem como estrangeiras. A recepção na Grécia não foi facilitada, considerando-se a filiação patrilinear, pouco tolerante com os cidadãos de outros lugares, por isto, quando uma *Danaide* pretendia se inserir na comunidade ou *pólis*, ela era amparada por um mediador conhecido como *próximo*. O próximo *deve estabelecer a justa distância entre o respeito devido aos estrangeiros e a salvaguarda dos interesses de seu próprio povo* (Kristeva. 1994, p. 54). Entretanto, somente esta solicitação não era suficiente, pois a aceitação destes estrangeiros dependia, também, de que eles chegassem em posição de *suplicantes*, considerando que são eles os que solicitam estada aos anfitriões. Conforme essa pressuposição, serão o respeito para com os gestos rituais e a modéstia do comportamento que garantirão uma acolhida conveniente. Vemos que nesta versão são assinalados os procedimentos, dentro dessa cultura, necessários para a aceitação do estranho, e a construção mítica ajuda a observar também que aquele que vem de fora pode ter vínculos insuspeitados e familiares com o lugar ao qual se dirige, pois as *Danaides* fazem o caminho de volta que a mãe não pôde fazer, contudo elas não podem revelar sua origem. A construção mítica, assim realizada, permite advertir sua justaposição para o enfoque dado no campo social.

Avançando neste texto, vemos que o *próxeno* tinha um papel fundamental, que é essencialmente político, propiciando um apadrinhamento que não lhe trazia lucros financeiros, a não ser prestígio outorgado pelos mesmos estrangeiros que o escolhiam e reconhecimento dos mandatários gregos para esta função. Embora o papel representado pelo *próxeno* não revertesse ganhos imediatos, posteriormente lhe renderá cargo público. A partir deste personagem, podemos refletir sobre o lugar dos mediadores na estrutura social, encarregados de estabelecer e viabilizar as relações entre os que vem de fora e a cidade.

Um outro paradigma que nasce nesta época arcaica, se dá por meio dos muros de proteção em torno da cidade, como medida contra as invasões. Assim sua construção delimitava um *dentro e fora* para seus moradores e conseqüentemente alimentava a desconfiança relativa àqueles que estavam de passagem pelo local¹⁰. Com o passar do tempo, estas relações evoluíram, e os muros não se fizeram tão restritivos, abrindo as portas com mais facilidade a estrangeiros que se estabeleceram para desenvolver o comércio ou alguma atividade julgada útil para a cidade. Os estrangeiros que se estabeleciam começaram a receber um outro estatuto na *pólis*: designado com o nome de *meteco*, obtiveram o direito de tornar-se residentes domiciliados. Em muitas cidades, esta permanência implicava uma taxa, mas em Atenas, segundo fosse a atividade desenvolvida, poderia haver isenção. Vem à tona neste contexto, uma distinção que começa a operar entre o estrangeiro que está de passagem e aquele que se estabelece na nova pátria. Acreditamos que tal distinção continue vigente, embora hoje encontremos outras características advindas das condições históricas atuais, propondo novas condições para o estrangeiro. Contudo para nós é importante reforçar esta leitura¹¹, pois é dela que derivamos a diferenciação entre estrangeiro e imigrante, sendo este último aquele que de fato fica e adota a nova terra e as novas condições enunciativas, assim como o meteco, diferentemente do estrangeiro que, por estar de passagem, fica sem expressão definida para o entorno social.

Aprofundando outros aspectos, da cultura grega, nos parecem transcendentais, destacamos a idéia que Kristeva nos traz, quando da aparição marcante do termo *bárbaro*, após as guerras médicas (490-478 a.c). Este *termo bárbaro torna-se então*

¹⁰ Na história universal moderna contamos com muitos exemplos sobre o significado que os muros vão adquirindo, entre os mais conhecidos estão o Muro de Berlin, o muro que os americanos estão fazendo na fronteira com o México, o muro que os israelenses pretendem fazer para demarcar limites com a Palestina.

¹¹ Aqui nos apoiamos também na nossa dissertação de Mestrado, em que gestamos essa diferenciação, ao tratar dos imigrantes hispano-americanos no Brasil.

freqüente para designar os não gregos (ibidem, p.57) e, aqui se refere especificamente aos da Ásia Menor que atacavam os gregos. Segundo a autora, esta designação encontra uma origem singular quando se deriva *a partir de onomatopéias imitativas: bla-bla, bora-bora balbucios inarticulados e incompreensíveis* (Kristeva.1994. p.57). Transfere-se esta designação também para todos aqueles que apresentam uma pronúncia *pesada e empastada*.

A distinção lingüística torna-se uma outra cautela com o exterior, concatenada à idéia de incompreensão da língua do outro, que, pelo mesmo motivo, é entendido como fazendo parte de uma outra natureza e, em grande medida, uma natureza faltosa. Com esta consideração, podemos ver como os efeitos das diferenças lingüísticas contribuem para compor a alteridade do sujeito. Desde este ponto de vista, notamos a sensibilidade para tratar as sonoridades lingüísticas contrastantes, ou seja, a marca de uma língua que contrasta com a língua natural de quem designa a barbárie.

Outro aspecto que retorna do conjunto das apreciações anteriores, depende-se do contraste que se estabelece entre a evolução social da vida cívica da cidade e o estigma que se realça diante do diferente. Precedentes para esta concepção se afirmam pelas palavras que a autora, que aqui acompanhamos, nos indica quando entende que a discriminação para com os chamados bárbaros se acirra no mesmo instante em que novas regras entram em vigor para o estado democrático grego, expressivamente quanto à coerência cívica – *Koinomia*- que começa a ser implantada *concebendo a unidade dos cidadãos na base de sua participação na vida pública e não a partir de critérios raciais ou sociais* (Kristeva.1994, p. 56). Dessa maneira, nos perguntamos: por que exatamente na mudança do estatuto cívico, se realçam as diferenças lingüísticas destacadas na figura do bárbaro? Parece que a diferença lingüística vem suplantar as diferenças de raça e sociais, aparentemente dissipadas por esse estatuto cívico. Assim, notadamente vemos que o aprimoramento de uma organização define também o seu tipo de desorganização ou aprimora seus contrastes.

Desde outra perspectiva, mas dentro da mesma questão, existe o indicativo de que aquele que tem direito a participar na vida pública necessariamente precisa de uma participação ativa na linguagem certa. Claramente a herança da cultura ocidental, influenciada pelos gregos, é impar pelo cultivo do espaço democrático recriado no exercício da palavra em espaços públicos, e ainda, no exercício da palavra sustentada em paradigmas lógicos e filosóficos. Cabe a pergunta, considerando-se nosso contexto de país: quais são as bases que sustentam a palavra no espaço público?

Mas voltemos à palavra certa, à palavra bem produzida, à palavra como distintivo de pertença a um lugar e como passaporte para o espaço social. O imigrante esbarra suas limitações exatamente neste ponto, pois aqui alguma coisa perturba profundamente. Por um lado, perturba pelo sotaque que sempre permite ao outro perguntar sobre sua origem, como se fosse uma coisa fácil de responder, considerando a polissemia de significações que ela carrega. Sabemos que não é só a designação de lugar físico que está em pauta, é o lugar de fundação subjetiva que se recoloca. Por outro lado, o imigrante carrega o desconforto de sempre lidar com as não *coincidências do dizer*¹², de lidar com algo que sempre cai, é o sacrifício sempre posto em cena para o outro deus. Cai aquele sentido proposto pela língua materna e, tem que ser adaptado. O outro, o que acolhe o suplicante, por sua vez, nunca deixará no seu íntimo de sentir maculada sua origem, pela perturbação na sonoridade de sua língua. Esta distinção pode passar de um desconforto sutil a um ataque radical, segundo sejam as condições propostas pelo contexto ou momento histórico. Este radicalismo pode ser observado no clássico exemplo do Antigo Testamento¹³ que conta como os gileaditas derrotaram os efraimitas ocupando postos estratégicos nas passagens do rio Jordão. Os gileaditas pediam para pronunciar a palavra *shibboleth*, e os efraimitas, que não conseguiam dizê-lo corretamente, falando *sibboleth* eram mortos imediatamente. Era o distintivo lingüístico que permitia identificar o inimigo. A *margem* do rio se expressa como uma margem social que exige certos códigos para que possa ser transposta. Será que os levantes provocados pelos descendentes de imigrantes africanos na França no ano de 2005 e ainda hoje, não são um produto do distintivo que não deixa transpor a margem?. Que opções, quanto a seus códigos, uma sociedade está disposta a oferecer para um imigrante?

O trânsito de imigrantes, desde outro ponto de vista, nunca deixou de ter importância para as relações políticas e econômicas dos países, já que os imigrantes se tornaram muitas vezes o elo de comunicação entre comércio e cultura. Na Europa, isto tem marcas mais antigas na cultura e se pode constatar no fato de que muitos países deste continente contam com mais de uma língua oficial, tornando, desta maneira, seus habitantes bilíngües, para facilitar precisamente os intercâmbios que destacamos. Contudo deixemos isso pendente, para um outro momento. Por enquanto, tomemos este

¹² A autora Jaqueline Authier (1998) é quem nos introduz na perspectiva das *não coincidências do dizer*, em que se observa através das retomadas do dizer, a presença do discurso outro relacionado às formações do inconsciente.

¹³ O autor Jacob Mey (2001) aproveita também este exemplo em sua análise lingüística.

dado como um indicativo importante para afirmar que: a base das trocas sempre foram assumidas por aqueles que se deslocavam. Decorrente desse critério, também se estima o desenvolvimento de uma *tolerância pragmática*, necessária a tal estratégia territorial.

Prosseguindo nossa discussão, nos reportamos às contribuições que algumas idéias dos estoicos trazem para nossa linha de raciocínio. Acompanhemos um pouco do nascimento o estoicismo e sua acolhida no universo helênico. Este tem sua fundação marcada por Zenão de Cício (365 – 264 a.C) e explicitada por Crisipo (281 – 205 a.C). O estoicismo se fundamenta na idéia de *oikeiósisis*, termo complexo, que é traduzido na idéia de “conciliação”, que por sua vez, também se refere a uma *apreensão constante de si mesmo* (Kristeva.1994. p. 63). Trata-se de uma proposta individualista que contém, em seu paradoxo, o reconhecimento de universais, apontando expressamente para o universalismo da natureza humana. De tal forma, encontramos sentenças que expressam esta idéia, como a seguinte frase de Cícero, pinçada por Kristeva: *sou homem, logo nada do que é humano me é estranho* (Kristeva. 1994, p. 64).

O estoicismo, segundo os historiadores, surge como uma escola que exige uma elaboração profunda dos conceitos e pede para entrar em uma disciplina lógica que contemple o homem segundo a promoção dos seus ímpetos, que o governam e que pedem realização, com isto, se exige uma prática condizente com tais idéias. Concretamente, como toda escola grega, a atitude que daqui se depreende não se realiza como um simples princípio de aceitação de uma idéia, senão que ela tem de ser defendida conforme defesa amparada pela razão que fundamenta este *modus operandi*. Tal compromisso, verte-se em uma proposta utópica, que promove a reconsideração de todas as fronteiras sociais com as quais se contam nesta estrutura social, sejam elas: os diversos status entre senhor e escravo, gregos e bárbaros, mulheres e homens, e outras diferenças como as de raça e sociais de toda espécie. Estamos diante do *cosmopolitismo* que valoriza a megalópole, o multpalco da expressão humana. Entretanto existe uma ressalva que Kristeva levanta:

[...] tem-se a impressão de que o cosmopolitismo surgiu no seio de um movimento global que, fazendo tabula rasa das leis, das diferenças e dos interditos, desafiando a cidade e a sua jurisdição, implicitamente desafia os interditos fundadores da sociedade instalada e, talvez, da própria sociedade, já que a abolição da fronteira estatal implica, lógica e previamente, uma ultrapassagem dos interditos que garantem a identidade sexual, individual, familiar. (Kristeva. 1994, p.67)

Certamente que este questionamento dos interditos, continua instigando na atualidade, provocando a necessidade de novas versões que respondam à esta ruptura com o estabelecido. Assim, vale a pena conferir se nesta mesma estrutura de pensamento se integra aos dias de hoje, dando suporte ao conceito de globalização, que nos coloca diante de um paradoxo, à medida que, ao romper com a noção de economias locais, sustentadas por tipos de trânsito de valor de cada localidade; anula a possibilidade de singularizar os espaços sociais criando uma homogeneização assustadora. Por outro lado, identificamos neste conceito de cosmopolitismo, também as idéias libertadoras que estariam na base de muitos movimentos históricos posteriores, reclamando formas de igualdade. Entretanto, no contexto que aqui desenvolvemos, o mesmo gesto que procura a realização humana derrubando limites sociais, também funciona como anulação das diferenças e, assim, promove o desconhecimento das singularidades pelas quais cada indivíduo trabalha em sua vida, diferenciando-se dos outros. É um paradoxo que até hoje se tenta administrar.

Decorre dessa virada de perspectiva, uma outra maneira de considerar o estrangeiro aparece, no momento em que surge a exigência de uma razão da igualdade fundamentada, porque para romper os interditos o sujeito tem que fundamentar essa ruptura. Desde esse ponto de vista, proclama-se *estrangeiro*, dessa vez, àquele que não consegue acompanhar essa abertura para o mundo sem fronteiras, conseqüentemente esse mundo de grandes cabeças e nobreza de espírito é para poucos, poucos são os que cortejam essa cidadania legítima no mundo dos que pensam.

Realçando ainda mais o paradoxo, Kristeva acrescenta:

O cosmopolitismo estóico prefigura uma nova religião em que se confundem o individualismo grego, a introspecção da piedade egípcia, os banquetes das comunidades sírias, a moralidade judaica... A partir daí abre-se a questão de saber se o cosmopolitismo é outra coisa além de uma realidade religiosa, sem jamais poder se tornar uma realidade política. (Kristeva. 1994, p. 67)

Esta dúvida parece ser reforçada pelas condições históricas e, por entre as pistas oferecidas por este guia da razão e das formas de co-existência, se abrem outras possibilidades de leituras sobre o estatuto de cidadão. Há entrecruzamentos com outras linhas de pensamento e ação: entre elas, a que ganha mais adesão se origina no

nascimento do cristianismo. Os ecos do universalismo se fazem sentir nos pressupostos religiosos judaico-cristãos. Nesse leito, vão-se se juntando aqueles que, de alguma forma, sentem o roçar das margens na participação com a *pólis*, sejam eles viúvas, impossibilitados físicos, velhos, estrangeiros, etc., em geral marginais de alguma espécie. O cristianismo nascente ganha fôlego inusitado quando definitivamente substitui o conceito de cidade pelo conceito de comunidade única de Deus, Deus único, pastor de um rebanho que não se restringe a um único espaço, pois ele está no mundo. Aqui as fronteiras geográficas são descosturadas. Entendemos que se consolida uma nova cidadania religiosa virtual. É no espaço virtual que sua essência é reconhecida. O pacto local fica empobrecido em favor de algo maior.

Conferindo tal deslocamento, que passa de uma concepção territorial para uma forma virtual de cidadania, nos deteremos no próximo item na discussão do paradigma religioso dentro de uma nova perspectiva para a consideração do imigrante.

1.2 O PARADIGMA RELIGIOSO E O LUGAR DO IMIGRANTE

Como vínhamos desenvolvendo, a consolidação do imaginário cristão se revela na história do mundo ocidental de maneira a desestabilizar uma forma da história contada a partir da circunscrição da cidade. Estabelece-se a possibilidade de uma cidadania virtual e digamos também ideal, trazendo um sentimento de comunhão plena, do indivíduo contemplado em todos os seus direitos e realizados por meio do amor ao próximo, tomado como um si mesmo. No espelho, a plena imagem integrada. Contudo sabemos, desde Freud, os conflitos que temos com as nossas próprias referências, sempre difratadas na nossa jornada. Por isto, os conflitos não deixariam de estar presentes nesse novo paradigma já que algo sempre escapa, até porque, é necessário dizer, a realidade assim recriada é diferente da realidade política em que decide-se o estatuto cidadão de fato e de direito. Pensamos que pode haver influência entre estes pilares humanos: político e religioso, entretanto, os pontos de contatos se polarizam sempre de tal maneira que eles se juntam como os Rio Negro e Solimões.

Tomemos essa difração e estimemos a participação da igreja católica no descobrimento do Continente Americano. O seu papel foi fundamental para o apoio dos reinados de Espanha e Portugal, mediando subsídios na empreitada marítima. Digamos que a metáfora dos horizontes abertos cobra uma consistência benéfica a esta idéia de lugar sem fronteiras ou lugar virtual. O apoio moral acompanhava as premissas de

promover um mundo novo cristão e constatar a perfeição da criação. Como se sabe, neste período a ordem monárquica se compunha com a ordem religiosa e, devido a isso, os interesses de ambas as instâncias sempre estavam postos na mesa de negociações e, de maneira mais enaltecida, conforme fosse a expectativa de ganhos a alcançar. Em tal contexto, novamente na história se recorre àqueles que estão no limite do laço social, como alguns presidiários, desempregados e outros aventureiros que sonhavam em mudar de posição social e, entre eles, o próprio Cristóvão Colombo. Do Puerto de Palos, na Espanha, com as expedições de Cristóvão Colombo e seus posteriores relatos, abre-se uma nova janela para o mundo ocidental. Como escreve Todorov (1993), *Os homens descobriram a totalidade de que fazem parte. Até então, formavam uma parte sem todo.* (Todorov. 1993, p. 6)

É a análise feita por Tzvetan Todorov que nos acompanha nesse momento, especialmente o que recolhemos no seu livro *A conquista da América: a questão do outro*, que parte do pressuposto de um encontro sem precedentes, que acontece na época da conquista, com o *outro*, com o diferente. Sem dúvidas, estamos diante da observância que se oferece sobre a questão da *alteridade*, amparada pelo encontro datado entre o Velho Mundo e o Novo Mundo. Aqui é analisado principalmente o contexto espanhol, mas acreditamos que encontramos um paralelo na empreitada portuguesa. Certamente há considerações a fazer a partir de alguns marcos na história do Brasil, como os registros conhecidos do Pe. Vieira e outros defensores dos índios, mas nos limitaremos ao autor aqui destacado por tratar fortemente sobre este paradigma do diferente, do outro.

Acompanhemos inicialmente as impressões que marcam o importante evento do descobrimento, a partir do seguinte registro:

[...] não é unicamente por ser um encontro extremo, e exemplar, que a descoberta de América é essencial para nós, hoje. Além deste valor paradigmático, ela possui outro, de causalidade direta. A história do globo é, claro, feita de conquistas e derrotas, de colonizações e descoberta dos outros; mas, (...) é a conquista de América que anuncia e funda nossa identidade presente. Apesar de toda data que permite separar duas épocas ser arbitrária, nenhuma é mais indicada para marcar o início da era moderna do que o ano de 1492, ano que Colombo atravessa o Oceano Atlântico. (Todorov. 1993. p. 6)

Foi este fato que marcou o homem moderno e ainda estamos sob o prisma da história contada a partir de conquistas intelectuais européias. Se é certo, como diz Todorov, que do encontro do homem europeu com o índio do Continente Americano aconteceu algo de totalmente inusitado, colocando frente a frente duas concepções de humanidade radicalmente diferentes, também é certo que encontramos como efeito disto uma abertura para a memória a qual se estabelece em duas dimensões de tempo, uma para os europeus e outra para os nativos. Contudo, sabemos que a que prevaleceu se registra do ponto de vista do colonizador, por isso acreditamos, que existe sempre um ponto de fuga na nossa história que se cimenta nas bases da nossa consciência como uma grande incógnita, iconograficamente substancializada pelas igrejas construídas em Machu Pichu, em cima dos templos Incas. Esta época moderna, a qual temos como uma decorrência de outras épocas e, dentro de um certo sentido evolutivo, parece deixar ainda muitas coisas a resolver.

Quando se tenta apreender o impacto deste encontro, adverte-se que nos relatos dos espanhóis, propriamente de Cortez, que teve uma participação capital na conquista, há indícios de que eles, dentro do seu estranhamento, não viam a cultura indígena tão distante da espanhola, como se constata no seguinte trecho:

Quando Cortez deve emitir um julgamento sobre os índios do México, será sempre para aproximá-los dos espanhóis; há nisso mais do que um procedimento estilístico ou narrativo. (Todorov 1993. p. 124)

E, citando o próprio Cortez, Todorov transcreve:

[...] os comportamentos e relacionamentos, essa gente tem quase os mesmos modos de viver que na Espanha, e há tanta ordem e harmonia quanto lá; e, considerando que são bárbaros e tão afastado do conhecimento de Deus e da comunicação com outras nações racionais, é uma coisa admirável ver a que ponto chegaram todas as coisas (Cortez 154?, apud, Todorov 1993. p. 124)

Acrescenta-se a isso a admiração que existia na apreciação da arquitetura e culinária astecas. Mas, então, por que o espírito aniquilador gritou mais alto? Aos bárbaros se responde com a barbárie. Sabe-se, pelos registros de missionários e

aventureiros, dos requintes de crueldade com que os índios foram dizimados e castigados, decepados de narizes, orelhas, órgãos sexuais e outras partes do corpo. Ainda se fosse necessário, caso faltasse água, o sangue lhes era retirado e utilizado para regar os jardins, assim como extraídas as gorduras para tratar doenças cutâneas dos espanhóis. A escravidão impingida não poupava mulheres nem crianças. A pulsão de morte se manifesta amplamente, numa carnificina também sem precedentes. A contradição entre admiração e destruição permite discernir, segundo o autor, que acompanhamos que o epicentro do estranhamento se localiza em uma dissociação extravagante, em que os objetos da cultura não são associados a seus produtores, ou seja, se elogiam os grandes templos como obras arquitetônicas, mas o fato de sua existência não era atribuído diretamente aos que o construíram: os astecas. Aqui nos perguntamos: será o efeito dessa ideologia universalista amparada, desta vez, no cristianismo que se incumbe de um naturalismo extremado, relegando a autoria dos homens em nome de Deus? Parece que o campo simbólico vigente na Espanha perde suas dimensões ao entrar em relação com a exuberância que o Continente Americano oferece. Mostra de tal fato se expressa em muitas leituras feitas sobre o “bom selvagem”, que foram originadas a partir deste momento, inclusive os colonizadores levavam indígenas para serem mostrados aos reis no Velho Mundo. Nus e sem resguardos da moral prezada, os nativos foram interpretados como um espécime entre outros, sejam macacos, araras ou ainda formigas, já que eles construíam também. Por outro lado, dentro de uma perspectiva totalmente idealizada, este bom selvagem virara o ícone do homem no Éden, antes do pecado original, o que invertia mais uma vez a temporalidade. Este seria um ponto de partida ou um ponto de chegada? Todorov comenta, desta visão idealizada, as críticas que começaram a surgir dentro da congregação religiosa, lideradas em algum momento por Las Casas, missionário que faz um vasto registro dos sucessos da época, e começa a estabelecer parâmetros para admitir a humanidade desses homens frente às atrocidades e massacres cometidos pelos espanhóis, criando o que pode ser considerado uma antropologia religiosa¹⁴. Contudo, a idéia de tal relativismo, segundo consta, pretende mais uma mudança no comando da empreitada colonizadora, passando para domínio religioso as decisões arbitradas no plano puramente militar e político.

¹⁴ Trata-se de um relativismo dos elementos religiosos, aceitando que um outro padrão religioso possa estar falando também de Deus e prezando valores igualmente importantes.

Como pano de fundo, e em meio a tais leituras, o que acontecera propriamente era uma diferença substancial na índole de considerar a relação do homem com o mundo. Mais uma vez são as particularidades do evento que definem a situação. Para observar as perspectivas postas em jogo, Todorov avalia os pontos de apoio nas formas da comunicação que espelham tais relações. Do ponto de vista da recepção do interlocutor, vemos que os espanhóis, priorizando em primeiro lugar uma comunicação *com o mundo*, interessando-se mais pelos objetos com os quais se relacionam no descobrimento, sejam eles contemplados dentro da pesquisa com a flora e fauna, do qual existem vários registros, ou ainda com os minérios, principalmente o ouro e outros também valiosos. Sabe-se que eles já tinham o domínio na arte do metal, não se pode esquecer a espada, arma sempre afiada para a conquista. Com esses ímpetos, a observância do plano inter-humano não comportava grande preocupação. Já contrariamente, os astecas participavam de uma sociedade essencialmente comunitária, na qual o relacionamento com o outro era principal, apreciavam-se valores voltados para o bom funcionamento da ordem social. Isto significa que o interesse individual jamais se antepunha ao interesse coletivo, os mecanismos sociais garantiam que todos os membros do laço social encontrassem um lugar na hierarquia estabelecida.

Certamente a interlocução entre as duas concepções compunham relações objetivas e intersubjetivas em campos diferenciados o que leva a lógicas e valores também diferenciados, coisa que a antropologia apresenta muito bem hoje, contudo aqui não podemos esquecer de que o impasse é contado (como sempre na história) pela boca dos vencedores e ficam considerações por fazer.

Quando a análise tenta reconstituir esse outro lado calado dos nativos americanos, se dá uma dimensão mais clara do relacionamento com a alteridade que ali se inaugura. Aparecem interrogações sobre o sucesso da conquista, considerando-se a desigualdade que havia entre o número de indígenas e o número muito inferior de espanhóis: como estes últimos ganharam as batalhas diante desse contraste? Algumas respostas são tematizadas dando a ponderar as várias maneiras como o relacionamento com esse *outro* se manifesta. As respostas assim concebidas recriam-se a partir das seguintes fontes: os relatórios feitos por Cortez, as crônicas espanholas e os relatos indígenas (transcritos por espanhóis). Deles obtêm-se informações preciosas, principalmente no discernimento do modo operativo na utilização do ato comunicativo, o que nos permite um parâmetro sobre os procedimentos de transmissão. Estamos mais uma vez na questão tempo.

Avaliando o sistema das comunicações que leva em conta a ordem do símbolo e sua eficácia, se chega a algumas conclusões, principalmente quando se confronta esta eficácia ao sucesso ou insucesso da guerra travada.

Os espanhóis, que já tinham a apropriação do alfabeto silábico, conseguiram uma maior agilidade na capacidade de se comunicar entre eles, assim como uma concepção interpretativa mais ampla que a dos astecas, incas e maias. Estas três nações indígenas contavam com um código lingüístico escrito nascente; os astecas trabalhavam dentro de um código pictográfico, os incas utilizam a técnica do uso mnemotécnico de cordões; e os maias por sua vez, evoluíam para uma escrita fonemática. Havia o que pode ser considerado uma desproporção oferecida pelas diferenças frente à atividade com o símbolo e seu sistema de troca no ecossistema humano. Isto não pertence a uma categorização do que seria melhor ou pior, simplesmente atesta uma abertura diferente da eficácia simbólica. Neste sentido, o que se refere à agilidade comunicativa precisa de um discernimento pormenorizado.

O fato de que os astecas não tenham desenvolvido a linguagem escrita no período histórico descrito, não retrata o desenvolvimento oral e propriamente discursivo que possuíam, pois eram conhecidos como exímios discursadores. Entre as sociedades indígenas eram chamados de *Nahuatlaca* que significa propriamente: *gente que se explica e fala claramente* (Todorov. 1993. p. 74), a valorização do bem falar fazia com que os filhos fossem enviados ao chamado *Colmecac*, que eram escolas de oratória, retórica e hermenêutica. Eles estudavam livros sagrados, assim como textos apropriados a diferentes tipos de rituais. Os textos eram extensos e requeriam uma grande capacidade de memorização. Atendo-se a tais observações, Todorov reconstitui a forma de interpretação que estaria em pauta nessa sociedade e considera o espírito hermenêutico preponderante em todos os aspectos. Vejamos, o trabalho interpretativo advém de uma adivinhação cíclica (astrologia), conseqüentemente tudo é sobredeterminado pois nada acontece ao acaso. É desta maneira que o autor verifica um mundo *super determinado* funcionando na lógica do *super interpretado*. O destino dos indivíduos já é organizado desde o nascimento, e o mito que desta maneira se constrói se realiza plenamente. Segundo documentos recolhidos, há indicativo de que dificilmente o resultado do destino previsto se modifica substancialmente e, quando alguma eventualidade ocorre, desviando esta via interpretativa, o destino é mais uma vez interpretado para, nesta “não adequação” ao que estava previsto, intuir um presságio negativo, ou seja, não se pode transigir o texto oral. Esta forma de coexistir no campo

simbólico deixa expressar que a *fala ritualizada* era a maneira principal e valorizado, que leva a deduzir a pouca intervenção que ao sujeito era permitida para, assim manter a fidelidade aos textos e as formas. Esta situação marcará uma desvantagem frente aos espanhóis, primeiro porque estes últimos não ficarão atrelados a um destino já traçado e segundo porque a agilidade de improvisação e de manipulação individual dará margem a um maior número de jogadas no campo das comunicações, como bem ficou registrado das participações que Cortez ousadamente fez, intervindo nos modos de interpretação. Foi ele quem definiu estratégias para atingir os índios, recolhendo informações de brigas e intrigas internas dos grupos indígenas, tomando partido em algumas situações para conseguir, dessa maneira, alianças convenientes dentro da guerra. O mesmo Cortez, observou as formas de religiosidade desses povos, o que lhe permitiu também intervir, fazendo encenações estratégicas com o intuito de desacreditar o contato religioso que os povos nativos cultivavam, fazendo crer no silêncio dos deuses. Foi dessa maneira, com a chamada manipulação da informação, que se explicam os desencontros que levaram ao sucesso dos espanhóis, constatando-se, antes de qualquer coisa, a eficácia que possui aquele que maneja a informação com autonomia e ainda com o domínio da escrita que permitiu uma comunicação mais expedita entre os espanhóis. É importante destacar, que o texto escrito foi de suma importância na trama, pois permite um outro nível de elaboração que ajuda acessar espaços discursivos e de memória que o indivíduo não tem como atingir somente com o recurso à oralidade. Através da possibilidade oferecida pela escrita se enriquece a leitura e a interpretação da alteridade¹⁵. Por paradoxal que pareça este exemplo, a leitura que o colonizador conseguiu fazer, com todos estes recursos, sobre a alteridade, serviu principalmente para a subjugação do outro, vigorando a máxima foucaultiana de que o *saber serve essencialmente para o exercício do poder*.

Entendemos que a referência que até aqui Todorov nos fornece é de extremo valor, pois, além de pautar uma leitura sobre a alteridade, que é o que caracteriza o estrangeiro, destaca um enfoque particular da fundação da América e de seus efeitos sobre a temporalidade ocidental. Seria esta uma consideração sem igual de um processo que aconteceu no qual se inverte o lugar de estrangeiro, ficando estrangeiro aquele que era nativo e cidadão aquele que veio de fora. Torna-se a alteridade um mito fundador que ronda fantasmaticamente a enunciação. Daqui travam-se determinantes cingidas em

¹⁵ Exatamente porque o texto por ter a capacidade de ser arquivado e poder ser acessado quando a vontade o requerer se projeta assim um espaço virtual do texto sem correr o risco de perdê-lo.

nosso continente tanto para o sujeito quanto para o estrangeiro. Essencialmente o paradigma que nomeia cada um destes sujeitos sempre os circunscreverá juntos¹⁶, pois um é a medida do outro, e sua designação dependerá da clivagem que cada estrutura social e lingüística permita, como o demonstram os exemplos que até aqui acompanhamos.

Chegado este momento, retiramos algumas conseqüências para o desenvolvimento de nossa visão, que se estima nos pontos que a seguir apresentamos.

1.2.1. Quebra da realidade do outro: o sujeito em questão

Como vimos, no momento da conquista os europeus entram na era moderna com um forte afã de ultrapassar fronteiras, seus ganhos em técnicas e ciências são todos voltados para o espírito da conquista, ou seja, principalmente para a assimilação do outro, impondo-se com o uso da força como modelo para o outro. O outro é submetido à sua forma identificatória.

Já para a maioria das nações nativas do Continente Americano, embora houvesse também períodos de conquistas entre as nações indígenas e, conseqüentemente submissão, estas guerras não se pautavam pelo desconhecimento do adversário, conhecia-se o inimigo. Isto diferia com relação ao espanhol e ao português, pois estes eram estrangeiros em um grau extremo, sem referência para aquele contexto. Existe, por este motivo, uma guerra contra o sobrenatural, ou seja, uma guerra em que não se tem parâmetros para tratar do outro que rompe com todos os ritos, principalmente com os acordos fundados na palavra que era soberana em um lugar onde a escrita ainda não ocupava seu espaço.

Temos assim, pelo lado do homem moderno europeu, uma guerra em que o outro é subjugado e, por parte do índio americano, temos um impasse maior à medida que se desfazem alguns mecanismos de representação, impondo o silêncio que desestrutura identidades locais.

As conseqüências deste paradigma no mundo atual se fazem sentir na tentativa, cada vez maior, de recuperar fatos da História que, por muito tempo, foram omitidos e de resgatar a língua dos povos nativos, trazendo-a para a forma escrita. Com isso acreditamos que uma outra maneira de acessar a História começa a se estruturar e da

¹⁶ A organização destes dois pólos se determina como o limite do conhecido tange o limite do desconhecido.

mesma maneira se resgatam eles com certas representações de culturas ancestrais que ficaram soltas ou perdidas.

1.2.2. Temporalidade do sujeito

O sujeito americano nascido durante e após o período da conquista teve de construir sua temporalidade nos parâmetros do mundo ocidental, o que significou uma magnitude temporal dentro de outros pressupostos, diferentes dos vividos por seus ancestrais. Como vimos, a linguagem ritual e o diálogo com os deuses apelando, à estrutura interpretativa da religiosidade e astrologia estabeleciam ciclos específicos, que estão ausentes no universo europeu que, utiliza o tempo segundo outras medidas. A religião do outro também ajudava a considerar o tempo de maneira diferente, na medida em que os anos eram definidos de acordo ao nascimento de Cristo, enviado de Deus único. A própria idéia de um único deus era inacessível aos nativos exigindo um nível de abstração estranho para quem estava acostumado com a multiplicidade de deuses. O monoteísmo mais uma vez debateu com o politeísmo, tentando abarcar em uma única interpretação as diversas interpretações possíveis. Então, cabe conjecturar sobre que medida de temporalidade foi atingida neste ato. cremos que uma temporalidade que reduz tanto o espaço com o outro, descaracterizando modos de interação humana, altera incisivamente os modos de interpretar a *alteridade*, pois o eu e o outro se tornam um, para, no mesmo instante, ter de conviver com a diferença quase aterradora que os habita.

Parece estar nesta relação a explicação de que o homem do Continente Americano tente reencontrar seu tempo, dialogando intensamente com o Continente Europeu, no ímpeto de conciliar-se com uma enunciação que lhe devolva sua unidade. A marca desta demanda pode ser observada em muitas manifestações, entre elas, na maneira da escrita literária, principalmente nos romances, seguindo inicialmente padrões europeus. Também está presente na própria dependência econômica como marca da dependência identitária relativa ao primeiro momento da conquista. Lemos estes eventos como organizações identitárias quebradas, que ainda solicitam o olhar do outro que dita a medida de tempo e espaço. Acreditamos que, na entrada no século XXI, este quadro esteja modificando, quando encontramos cada vez mais eleições

presidenciais nos países da América, em que são escolhidos presidentes que têm programas condizentes com necessidades¹⁷ locais.

Como conseqüência desta discussão, cremos que surge um sujeito americano que se redimensiona na temporalidade, demandando reconhecimento que parte de *outro lugar, de outro mundo*, diferente ao circunscrito em solo natal. Se, por um lado, tal condição significa uma perda em termos de unidade, como vimos acima, por outro lado, a mesma dá ao sujeito possibilidades de operar, em algum nível de sua estruturação, com uma identificação mais “universalista”, devido à experiência de ter que lidar com o extremamente diferente, com um outro radical. Por conta disto, observamos que os matizes do pensamento estóico se aderem a seu olhar, todavia neste caso o ponto de partida começa com a derrocada dos interditos e se desenvolve, tentando (re)significar a vivência do heterogêneo e do múltiplo que se vê obrigado a considerar. A metáfora religiosa, na figuração de uma cidadania virtual, neste caso, mostra-se valiosa para resolver os descompassos que afetam a identidade. Assim, não é nem um aqui nem um lá que interessa, mas o que transcende a estes lugares geográficos.

1.2.3 A unidade da letra e a unidade do sujeito.

Como conseqüência da relação com a escrita e, portanto, com a materialização gráfica do discurso, vimos uma distinção profunda entre europeus e americanos na época do descobrimento. A eficácia simbólica que resultou disto, como vimos, apóia-se sob outras bases, contudo o dispositivo da memória se torna vantajoso para quem trabalha com a língua escrita, pois permite o acesso e a elaboração da herança cultural de maneira facilitada. Assim, contemplando os limites da memória, que se projeta no âmbito social e que tem repercussão entre os indivíduos, podemos constatar que também neste campo encontramos a determinação do estrangeiro a si mesmo, à medida que a tradição oral fica em desvantagem com relação à escrita. O que mais radicalmente fica afetado aqui é o pacto entre indivíduos ou pacto social. Com isto, o lugar da lei se desloca, pois já não é a palavra dada que tem valor de compromisso senão que é a palavra escrita que determina o direito de cada um. O contrato escrito foi utilizado como um bastão poderoso para a posse das terras. Todorov lembra que na chegada de cada navio em terra firme, era lido para os aborígenes um documento que oficializava a posse

¹⁷ Referimo-nos a programas de governos que desenvolvem propostas sociais e não somente econômicas.

das terras em nome da coroa espanhola, é claro, desconsiderando-se completamente o fato de que os nativos não entendiam a língua e nem compreendiam o valor do papel que era lido. Só posteriormente este evento seria reavaliado; de qualquer modo, o artifício da conquista já estava consumado e a posse das terras também. Digamos que, quando o sujeito encontra na unidade da escrita seu pilar, a escrita se oferece como um suporte de afirmação superior ao oral, assim o sujeito da oralidade fica exilado.

1.3. O NACIONALISMO BRASILEIRO E O IMIGRANTE

O nacionalismo surgiu como uma tendência determinada na história do mundo ocidental e teve seus efeitos consolidados na idéia de Estado/Nação, como hoje a conhecemos. Ele se define marcadamente após a Revolução Francesa, quando o sistema monárquico é derrocado e se impõe uma nova ordem social, contando com a participação do povo nas decisões e nas escolhas políticas. A idéia de um Estado, contudo, é uma estrutura que requer um crédito para seu funcionamento e este crédito apóia-se fundamentalmente na idéia de unidade que se consiga instituir. Assim, a concepção de uma unidade nacional que convoque de maneira específica a quem participa dela, é imprescindível para esse objetivo. O objetivo é alcançado por meio de mecanismos hoje bastante conhecidos e discutidos, que passam por desenvolver projetos culturais e sociais que chamem para uma aliança que unifique interesses para construir a nação. Esta unificação se ampara fundamentalmente na delimitação territorial; com isso, o muro das cidades antigas é transferido para os limites do Estado. Se o limite proposto em tal procedimento é físico, observa-se, contudo, que a delimitação se elabora no plano discursivo, pois é no discurso que se compõem as significações necessárias para dar consistência ao projeto. Um dos mecanismos indispensáveis passa por propor também para seus cidadãos um conceito de unidade, criando com isso uma proporção ou razão, ou seja, uma unidade de sujeito para uma unidade de Nação. Isto resulta na realização de uma *identidade nacional*, com qualidades definidas dentro de um empreendimento coletivo, indispensável para compor sua soberania.

Na sucessão de períodos históricos e já com a idéia da consolidação dos países das América do Sul, focalizaremos nosso olhar sobre o Brasil e o formato assumido para o conceito de sujeito nacional brasileiro. Neste último recorte de análise, interessamos dimensionar as marcas específicas com as quais também se define o modo de

circunscrever o lugar dado ao outro, fornecendo elementos para sopesar a participação do estrangeiro/imigrante.

Desde o Descobrimento do Brasil, contam-se diversas raças fazendo parte do desbravamento no novo território, o que implicou, então, desde o início, um trabalho específico para a reunião dos diversos níveis de alteridades. Tentar encontrar uma unificação identitária neste território tão vasto não foi e, continua não sendo uma tarefa fácil.

Desde a colonização, em que o colonizador português desapropria o nativo, contam-se vários processos migratórios, cada qual com características particulares, oferecendo várias versões do estranhamento e do estranho. Vejamos; com a presença do negro trazido como escravo, temos um imigrante forçado. Nessa relação de senhor e escravo, podemos observar já as antagonias oferecidas por essa alteridade, vivenciando antigos fantasmas nessa relação intersubjetiva, quando o senhor tenta instituir o outro na condição de objeto, anulando, assim, o valor subjetivo da alteridade. No caminho inverso, o escravo tenta destituir o outro. Esse entrave renderá seus frutos na história do Brasil como veremos nessa parte da discussão.

Tendo presente as tensões, postas desde a inauguração da sociedade brasileira, nos deslocaremos diretamente para o cenário que circunscreve o nascimento do sujeito nacional brasileiro. Tal momento aparece com notoriedade, segundo historiadores, no contexto do Estado Republicano, em que se reúnem condições para que isso comece a ser proposto. Maria Onice Payer (1999) oferece um eixo de discussão para entender seu surgimento, quando destaca para o nascimento de tal concepção de sujeito nacional, a colaboração e a idealização dos intelectuais. Ela avalia esta contribuição pelo impulso que eles deram a essa proposta, apoiados nos moldes da Revolução Francesa. Entretanto a nobreza da empreitada se choca com o amadurecimento político e social completamente diferente para as condições históricas que o Brasil vivenciava na época, principalmente quando a escravatura ainda era presente e quem se interessava pelas idéias revolucionárias eram jovens de posses, muitos filhos de fazendeiros que dependiam do trabalho escravo para produção das fazendas. Isto resultou no que a autora denomina de uma *falha* específica na significação desse sentimento de *nação* e na própria recepção de uma representação viável para a idéia de unidade para o Estado. Decorrente de tal sucesso, a idéia de sujeito nacional também fica sem uma unidade convincente.

Mesmo com esta falha inaugural, medidas foram elaboradas para a apropriação da qualidade do sujeito em questão, abrindo discussões sobre língua, território, etnias e outros. Precipitaram-se, no cenário público, elaborações que resultaram no desenvolvimento de legislações que ajudaram a moldar o estatuto desta nova concepção.

Antes de entrar nas considerações pertinentes sobre tais legislações, é importante destacar que o início dos fluxos migratórios para o Brasil foi decorrente do interesse do Estado por povoar o espaço territorial, em especial as regiões de fronteira; de tal modo foram feitos apelos e promessas que muitos imigrantes oriundos de diversos países europeus se entusiasmaram na empreitada. Um exemplo sempre presente no sul do Brasil foram as famílias de açorianos trazidas para a ocupação das terras limítrofes. Também os primeiros imigrantes alemães estiveram presentes. Mas avancemos.

A legislação qualifica tal propósito quando começa por criar a federalização, dividindo os estados brasileiros para melhor abarcar os domínios da Nação, ou ainda configurar uma idéia de nação que permitisse abarcar as múltiplas realidades sociais presentes no território nacional. Payer (1999) destaca, entre outras medidas, novos planos educacionais que prevêm a instrução para todo cidadão, no ensino primário, aprimorando-se com isto a valorização de aspectos vinculados à identidade nacional. Com todas estas medidas se busca uma *homogeneização* do brasileiro.

Com o fim da escravatura, acontecida em 1888, um novo paradigma social e econômico se desenha no Brasil e começa a haver a necessidade de contratação de trabalhadores assalariados para dar sustentabilidade ao funcionamento das fazendas de café em São Paulo, que, naquele momento era o motor econômico do país, sustentado até então pela mão de obra escrava. Esta situação cria condições favoráveis para estimular a acolhida de imigrantes, principalmente os vindos da Itália e do Japão, que chegavam em navios fugidos da crise econômica provocada nesses países decorrente da Revolução Industrial. Os conhecimentos e técnicas que eles traziam, junto aos seus pertences, foi de grande valia, pois ainda o Brasil se amparava economicamente da agricultura. Neste recorte o imigrante, esse diferente é plenamente aceito e ainda convidado a compor a idéia de cidadão brasileiro.

Certamente as circunstâncias se modificam profundamente quando começam aparecer as convicções políticas dos imigrantes, produzindo uma consciência social diferente. Aguçam-se os atritos quando uma pauta reivindicações trabalhistas se organiza e, mais ainda, quando os sindicatos e agremiações tomam corpo sob estas diretrizes políticas. Em 1917, os movimentos políticos operários intensificaram-se com

as organizações anarquistas, socialistas e comunistas. Foi a partir deste contexto que a classe industrial, que também estava em ascensão, providenciou mecanismos junto ao governo, iniciando políticas de interdições para o imigrante agitador e subversivo da ordem social. O princípio de unidade choca-se com este outro compasso que o sujeito vindo de fora imprime, por isso a *exterioridade*, indicada a ele, aguça-se. Payer em sua análise discursiva constata:

[...]o estabelecimento de uma reação anti-operária por parte das elites, impressionadas com o pronunciamento político desses imigrantes nas lutas operárias

E, ainda observando as conseqüências disso, acrescenta:

[...]é nesse momento que a legislação brasileira se volta para barrar a presença do estrangeiro: em 1921 é formulada a lei dos indesejáveis, regulando a proibição de imigração e a expulsão de estrangeiros; em 1930, a “legislação dos dois terços, estabelecia que dois terços da população empregada na indústria deveria ser compostas por trabalhadores nacionais. (Payer 1999, p.57)

Uma outra medida ainda está por dar uma guinada no âmagô da questão e se realiza no governo de Getúlio Vargas, em 1930, com a lei que interdita a *língua estrangeira*. Como resultado desta operação é sentida uma retaliação que afetou profundamente o espírito dos imigrantes que ainda sentiam o amparo da terra natal pela presença da língua materna nas colônias. As condições da memória cultural modificaram-se. Transferir significações de uma língua a uma outra sempre traz uma quota de perda, e nós acreditamos que também resultou em ganho, pois, como veremos com mais atenção ao longo do nosso trabalho, a construção de uma memória conta em grande medida com os valores que uma língua faz circular. Podemos acrescentar que tal ruptura tem registro na memória escrita que os imigrantes posteriormente organizaram. Encontramos alguns desses registros em instituições preocupadas com a história do imigrante, que recolhem depoimentos ou narrativas de imigrantes¹⁸.

¹⁸ Duas instituições, só em São Paulo, preocupam-se com esse tipo de arquivo, que são o Memorial do Imigrante e o Museu da Pessoa.

Voltando o nosso olhar sobre as significações que afetam o imigrante, vemos configurar-se a expressão de um sujeito que se opõe ao sujeito nacional, àquele que se entende em todas as dimensões como brasileiro, inimigo porque não permite principalmente o fechamento da unidade sujeito, que se vincula a uma unidade maior que é a Nação.

Nos períodos das ditaduras militares na América Latina, entre as décadas de 1960 a 1990, ocorre no Brasil o segundo grande fluxo migratório, dessa vez, com os imigrante oriundos dos países vizinhos. Neste momento, a desavença com o imigrante só piorou, porque o nacionalismo tomou proporções mais extremas. Como é amplamente conhecido, os mecanismos do Estado, estavam voltados para uma eventual guerra e, portanto, o indicativo seria a eliminação do outro portador de insígnias ideológicas contraproducentes ao projeto nacional. Acreditamos que, naquela época, não era o imigrante que estava em pauta senão o estrangeiro, pois não se admitia a possibilidade da imigração para homens e mulheres vindos dos países vizinhos. O interessante, neste segundo recorte migratório, é que o núcleo narrativo que os novos imigrantes trazem reflete uma superposição de lugares porque a alteridade combatida na figura do imigrante refletia a exterioridade dada aos mesmos brasileiros que não se assujeitavam à ideologia nacionalista vigente neste marco histórico. Consequentemente a censura foi maior porque escondia um artifício mórbido em seu propósito, já que uns poucos decidiam a cidadania de todos, como nas ditaduras costuma acontecer. Testemunho desta atitude radical notamos quando se observa a escassa memória coletiva sobre este imigrante, pois não é um imigrante falado, ele é pouco conhecido e valorizado.

Atualmente após a queda, em todos os países da América Latina, das ditaduras militares, existe uma reconsideração sobre os períodos de extremismos ideológicos, convocando uma volta para o caráter heterogêneo do sujeito. Hoje a nacionalidade e a subjetividade retornam vinculadas a outras bases e, acreditamos, cada vez mais amparada em produções democráticas e culturais. Contudo, estamos avisados de que a história e o movimento dos discursos não param de retornar sob antigos parâmetros, ainda que acrescentem elementos novos à sua leitura, por isso, não podemos dizer que os paradigmas com os quais nos defrontamos, nesta primeira parte da discussão, já estão superados totalmente. Acreditamos que os paradigmas serão sempre remanejados no transcurso da história e, recolocarão a forma com a qual o imigrante irá debater. Só para lançar algumas idéias sobre as articulações que se avistam em um futuro próximo ou

talvez já estejam presente, vemos reações fortes contra o imigrante em diversos países a consequência de maciços deslocamentos de pessoas principalmente para Europa e os Estados Unidos. No cenário do Pós-Moderno, em que a vitalidade do Estado não é a mesma e o conceito de globalização abarca idéias de homogenização econômica e cultural, derrubando as fronteiras entre os países, as determinantes para tais reações não são as mesmas com as quais tratamos até aqui. Entretanto, não temos nesse momento como ponderar tais conseqüências e sobre tudo, neste estudo, dar um arrazoado sobre o imigrante nesse panorama. Somente temos indicadores que mostram algumas manifestações xenofobias acentuadas pelo mundo. Assim, esta parte fica em aberto para futuras considerações, somente mostramos esses efeitos para afirmar que a re-colocação do *mesmo* e do *estranho* estão sempre se anunciando e, que o imigrante é uma peça fundamental para entender essa medida, sempre polêmica.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Neste capítulo, tentamos observar as propriedades significantes que o imigrante carrega, enquanto suporte específico do construto da instância social que lida com a alteridade. Partindo deste pressuposto, fizemos um percurso teórico que nos orientou na maneira de observar os paradigmas com os quais o imigrante dialoga como representante do diferente, do estranho. Para realizar essa elaboração contamos com a ajuda de três principais autores, sendo eles Julia Kristeva (1994), Todorov (1993) e Maria Onice Payer (1999).

Por meio do referencial teórico aportado por Julia Kristeva, tentamos conceber a noção de territorialidade que incide sobre a distinção em que trabalhamos. Vimos que a este conceito se ligam delimitações, que primeiro respondem por circunscrever as cidades dentro de seus muros, na Grécia antiga, o que dá margem para considerar um externo e um interno à cidade. Se inicialmente se trata de limites físicos, posteriormente, vemos que os limites se transpõem para o espaço cívico em que a *pólis* arbitra seus interesses. Dessa maneira o muro se metaforiza como um limite onde o arbitrário das decisões sociais determinam seus critérios de aceitabilidade ou não. O estrangeiro, com isto, ganha estatuto de *suplicante*, pois solicita para o estatuto cívico o direito de fazer parte da cidade. Assim, vimos que, após a mediação com a cidade, o estrangeiro pode ascender à categoria de *meteco*, que se refere ao sujeito que decide ficar de maneira definitiva na cidade, oferecendo um serviço que a ela interesse. Nesta diferença de

estatuto, nos amparamos para conceber a distinção entre estrangeiro e imigrante, sendo que o imigrante, à semelhança do *meteco*, é aquele que realiza a opção de ficar estabelecendo um vínculo com a cidade, já o estrangeiro não realiza este compromisso. Configurada tal distinção, a utilizaremos como operador importante para nosso estudo.

Prosseguindo, observamos também os limites impingidos pela língua. Vimos como a qualificação de *bárbaro* responde pela designação da não aceitabilidade da língua do outro, que também traz conseqüências consideráveis para a composição do diferente.

Posteriormente, chegamos, por meio dos estóicos, no paradoxo da noção de território, quando estes ao se empenhar na construção de uma visão cosmopolita, pregam a ruptura com os interditos sociais, base do funcionamento da cidade fechada. Acompanhamos também o modo como esta abertura foi absorvida pela religião judaico-cristã para pregar uma cidadania virtual, do povo único de Deus, abstraída da concepção territorial. Na troca de lugares entre o territorializado e o virtual, verificamos um outro paradoxo quando conferimos que dessa vez o estrangeiro passa a ser aquele que não participa do espaço virtual fundamentado na ruptura do interdito.

Com Todorov nos atemos a idéia do inusitado das diferenças, a noção do estranhamento extremo que o diferente pode representar. Para abordá-lo, o autor usa o cenário do descobrimento do Continente Americano. Junto a esta idéia inicial, acompanhamos a importância da eficácia simbólica da palavra. Constatamos na contenda travada entre dois universos sociais, o espanhol e o dos índios americanos, as distorções promovidas por este encontro. Daqui vimos que o domínio da linguagem escrita foi definidora para que os espanhóis tomassem a dianteira na guerra, oferecendo vantagens para os mecanismos de comunicação, diferentemente dos nativos, que praticavam essencialmente a linguagem oral restrita a certos moldes. Neste impasse, também contou a dimensão do tempo, pois a tradição oral exigia dos nativos, procedimentos mais demorados na comunicação devido aos ritos a observar, decorrente da visão religiosa; já os espanhóis contavam com uma agilidade e flexibilidade maior, resultado da abertura da cultura e ciência no continente Europeu. Essencialmente o que nos interessou aqui foi a dimensão do desencontro e da temporalidade. No desencontro vimos que o domínio dos europeus fez com que uma outra ordem se instalasse, exilando aquela que existia anteriormente. O domínio dos europeus, que se sentou definitivamente quando sua língua foi imposta, fez com que acontecesse uma inversão de lugares, já que o estranho, ao se apossar do lugar, fez dos nativos estrangeiros.

Assim, o estrangeiro se tornou nativo e o nativo estrangeiro. Quanto à dimensão de temporalidade, consideramos que a enunciação do sujeito se viu afetada pelas choques entre as concepções de tempo, principalmente quando a memória do nativo ficou apagada neste processo, fazendo com que o sujeito demande sempre “algo” dessa parte da História que fica inconclusa.

Finalmente chegamos à contribuição de Maria Onice Payer, procurando as determinantes circunscritas no Brasil para o imigrante. Consideramos aqui a construção do sujeito nacional, definido dentro do processo do Estado Brasileiro e dos eventos históricos que acirraram suas qualidades. Nessa perspectiva, identificamos os atributos ponderados para o imigrante, que se posicionou no desenvolvimento deste contexto, primeiramente como colaborador do empreendimento de país e, posteriormente como elemento desestabilizador da ordem social.

Nesse trajeto tentamos circunscrevermos as designações com as quais o imigrante convive, dependendo do contexto no qual esteja inserido. Evidenciamos que as designações são decorrentes do discurso desenvolvido no campo social e das circunstâncias históricas. Entretanto duas condições nos pareceram fundamentais para a abordagem do sujeito que suporta a imigração. Em primeiro lugar, é necessário observar que a decisão de se tornar imigrante é uma opção singular que faz com que o sujeito dialogue com as circunstância do contexto do país ao qual chega. Isso faz com que esta opção transcenda às circunstâncias impostas pelo meio. Em segundo lugar, referido à dimensão de alteridade com a qual se depara na consideração de sua pessoa, encontra-se às vezes com uma leitura que o acolhe, às vezes com uma leitura que o distancia. Conforme os diversos enfoques que o imaginário discursivo mobiliza, somos levados a admitir que o imigrante pode conviver, no transcurso de sua vida, com praticamente todas essas possibilidades, pois não partimos do pressupostos que cada época trate de forma tão homogênea suas designações, senão que elas são prenes de diversos pontos de chegadas e partidas. Assim, praticamente neste capítulo nos interessamos, antes de qualquer coisa, em identificar os paradigmas pelos quais o imigrante é nomeado e a partir do qual ele se posiciona em diálogo com o lugar ao qual chega. Portanto não nos interessamos aqui em vislumbrar exatamente como ele é visto hoje, já que isso precisaria um trabalho específico do discurso atual, mas aqui trouxemos elementos da ordem das significações que nos pareceram importantes para conceber o lugar de alteridade que este sujeito traz.

Com esse percurso fomos de um panorama mais universal a um panorama mais local sobre nosso assunto.

Finalmente, ao longo de nosso desenvolvimento pudemos discernir como a figura do imigrante congrega significações em torno à alteridade, ao estranho, ao próprio, enfim ao externo e ao interno com que o sujeito se depara em cada situação e contexto. Disto deduzimos a base que o *funcionamento da linguagem* oferece para a eficácia dos significantes, que entram em jogos de diversas maneiras. Isto ficou evidente quando tratamos das designações do bárbaro, da linguagem oral e escrita, do reconhecimento ou desconhecimento da língua do outro, etc. Com a preocupação de aprofundar os aspectos que situam esta organização que a língua suporta para fornecer elementos ao discurso e sua eficácia, daremos curso ao seguinte capítulo.

2. DO PARADIGMA DA LÍNGUA À EXPRESSÃO ENUNCIATIVA

A língua provê os falantes de um mesmo sistema de referências pessoais de que cada um se apropria pelo ato de linguagem e que, em cada instância de seu emprego, assim que é assumido por seu enunciador, se torna único e sem igual, não podendo realizar-se duas vezes da mesma maneira. (Émile Benveniste. Problemas de Linguística Geral II, 1989, p.69)

No capítulo anterior, ao transitar pelos dispositivos que levam um sujeito a estabelecer uma relação com a alteridade, vimos quão determinante era sua organização junto à *língua*, para que ele, em definitivo, entre na apropriação de si e do outro. É inevitável constatar, olhando para a consideração da eficácia simbólica, o papel que o corpo da língua adquire no comando das representações e ainda mais quando a própria representação do Eu encontra substancialidade através da linguagem. Com isso, nos interessamos, neste capítulo, em aprofundar a concepção de língua e de seus mecanismos, para situarmos-nos em uma perspectiva dinâmica com a qual, mais adiante pretendemos dar conta da enunciação que os imigrantes constroem junto à outra língua que lhes toca viver. Por meio deste percurso, em definitivo procuramos captar o ponto de movimento da/na língua, que conduz pelos caminhos dos sentidos possíveis. Assim, somos levados a conferir as concepções de língua com os quais tratamos.

Para isso, este segundo capítulo constitui um norteamento maior dentro de toda a estrutura do nosso estudo. Com isso, propomos a hipótese organizadora de que **a língua na perspectiva de valor que ela contém, se vê afetada pelo ato enunciativo que a toca, revelando a inscrição das marcas do sujeito.**

Contando com esta primeira hipótese, derivamos uma subsequente, na qual reconhecemos que, quando está em pauta a **enunciação realizada pelo imigrante, o ato enunciativo é definido pelas marcas de um sujeito que advém em segunda língua trazendo marcas de uma ruptura em língua materna.** Assim, procura, em

primeiro termo, reconhecer a unidade em segunda língua para, em seguida, promover sua inscrição de sujeito, por meio de marcas específicas desta mudança de língua. Aqui é reconsiderada a capacidade de estabelecer relações significantes em um outro sistema de valor. A relação do sujeito com a língua-outra se define por singulares mecanismos de apropriação, os quais queremos discernir no andamento do nosso estudo. Para chegar a tal resultado, nos deteremos, agora, na natureza da língua que ampara esses pressupostos.

O norteamento para este capítulo passa pela discussão do que vamos estabelecer sobre a *língua* e o atributo de *valor* que dela emana. Posteriormente pretendemos localizar suas bases dentro do *plano enunciativo* quando o sujeito se precipita através da linguagem. Nessa parte, contaremos com as elaborações teóricas de Émile Benveniste. Finalmente traremos um acréscimo para este plano enunciativo, aportando as contribuições de Jean-Claude Milner que trata da língua não-toda.

Para traçar um pequeno panorama dos pontos a tratar, convidamos a um pequeno preâmbulo. Começaremos com Ferdinand de Saussure, inspirador do *Curso de Lingüística Geral (CLG¹⁹)*, que em 1916 deu o primeiro e mais importante impulso ao conceito de *língua*. A articulação proposta por ele, sem dúvida, continua vigorosa, embora sob alguns aspectos polêmica, pelas dicotomias que ela institui, especialmente a principal delas, a dicotomia língua/fala. Contudo, da nossa perspectiva, consideramos que este autor não deixa de observar, ao longo de toda sua obra, que língua e fala não têm uma separação real, senão que isso responde a um discernimento teórico para circunscrever a forma da língua. Podemos comprovar isto, uma vez que o autor não deixa de observar em inúmeras oportunidades, a importância do uso da língua para a instituição da própria língua²⁰, como veremos ao longo deste texto.

No empenho por definir a língua como objeto de estudo, Saussure a formula junto à construção de um método, que se resolve pelo que irá designar de *recorte sincrônico*. Desta maneira, se perpetua o modo de concebê-la dentro dos estudos da linguagem. Este recorte é, antes de tudo, uma suspensão de uma *forma*, semelhante ao que alguns pesquisadores das ciências biológicas fazem ao separar algumas células e a partir delas deduzir a composição e funcionamento de um organismo maior. Assim, o

¹⁹ A partir desse momento nos utilizaremos a sigla CLG, para referir a este texto no corpo de nosso trabalho.

²⁰ Lembramos aqui o sentido por vezes hipotético das intenções teóricas que o autor Ferdinand de Saussure ganha no Curso de Lingüística geral, a medida que encontra-se suficientemente esclarecida por Simon Bouquet,(1997) as peculiaridades que esta obra tem ao contar com a recopilação do material transcrito por alunos do mestre e ainda pela organização arbitrada pelos editores.

corde sincrônico, ao expressar um estado de língua, tende a projetar o sistema da língua como um todo. Entretanto, no caso da língua, sua natureza é apreendida como um corpo virtual, que ganha consistência na vida dos indivíduos e na sociedade. Podemos ainda dizer que toda realidade humana é realidade, na medida em que é possível intermediá-la pela língua.

Após tratarmos da natureza da língua passaremos, nos ocuparemos com a natureza da *enunciação*, circunscrita à linguagem. Neste segundo ponto, convocamos Émile Benveniste, que nos ilumina, acrescentando para esse funcionamento da língua um outro funcionamento de acesso à língua, o *aparelho formal da enunciação*. Por meio dele, pela dinâmica da utilização do sistema pronominal, o homem se engaja no sistema simbólico que este autor reconhece no campo da semântica. Neste caso, uma semântica enunciativa, que se preocupa com a maneira que a significância se integra na vida do homem junto à língua. Esta integração está na linearidade concatenada na sintaxe, que organiza as expressões de cada sujeito. Constata-se, também, que neste tipo de sintaxe se mostra uma qualidade de conversão, pois se manifesta a maneira como as idéias se transformam em palavras. O modo de fazer esta conversão, sem dúvida, explicita o estilo de cada sujeito quando converte suas palavras para o espaço discursivo. Revela-se uma forma de sujeito.

Em resumo, estamos por este desenvolvimento, focalizando o contato da língua com o sujeito. A enunciação comporta, então, este espaço de resolução.

Finalmente, acrescentamos a este recorte enunciativo as contribuições de Jean-Claude Milner, que nos brinda com um elemento que participa também deste acesso à língua. Falamos do que este autor indica como um *impossível* específico, que cada ser-de-fala carrega para o contato com a língua. O impossível representa um ponto cego, que faz o sujeito funcionar em torno à língua conforme o que se expressa como uma falta, uma falta que nunca se sutura e que, por isso, impinge ao sujeito retomar sempre a palavra para seu recobrimento. Este exercício com a língua certamente fala de zonas investidas, por isso também um impossível que não deixa de se dizer.

Chegamos, por esse caminho, às maneiras como a língua se vê alterada em seu domínio, no domínio do Um.

Acrescentamos em todos estes momentos, algumas reflexões sobre a situação do imigrante na lida com as formas da língua, que nos ajudam a dialogar sobre essa relação na qual o imigrante se vê envolvido com dois sistemas idiomáticos. Nisto intuimos uma construção triádica entre sujeito, língua materna e segunda língua, que sopesam em sua

construção enunciativa e definem um tipo de vínculo particular com esta instância de simbolização.

Após apresentar este percurso, em que introduzimos as três linhas teóricas do campo da Lingüística que escolhemos como suporte, resta-nos afirmar que não as aproximamos para realizar contrapontos teóricos, já que, as consideramos em uma relação de encadeamento, que permite identificar o caminho que vai da língua à expressão enunciativa, em que o sujeito provoca marcas pela sua condição de *não-todo*. Distinguimos aqui o movimento, que observamos sempre constante, de um pêndulo que tem sua trajetória entre o efeito de unidade e a quebra da unidade. Ou efeitos que vão do todo para efeitos de *não-todo*. Reconhecemos essa formulação como indispensável para poder representar as operações com quais o sujeito imigrante elabora seu lugar enunciativo ou sua existência na língua ou ainda *língua-outra*.

Dando um fechamento a este espaço preliminar, acompanhamos Flores, que já nos adverte a respeito dos dois níveis em que a ciência da Lingüística se apresenta, por um lado circunscrevendo os domínios do próprio objeto língua, a partir do ensino de Saussure, em que se exclui a partir da dicotomia língua/fala toda essa região da fala e seu exterior e, por outro lado, temos o encontro com uma outra lingüística que toca neste retorno do excluído da forma, recolocando em cena *o sujeito*. Assim, o autor entende que *o sujeito é um elemento que, embora excluído da lingüística, a ela retorna porque está constitutivamente presente em seu objeto* (Flores.1999, p.14). É nesse sentido que orientamos o desenvolvimento do nosso trabalho, procurando este retorno do sujeito ao funcionamento da língua, porém considerando que o diálogo com a *forma* também é necessário ao sujeito.

2.1 O CORPO DA LÍNGUA SAUSSUREANA

O paradoxo já está posto, o corpo da língua parece ter forma desde os ensinamentos do mestre genebrino Ferdinand de Saussure na entrada do século XX²¹;

²¹ Desde já reconhecemos que nessa discussão tomamos com exclusividade a leitura estruturalista oferecida pelo Curso, devido à qualidade do Um que nos interessa chegar. Isso não significa a nossa desconsideração das elaborações de Saussure dos Anagramas analisados a partir dos poemas saturninos (Starobinsky. 1974), nos quais ele reconhece determinações que ultrapassam a capacidade do sistema no qual certamente se insere determinações de sujeito, pelas rupturas da regularidade que nelas se expressam.

corpo esse que não foi escrito, mas elucidado, e resultou capturado e formatado a partir dos cadernos dos discípulos do pai da Lingüística. Muitas especulações, a partir deste evento, continuam acontecendo a respeito dessa senhora língua, principalmente porque ela sempre instiga ao estar no cerne da natureza humana e tece fios lá onde o corpo parece já não consistir enquanto tal.

Como já fomos antecipando, é no *Curso de Lingüística Geral (1916)* que se expressa o paradigma da Línguística, criando e determinando o que hoje se entende por língua. Nasce uma nova tradição que fundamenta uma unidade antes inexistente, que aqui iremos descrever e discutir.

Saussure, ao abrir uma nova dimensão nos estudos da linguagem, propõe um objeto que, até então, não havia sido definido enquanto tal. A língua não encontrou sua especificidade em nenhum estudo anterior; nem na gramática, nem na filologia, nem ainda nos estudos comparativos, aparecendo sempre em um foco tangenciado, pois escapava dentro da sua “obviedade”. Sob tais circunstâncias, o autor procura o quadro que define a língua, ou melhor, define sua natureza, chegando à concepção de que ela comporta, antes de tudo, *um sistema estabelecido* que concebe sua própria *evolução*. Assim, a língua se determina como uma parte essencial da linguagem, sem, contudo, se confundir com a linguagem (CLG. 2000, p.17). Nesta primeira precisão, a *língua* ganha relevo e é dada a largada para trabalhar, também, outras dicotomias que indicarão a composição do sistema.

Voltando-nos para a primeira distinção, constatamos que língua e linguagem tangem a olhares diferenciados, uma, comportando um sistema e, a outra, comportando uma capacidade dentro do grupo social humano.

A primeira distinção leva a outra, que delimita mais ainda, o recorte que se procura e, é dessa maneira que surge a famosa dicotomia língua/fala, que radicalmente termina por definir o objeto proposto. Aqui o efeito da barra, que diferencia língua de fala, indica a noção de uma condição interna da língua contrastada com uma condição em que o exterior influi sobre ela, que seria, então, a fala. As condições externas que a linguagem refere, correspondem às diversas formas de expressão que o cotidiano estipula quando as pessoas de uma maneira corriqueira fazem uso da língua e é por esse motivo que ela se diferencia como um *ato individual*, entendendo-se dentro de um princípio heterogêneo. Já a língua, ao se compreender enquanto sistema com leis próprias e, digamos aqui constituindo um corpo, obedece a características de

homogeneidade, e homogêneo na medida em que responde essencialmente ao equilíbrio interno do sistema.

Entretanto esta grande unidade que a língua passa a representar não desconhece as interferências que lhe chegam do exterior, e os elementos passam a ser considerado somente após a ação de assimilação por parte da língua, o que vai permitir uma existência dentro do sistema. Assim, o corpo interno da língua é tomado por um considerável empenho, uma vez que, são vários os elementos a distinguir e, principalmente, vasto o número de relações que se arrogam ao seu funcionamento, para a manutenção de tal estabelecido.

A magnitude que a língua alcança, por sua vez, não pode ser abarcada por um único sujeito falante, ela comporta um patrimônio amplo que Saussure destaca como um *grande tesouro* depositado no cérebro de todos os seres falantes de uma comunidade que pratica uma língua. Estando ela nesta interação entre sujeitos que compartilham uma língua, existe a premissa de um princípio solidário, como mostra a seguinte citação no Curso:

A língua é necessária para que a fala seja inteligível e produza todos os seus efeitos, mas esta é necessária para que a língua se estabeleça. (CLG, 2000 p.27)

Ou seja, há sinais de que a subsistência de tal organização implica também a relação entre língua e linguagem, cada uma servindo-se de canais necessários à legibilidade e a consistência do corpo. Considerando-se esta dupla via, vemos a dificuldade que Saussure enfrenta para produzir esta distinção tão necessária para isolar o funcionamento de uma máquina que está na vida humana de maneira tão integrada, e que por isso se torna difícil abstrair sua natureza, já que ela, como invenção humana, confunde-se com a própria natureza que o homem inventou para si. Enfrentando estas dificuldades, a Lingüística abre caminho para olhar o “invento”, constatando sua autonomia enquanto sistema, que ao ser utilizado pelos falantes mantém sua constituição.

Desta forma, tal corpo não existe definido por um espaço delimitado senão que ele se configura em um espaço virtual. O ingresso dos elementos a este espaço, enquanto corpo virtual, é permitido pelo uso dos seus atributos, implicados enquanto

formas, unidades que se reconhecem por condições de oposição, ou seja, um elemento é o que outro não é²², e se projetam em um princípio classificatório.

Vejamos com mais atenção e sigamos estes preceitos, o sistema composto por elementos que se ordenam num princípio classificatório requer que apresentemos o que se entende por estes elementos. Na procura por definir a unidade básica que sustenta o modelo do sistema, Saussure chega ao signo lingüístico que é simbolizado da seguinte maneira:

Signo=Significado (conceito)
Significante (imagem acústica)

O signo²³ aparece no Curso como o resultado da união entre um *significado*, que representa a idéia ou conceito do que se quer representar, e, o *significante* que se manifesta como uma imagem acústica. A imagem acústica é explicada, não puramente como um som material, senão que como a impressão psíquica desse som que *dá testemunho de nossos sentidos; tal imagem é sensorial* (CLG, 2000, p.80). Tanto o *conceito* quanto a *imagem acústica* resultam de operações psíquicas e ambos os elementos *estão intimamente unidos e um reclama o outro* (CLG. 2000, p. 80). A procedência de tal vínculo cria uma materialidade que faz com que trabalhemos não com abstrações mas com objetos reais ou *entidades concretas* (CLG. 2000, p. 119) de natureza psíquica. Um dos reflexos desta realidade encontramos na representação da língua pela escrita.

Este desenvolvimento é de suma importância, pois a dimensão de realidade aqui descrita, ainda tem muito a aportar para o campo das ciências observando as diversas particularidades do tangível. Tal idéia certamente contrasta com os modos de observação das ciências exatas que encontram seu objeto concreto na vida da natureza; já a Lingüística, que se atém à consideração dos signos lingüísticos, lida com uma parte expressiva da natureza psíquica e, portanto, com uma materialidade que demonstra sua consistência nas relações para a circulação da fala e dos discursos no quotidiano - indispensáveis para o afazer dos sujeitos e da construção de suas realidades no campo das trocas sociais - estamos na consideração do fato social. Pode-se dizer que isso não é

²² Lembramos que o autor destaca para esta disposição a comparação com o abecedário em que cada letra retira seu valor por ser exatamente o que as outras não são.

²³ destacamos que o avanço desta explicação está, também, em descartar a idéia de que o signo lingüístico une uma coisa a uma palavra.

tangível? Funda-se, neste momento, um outro estatuto para a consideração do objeto nas ciências.

Contudo é o fato social língua que é buscado, e a trilha passa pelas regularidades que a determinam.

Neste recorte, as unidades tangíveis de língua cobram um interesse particular, pois o olhar que permitirá que elas sejam vistas dependerá de um desdobramento específico. Saussure dirá que existem dois modos de abordar o estudo em questão: por um lado, ele exige uma observação na qual a língua é observada em sua evolução, que ele designa como *lingüística diacrônica* e, por outro lado, a abordagem recai na tentativa de captar um estado de língua, e aí a atenção está na organização do sistema que se tenta diferenciar; fala-se, neste sentido, em *lingüística sincrônica*. Temos na Lingüística sincrônica, uma suspensão da consideração do tempo, para determinar um *estado* de língua. Embora, haja uma suspensão do tempo, anatomicamente falando, existe um *recorte* de tempo. É a lingüística sincrônica que o autor escolhe para construir seu dispositivo de observação e com isso escolhe também uma forma específica de recortar o objeto que ele quer definir em sua dimensão concreta.

Seguimos, por aqui, o que Saussure propõe desde o início do Curso, quando estipula que: *bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto.* (CLG. 2000, p. 15)

Como o ponto de vista escolhido é o sincrônico, o qual indica elementos que compõem o sistema ou estado de língua, e observa os tipos de relações que nela se realizam, será por ele que poderemos chegar à realidade a ser distinguida. Nessa direção reintegra-se o conceito de *signo lingüístico* e se desenvolvem as categorias de valor e identidade da língua. Vemos que, por esta escolha, o signo que vinha sendo dimensionado em sua natureza, encontra toda sua tradução.

O signo enquanto entidade concreta, como vínhamos tratando, manifesta sua existência pela associação do significado com um significante, e a presença só de um dos elementos comportaria uma pura abstração, desfazendo o signo enquanto tal. Daqui, registra-se, no CLG, que *na língua um conceito é uma qualidade da substância fônica, assim como uma sonoridade determinada é uma qualidade do conceito* (CLG. 2000, p.119)

A metáfora que melhor representa esta constituição do signo é apresentada por Saussure ao comparar a união do significado com o significante com a união

constitutiva da molécula de água que se compõe pelo hidrogênio e oxigênio (CLG. 2000, p, 120). Ao se desfazer esta união não temos mais o elemento água.

Não obstante, além do arbitrário da composição deste signo lingüístico, o autor avança em sua elaboração ao considerar que tal signo não se apresenta enquanto tal, a não ser em um sistema que lhe defina seu lugar, e mais, que lhe defina seu lugar segundo as relações que nele se organizem. E é nesta condição de *delimitado* que o signo se opõe na língua, ou seja, se opõe quando um signo diferencia-se de outro. É interessante, que tentando esclarecer o efeito de delimitação, aparece um exemplo relativo à língua estrangeira, trazendo a idéia de alguém que se depara com uma outra língua e vive a experiência ímpar quando não alcançar o significado das palavras. Isto ocorre porque, *num primeiro momento somos incapazes de dizer como a seqüência de sons deve ser analisada* (CLG. 2000, p. 120); entendemos que a situação, corresponde a um primeiro contato com outra língua, assim, uma seqüência de sons, que representaria uma massa amorfa de sons, ao não contar com uma delimitação dentro do sistema no qual é escutado, perde efeito de legibilidade. Aqui se destaca o signo que perde em consistência, pois a falta de significado que se juntaria para responder pelo recorte dentro da seqüência de sons desfaz a eficácia de significar dentro do domínio da língua.

Consideramos este um belo exemplo que toca em cheio na nossa preocupação com o imigrante que exatamente se depara com a experiência das precárias condições da delimitação que lhe impinge a nova experiência de língua. Acreditamos que a costura que se promove dentro destas novas unidades de língua, representadas pelo signo lingüístico implica uma certa disposição para organizar uma alquimia que permita então juntar hidrogênio com oxigênio para que a água do movimento de um sistema possa fluir. Mas deixemos em suspenso por enquanto estas elucubrações, para analisá-las, a seu devido modo, adiante.

Voltando à consideração da delimitação, vemos que para Saussure o signo, as entidades concretas da língua e ainda as unidades da língua encontram características semelhantes e parecem referir a mesma condição enquanto relativas exatamente a esta delimitação dentro do sistema língua. O raciocínio, aqui, nos leva na direção de supor que não é propriamente uma unidade palavra que permite dar conta do signo, e isso se formula no CLG, quando se observa que: *os caracteres da unidade se confundem com a própria unidade. Na língua, como em todo sistema semiológico, o que distingue um signo é tudo que o constitui.* (CLG, 2000, p. 140-141). Assim signo e sistema tratam de

realidades plásticas que encontram unidades eficazes, dependendo do momento em que se recorta a língua.

Observa-se, assim, que se utilizará o termo *palavra*, muitas vezes para abarcar, dentro do sistema, a unidade significativa concreta.

Toda delimitação, então, dentro do sistema se torna indispensável, e as elaborações acabam recaindo sobre a dimensão de relações e valores. O sistema enquanto sistema de relações é observado conforme o exemplo do jogo de xadrez (CLG, 2000, p. 104) em que cada elemento tem seu lugar definido dentro do tabuleiro conforme os movimento das peças e principalmente porque este procedimento considera, antes de tudo, a relação de oposição das peças. Entretanto tais oposições movimentam-se de acordo a leis internas, do mesmo modo que o xadrez, o que determina o movimento das peças é a lei do jogo e, assim, o suporte material de cada peça não define nenhuma diferença. Por exemplo: se entre as peças do jogo de xadrez, o cavalo é feito de material distinto, isto não afeta o jogo, porque está definido o movimento dele pela regra, independente do suporte material; da mesma maneira Saussure explica que uma letra pode ser escrita de maneiras diversas, e não modifica sua utilização já que o principal é preservado o fato de ela não ser confundida com outra letra.

Quando o autor trata da lei que rege o sistema língua, ele estima que *a lei sincrônica é geral, mas não é imperativa* (CLG, 2000, p. 108), assim, o sistema língua se diferencia dos outros sistemas sociais humanos que se determinam por leis, elas sim, imperativas, porque surgem de um consenso de pessoas que deliberam. Totalmente diferente do fato social humano, a língua encontra seu consenso no uso da própria, sem deliberação, e assume elementos não de decisões conscientes, mas pela força do uso, da prática da língua. A lógica da língua se estabelece em si. Esta condição da lei mais adiante é reforçada quando se destaca:

[...] na língua, força alguma garante a manutenção da regularidade quando ela reina em algum ponto. Simples expressão de uma ordem vigente, a lei sincrônica comprova um estado [...] E a ordem que ela define é precária, precisamente porque não é imperativa. (CLG, 2000, p. 109)

Aqui temos mais uma consideração a fazer, quando observamos esta ordem que se circunscreve a *determinado momento*, que não encontra garantias de que venha a se

manter, ficando no mistério do movimento e organização desta essência psíquica e humana, que, mais do que instituída se institui, por este motivo, sem uma lógica que possa ser acessível rapidamente ao observador da ciência lingüística. Contudo, quando elementos são assimilados ao sistema, o que se sabe é que o conjunto dos falantes comuns os absorvem sem dificuldades, porque internamente nosso aparelho psíquico permite e aceita as coordenadas da língua que se conjugam a cada vez.

A unidade compreendida nas combinações e oposições de elementos, nos desloca para um *mundo virtual* que, exige inquirir sobre as condições de identidade e valor de seus elementos no sistema. Já vínhamos trazendo o exemplo do jogo de xadrez e é nele mesmo que nos apoiamos para esclarecer a identidade dos elementos da língua, já que, como vimos é no jogo que cada peça encontra seu lugar e desempenho e, por conseguinte, seu valor no sistema. É devido a isto, que se especula, em diversos níveis, as relações de identidade, porque, por um lado, temos a identidade do signo que se compõe enquanto unidade básica do sistema e, por outro lado, temos a identidade contemplando movimento do signo no sistema.

Detenhamo-nos nas relações na língua. Aqui se delimitam certas particularidades relativas a observações de certas palavras que podem ser reconhecidas, em algumas frases, com a mesma significação e, em outras situações podem expressar diversas significações. É o caso do exemplo da palavra *senhor* que pode indicar, num discurso, várias significações. Desta maneira, chama atenção que o termo identidade na língua é relativo à significação, porém não só. Saussure entende que a significação sozinha não é suficiente quando se volta ao exemplo *senhor*, termo utilizado em um discurso, diversas vezes, com diversas acepções, de maneira que se poderia constatar que, a cada vez, se trata de palavras diferentes. Devido a isto, então, não existe identidade.

Depreende-se deste ponto de vista, um salto para a perspectiva definida pelas relações no sistema e não do signo isoladamente. É neste sentido que o autor insiste:

O mecanismo lingüístico gira todo ele sobre identidades e diferenças, não sendo estas mais que a contraparte daquelas (CLG, 2000, p. 126).

A preocupação com a identidade é, então, preponderante para uma visão do mecanismo lingüístico conforme a performance que o signo adquire pelo movimento

junto aos outros signos, na língua. Pondera-se para isto, que existe uma identidade que *funda-se em certas condições a que é estranha sua matéria ocasional* (CLG, 2000, p. 126). Daqui, efetivamente o signo lingüístico se independiza do suporte material que o representa. Fica mais claro quando Saussure recorre ao exemplo dos expressos Genebra-Paris das 8 hs 45 da noite, que partem com 24 horas de intervalo; o trem pode ser diferente, assim como as pessoas que o ocupam, etc, porém o expresso é o mesmo. Da mesma forma, ao considerar o fato de uma rua arrasada e reconstruída, as casas vão ser diferentes, porém continuará sendo a mesma rua. Um outro exemplo, que é contrário aos dois primeiros, é do vestido roubado e reencontrado em uma loja, a situação comporta objetos diferentes em sua significação, ainda que o suporte material (vestido) seja idêntico. O objeto aqui perde seu valor no campo das relações.

2.1.1 O valor na língua e o campo das articulações

Há uma perspectiva maior que o autor vem preparando ao longo de toda a discussão e que se dispõe em definitivo no conceito de *valor* na língua. Avalia-se que *a noção de valor recobre as de unidade, de entidade concreta e de realidade* (CLG. 2000, p. 128). Este é um conceito que ganha características complexas, pois aqui estão presentes aspectos dinâmicos da língua. Este campo se torna um pouco difícil de precisar porque, neste momento, o mestre genebrino retorna à delimitação, mas circunscrevendo aspectos de relações no movimento da língua, desencadeando por mecanismos mais amplos no sistema e, assim, ele descreve:

O papel característico da língua frente ao pensamento não é criar um meio fônico material para a expressão das idéias, mas servir de intermediário entre o pensamento e o som, em condições tais que uma união conduza necessariamente a delimitações recíprocas de unidades. (CLG 2000, p. 131)

E acrescenta:

Poder-se-ia chamar a língua o domínio das articulações (CLG. 2000, p.131)

No domínio das articulações se realiza a delimitação necessária para que o valor do signo se manifeste. Este princípio, nos mostra que o efeito de significação depende,

não só do que une um conceito ao som, mas também da relação que este signo delimitado, tem com o sistema lingüístico como um todo. Por conta disto, o valor do signo se define de acordo à articulação que a língua propõe para as unidades existentes. Deste princípio misterioso, que promove a articulação, podemos intuir a influência que o sistema recebe do exterior social, do uso da língua. Consequentemente, a língua, pode ser vista como uma espécie de catalisador, que materializa novas possibilidades para suas unidades. Certamente que se expressa através desta propriedade a particularidade do arbitrário na língua, que faz com que o signo deixe de ser hipotético, para estabelecer seu traço.

O exemplo desta materialidade ou arbitrário, aparece no Curso quando se compara o signo com a folha de papel em que não existe verso sem anverso, sendo impossível sua separação, acreditamos que, embora faça menção estrita ao signo isolado, após a consideração de valor desta unidade na língua, temos uma reconsideração da consistência do enlace entre verso e anverso, quando observamos que isto é um efeito material das relações que a língua veicula. Volta-se, assim, à consideração da forma dos elementos da língua, porém, desta vez, uma forma cogitada pela estrutura que a acolhe, porque:

[..] não se pode definir um termo fora do sistema, pois o valor não se realiza pela somatória dos termos do sistema. (CLG, 2000, p. 132).

Com toda ênfase dada à estrutura da língua, pelo recorte sincrônico, o autor genebrino não deixa de lançar tarefas para o pensamento do lingüista quando menciona:

A coletividade é necessária para estabelecer os valores cuja única razão de ser está no *uso*²⁴ e no consenso geral (CLG. 2000, p. 132)

Retoma-se o efeito do uso das unidades sobre o sistema, afirmando uma lógica do uso que permite o ingresso de valores no mecanismo da língua.

A partir de tal ponderação, trataremos da distinção que observa o conceito de valor, contemplada, desta vez, entre as relações e as diferenças que tais termos lingüísticos acabam encontrando.

²⁴ A ênfase é nossa.

Como vimos, o valor se confunde muitas vezes com o próprio conceito de unidade, identidade, realidade e significação. Por isto, cabe precisá-lo. Conforme esse reino flutuante (CLG. P. 130) vemos que nem a massa amorfa das idéias nem a substância fônica contêm uma delimitação preestabelecida. Ela vai acontecendo à medida que a língua rege articulações, unindo elementos do estrato das idéias aos recortes fônicos. É disso que resultam as unidades. Saussure sentencia:

Esta combinação produz uma forma, não uma substância (CLG. 2000, p.131)

Este mecanismo resulta em tratar dos valores enquanto valores relativos, pois, são relativos ao movimento que faz recair o arbitrário sobre uma combinação x ou y, que se une em um ponto x ou y, realizando uma forma. Além disto, o valor relativo exige mais uma precisão: os valores relativos se dispõem enquanto tal, relativos ao sistema que os delimita. Conclua-se, por tal proposta, que se torna vã a tentativa de isolar a capacidade de um signo sem apresentá-lo no sistema, que o vincula junto às outras unidades lingüísticas. É preciso partir de uma *totalidade solidária* (CLG. 2000, p. 132) que o sistema engendra.

Quando se explana desta maneira a totalidade que interessa, derivam-se dois tipos de valores que, no decorrer da elaboração, se absorverão novamente à totalidade do valor. Observa-se o valor lingüístico, primeiro, sob seu aspecto conceitual e, depois, sob seu aspecto material. Para analisar tais aspectos, seguiremos o roteiro que se propõe no Curso.

O que tange ao aspecto conceitual parte da constatação de que se instaura uma confusão entre o valor conceitual e a capacidade de produzir *significação*. Eles em certa medida se sobrepõem. Fazendo a distinção desse ponto, fica melhor compreendido o valor conceitual. Saussure entende que:

O valor, tomado em seu aspecto conceitual, constitui sem dúvida, um elemento da significação, e é difícilimo saber como esta se distingue dele, apesar de estar sob sua dependência. (CLG. 2000, p. 133)

Para elucidar tal diferenciação, vale entender que a *significação* cobra sua parte enquanto contraparte da imagem acústica, ou seja, associada ao significado, que é uma

delimitação, porém condicionada a uma ênfase. Disso se define um tipo de ênfase na verticalidade do signo lingüístico.

Todavia o autor avança sobre essa proposta, avistando um outro valor que se articula pela relação entre os signos no sistema, e uma ênfase na estrutura horizontal das relações. Isto institui um *paradoxo* entre as particularidades que governam o efeito de valor da unidade da língua, que aparece com significação e valor.

O valor se destaca nesta segunda orientação horizontal, porém com a devida assimilação da articulação dos signos em sua orientação vertical. Em seu conjunto, a delimitação na consideração do valor se regula pelo estabelecido pelas outras unidades que estão junto à unidade em evidência, é da relação entre unidades significantes que se dá a contraparte no valor conceitual. A relação entre os signos se estima em um princípio *solidário*.

O *valor conceitual* contempla a *significação* porque ele se alça sobre esse paradoxo que aqui apresentamos.

Aprofundando este paradigma que o valor traz, o mestre genebrino insiste em que ele tem de ser testado em dois sentidos, para que efetivamente esse princípio seja verdadeiro. Primeiro é importante que ele se meça por uma *coisa dessemelhante*, susceptível *de ser trocada por outra cujo valor resta determinar*; por outro lado, também é necessário que se meça por uma *coisa semelhante com a qual se possa comparar com aquela cujo valor está em causa*. O valor se determina testando-se estes dois fatores de comparação. Por exemplo, temos, no sistema de moedas, um parâmetro quando uma moeda pode ser trocada por algo dessemelhante, como alguma roupa, comida etc., ou por algo semelhante, dentro do mesmo sistema de valores, por uma outra moeda (dólar, peso, euro, etc.)

No sistema língua, isto se expressa pela maneira como a palavra²⁵ apura suas conversões, na medida em que ela possa ser trocada por uma coisa dessemelhante, como, por exemplo, uma idéia, ou seja, dando ênfase a uma parte do sistema do signo lingüístico, ou por algo semelhante, que seria outra palavra.

Com isto, o valor se compõe não somente pelo que resulta do conceito e do que se possa trocar por outro conceito, senão que advém articulado pelas formas de relações subjacentes entre as partes do signo e também pelas relações estabelecidas entre os outros signos na cadeia do sistema lingüístico como um todo. Temos, desta forma, o

²⁵ Lembremos que a utilização do termo *palavra* engloba a concepção de uma unidade significativa e não uma palavra propriamente dita.

valor processado como resultado que se deriva das várias direções de força que nele confluem. A partir de tal constatação, veremos que o valor emana do sistema, mas não está pré-fixado no sistema lingüístico que o determina, principalmente porque ele está proposto nesse *sistema de trocas*²⁶.

Sistematizando este achado, Saussure dá alguns exemplos que nos deixam surpresos particularmente porque destaca os contrastes discernidos entre os diversos idiomas como representantes de diferentes sistemas de valores. Vejamos, um primeiro exemplo vem da palavra *carneiro* (*mouton em francês*) que se diferencia em sua conotação de valor, quando comparada com a palavra *sheep* em inglês. Não é possível conceber um mesmo valor porque para determinar o valor de uma palavra ela tem de ser relacionada aos outros elementos adjacentes em sua composição. Assim, temos que em inglês a palavra *sheep* refere ao carneiro enquanto tal, mas quando ele é servido à mesa torna-se *mutton*, relação que não existe para o português. Isso já denota as particularidades atribuídas entre as relações de elementos em cada idioma, segundo seu sistema de língua. Cada língua encontra formações que têm sentido dentro do seu sistema e que não encontra equivalente em outro sistema. Muitos outros exemplos são pertinentes só sendo observadas as categorias gramaticais, mas aqui nos contentaremos com este único exemplo.

Finalmente, o autor destaca que quando diz que *os valores correspondem a conceitos* (CLG. 2000, p. 136), é necessário reconhecer tal proposição em seu sentido puramente diferencial, pois não está implicada aqui uma relação positiva, em que o conteúdo esteja em pauta. Disto *sua característica mais exata é ser o que os outros não são* (CLG. 2000, p. 136). Sem valores diferenciais que emanam do sistema, a significação não existiria.

Quanto ao valor lingüístico considerado em seu *aspecto material*, temos a ênfase sobre *as diferenças fônicas que permitem distinguir essa palavra de todas as outras* (CLG. 2000, p. 137). Estas diferenças são as que carregam a significação, pois depende

²⁶ É interessante constatar que a qualidade dos sistemas de toda natureza humana se instituem nesse princípio de trocas. A antropologia estrutural de Lévi-Strauss muito bem estudou e aprofundou este quesito.

do meio fônico a realização desta. Mais uma vez é sobre o arbitrário e as diferenças que se imprime o valor²⁷.

Não obstante, o mestre não deixa de observar que o meio fônico que representa a imagem acústica não pertence em si à língua, senão que ele é *um elemento tangível que lhe serve de suporte* (CLG.2000, p.137). Situa-se, assim, a língua com sua materialidade incorpórea. Da mesma maneira em que foi designado o significado, o significante lingüístico é concebido *constituído, não por sua substância material, mas unicamente pelas diferenças que separam sua imagem acústica de todas as outras.* (Op. Cit. p.138)

Podemos conferir que os exemplos escolhidos para dar consistência a este ponto de vista mais uma vez recaem sobre a idéia de idioma, em que as distinções sonoras que cada língua estabelece implicam esta capacidade que o usuário deve ter para manipular essas distinções e organizar os sistemas de valores embutidos no significante.

Cada língua exige valores invariáveis, reconhecidos por ela. Um exemplo que respalda este fato se encontra na língua francesa que exige uma distinção dos diferentes “r”. Ainda o autor apresenta outros exemplos quando diz que em francês é possível reconhecer o *r* como *ch* alemão (Bach, doch), mas o alemão, diferentemente, não teria como empregar o *ch* como *r* porque esta língua reconhece ali dois elementos que têm de ser diferenciados.

Reunidos os valores, considerando-se o signo em sua totalidade, temos que a expressão na língua deriva efetivamente da capacidade em produzir distinções, as quais designam relações sob a insígnia do negativo, porque nela se inscrevem as diferenças em cada porção necessária ao signo, ou seja, definem-se elementos não coincidentes. Porém essa verificação é adequada, sopesando em separado significado e significante.

Uma contrapartida a estas distinções se cumpre quando a língua, por meio da ordem das articulações que ela promove, imprime o signo lingüístico enquanto unidade significante. Lembremos que o signo como um todo, assim provido, se constitui pelo arbitrário que opera, incidindo sobre a massa amorfa das idéias e sobre a imagem acústica, tendo-se como resultado um valor positivo, porque *a combinação é um fato positivo* (CLG. 2000, p. 140). Quando este efeito se manifesta, já não estamos mais na ordem das distinções mas na ordem das *oposições* entre unidades significantes. Conseqüentemente, este aspecto se volta para o funcionamento do sistema semiótico

²⁷ Muitos são os exemplos destas diferenças fônicas em seu paradigma de valor, considerando derivações verbais que não obedecem a uma lógica de transcurso, a partir de formas anteriormente estáveis, senão que se impõem como forma de pura distinção com relação a estas.

que se manifesta na linguagem, quando há movimento das unidades articuladas pela língua.

O que retiramos de surpreendente é que se explicita por esta consideração que cada língua, enquanto sistema com leis próprias e valores próprios, recorta modos de estar na língua, específicos para os sujeitos que nela participam. Partindo deste pressuposto, é possível entender alguns mecanismos com os quais o imigrante se depara, quando muda para um outro sistema lingüístico. Parece que ele tem de se inteirar de uma outra forma de estabelecer trocas, que o fará girar no inusitado da palavra. A apropriação de valor que o outro sistema lhe exige trará a proposta de se desligar de um valor anterior no qual tinha sido iniciado, em língua materna. Desarranjar isto mantém intacta sua proposta de sujeito? Acreditamos que não.

Outro aspecto importante por destacar é que o sujeito decifra os valores contidos na língua exclusivamente por meio do uso da língua. É no uso que se vive o paradoxo, as trocas e as significações. Como vemos, são vivências que o portador de uma língua resolve quotidianamente. Também o imigrante atingirá os efeitos da outra língua pelo uso que ele se permita fazer.

Chegamos ao fim do trajeto teórico com Saussure, podendo elucidar aspectos essenciais desta álgebra complexa chamada língua. Nela reconhecemos um corpo uma vez que manifesta um equilíbrio interno como em um organismo. A partir disto concluímos uma unidade, o Um com o qual lidaremos no decorrer de todo nosso trabalho.

Com as hipóteses iniciais, acima expostas, avançaremos considerando as rupturas que esse Um encontrará, justamente pelos efeitos do uso da língua, contemplando a participação dos sujeitos que se expressam no campo discursivo, propondo sua enunciação. A enunciação como ponto de encontro entre língua e homem será o eixo para verificar as condições da significância, que aporta elementos para a língua e para o sujeito que a imanta. Trazemos para essa perspectiva as contribuições de Émile Benveniste em sua Teoria da Enunciação.

2.2 A TEORIA DA ENUNCIÇÃO E UMA LEITURA POSSÍVEL DAS MARCAS DO SUJEITO NA/PELA LÍNGUA

2.2.1. Da natureza da língua na Teoria da Enunciação

Como vimos no item anterior quando discutimos o corpo da língua, existem diversos sinais que fazem reconsiderar a unidade da língua, quando se olha para os aspectos dinâmicos que o sistema contempla. Junto a isso, ficamos diante da barra que separa língua de fala, em uma situação controversa, já que temos vários aspectos que refletem a relação com o exterior da língua. Deflagram-se, assim, brechas que levam a especular para além do princípio de unidade, e que já se mostram no Curso de Lingüística Geral (CLG) quando se descobrem algumas tendências que fazem com que o signo lingüístico seja considerado de maneira mais complexa, apontando para considerações com a *significação*. Isto se manifesta, por exemplo, de maneira explícita quando Saussure entende que *o signo é tudo o que o constitui* (CLG, p.140-141). Esta premissa faz com que intuamos uma forma composta para o signo, seja ela considerada segundo o conceito de valor, como um lugar definido segundo um princípio de solidariedade entre os signos, que lhe determinam um valor específico, ou também é possível entender que o modo de agrupamento do *tudo que o constitui*, advém do reflexo de uma idéia (ou conceito) que procura uma definição entre os outros signos. Assim, podemos inferir que isto representa, a seu modo, a manifestação de uma prática de língua que tende a acrescentar novos elementos para estabelecer sentidos novos e que, assim sendo, procuram uma regularidade no sistema. Estamos diante dos limites impostos pela dicotomia língua/fala e da pulsão que faz com que se tente ultrapassar a barra, se deflagra um espaço transitivo entre o corpo da língua e o uso da língua. Quando falamos em uso da língua, determinantes exteriores ao sistema entram em jogo, configurando um espaço imprevisível porque aqui estaremos no campo da linguagem *multiforme e heteróclita; a cavaleiro de diferentes domínios* (CLG, p. 17) ela serve. Se admitirmos que este espaço multiforme e heteróclito exerce influência no sistema língua, entendemos que a língua é também, a partir de sua regularidade, articuladora deste exterior e é de tal movimento que ocorre a emergência das significações, necessárias para a vida dos homens em sociedade. Digamos que é no espaço das diversas possibilidades da língua, que as significações vão sendo gestadas.

Vislumbrando esse horizonte, Émile Benveniste produz uma leitura renovadora para as teorias da linguagem, desenvolvendo o que hoje se denomina Teoria da Enunciação. Será dela que iremos tirar conseqüências para refletir a respeito da produção dos sentidos possíveis na/pela língua, que esse autor reconhece enquanto

capacidade de **significar**. Daqui, refletiremos sobre os elementos que participam da construção em que o sentido se expressa e, aqui também encontraremos a dimensão do *sujeito* que marca sua presença na organização dos elementos lingüísticos, nos processos comunicacionais reconhecidos no discurso.

A utilização dos elementos lingüísticos conjuntamente às marcas da singularidade do sujeito, destacadas no *uso da língua*, é um dos pontos articuladores do nosso estudo, pois nos possibilitará traçar o movimento do imigrante perante outra língua e cultura.

No texto *Semiologia da Língua* (Benveniste, PLG II, 2006)²⁸, encontramos, de maneira especial, o paradigma lingüístico com o qual Benveniste se ocupa. Nele, o autor observa uma natureza dupla da língua, que se estima pela condição privilegiada que ela tem perante os outros sistemas semióticos. O caráter semiológico, que se quer destacar, advém justamente do suporte que a língua oferece para que se estabeleçam *relações* entre os diversos sistemas semióticos presentes na ordem dos fatos humanos, que podem ser constatados quando examinamos a relação da língua com a música, a arte, os sinais de trânsitos, regras sociais, etc.

Quando este tipo de alcance é destacado, estamos diante de uma terceira via que teria sido tangenciada, tanto por Saussure, que trata da língua como um sistema isolado, quanto por Pirce, que trata dos sistemas semióticos de maneira indiferenciada, pois não se propõe um lugar para refletir, de maneira particular, sobre a língua em relação a outros sistemas. Devido a isto, Benveniste retoma do CLG, a proposta que Saussure teria feito para a posteridade: a configuração de uma ciência que *estude a vida dos signos no seio da vida sócia*. Esta proposta corresponde à semiologia aqui apresentada. Benveniste entende que compete à Lingüística avançar, contemplando dois aspectos: o de unidade da língua e o de relação entre sistemas.

A dupla natureza da língua no referencial proposto, avança sobre estes pontos, a dizer, na forma de significar dentro do sistema língua e na esfera da realização da língua, na mediação dos fatos humanos, na medida em que, estes fatos congregam diversos sistemas de expressão. Para nós, esta característica promove nova consideração sobre o que Saussure já pré-anuncia quando diz que *poder-se-ia chamar a língua o domínio das articulações* (CLG. p.131).

²⁸ Todas as citações de Benveniste são retiradas de seus textos compilados em dois livros editados, sendo eles Problemas de Lingüística Geral I e Problemas de Lingüística Geral II, assim a partir desse momento usaremos as seguintes siglas para caracterizar esses livros PLG I para o primeiro livro e PLG II para o segundo.

Mas vejamos com atenção esta dupla natureza. Benveniste toma como ponto articulador a competência de produzir *significância*. A significância representa, antes de tudo, a capacidade do signo em não se anular numa indiferenciação. É assim que o autor reflete, sobre este ponto, o seguinte:

Para que a noção de signo não se anule nesta multiplicação ao infinito, é necessário que em alguma parte o universo admita uma diferença entre o signo e o significado. É necessário então que todo signo seja tomado e compreendido em um sistema de signos. Esta é a condição de **significância**. (Benveniste, PLG II, p. 45) (o grifo é nosso).

Há nesta proposta uma convergência entre o conceito de valor na língua, como o vínhamos tratando e a condição de *significância*, a ponto de se poder afirmar que um signo, em determinado sistema, possui valor porque ele significa neste universo. Contudo aqui surge uma questão instigante quando nos perguntamos a respeito da significância quando já não estamos mais diante da pura configuração do sistema, mas quando estamos diante da articulação ou da comunicação entre os diversos sistemas. Parece que para Benveniste neste espaço em que as relações se organizam para constituir um sentido, também é necessária uma forma, exatamente para que a indiferenciação não se imponha, deixando a significância se esvaír. Para propor este último postulado, em que *uma estrutura do uso*²⁹ que organize a significância no discurso pode ser considerada, o autor começa por olhar modos em que se apreciam as possibilidades das relações entre os sistemas semióticos e situa nisso o lugar da língua. Deparamo-nos, então, com três tipos de relações, que discriminamos a seguir:

1. *Relação de engendramento*: implica em que *um sistema pode engendrar um outro sistema* (Benveniste. PLG II, 2006, p. 61), sendo ambos da mesma natureza e contemporâneos, por exemplo, o alfabeto normal engendra o alfabeto Braille. Há uma diferença entre engendramento e derivação, pois este último caso acontece pela evolução.
2. *Relação de homologia*: que *estabelece uma correlação entre as partes de dois sistemas semióticos* (Benveniste. 2006, p. 62). Derivam-se conexões que

²⁹ Adiante aprofundaremos nessa estrutura do uso da língua, que encontra uma formulação mais precisa no texto *Aparelho formal da enunciação*, entretanto, aqui nos interessa introduzir o conceito e principalmente destacar como ele está inserido numa concepção de língua.

não advém de uma constatação mas sim de um recorte que alguém produz. A homologia pode acontecer segundo as mais variadas posturas, racional, intuitivo, poético, etc. O autor cita como exemplo, a homologia entre a escrita e o gesto ritual na China (PLG II, 2006, p. 62). Este recurso serve para um princípio unificador, encontrando um papel funcional ou ainda pode-se criar uma nova espécie de valores semióticos.

3. *Relação de interpretância*: acontece quando se institui uma relação entre um sistema interpretante e um sistema interpretado. É neste ponto que a língua qualifica-se sobremaneira, dando a dimensão de seu domínio, pois, efetivamente, ela retorna por esta qualidade semiótica que a institui, como o meio fundamental de interpretar todos os outros sistemas semióticos com os quais se relaciona. Nunca acontece o contrário como seria, por exemplo, com a música; a língua oferece recursos para falar da música no entanto o sistema musical não teria condições de fazer o contrário. Da mesma maneira, observa-se o fato sociológico: as instituições sociais, sistema semiótico, só se tornam possíveis pela mediação da língua, assim *somente a língua torna possível a sociedade* (Op. cit. p.63).

Destes postulados, podemos derivar que a *significância* que se apresenta através do uso da língua se extrai dos modos de relações que a língua permite, em diálogo com outros sistemas. Observemos que os três pontos tratados retratam especificamente modos de relações.

Embora sejam considerados aqui todos os sistemas semióticos, a língua ocupa um lugar relevante, como se explicita no último item, que engloba, em grande medida, os dois anteriores, pois permite enfim constatar que para toda dimensão dos fatos humanos, é a língua que possibilita a representação na vida dos homens. Podemos, então, derivar como premissa que *toda realidade humana depende do enlace com a língua*, sem isto a indiferenciação se impõe, tocando no limite do inexistente. Benveniste consolida tal perspectiva quando realça a semiologia perante as outras maneiras de abordar o social, como no caso da sociologia, quando ela, ao estabelecer relação entre língua e sociedade, acredita que a língua é mais um dos fatos humanos, tangendo somente a uma parte do social. A isto, o autor se contrapõe veementemente quando afirma:

Somente a língua torna possível a sociedade. A língua constitui o que mantém junto os homens, o fundamento de todas as relações que por seu turno fundamentam a sociedade. (Benveniste. 2006, p.63)

Aqui, inverte-se a relação que a sociologia propõe, pois do ponto de vista semiológico, em verdade, é a língua que dá substrato a toda manifestação do social e não o contrário.

Concretamente, quando as coisas se definem desta maneira, estamos falando do que está no cerne da capacidade de *simbolizar*³⁰ na/para estrutura social humana. Benveniste fundamenta este paradigma ao constatar que a língua conta com uma dupla natureza, quando se concebe como *único modelo de um sistema que seja semiótico simultaneamente na sua estrutura formal e no seu funcionamento* (Benveniste. PLG II, 2006, p. 63). Concomitantemente, chega ao fato de que esta dupla natureza se deriva da competência que encontra em promover uma dupla significância ou dois modos de elaboração do significar, sejam eles: *o modo semiótico* e *o modo semântico*.

O modo *semiótico* deriva do sistema ou corpo da língua, como aqui o tratamos, exige para os parâmetros da *significância*, a capacidade de ser **reconhecido**. Desta maneira, ele consiste em discriminar unidades básicas de sentido na organização do sistema, ou seja, cada unidade encontra sua distintividade dentro do sistema de signos. Tais unidades, ao serem reconhecidos pelos falantes de determinada língua, funcionam como matéria prima para o uso da linguagem.

O modo *semântico* encontra seu modo de significar no que *é engendrado pelo discurso* (Benveniste. PLG II, 2006 p.65). Aqui estamos no plano do uso da língua ou funcionamento da linguagem, enquanto se venha a refletir sobre o que ampara a comunicação. Quanto a outra forma de estar na língua, existe, então, também uma outra consideração com o signo. Neste estado, a língua se figura enquanto *produtora de mensagens* (PLG II, p. 65), e o signo, decorrentemente, não pode ser contemplado na mensagem simplesmente como um somatório de unidades, senão que aqui se transfere o papel fundamental à composição do *sentido* que se quer expressar, ao qual Benveniste também chama de *intencionado*. Desta maneira, existe uma demanda que articula a organização entre os signos, a qual provoca divisão entre os elementos da mensagem. Nesse estágio, segundo o autor, o signo ganha status de *palavra*. Por sua vez, esta

³⁰ O processo de simbolização é de suma importância para os estudos das ciências humanas e, cobra impulso quando o estruturalismo se fortalece desde o campo da lingüística com Saussure, afetando outros campos de do conhecimento como a antropologia, psicanálise e outros.

organização, conforme a expressão da idéia, sai do âmbito da pura possibilidade na língua quando também *põe a seu encargo o conjunto de referentes* (Benveniste. 2006. p.65), que torna legível uma experiência comunicativa, ou seja, aquilo que é compartilhado entre interlocutores como referência. Está posto, o contexto que enlaça o *sentido que se quer* na enunciação. Especificado desta maneira, o autor entende que o modo de considerar a significância, desta vez, exige que o signo seja **compreendido** e não unicamente reconhecido como no sistema semiótico. Segundo o desenvolvimento dado, concluímos que o status de *palavra* requer compreensão.

Formulando desta maneira, chegamos a uma composição melhor acabada sobre a natureza da língua sob o prisma da Teoria da Enunciação, o que torna legível a definição com que o próprio autor nos brinda pelas seguintes palavras:

A natureza da língua, sua função representativa, seu poder dinâmico, seu papel na vida de relação fazem dela uma grande matriz semiótica, a estrutura modelante da qual as outras estruturas reproduzem os traços e o modo de ação. (Benveniste. *PLG II*, 2006. p.64)

Entendemos que os traços e o modelo de ação que a língua suporta se comportam como uma qualidade semiológica e é isso que propicia que ela esteja em relação com outros sistemas como um *sistema interpretante*, enquanto os outros se apresentam como *sistemas interpretados*. A proposição definida nestes termos se debruça sobre um segundo nível de *enunciação*, em que *se torna possível sustentar propósitos significantes sobre a significância* (Benveniste. 2006.p. 66). Existe aqui uma faculdade metalingüística em pauta.

Para olhar melhor a noção de língua aqui descrita, trazemos aqui uma pequena análise sobre a significância que contemple a vida das palavras que atravessam diversos sistemas lingüísticos, ou seja, palavras que estão presentes em duas línguas e que apresentam valores diferenciados em cada uma delas. Veremos que a diferença que elas carregam deriva do uso, pois, cada língua permite reconhecê-las e compreendê-las, considerando a noção de sistema. Apoiados, então, nas considerações sobre a significância no plano semiológico, observamos algumas conseqüência que a seguir apresentamos.

Começemos por reconhecer que este referencial que sai do plano estrito do sistema da língua para o deslocamento no discursivo permite uma expansão, digamos, necessária para nossa preocupação, distinguindo os diversos trajetos que uma palavra pode fazer quando participa de um acúmulo de designações, conforme seja o meio em que se desenvolva. Daqui, podemos resgatar o exemplo precioso de palavras que têm a mesma configuração morfológica em duas línguas e que adquirem designações diferentes ou um status semântico diferente. Trata-se dos heterossemânticos³¹ que se estabelecem entre a língua portuguesa e a espanhola. Reconhecemos nisto a ordem semiológica das relações sobre as manifestações projetadas no contexto lingüístico e cultural dos países que reconhecem processos discursivos distintivos, segundo seja a ordem simbólica que os venha a caracterizar³². Há, neste sentido, vias preferenciais entre conexões, que levam para vias enunciativas significativas em cada lugar, que aqui remetemos hipoteticamente a um país.

Aqui, então, podemos exemplificar, com o uso de heterossemânticos presentes em línguas portuguesa e espanhola o alcance desta noção. É bom lembrar que existe uma variedade bastante grande destes exemplos, entretanto escolheremos dois para resolver nossa questão. Aparece no vocabulário de ambas as línguas a palavra *esquisito* (português) e *exquisito* (espanhol), que é um adjetivo de origem latina *esquisitu*. Podemos encontrar em dicionário de língua portuguesa a seguinte qualificação³³: *esquisito*: achado com dificuldade ou raramente, precioso, excelente, primoroso: manjares esquisitos. Elegante: *na sala adorna com gosto esquisito*. Que não é vulgar: tem sabor esquisito de vinho. Excêntrico, maníaco, estrambótico. Podemos observar que esta palavra comporta duas posições quase opostas quanto à significação: expressa uma acolhida extrema porque trata-se de um qualificativo positivo, e ao mesmo tempo, pode comportar a sobrecarga do positivo que se troca por algo nocivo que produz estranhamento. Agora passemos este termo para cada meio lingüístico que aqui observamos, sendo eles o universo português do Brasil e o universo espanhol³⁴ dos

³¹ Designados por alguns de *falsos amigos*.

³² Acreditamos que ao falar sobre um país, não é possível se aventurar a fechar uma organização semiótica que diga de sua circunscrição como um todo, mas pensamos em conexões específicas que mantêm o diálogo entre os diversos níveis de sistemas semióticos e que atuam para produzir um efeito de identidade em um plano mais global.

³³ Trabalhamos aqui com uma edição de dicionário de 1957, que nos ajuda a perceber algumas informações que se perdem em edições mais atualizadas. Dicionário Prático Ilustrado. Lello & Irmãos editores. Porto.

³⁴ Temos em particular essa vivência lingüística no Chile, de onde a autora é natural, que nos permite trazer essa afirmação de maneira mais precisa.

países da América do Sul. A vida desse termo toma proporções diferentes porque exatamente no Brasil *esquisito* designa particularmente a esse estranho: *alguém é esquisito*, ou alguma coisa é esquisita, isso comporta a categoria do deslocado. No universo espanhol a asserção que passa a valer se expressa pela conotação positiva, em que se reconhecem qualidades especiais, assim, por exemplo: *uma comida es exquisita*, que no uso indica que ela é muito boa. Entretanto o emprego desta palavra torna-se um pouco inadequada em relação a um sujeito, a não ser que implique uma metáfora do sexual um tanto vulgar.

No exemplo podemos observar o valor enunciativo de uma palavra que, tendo a mesma matriz e sendo no dicionário descrita de maneira a dar sustentação para os dois tipos de interpretação, acaba se impondo para o meio, segundo as qualidades que o uso lhe assinala. Vemos como uma descrição semelhante, relacionando uma significância completamente diferente, compromete toda a rede de relações dentro do sistema. O uso a levou por caminhos diferentes. Por sua vez, a mesma forma entoa diferentes sentidos de uso.

O mesmo encontramos na palavra *hediondo*, também de origem latina, derivado de *foetibun-du*, que significa horrível, disforme, repugnante: cara hedionda fig. Que provoca repulsão: crime hediondo. Nesta descrição já podemos observar que aparece na origem latina a estrutura que deriva para a palavra em português de fétido, que indicaria algo que cheira mal. Mais uma vez vamos à contextualização do uso; já vimos que no português trata-se de uma conotação que passa por qualificar negativamente uma figura e seria atribuída mais à designação de uma pessoa, principalmente ao que refere, por exemplo, a uma ação cometida, um crime cometido. Talvez também possa ser atribuída à ação de algum animal. No espanhol da América Espanhola, ela traz uma conotação completamente diferente, pois, ela toma a seu cargo o efeito de fétido, do estragado e em decomposição: *la basura está hedionda*, refere-se a que o lixo está cheirando mal. Quando relativa especificamente a pessoa: tu *estás hediondo* indica que a pessoa está fedorenta. Ou seja, essa palavra indica uma qualidade quase que exclusivamente olfativa.

Finalmente, no quesito das relações semióticas, não podemos deixar de ressaltar que é exatamente pela plasticidade que observa a língua ao produzir significância tanto na forma como no sentido, que se nutre o espírito humano para aventuras como a que o imigrante se propõe, colocando à prova, sem dúvida, este instrumento que interpreta o

mundo ou ainda cria o mundo? É a criação que está em questão nesse deslocamento humano?

Por enquanto ficaremos neste ponto, em que o conceito de língua se abre para esta teoria e, retomaremos seus diversos efeitos nos próximos itens que a seguir explanamos.

2.2.1.1 Reconsiderando a relação de homologia

Levando adiante as relações entre sistemas, comentaremos as relações de *homologia*. Trataremos dois sistemas de língua que se reúnem no imigrante, como dois sistemas semióticos. Acreditamos que assim considerado, levamos em conta exatamente que há diálogo entre sistemas, sem quebrar o equilíbrio de cada um. Mas, como isso acontece? Há uma terceira instância, uma metalíngua que fale deste encontro entre línguas? Pensamos que não, pois estaríamos sempre num trabalho homérico de criar línguas todo o tempo e por esse motivo, enveredamos destacando a capacidade de homologia entre sistemas, e insistimos que nela se contempla um instrumento primoroso para o imigrante, na medida em que é por este mecanismo que ele traça aproximações e adequações de significâncias para o outro sistema lingüístico que lhe toca praticar. É partindo da referência no primeiro sistema, da língua materna, que se recorta o outro de maneira singular, ali o sujeito estabelece relações e se orienta por elas.

A relação de homologia, que está contemplada como modo de relação entre sistemas semiológicos, do qual a língua participa, apresenta separadamente um recurso de entendimento importante para o nosso estudo, principalmente no que diz respeito ao modo de relação que aqui nos interessa contemplar, que seria a relação que um sujeito estabelece entre dois sistemas de língua, considerandos dois idiomas. Assim, a relação concebida pela homologia se particulariza para nós na experiência de quem se torna imigrante, quando este sujeito se vê no trabalho particular de produzir comunicação em segunda língua, tendo como ponto de partida sua referência em língua materna. Digamos que, deste ponto de vista, temos duas estruturas de língua que se regem por uma constante comunicação, seja ela de maneira consciente ou inconsciente.

Vejamos, a descrição do mecanismo de homologia discrimina uma correlação entre dois sistemas semióticos; entende-se, ainda, que a natureza da homologia pode variar segundo se escolham os sistemas que irão se correlacionar. Segundo Benveniste,

eles podem ter uma natureza mais intuitiva ou racional, substancial ou estrutural, conceptual ou poética, tudo dependerá das relações que o indivíduo queira pôr em prática. Acreditamos que nesta possibilidade, está a presença do sujeito e suas marcas subjetivas que o fazem escolher formas de relações. Digamos que tal trabalho permite identificar um *intencionado* que origina este gesto e também diz do estilo de quem relaciona.

Além disto, a homologia é um mecanismo que está no contexto do quotidiano, pois a interpretação de cada dia, que depende da utilização da língua, exige sistematicamente este tipo de relação entre os diversos ambientes semióticos.

Para o imigrante este mecanismo torna-se de extremo valor quando tal recurso lhe permite uma aproximação mais ágil com a outra língua, pois, como vimos acima, o encontro com o outro paradigma de língua e cultura não se dá por uma espécie de evolução, senão por um tipo de dispositivo que lhe permite a transferência de um sistema de valor para um outro sistema de valor. A homologia, neste caso, se faz sentir como um suporte eficaz para esse dispositivo. A hipótese que disto se decanta é que *o imigrante, fazendo uso do mecanismo de homologia, se ampara no sistema de referências em língua materna para se relacionar com o sistema de referências que lhe vem de outra língua, recortando sentidos possíveis para a enunciação*. Cremos que o mecanismo vai com o tempo adquirindo uma organização própria, a ponto de, em determinado momento, promover uma transição de um sistema de valor para outro, agilmente. Talvez possamos dizer que a ponte, em um momento posterior, fica por conta da experiência que o sujeito vai crescendo à sua natureza, no caso do imigrante, passa pela experiência da mudança de língua e de referências, que entra como um organizador para as interpretações.

Atendo-nos a outro ponto, ainda no exercício com a homologia entre dois sistemas lingüísticos, existe uma consideração a fazer quando entendemos que língua materna e segunda língua não se encontram em um mesmo nível para o sujeito. Sobre isso, percebemos, pelo que até aqui desenvolvemos, que a dimensão de *corpo da língua* ou *unidade* que ela oferece, se torna possível somente para quem está concernido das significâncias em língua materna³⁵. Isso porque o sujeito se inscreve na cultura através

³⁵ Sobre o processo de inscrição do sujeito na língua existem diversos trabalhos no campo psicanalítico que confirmam tal hipótese, chegando a constituir um eixo essencial para a consideração das patologias psíquicas. Dentro dos estudos lingüísticas sobre o assunto, encontramos em Keller (1989) uma elaboração esclarecedora a respeito quando nos diz: *a relação com a linguagem, e antes de tudo com a língua*

de uma comunidade de língua que o acolhe e, assim, se identifica como nativo desta língua. A segunda língua não oferece este suporte inicial para o falante, portanto o contato com a outra língua, em um primeiro momento, não se realiza pela idéia de uma unidade organizada (porque com sentido), senão que se vivencia como uma relação com partes estilhaçadas do corpo (fragmentos de sentido). Ainda que se intua, no contato com a outra língua, que nela existe uma referencia de unidade, não é possível recolher essa experiência a não ser de maneira idealizada. Entendemos que devido a isso, a ponte que a homologia tende a fazer de início, pode obedecer a uma tentativa de refletir de alguma maneira uma possível unidade para a segunda língua³⁶. Então, temos que a idéia que se quer expressar em língua materna e passa para segunda língua, é formulada considerando uma abertura na unidade de sentido³⁷. Já a idéia em segunda língua é vivenciada por uma noção de estilhaço no significante, à procura de uma unidade. Comprendemos que será na superação desta oscilação, quando a segunda língua venha a adquirir uma unidade própria, que poderá haver a possibilidade de transitar por outras aventuras do sentido em segunda língua, sem depender deste trânsito entre línguas. Não desconhecemos nisto que a noção de unidade em segunda língua, acaba se organizando, também, por meio do uso da língua, segundo os referenciais pertinentes a cada situação enunciativa. Quando o sujeito se dispõe na prática da outra língua se recoloca a interpretância, quando é a segunda língua exerce este direito, pois, é ela quem interpreta. Vemos, portanto, que nessa experiência se atravessam duas tendências ou dois níveis da experiência em língua. Certamente, que este recurso vai adquirindo diversos matizes, até encontrar o domínio do sujeito sobre sua fala³⁸.

Por enquanto, deixaremos nossa reflexão sobre a homologia neste ponto, para retomá-la no decurso de nosso trabalho.

2.2.2 No conceito de enunciação

2.2.2.1 O ato de enunciar

materna, pode se qualificar como sendo uma relação de inscrição e não simplesmente uma relação de aquisição. (p. 248)

³⁶ Assim como um órgão amputado se faz sentir, dando a sensação psíquica de que tal parte do corpo permanece ainda com toda sensibilidade. Algumas pessoas chegam a sentir coceira em extremidades amputadas.

³⁷ Nessa perspectiva o equívoco e o deslize em segunda língua têm outras características que ao do equívoco em língua materna.

³⁸ Falamos em domínio de fala e não em domínio de sentido, pois, levamos em consideração, sob a influência da psicanálise, que se diz para além do que se quer dizer. Ou seja, o domínio do inconsciente permeia o efeito de sentido em direções não dominadas totalmente pela consciência.

Após termos percorrido a noção de *natureza da língua* na teoria benvenistiana, nos ateremos ao conceito de *enunciação*, que representa o ponto nodal para compreender e desenvolver a idéia da ordem semântica da língua, da qual continuamos a tratar³⁹.

Lembrando que a preocupação com a significância no espaço semântico resulta em uma relação de *sentido* que se anuncia no discurso, é importante que nos detenhamos sobre o funcionamento da enunciação. Nele, encontramos a expressão de uma ação que vem compor a situação enunciativa que organiza a significância. Desta maneira, temos que o gesto de enunciar é exercício de linguagem. Benveniste traduz isso da seguinte maneira:

A enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização. (Benveniste, 2006, p. 82)

O gesto, assim, assume a denotação de um ato de utilização da língua por parte de um indivíduo, de tal modo que pactua disto uma relação do falante com a língua. Destaca-se este momento como um *processo de apropriação* (PLG II, p.84) da língua. A realidade que circunscreve esse ato é singular porque cada vez que se organize uma frase, por este meio, nunca será igual à outra, já que não contará com as mesmas circunstâncias. Por meio desta relação, há um *ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado* (Benveniste, PLG II, 2006. p. 82). Observamos aqui a decisão (o intencionado) de um sujeito em mobilizar os elementos lingüísticos necessários para a construção da significação. Por conseguinte, a significância terá propriedades internas a este processo, e carregará sentidos circunscritos a ele.

A construção da enunciação enquanto acontecimento leva em conta, segundo Benveniste, também aspectos da realização vocal da língua, em que sempre o som que rompe o ar para trazer a palavra é variado, não é o mesmo, e, por outro lado, contempla-se na linearidade que caracteriza a fala, um processo que implica *a conversão individual da língua em discurso* (Benveniste, PLG II, 2006. p. 83). Vemos, então, que a operação, que o autor identifica como semântização, exige todo um trabalho com o espírito e o

³⁹ É importante esclarecer que as conceitualizações retiradas da obra de Benveniste e que interessam a nosso estudo, não pretendem uma idéia acabada de sua utilização, como é de esperar, considerando-se que a obra de um autor tende a um equilíbrio específico para cada etapa de seu desenvolvimento reflete diversos momentos de elaboração.

corpo de quem enuncia. Contudo, estes pontos não serão propriamente desenvolvidos, pois, o autor se orientará na elucidação do que venha ser o *quadro formal* que permite a realização da enunciação, e do qual trataremos adiante. Entretanto não queremos deixar passar a participação, no processo de conversão de língua em discurso, da expressão de desejo de quem colhe da língua sua realização. Ou seja, a realização da língua é também a realização de um sujeito, ainda que nisto tenhamos a dimensão do sujeito lingüístico⁴⁰, porque sujeitado às formas da língua.

Retomaremos as considerações relativas a sujeito na parte final do trabalho, por enquanto nos interessa definir a realidade no evento enunciativo. Seguindo nossa trilha, passaremos no próximo item a tratar da estrutura formal que permite a enunciação.

2.2.2.2 O aparelho necessário à enunciação.

No seu texto *Aparelho Formal da Enunciação (PLG II, 2006)* Benveniste se dedica a precisar a estrutura que permite o *emprego da língua* contemplado na enunciação. Compreende-se, que a enunciação se diferencia da simples fala, porque aqui não está em pauta o retorno ao paradigma saussureano, da dicotomia língua/fala, senão que se indica uma estrutura do funcionamento da língua, aludindo para um outro suporte dos mecanismos lingüísticos.

Vejamos: o autor entende o emprego da língua como:

Um mecanismo total e constante que de uma maneira ou de outra afeta a língua inteira (*Benveniste. 2006. p.82*)

Temos, então, que cada indivíduo, ao enunciar, afeta todo o equilíbrio do sistema língua com o qual trabalha, incorporando novas possibilidades para as palavras, que este exercício com a língua permite. Ao mesmo tempo, estamos diante da realização da língua já que ela deixa de ser pura possibilidade⁴¹, num espaço virtual, para se incorporar à vida humana.

Seguindo o impulso de realização da língua, Benveniste procura elucidar o mecanismo que *conduz* ao discurso e, assim, não se atém ao conteúdo do texto que

⁴⁰ Tratamos de sujeito lingüístico porque não o queremos confundir com o sujeito gramatical, que estaria definido dentro das teorias da gramática e circunscrito à frase, sem contexto enunciativo.

⁴¹ Embora se tenha o ato individual, considerando o indivíduo um ente geral, consideramos que aqui já se representa o sujeito, porque a enunciação vai falar em sua significação, de uma produção singular.

ocorre por esse intermédio, senão, olha para a estrutura que permite a utilização da língua. O resultado desta indagação leva à formulação do *aparelho de língua que dá acesso à língua*⁴². É nele que se centra todo o *dispositivo enunciativo*.

A estrutura, que dessa vez somos levados a considerar comporta uma organização a partir do sujeito que se enuncia como locutor. Aqui quem enuncia torna-se um índice de referência que organiza a enunciação, imprimindo um modo de relação entre as palavras, estabelecendo sentido ao que é dito. É por via deste índice, que é possível efetuar o ato de tomar a língua e convertê-la para o discurso. A apropriação desta referência acontece quando o locutor se apresenta como “eu” no discurso. Porém, o “eu” não ganha seu verdadeiro alcance, se não se concebe junto ao “tu” e ao “ele”. Desta forma, a instituição dos lugares “eu”, “tu” e “ele”, determinam um sistema de relações que orientam a língua em seu uso e, que permite a constituição de enunciados. O estabelecimento de tais lugares, reconhece uma estrutura pronominal, que é o próprio *aparelho formal da enunciação*. O locutor, assim, não só se apropria da língua, mas também do aparelho que permite seu movimento e atualização. Trata-se de um outro trabalho com a língua.

Essa instituição de lugares, a partir dos indicadores pronominais eu-tu-ele , reconhecidos como categorias dêiticas da linguagem⁴³, se estabelecerão como o tripé que dá consistência a uma dinâmica que desenvolveremos em linhas principais a seguir.

O sistema de relações pronominais, que aparece com esta expressão final, enquanto *aparelho*, em um momento avançado da teoria benvenistiana, é no entanto, abordado ao longo de todo o estudo deste teórico sob diversos aspectos. Deste modo, vale a pena trazer para nossa discussão, algumas destas abordagens, para entender com mais propriedade o sistema de linguagem proposto. De início é importante destacar que os três elementos pronominais são identificados segundo uma constância, vista a presença de tais categorias em todas as línguas. Referimos com isso a que toda língua contempla o sistema pronominal; mesmo que algumas não tenham uma palavra para designar alguns desses elementos, eles estruturalmente estão presentes através de outros elementos lingüísticos que lhe venham conferir lugar. Junto a isto, é discriminado o fato de que essa relação se manifesta, antes de tudo, como uma instância de linguagem,

⁴² Este *dispositivo de língua dentro da língua*, terá uma designação, nesse formato, pelas considerações de Dufour, quando trata do fundamento trinitário, e que elaboraremos no próximo capítulo.

⁴³ Será justamente essa possibilidade que o dêitico oferece de não remeter a nenhuma pessoa ou objeto, ou seja, de não ser referencial, que será utilizado e validado pelo locutor somente no contexto discursivo, onde cobra valor e significação.

efetivamente porque ela é necessária à enunciação. Benveniste, por sua vez, refere uma especificidade a este exercício de linguagem, no que ele denomina de *instância do discurso* que define como:

Atos discretos e cada vez únicos pelos quais a língua é atualizada em palavras por um locutor. (Benveniste, 1995. p.277)

Atentos a esta disposição, podemos ver a importância que adquire aquele que toma a palavra, introduzindo esta referência única, que pode ser apreciada na instância do discurso, a partir da qual cada elemento será introduzido nesta constelação dinâmica da língua. Graças a isso, o discurso é apreendido enquanto ato que instala significações.

O veículo pelo qual o locutor se dá a conhecer é pelo “eu” representado no enunciado, e será, a partir dele, que se apresentará o “tu” e o “ele”. Vemos, com essa orientação, que estes lugares demarcados pelo “eu”, “tu” e “ele”, são definidos no decurso do próprio acontecer discursivo. Em um texto anterior, a este que define o *aparelho formal da enunciação*, intitulado: *Estrutura das relações de pessoa no verbo* (Benveniste, Problemas de lingüística Geral I) já se vislumbra a estrutura de uso da língua, e se dão as bases do que se entende por *condições de subjetividade* para a enunciação. Adiante veremos como a subjetividade é considerada, por enquanto, nos limitaremos a conferir as atribuições presentes em cada termo pronominal, de acordo com as condições de uso, no discurso.

Segundo o teórico que aqui acompanhamos, as designações pronominais já são reconhecidas pelos gramáticos árabes, que se preocupavam com as funções de cada pronome; indicando que o “eu” determina *aquele que fala*, o “tu”, *aquele a quem nos dirigimos* e o “ele” *aquele que está ausente*. Assim, são apresentados o “eu” e o “tu” como categorias de pessoa e o “ele” como categoria de não-pessoa. Benveniste se interessa em resgatar esta acepção, na medida em que, confere em tais traços uma constelação necessária a qualquer ato comunicativo. Ao mesmo tempo que isso entra em evidência, se chega a conclusão que esse conjunto pronominal também funciona enquanto sistema de oposições que viabiliza a utilização da língua. Esta estrutura pronominal, termina por se afirmar quando se adverte a impossibilidade de produzir qualquer tipo de discurso, quando não se conta com algum destes elementos.

A condição de subjetividade que é adjudicada às instâncias de discurso se deve, a que elas indicam efetivamente a presença do sujeito no deslocamento da linguagem, como afirma o autor na seguinte reflexão:

É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*; porque, porque só a linguagem fundamenta na realidade, na *sua* realidade que é a do ser, o conceito de “ego”. (Benveniste, PLG I, 1995 p.286)

Ou ainda, indicam posições subjetivas, à medida que, há locutores representados na/pela enunciação. Daqui se acrescenta:

[...] essa “subjetividade”, quer a apresentemos em fenomenologia ou em psicologia, como quisermos, não é mais que a emergência no ser de uma propriedade fundamental da linguagem. É “ego” que *diz ego*. (Benveniste, PLG I, 1995. p.286)

Algumas das características principais, consideradas na relação de subjetividade encontram-se organizadas no texto *Estrutura das relações de pessoa no verbo* (Benveniste, Problemas de Lingüística Geral I, p.253), que aqui reproduzimos para melhor focalizar este funcionamento:

1. O “eu” que enuncia o “tu” ao qual o eu se dirige, são cada vez únicos. O “ele” porém pode ser uma infinidade de sujeitos ou nenhum.
2. O “eu” e o “tu” são inversíveis : o que “eu” define como “tu” se pensa e pode inverter-se em “eu”, e “eu” se toma como “tu”.
3. O “ele” é o único que predica alguma coisa.

Seguindo o esquema aqui exposto, podemos ver com maior clareza o modo como “eu” introduz a referência para o discurso, assim como a maneira em que se organizam os outros elementos pronominais por meio dele. Conferimos que “eu” tem transcendência sobre os outros termos, contudo, como dizemos, no plano do discurso nenhum dos elementos do trinômio pode ser dispensado para que haja enunciação. A explicação para tal retiramos do esquema recém citado, quando o autor explica que “eu” só pode ser contemplado junto a “tu”, que também funciona como categoria de pessoa,

porque só na presença de um outro é que “eu” se manifesta, sempre é para alguém que se fala. Então, temos com isto uma unidade eu-tu que se caracteriza pela qualidade da inversibilidade, em que os falantes, à medida que vão tomando a palavra, alternam o lugar do “eu” e do “tu”. Isto faz parte da lógica que determina o diálogo no discurso. Reconhece-se nisso uma lógica dialética, dos lugares. Sendo assim, o eu-tu se configuram conforme uma unidade subjetiva que tem realidade na instância do discurso. Confirmamos tal afirmação quando Benveniste nos diz:

Eu só pode ser identificado pela instância do discurso que o contém e somente por aí. Não tem valor a não ser na instância na qual é produzido (Benveniste. Problemas de Lingüística Geral I, p. 278-79)

A outra unidade, que se representa “ele”, aparece como um elemento que participa do discurso mas não apresenta marcas de sujeito, exatamente porque traz o “externo” a eu-tu, que pode-se referir a *sujeitos ou nenhum e*, passando por esse exterior, retorna para a enunciação a relação subjetiva inicial, que organiza o discurso.

“Ele”, entretanto, não se limita ao enquadramento que dá formato a “eu-tu”, “ele” contém uma consideração especial quando nos deixamos sensibilizar pela dimensão da relação desta unidade subjetiva com o pacto social. O ponto que instiga esta reflexão é encontrado na seguinte citação:

Na enunciação, a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo. (Benveniste. 2006, p. 84)

Essa *certa relação*, à qual o autor se refere, é entendida por nós como um terceiro elemento deste aparelho, que pode estar representado por “ele”, dimensionando o tipo de vínculo que o sujeito estabelece com seu meio, com o mundo. Assim, o outro, o que não é “eu” se dimensiona. Este outro em jogo, aquele ou aquilo fora da relação subjetiva “eu-tu”, parece contemplar a relação que se tem com o mundo, pois “eu-tu” demandam uma presença no mundo. “Eu-tu” se enunciam para estar no mundo e portanto em relação a “ele”.

“Ele” é, então, esta dimensão da relação com o mundo? Cremos que um conceito de mundo, que englobe uma noção de muitas realidades e entre elas muitas inconciliáveis, não seria possível neste caso, mas aqui entendemos que tratamos de uma

relação com o mundo que se manifesta a cada vez, quando uma enunciação é realizada. Assim, cada evento enunciativo se constitui como uma realidade de mundo. Daqui, também podemos entender que a instância “eu-tu” se mostra única a cada vez que ocorre um dizer.

A dinâmica pronominal comportará um dos eixos mais importantes, senão o mais importante, para abordagem da nossa análise na enunciação dos imigrantes.

Tendo tocado nas considerações teóricas principais da teoria benvenistiana, especificamente as que interessam para o desenvolvimento do nosso trabalho, finalizamos esta parte.

Daremos curso ao próximo item, com a leitura de Milner, que tomamos como acréscimos importante para uma concepção enunciativa da linguagem que leve em conta a expressão do *não-todo* da língua que esse autor desenvolve.

2.2.3 Considerações para uma perspectiva enunciativa do imigrante

O que interessa para nosso assunto é destacar, antes de tudo, que a organização do sujeito passa por níveis de identidade nas formas da língua e, da mesma maneira, por vias das marcas da subjetividade, que se situam pelo funcionamento enunciativo. Estamos na perspectiva dos tipos de funcionamento que se determinam na linguagem e, por decorrência na ordem discursiva. Sem estes pressupostos, o homem não consegue mediar o seu lugar entre os outros sujeitos e os objetos, pois, se não fosse por estes mecanismos, não haveria possibilidade da articulação do espaço subjetivo no universo dos outros espaços. Estamos nos entrelugares, paradigma do imigrante.

A relação particular do locutor com a língua lança, ainda, um questionamento sobre o nível de intervenção que promove tanto na estrutura da língua quanto no nível do funcionamento da língua. Mesmo que aqui se constatem formas regulares a todas as línguas e, portanto, não estariam, neste plano, interesses subjetivos de cada falante, conferimos que, ao haver uma tendência de um sujeito a se precipitar por esses mecanismos para a dimensão discursiva, não podemos deixar de reconhecer nesse gesto do sujeito uma tentativa de identificar, por essas formas, reformulações para ela. Traçar uma aposta junto a ela, por essa via, é interrogar o uso, enquanto reconhecemos que é ali que se expressa o ponto limite de produzir novos elementos para a própria língua, como ficou demonstrado no exemplo de xadrez que Saussure mostra, referindo-se às

leis que governam a língua. Ele indica as leis estabelecidas entre os elementos que estão em jogo que, no caso da língua, se torna diferente do jogo de xadrez, quando não existe a participação de dois jogadores, o que permite uma certa lógica aberta, porque elementos vão se anexando e sendo geridos pelo sistema. Contudo não há um *a priori* que determine o elemento que entra em uso, simplesmente ingressa pelo uso. Assim, neste limite observamos uma ingerência do sujeito nas estruturas, uma ingerência que não é da ordem da consciência. Podemos falar de um inconsciente na cultura do uso da língua, que responde pela introdução do sujeito para além das regularidades dos sistemas.

Conforme nosso assunto, este é um ponto que nos interessa porque nele se expressa o paradigma do encontro desnivelado, em duas instâncias, na forma da língua e no funcionamento enunciativo, e, a partir desse desnivelamento inicial, é possível deparar-se com a decisão de sujeito frente a uma outra língua. Não podemos esquecer que lidar com uma língua é lidar com um corpo organizado. Lembramos que aqui está implicado um *ato*, porque a ele se pode renunciar.

Esta dimensão do sujeito falante que afeta a língua trata de um descompasso específico que se expressa para tal encontro. Levando em conta esta problemática, convidaremos Jean-Claude Milner, autor que trata do amor na língua e, nesse sentimento sublime, trata do que falha, aquilo que, faltando, *Do paradigma da língua à expressão enunciativa* permite a escuta de uma língua particular.

2.3 O PRISMA DE UMA LÍNGUA AFETADA PELO NÃO-TODO

Jean-Claude Milner é um autor que como lingüista preocupado com a psicanálise, recolhe as conseqüências do amadurecimento destas duas ciências, para nos oferecer reflexões que entrecruzam tais campos de saber, indicando-nos perspectivas para o campo da enunciação que aqui nos interessa. Acreditamos, que tal contribuição traz um aporte consistente para um ponto sobre o qual as teorias da linguagem têm-se questionado incessantemente nas últimas décadas e que diz respeito à consideração do estatuto da língua enquanto determinada também por manifestações que não se enquadram simplesmente nas regularidades que podem ser elucidadas. Quando este propósito toma seu impulso, reconsidera-se o lugar do sujeito em funcionamento com a língua, que, como observamos acima, torna-se um giro necessário para avaliar formas

de expressões que abrem conseqüências ricas para o que, num momento inicial, foi recalçado, mas com pressuposições de que disso a Lingüística deveria se ocupar em outro momento. Optamos, por meio deste aporte que Milner nos permite introduzir um acréscimo às reflexões sobre a enunciação que, em definitivo, é tomada como nosso eixo teórico. O autor convidado assume esta tarefa junto ao referencial psicanalítico⁴⁴, porque nele aparecem razões do sujeito que é agente de/na linguagem como veremos no desenvolvimento que propomos.

Já no início de seu livro *O Amor da Língua* (1987), Milner fala sobre a dimensão das várias *línguas* que confluem no que a *linguagem* abarca. Criam-se, por esse pressuposto, impasses quando considerados os paradigmas da lingüística tradicional, pois línguas não existem, há no purismo a Língua. Só poderia ser, se se trata de vários sistemas lingüísticos, como se fossem vários idiomas, mas não é isto que é posto no desenvolvimento, como veremos. A provocação não é à toa, o que nos leva a considerar, nesta asserção, um desenvolvimento interessante, que tentaremos dar conta para o propósito que nos interessa.

Se por um lado, pode-se dizer que as línguas se reúnem em um conjunto *consistente*- diz o autor- porque sem contradição em sua forma, ocorre que, no uso, em que uma língua se singulariza, aparece sempre um elemento que se dispõe entre os outros, um elemento que se toma como um *incomensurável*. Assim, temos, como exemplo deste paradigma, a designação de uma *língua materna*, que, segundo podemos considerar, determina na língua um indeterminado específico que predispõe um sujeito sintonizado, pelo seu dizer, à sua singularidade.

Entretanto, o aparecimento do inconmesurável na *língua* que se expande ao conjunto de *línguas*, figurando assim várias formas de estar na língua⁴⁵, faz com que se pense que em cada ser falante existe uma língua particular e que, então, cada um carrega a sua língua materna, que o implica em determinada forma de estar na língua. Neste panorama é que Milner vai considerar as seguintes questões:

Que pensar dos diferentes tipos de sintaxe entre os quais um mesmo sujeito poderá ocasionalmente escolher segundo o humor ou as circunstâncias?
Que pensar de dois sujeitos, convencidos de falar a mesma língua, e dos quais pode-se testemunhar que seus julgamentos de gramaticalidade divergem

⁴⁴ É importante dizer que o referencial psicanalítico é requisitado nos estudos discursivos com bastante freqüência, principalmente na Análise de Discurso Francesa.

⁴⁵ Milner destaca que se trata de um conjunto de realidades (Milner. 1987 p.11).

constantemente? Que pensar dos dialetos dos “níveis de língua”? (Milner.1987, p.12)

Descrevem-se, por estas questões, as múltiplas maneiras de se *relacionar* com a forma de assumir a organização que sustenta o dizer, circunscrevendo a língua, assim, entre os estados em que o incomensurável aparece. Então é o incomensurável que permite cada organização de língua? É ele que trabalha nesses microcosmos, propiciando uma organização de língua? Parece que é este o dispositivo que está em pauta. Avancemos mais.

Se por sua vez, temos o encontro de língua em línguas, ou seja, o conjunto de línguas expressando estas organizações, que são múltiplas, é uma verdade também que o sem sentido não é o que reina nem o que se procura. Por esse motivo o autor propõe:

[..]que se nomeie língua a este núcleo que, em cada uma das línguas, suporta sua unicidade e sua distinção; ela não poderá apresentar-se do lado da substância, indefinidamente sobrecarregada de acidentes diversos, mas somente como uma forma, invariante através de suas atualizações, visto que ela é definida em termos de relações. (Milner. 1987 p. 12)

Temos indícios de um paradoxo, de que o incomensurável trata de um acidente específico, uma marca, a partir da qual se estabelece uma organização de língua. Quando uma organização é formulada como princípio no sistema, é possível reconhecer a “legitimidade” que a governa. Procura-se, também, por este caminho contemplar a identidade e não-identidade do encontro entre língua e sujeito. Para nós esta é uma relação que, desde o início deste capítulo, nos instiga. Lembremos a identidade que achamos na língua como sistema, ela não contempla o sujeito, pois remete estritamente para o lugar dos seus elementos, produzindo unidades de valor no sistema. Como vimos em Saussure, é na unidade do signo e da identidade na língua que se reconhece o tesouro, define-se, assim, um sistema de câmbio inscrito nele e por si. Contemplando-se este fato, de que maneira podemos pensar a singularidade na língua que olhe para o sujeito, se o valor e a significância passam por tais unidades? Bem, algo aqui incita. Mesmo que no Curso haja espaço para pensar dentro do conceito de *linguagem* as falas de sujeitos, porque heterogênea, disposta a integrar novos elementos de significância -

porque linguagem, antes de tudo, é filha do uso da língua⁴⁶ - o tipo de vínculo do homem com a língua não é significativo. Quando Milner designa a perspectiva da linguagem pela ordem da generalidade, quando diz *as línguas confluem na linguagem*, linguagem é tomada como um ponto de encontro, certamente observando um heterogêneo, contudo de diferente natureza porque neste contexto é circunscrito o reconhecimento da singularidade de cada língua que nela conflui. Certamente estamos diante da construção de um outro ponto de vista. Linguagem e língua aparecem, desta vez, atribuindo condições de *coletividade* e de *distribuição*⁴⁷, o que, acreditamos, integra o sujeito e lhe designa uma posição, pois torna-se agente nas operações, principalmente quando considerada a função de reconhecimento e de distribuição. Ele se apresenta assimilando uma língua como um particular, conforme a óptica do incomensurável. Desta maneira, cada sujeito toma para si um particular de língua. Vejamos como se retrata no texto que acompanhamos:

[...] a operação da língua e da linguagem são semelhantes. A única diferença que as separa é aquela do coletivo ao distributivo: o ponto de vista da linguagem acede de bom grado ao universal por extensão e a posição das propriedades comuns às diversas línguas, reunidas coletivamente em um todo; a língua ao contrário, supõe o universal distribuído sobre cada uma, de sorte que as proposições universalizantes sejam possíveis para uma língua entre outras, como se ela fosse sozinha no mundo. (Milner. 1987, p.45)

Há duas vias, dois pontos de chegada e dois pontos de partida, um que vem do particular para o universal e outro do universal para o particular. É neste movimento que a enunciação deriva suas respectivas expressões. Avaliamos que, quando o particular se expande para o universal, a essência do particular tende à desarticulação, da mesma maneira que quando o universal tende a se particularizar, sua eficácia em contemplar a forma como um todo desestrutura-se.

Tais considerações revelam também o objeto do lingüista, objeto protegido na idealização (do amor) daquilo que se completa como um Todo, por abstração, e para sua sustentação, quando da emergência de fissuras, recorre-se a um esforço para que as

⁴⁶ Lembramos que linguagem definida por Saussure comporta a língua mais seu uso.

⁴⁷ Quando Saussure fala da relação língua e linguagem aborda, legibilidade e instauração, como vimos quando tratamos do corpo da língua.

fissuras sejam apagadas. Como diz Milner, o esforço se materializa na construção de palavras mestras que pretendem restaurar esse Todo⁴⁸. Trata-se de um amor que, como amor, toma-se pelo sentimento do totalitário. Amor certamente, mas como todo amor, é posto à prova, porque exatamente tão *consistente* quanto o impulso à completude, as manifestações na linguagem não deixam de apresentar outro tipo de consistência, a consistência da falha, daquilo que manca e que se expressa pelos atos falhos, chistes, sonhos, duplo sentido, homofonias, etc. Falhas com as quais a psicanálise se predispõe. A psicanálise observa o que brota da falha porque deduz que algo ali fala e se algo fala é porque é relativo à língua, trata-se de uma expressão que passa pela língua. É para uma outra “legibilidade” que trabalha a falta⁴⁹ e, portanto, estamos assinalando uma fala dirigida em outras condições, em outro “lugar”, e que fala de uma língua trabalhada por um sujeito em (diz)curso. No curso da palavra um sujeito faz ato. A enunciação que aqui se assimila, reconsidera e se expressa, contemplando este paradigma entre o Todo e o não-todo.

Milner se indaga sobre a maneira como a Lingüística se vê afetada pela leitura psicanalítica e, acreditamos, também como a psicanálise se desdobra com este objeto apreciado, virtual e, por isso, também amado em seu atributo imponderável de possibilitar a comunicação e a criação da realidade humana. Como discípulo de Lacan, Milner se debruça sobre o particular língua/sujeito

Falar no Todo e não-todo que circunscreve efeitos enunciativos de um sujeito, é considerar pontos de refração em que um *real* é apresentado porque simplesmente ele não pode ser explicado. Nisto a língua envolve o sujeito, o provoca e coloca em curso. Trata-se de uma constatação: a língua não se realiza no tudo dizer, ela só se completa no paradigma teórico. A completude é quebrada pelo não-todo para que possa haver fala, senão nada precisaria ser dito. Aqui aparece *um real* particular do sistema. Entendemos que a forma de conviver com o real é que o sujeito pela distribuição que lhe cabe, se incumba de trabalhar para a distinção que o faz falar, que, como vimos na língua, trata-se de um universal que incide qualificando *uma* língua.

É o que encontramos na seguinte afirmação:

⁴⁸ São por exemplo, em Saussure a estrutura, o signo, em Chomsky a competência lingüística da qual o lingüista dá testemunho, etc.

⁴⁹ expressão do incomensurável.

Falar de língua e de partição é colocar que tudo não se pode dizer. Em outros termos, o puro conceito de língua é aquele de um não-todo marcando a alíngua; ou a língua é o que suporta a alíngua enquanto ela é não-toda. (Milner, 1987, p.19)

Reconhece-se no conceito de *alíngua* aquilo que provoca a língua, rompendo o puro sistema, o *Um*, e atende a uma dimensão de *relação* de língua. Alíngua se atém à manifestação de um algo que corrompe de maneira a se manifestar, sob o formato de uma língua que se debruça em torno de uma falha específica. Por esta consideração, Milner determina o que ele chama de cisão da língua com a palavra, em que a palavra, exatamente, situa-se no *equivoco e em tudo que o promove* (Milner. 1987 p. 13). Respectivamente, como é o ser falante que promove a palavra, é o lugar do não-idêntico ao Um que se revela. De tal avaliação Milner condensa: *a língua suporta o real da alíngua*. (Milner. 1987, p.19). A pauta insere um texto, o que antes está invisível. É um texto que se desdobra no limite da refração entre a unidade e a falha.

Abre-se com tal desenvolvimento, algo que em Saussure e Benveniste, na perspectiva dos mecanismos a organização da língua e os mecanismos enunciativos, não são tratados. Pondera-se neste novo recorte, em que a língua é afetada respectivamente por uma proposição de sujeito com marcas de língua, uma forma enunciativa que considera como constitucional ao contexto enunciativo o não-todo.

O subsídio que a Psicanálise pode dar é na dimensão da ética da palavra, na medida em que um sujeito empenha a palavra precisamente para revelar algo da sua verdade, que, inconsciente, desliza por espaços fugidios em que a língua não é Toda, ela também conta com o tropeço na linguagem. Contudo não se desconhece que é pela substancialidade no formato de língua que o sujeito consegue parar para interpretar o que lhe diz respeito. A verdade também não se pode dizer toda, de uma só vez. Ela se representa por referências que aparecem para aquele sujeito que realiza um ato de fala. Não podemos deixar Benveniste de lado, na medida em que, em suas considerações com a enunciação insistentemente ele afirma que a existência do sujeito se dá na linguagem, é aí que ele encontra sua fala, seu tempo e seu espaço, não há nenhum outro recurso para ele se encontrar. A realidade é a realidade da enunciação.

Vemos que onde conflui a linguagem, retorna algo na forma de uma língua, de uma organização que o sujeito tenta capturar, porque, lembrando, trata-se de como a língua foi distribuída. Acreditamos que estamos na dimensão da cultura, em que o recorte simbólico determina lugares, lugares mediados entre a língua e a palavra. Lembremos do sistema interpretante, e todas as conseqüências dos investimentos imaginários que recriam o corpo do sujeito. Corpo enquanto espaço que o “eu” (índice de subjetividade) precisa para marcar uma referência.

Neste terceiro tempo de análise dos conceitos que escolhemos dentre as teorias da linguagem, podemos estimar que a linguagem circula no mundo humano e a enunciação recorta a linguagem numa língua particular.

2.3.1 O imigrante no paradigma da língua não-toda

A possibilidade de considerar o não-todo na língua oferece propriedades importantes para considerar o discurso do imigrante, como aquele discurso afetado pelos efeitos de uma outra língua.

Se, como vimos, cada sujeito toma para si uma língua, no lugar em que a língua se suporta, podemos refletir sobre a maneira como isto pesa para o sujeito imigrante, uma vez que ele em sua inscrição de língua materna organiza sua enunciação de uma maneira e, conseqüentemente, na passagem para a outra língua deveria haver a transposição de algum operador que assimilasse este organizador. Senão teríamos o simples sem sentido e não a procura do sentido na outra língua, como os imigrantes o procuram. Como podemos olhar para isto? Avancemos entre questões e a organização de possíveis respostas.

Se partirmos do pressuposto de que a língua materna é única, temos algo do intraduzível nesta apropriação, e teríamos de admitir que a relação com uma segunda língua trata de uma outra experiência. Não podemos deixar de admitir que é uma experiência de língua, mas que os efeitos enunciativos se expressam diferentemente, como mostra Milner quando lança as questões que acima ressaltamos, observando o julgamento sintático das situações e a maneira de organizar a semantização. Isto leva a diferentes maneiras de se mostrar, na linguagem, tipos diferenciados de relações que se estabelecem entre a palavra e o sentido. Aqui lembremos a Benveniste, que anuncia esta propriedade no texto *Aparelho Formal da Enunciação*, quando se volta para a maneira de como as palavras derivam na semantização, considerando inclusive a entoação e

outras posturas fonéticas, tem um efeito completamente distinto em cada emissão do enunciado. Estes elementos sutis, porém, enfáticos ao mesmo tempo, são determinantes nos efeitos de sentidos. Sabemos que a enunciação traz a atualização da língua a cada vez como única, não repetível. No não repetível podemos encontrar manifestações daquela instância do incomensurável que insiste na relação com a língua. Podemos afirmar que o trajeto que contorna a maneira de estar na língua desenha um trajeto específico no julgamento semântico? Se isto é o que define um tipo de relação de língua com a chamada língua materna; como podemos pensar o julgamento semântico na passagem para a outra língua?

Questões como estas acabam nos envolvendo cada vez mais com relação ao estatuto do todo com o não-todo. Mas a experiência do engajamento com as propriedades discursivas responde a outros eixos, ainda que uma matriz seja referência. Podemos entender que, neste aspecto, existe uma implicação entre uma experiência de língua e uma outra e não uma conseqüência. Assim, também podemos entender que a maneira que um sistema idiomático toca em outro detona efeitos de impossíveis, específicos, como podemos pensar, por exemplo, que do espanhol para o português há um incremento de mais de cinquenta sonoridades⁵⁰, que não têm como ser lidas a partir do sistema da língua espanhola. Como o sujeito administra tais impossíveis nesta passagem de língua? Estas considerações, sem dúvida, norteiam nosso olhar sobre a expressão enunciativa do imigrante e nos permitem supor as seguintes considerações.

A experiência de imigração implica um corte na cadeia de significância que o sujeito traz dos processos simbólicos e imaginários de seu lugar natal, que como temos analisado até o momento, encontram sua manifestação nas formas da língua e da linguagem, mostradas nas expressões enunciativas. A relação que tende a se inaugurar na relação com a outra língua, tende a retomar estas propriedades de significância e, portanto, tende a um restabelecimento das qualidades enunciativas. Não obstante, aqui há uma diferença. Como vimos, a relação que se inaugura com a língua materna responde ao efeito de um incomensurável que se estabelece na inscrição do sujeito na língua; já no caso da outra língua, por analogia, podemos discernir que esse incomensurável se impõe pelo efeito da própria experiência que se impõe ao sujeito, ele lê a outra língua a partir desta experiência e realiza sua inscrição em decorrência deste engate de sujeito em outra língua, ou seja, o sujeito já vem de uma língua e se relaciona

⁵⁰ Considerando desde as vogais abertas às sonoridades nasais, distinções fonéticas de consoantes b/v, s/ç/z/ss, etc.

a outra língua. O que queremos diferenciar aí é o fundamento do estar em língua materna e o de se deparar em outra língua. Intuímos que cada uma das condições responde a princípios diferentes, a razões diferentes.

Indícios desta diferença os vemos nos próprios efeitos do desconhecimento da outra língua e, com isso, a prova do *non-sense* incomensurável. Aqui distinguimos também o que Saussure trata sobre a identidade na língua, já mencionado acima, em que o significado recorta o significante e vice-versa. Acontece que a sonoridade com a qual o imigrante se depara é vivenciada por *um real* de não conceber ainda uma forma de recortar a significação. Digamos aqui que a experiência do não-todo da língua está em radical diferença.

Uma outra medida observamos num segundo tempo, que trata de um não-todo da experiência quando se tenta interpretar, traduzir a outra língua. Recorrer à percepção da outra língua enquanto uma unidade compacta que se tende cifrar, como se ela fosse em sua forma a garantia por si da volta do sujeito ao lugar enunciativo. Aqui a abordagem é racional e se convive com um real que poderíamos denominar de real arquetônico de língua. Uma semelhança desta atitude talvez seja encontrada na lingüística comparada. Contudo não é preciso muito tempo para que se descubra que o ser na língua flui de um outro ponto de partida, ou a enunciação se apresenta a partir de outra composição que não da simples tradução do código. A enunciação resulta da conversão da palavra em discurso, e o discurso é apreendido por processos de significação operados na cultura, na maneira de decantar as palavras. Quando o tempo de compreender uma cultura pela linguagem exige do imigrante outro ponto de partida, ele pode assumir, na sua experiência enunciativa, a sua experiência de imigrante como um real que fundamenta uma nova razão enunciativa, razão que tomamos nas duas acepções que a língua portuguesa permite, razão no sentido de motivação e razão no sentido matemático *algo em razão daquilo*, ou seja, na capacidade de operar na outra língua.

2.4. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Chegamos ao final deste capítulo, reconhecendo o ponto central que a língua ocupa em sua dupla determinação: semiótica e semântica. Constata-se sua influência como instância mediadora entre o sujeito e o mundo. Realçamos, mais ainda, esta mediação quando o sujeito imigrante requer sua inscrição no outro sistema lingüístico-

cultural, em que estão implicadas noções de valores que este sujeito precisa trocar, no amplo sentido da palavra.

Podemos ainda considerar a necessidade de que se revejam, nestas precisões, o movimento pendular que imanta a possibilidade do sujeito entre a construção de unidade, do Um, que o corpo da língua outorga em sua dimensão de sistema, conforme a elucidação saussureana, e a expressão da língua que se abre para a exterioridade pelo funcionamento da enunciação, rompendo o Um. Observamos neste aspecto, a natureza semântica que a língua possibilita, destacada por Benveniste ao longo da sua obra. A este último, devemos ainda, a consideração da barca que carrega nosso dizer, pelas águas da língua que, como se sabe, não são pacíficas. Esta barca figurada é o *aparelho formal da enunciação* que permite este trânsito ao sujeito. Sem este recurso, ocorreria uma falha profunda, impossibilitando a sustentação do sujeito na linguagem e na vida⁵¹.

Jean-Claude Milner trouxe para nosso referencial, as marcas com que o sujeito se manifesta nesta travessia pela língua. Vimos o que singulariza o sujeito a partir de um impossível específico, que põe o sujeito em funcionamento, permitindo que faça rastro de sua relação com a língua e não seja um mero repetidor das formas na língua. Por sua vez, é este recurso voltado para aquilo que não se fecha, um não-todo, que impulsiona a procura na palavra, pois é nela que está a natureza do homem.

Fechando este percurso, acreditamos que conseguimos concatenar o lugar da língua enquanto corpo organizado, que suporta o funcionamento da enunciação e do funcionamento do sujeito na enunciação.

Finalmente, com estas considerações, podemos explicitar nosso ponto de interesse, que passa por considerar as manifestações da enunciação do imigrante e, para tal, escolheremos os *relatos* que eles produzem neste contexto de apropriação de uma segunda língua e da apropriação da referência do sujeito em outra cultura. Digamos, do contexto enunciativo e da razão que o faz falar.

Procuraremos estas expressões nos relatos que recolhemos para nosso estudo, os quais relatos diversos, vindos de variados grupos de imigrantes radicados no Brasil. Estas expressões são agrupadas no que chamaremos de *narrativas* surgidas na experiência e no uso de uma língua não materna.

⁵¹ Deste efeito temos trabalhos importantes como o de Jakobson que analisa a importância da aquisição do eu para o recurso subjetivo da comunicação e também o atestam os inúmeros trabalhos com a psicanálise das psicoses em que é determinante nos pacientes a ausência da designação em primeira pessoa.

A dimensão da narrativa será abordada no próximo capítulo. Buscaremos, então, fundamentar uma construção que leve em consideração a participação da estrutura da língua, da enunciação e do sujeito, conforme a realização de uma proposta referencial para o movimento do sujeito neste outro lugar.

3. A CONSTRUÇÃO NARRATIVA E SEUS DESDOBRAMENTOS PARA UMA INSCRIÇÃO ENUNCIATIVA

El desplazamiento del significante determina a los hombres en sus actos, en sus destinos...(Lacan. La Carta robada)

Neste capítulo integramos as conclusões do capítulo anterior quando determinamos que nos efeitos da linguagem, conforme o olhar de uma lingüística enunciativa⁵² e que contempla o valor do sistema lingüístico, podemos acompanhar o imigrante em **uma recolocação de sua enunciação em um outro sistema de valor lingüístico, determinando, desta maneira, uma nova inscrição enunciativa.** Conforme tal pressuposto, entendemos que **no proceder de uma construção narrativa, encontramos uns dos efeitos desta inscrição e existe por meio dela um passo fundamental, no qual o sujeito efetivamente realiza uma apropriação singular da outra língua, tornando-se sujeito imigrante em curso enunciativo**⁵³. A narrativa, assim, se expressa como uma construção na qual o sujeito organiza as referências que participarão da nova proposta enunciativa.

O formato que esta narrativa adquire é de extrema importância, se levarmos em consideração a dificuldade que compreende o ato da construção histórica de um sujeito⁵⁴ e os efeitos que isto adquire retroativamente quando apresentado a um conjunto de co-enunciadores. Como isto se resolve na maneira de contar a história? Não temos uma resposta, no entanto sabemos que o espelho que o co-enunciador oferece está presente nesta organização. Avancemos.

⁵² Esta lingüística enunciativa que aqui expressamos nos mostra marcas do sujeito no uso da língua.

⁵³ Neste sentido destacamos a capacidade que aqui ocorre de estabelecer uma leitura dos sistemas de valores que se determinam em dois sistemas lingüísticos, no sistema da língua materna e sistema da outra língua que adota uma não identidade entre eles. Concretamente trata-se da capacidade de lidar com diferenças.

⁵⁴ Podemos ver um paralelo na dificuldade do ser que nasce para a fala em adquirir o recurso operatório do pronome EU em sua vinculação com o mundo.

A narrativa pode ser vista sob diversos ângulos, mas adotaremos aqui o que é proposto por Dany-Robert Dufour, em *Os mistérios da trindade* (2000). O texto nos adverte sobre uma maneira original de conceber a narrativa, conforme uma organização trina, articulada segundo o modelo de um superaxioma, determinado na linguagem. Esse superaxioma é traduzido a partir das considerações enunciativas benvenistianas que estipulam, conforme *o aparelho formal da enunciação*, o funcionamento de uma relação dinâmica entre os três pronomes “eu”, “tu” e “ele”. Veremos com atenção essa perspectiva no desenvolvimento desse capítulo.

Junto a tal diretriz, perseveramos também nos pontos que já tocamos durante o percurso desse trabalho, os quais não podemos deixar de mencionar aqui, pois neles se depositam as bases para a consideração da enunciação imigrante, que é nosso eixo de estudo.

O imigrante, como vimos, advém do processo que se desencadeia no novo lugar que adota para viver, junto a outro contexto e a outra língua. Assim, transita através de uma outra consideração de valores. Deste modo, observamos que as contingências que definiram a imigração inicialmente trocam de significância quando efetivamente despertam a *opção* de se aperceber enquanto sujeito imigrante. É, à medida que aparece essa “decisão”⁵⁵, que o diálogo com o novo universo ao qual o imigrante chega começa a se desenvolver. Lembremos que o estrangeiro representa a contrapartida desta posição, pois ele se toma somente como espectador em relação a essa diferença. Esta distinção torna-se necessária quando pensamos que a narrativa é uma prova consistente do divisor de águas, pois ela entra como ferramenta na apropriação do ser imigrante, permitindo ao olhos dos “da cidade” desvinculá-lo do efeito de estranhamento que o estrangeiro suscita. O narrar também pode ser abordado como o resultado do tipo de inscrição no novo vínculo.

Quando a narrativa é organizada por parte do imigrante, ela tem um endereço, ela é dirigida ao *diferente específico* que se representa na imago do contexto imigrante, que observa o novo país que o acolhe. Falamos aqui em um *diferente específico* porque,

⁵⁵ A decisão com a qual lidamos não é aquela da consciência, soberana nos seus propósitos, mas aqui lidamos com uma opção que advém do sujeito descrito pela psicanálise, que contempla efeitos advindos do inconsciente, que se manifestam em formações de linguagem.

temos de convir, que não é uma diferença homogênea⁵⁶ e porque não é qualquer diferente; é *um* que engloba algo específico para aquele que fala.

Produzir uma narrativa, uma história, enquanto ato enunciativo, em tais condições é realçar o tipo de diálogo que relaciona a pessoa a ambientes representativos de alguma forma⁵⁷. Esta relação desperta ainda mais nosso interesse, considerando que se manifesta nisto, a lógica de um mecanismo pelo qual um sujeito se coloca na ordem da significância.

Também retomando o desenvolvimento final do capítulo anterior, olhamos para a dimensão da ruptura que a presença da marca subjetiva impinge ao efeito de totalidade e, da mesma maneira, a tentativa de retorno ao equilíbrio que o sujeito procura na totalidade, movimento que, a partir da elaboração oferecida por Milner e, que acolhemos para nosso estudo, tomamos como movimento constitutivo à capacidade de enunciar. Assim, queremos indagar sobre o efeito nesta construção narrativa. Olhamos para a enunciação do imigrante contemplando seu movimento, por meio da particularidade que essa ruptura incita.

Para o imigrante ocorre uma ruptura redobrada quando ele rompe com um equilíbrio inaugural na língua materna, incidindo sobre ela uma outra língua. Também há a ruptura com a maneira de estar no discurso, pois lá onde a língua retorna como uma falha suportada na língua, a falha na imigração retorna como um real que precisa ser interpretado. Cremos que a narrativa do imigrante, nesta perspectiva, também joga um papel fundamental na tentativa de apaziguar a falta que retorna de uma outra instância do indizível e que pretende ser recuperada para a enunciação.

Organizadas, nesta pequena retomada, as idéias que nos impulsionam para o desenvolvimento desse capítulo, passaremos propriamente a desenvolver o que vamos abordar como narrativa. Para tal, contemplaremos quatro pontos: no primeiro veremos as contribuições de Dany-Robert Dufour (2000), tratando da dimensão trinitária presente na linguagem e das lógicas que ali se cruzam; depois abordaremos a maneira como que a ordem trinitária, na narrativa, dispõe o sujeito dentro dos ciclos de transmissão; posteriormente trataremos da narrativa e suas conseqüências para o laço

⁵⁶ Na medida em que existem migrações vindas de diferentes países, as diferenças postas em pauta são lidas conforme cada lugar, sem falar que para cada sujeito existem versões diferentes do evento imigratório.

⁵⁷ Avaliados não somente na conotação positiva, como também pelo que se impõe como propriedades negativas. Tratamos da ambivalência em termos freudianos.

social atual. Finalmente, traremos as conseqüências desta leitura para pensar as narrativas acontecidas no contexto migratório para o Brasil.

3.1 A LÓGICA TRINITÁRIA E A LINGUAGEM

Para contextualizar a contribuição de Dany-Robert Dufour, é necessário compreender alguns aspectos do seu desenvolvimento até chegar ao que ele propõe como narrativa e, digamos, narrativa formulada em uma atualidade em que se postula a queda dos grandes relatos e em que se fala no fim da história.

Quando este autor é tomado pelo ímpeto de escrever *Os mistérios da trindade*, ele incorpora uma conseqüência teórico-filosófica esclarecedora para a consciência de história e cultura que nos domina. Compreende, neste contexto, o funcionamento de três tipos de lógicas que se imbricam nas organizações sociais humanas e que perpassam processos históricos nos quais nos inscrevemos como efeitos entre tais acomodações. Tais lógicas compreendem o funcionamento do dito unário, o binário e o trinitário. E é sobre o estabelecimento da natureza *trina* que se estimam as possibilidades das produções enunciativas. Decorre disto nosso interesse em aprofundar esta leitura, que na abertura para a narrativa, preserva nosso eixo temático.

Acima observamos o funcionamento da língua e da enunciação, aqui refletimos sobre as condições em que se dá o aparecimento dessa enunciação junto à consideração das marcas subjetivas.

Para iniciar, podemos considerar que esses dispositivos lógicos tocam profundamente nos mecanismos que a linguagem possui para recolocar, a cada vez, as essências e significâncias que norteiam as produções do pensamento humano. Dufour ao situar nesta perspectiva as coisas, se além com meticulosidade aos mecanismos lingüísticos e destaca de maneira incisiva o fato enunciativo traçado por Benveniste, mas por meio de um estilo de *implicação* nos processos que tornam tanto o laço social quanto o laço individual viáveis.

Mas o que se entende por trindade? Que cartografias relevantes se abrem aqui? Veremos a seguir aspectos deste panorama.

Quando perscrutamos *os mistérios da trindade*, podemos ver que, embora denote os efeitos do pensamento cristão, não é este o viés. Não é no sentido de *santíssima* nem adjudicada uma orientação superior, consignada a um Deus, que é posto em causa, embora os efeitos do mistério se sobreponham. Há, acima de tudo, um resguardo de

humanidade neste recorte, na medida em que o homem, com suas irregularidades pode ser visto e se ver. A trindade se caracteriza por um tipo de lógica que marca uma propriedade diferenciada com relação a outras duas, que são a lógica unária e a lógica binária, das quais nos tocará falar ao longo deste desenvolvimento. Mas, antes de tudo, gostaríamos de trazer uma definição inicial que o autor nos dá sobre a coisa trinitária que aqui se nos mostra:

Por trinitário, entendo uma definição da palavra, do Verbo, implicando um conjunto de três termos, irreduzível às relações habituais de dois termos utilizados pela razão para abrir seus caminhos: sob qualquer luz que se examine, num momento ou noutro, a palavra revela possuir a propriedade “três em um”, ou propriedade trina. (Dufour, 2000. p.16)

Conforme o exposto, *esse três em um* acusa uma sucessão que se expressa na palavra, que não é uma palavra isolada, porque três. Dufour realiza uma descoberta, da qual se permite dizer, descoberta feita *ao acaso*, porque ela não advém como uma consequência a uma elaboração que lhe trouxe tal resultado, mas trata-se do fruto de uma constatação que já estava e ainda não havia sido colhida. Trata-se de *revelar* a constituição do que ele designara por *linguagem natural*, aquela ao alcance de todo ser falante e que eficazmente passa despercebida nas comunicações, embora condicione-se a sua boa utilização o efeito de comunicação. Ela contém a forma do três, quando o autor reconhece a maneira natural e espontânea em que ela se manifesta pela forma do “eu, tu, ele”. Está aqui o Verbo implicado no três.

A trindade da língua natural (Dufour, 2000. p.19), como já antecipamos, se expande no cotidiano de todo ser falante e, por este motivo, dá substrato a outras manifestações ou representações que implicam *três em um* e que insistem em se atualizar enquanto criação humana. Além de encontrar nesta genealogia um aporte teórico para as ciências humanas, acreditamos que procura também um chamado às considerações éticas que os tempos atuais convocam. Destina-se assim porque se identifica por este intermédio *pelo trinitário que os homens se formam como sujeitos falantes e formam sociedade* (Dufour, *op. cit.*, p.19). Concretamente é a capacidade de *simbolização* que está em pauta. Esperamos também que o trabalho, que aqui desenvolvemos, contribua dentro das suas limitações, com essa reflexão.

Define-se a temporalidade nisto, ainda que o tempo seja contado considerando uma resolução, que como já explicitamos, designa um tempo diferente ao da razão. Sobre isto não deixa de ecoar o tempo lógico⁵⁸ que Lacan preza na compreensão do sujeito na cena enunciativa.

A preocupação com o trinitário também não advém como uma simples constatação da forma, mas com o desgaste da forma, principalmente na medida em que uma outra forma se impõe, conforme a forma *binária*, àquela da razão. A razão que aqui anunciamos se baliza na lógica que vem tomando espaço cada vez maior no afazer humano e que se consolida principalmente com o nascimento das ciências que trabalham na interface de dois tempos. Dois tempos auxiliados pela maneira de ponderar alguns paradigmas que se impuseram para as ciências exatas, para as ciências psicológicas do comportamento e que foram levadas às últimas conseqüências pelo estruturalismo, que oferece suporte às ciências sociais e humanas. Tais expressões as encontramos no dualismo, na dialética, na causalidade. Enfim, em tudo que se resolve em dois tempos ou proporções. Dentro dos estudos da linguagem, podemos conferir que a maioria dos estudiosos que trabalham no reflexo da epistemologia das ciências concorda na influência da epistemologia galileana das ciências, porquanto seu prestígio resulta das formalizações e literalizações dos conceitos⁵⁹, notações em que o objeto é posto em estudo com todas as resoluções binárias que permitem a aproximação da *descrição*. Assim, nos deparamos com este modelo na lingüística quando vemos as oposições língua/fala, no signo significante/significado e a oposição entre os signos que organizam o sistema no princípio classificatório⁶⁰.

Consequentemente, a binariedade oferece ferramentas definidoras para o método estruturalista que permitiu às ciências humanas precisar seus objetos, falamos notadamente da inauguração da lingüística, da nova antropologia de Lévi-Strauss e outras áreas do saber apoiadas neste suporte⁶¹. Tal determinante termina por consolidar a forma em todos os âmbitos do pensamento, e ocorre, por irônico que possa parecer,

⁵⁸ Lacan trata no tempo do sujeito psíquico, esta temporalidade do tempo lógico expresso em três: momento de ver, momento de entender e finalmente momento de compreender. Nesse último efetivamente se integram os dois momentos iniciais em três.

⁵⁹ Aqui trazemos especificamente as considerações de Simon Bouquet em Introdução à leitura de Saussure.

⁶⁰ Vemos nisso algo de uma redução considerando o que vimos no CLG, do imprevisível que introduz novos elementos no sistema, aqui testemunhamos uma outra determinação.

⁶¹ Acontece por esta perspectiva uma reviravolta com relação ao objeto de estudo, pois lembrando Saussure do Curso vimos que o objeto não mais se dá em uma referência externa, mas ele determina sua natureza no sistema que o referência.

com justificativa teórica, a exclusão do sujeito com seus enigmas. Fica de fora a expressão da incompletude que induz o homem a fortalecer sua procura no conhecimento. Certamente existe, como pano de fundo desta abordagem, as preocupações com o objeto. É a captação do objeto que se quer atingir e é através dele que o sujeito se perde.

Dufour circunscreve o incremento da forma binária, quando do nascimento da história do Ocidente e entende que ela figura, cada vez mais, como uma declaração na interdição da forma trinitária. Desta constatação, o autor declara haver uma luta de prestígio e enfatiza: *a história do ocidente é a história da concorrência entre a ordem do Dois e a ordem do Três* (Dufour, 2000. p. 21). Radica nisto um *mal estar* específico dos nossos tempos. Não podemos deixar de registrar que a padronização se faz sentir em muitos âmbitos de coisas e, olhando para nosso assunto, vemos na imigração um termômetro de tal situação, quando ocorre em massa⁶². Isto ganha realidade, porque as pessoas não conseguem se “formatar” dentro das condições impostas por critérios de aceitação em alguma instância e, de forma explícita, em critérios de mercado que definem a qualificação do ser humano por duas categorias: se adapta ou não se adapta, serve ou não serve para a função requerida. Acontece uma ditadura do utilitarismo. Sem dúvida há conseqüências do taylorismo e fordismo, que marcaram os fundamentos de uma psicologia institucional, nascente na era industrial e que se ampara fortemente nas teorias psicológicas comportamentais e adaptativas (behavioristas, pavlovianas, etc.) Este fato já manifesta a evidência de sintoma social, que se materializa confrontando duas lógicas e que retorna sobre o próprio homem, no seu modo de vida e condição de humanidade.

Avançando por estas apreciações, o autor, contudo, reconhece que é por meio desta manifestação do binário que se infiltra o trinitário. Na extremidade de sua representação é que se extrai o elemento trinitário. Assim, lança um olhar sobre o aparecimento de um texto produzido por Deleuze em pleno apogeu do estruturalismo. Tal texto estabelece critérios para reconhecer o estruturalismo, sendo que entre eles se definem cinco critérios que tratam do binarismo e propõe na contigüidade, um sexto critério que batiza de Casa Vazia, o qual em nada refere ao binário, senão se contempla nele um elemento que se estabelece como *irredutível ao sistema, presente em uma ou*

⁶² As grandes migrações coincidem com a consolidação da revolução industrial. Início do séc XX.

mais séries (Dufour, 2000, p. 30)⁶³. O elemento irreduzível é perceptível quando se *mostra* abruptamente por entre as redes, mas não deixa a explicação comparecer porque ele não tem como ser captado pelo binário. Ele se implica por *faltar a seu lugar*.

A implicação entre os sistemas, em que este elemento transcende, é possível através de uma visão *diagonal*, a qual nos convoca sobre o que vínhamos indagando acima, a saber, a maneira em que o irrepresentável, o incomedível da língua se faz suportar pela língua. Adiante nos deteremos neste particular.

Aprofundando as conseqüências do sexto elemento no campo de conflito entre a lógica trinitária e binária, Dufour resolve que no *vazio* da casa em verdade existe um “cheio”, pois nele se aglutinam os enunciados que a binariedade, pelo seu imperativo de legibilidade, expulsa. Olhar a casa cheia representa uma maneira de retornar sobre o mistério. Nela, além dos enunciados trinitários, se apresentam o que se define por enunciados *unários*, muitas vezes imperceptíveis, embora estejam eles nos próprios axiomas que sustentam os operadores binários.

Chegamos, por esta via, a uma terceira posição no campo das lógicas: a *lógica unária*. Esta última resolução lógica consideramos importantíssima para nosso desenvolvimento, pois trata-se de uma contribuição especial, na medida em que não temos muitas referências a respeito dela e a consideramos fundamental para entender os dispositivos de auto-referência, assim como, com este aporte, podemos constatar melhor a ação das outras duas lógicas, binária e trinitária. Desta maneira, constatamos a diferença que faz a presença do terceiro elemento, que efetivamente possibilita a distinção e a organização no mundo das percepções.

Como dizemos, embora o unário sustente por seus axiomas os operadores da lógica binária; a lógica do unário se contrapõe a este binário, principalmente porque substitui a explicação pela *implicação*, sendo que, pela implicação se veicula uma reversibilidade em si, o que o autor define como uma *dobra sobre si*.

Em mais uma precisão dos paradigmas lógicos, Dufour define: *é unário o predicado que retoma exatamente o sujeito da frase* (Dufour. 2000, p.35), fazendo outra distinção com o binário já que, neste, a frase se desenvolve na predicação. Tal efeito, o autor explica em três exemplos significativos: 1) no enunciado bíblico, quando nas escrituras surge na designação de Deus “Eu sou aquele que Sou” (sou....sou...); 2) na teoria enunciativa, na designação do indicador Eu, “Eu quem diz eu” (eu....eu...); na

⁶³ Trata-se de referência dada em nota de rodapé, do qual não se desenvolve sobremaneira sobre tais critérios e se atem ao desenvolvimento do sexto critério que o ajudará no prosseguimento de seu enfoque.

psicanálise, quando *um significante representa um sujeito para outro significante (significante.....significante)*

Os termos, assim, internamente se dobram, provocando o que o autor denomina de *gagueira*, enunciados que se dobram dentro de sistemas teóricos que marcam limites aos estilos de transmissão. Nestes limites, para além do que possa imperar enquanto impossibilidade nestes quadros teóricos, repousa o fundamento de uma loucura necessária, a loucura unária que faz com que irrompa pela fala a pura potência. Ali, no lugar de *eu quem diz eu*, surge aquele que no índice não necessita de nada que dê garantias para a sua existência; é na criação do dito que é possível ser, que é possível a presença. Entendemos que é por arriscar na loucura que se toma também a linguagem na sua materialidade, ela é por aceitabilidade fora de qualquer constatação ou prova. A consequência da *toda potência* deste primeiro instante, no recorte unário da loucura, se segue um segundo momento: no aparecimento da absoluta impotência. Este trajeto permite apreciar a problemática que se instala, a partir da manifestação limite, em que a potência e impotência se confrontam. Será no decurso deste limite, que se sustentarão as lógicas binárias e trinitárias, tentando resoluções. É, também, contemplando este enquadre que elas absorvem o princípio unário em seus axiomas.

Na arquitetura da tal enlace lógico, reconhecemos o aporte que a psicanálise lacaniana provê quanto à construção dos tópicos em questão. Lembremos que ela trabalha na dimensão do três nos pilares⁶⁴ do seu entendimento sobre a dinâmica no aparelho psíquico, que, como se sabe, se desenvolve, contemplando uma reflexão depurada a respeito da relação do sujeito com uma verdade inconsciente que seu sintoma dá testemunho. Este recorte quebra o princípio de binariedade porque, ao conceber, assim, o psíquico, trata do sintoma⁶⁵, enquanto constitucional ao sujeito e não como algo estranho a ele, embora haja estranhamento no seu aparecimento. Com isso, a dicotomia normal/anormal sai de cena, porque a adaptação não é mais o foco de interesse. O três que permite a aproximação da verdade do sujeito precisa se localizar no paradigma da triangulação edipiana e nas elaborações trazidas por Lacan sobre o Real, Simbólico e Imaginário, matematizadas no famoso nó borromeano. Embora Dufour traga os efeitos desta triangulação em meio a outras propostas de pensamento através

⁶⁴ Essa expressão o próprio Dufour levanta quando aborda o laço individual, contudo o que aqui queremos mostrar que essa dinâmica do Real, Simbólico e Imaginário perpassa todo o assunto proposto e ajuda a precisar tais fundamentos lógicos.

⁶⁵ Compreende-se nesse aporte o sintoma como algo que não é abordado com uma simples explicação, se trata no método psicanalítico de assinalá-lo ao sujeito para que ele mesmo trabalhe suas interpretações. Então, o sintoma nesse contexto não requer explicação.

dos tempos, entendemos que a explicitação deste efeito, do três em um, do nó borromeano fornecido pela leitura da psicanálise lacaniana, é imprescindível para considerar o que esse autor propõe, uma vez que só se tem o três porque os elementos que dele participam estão enlaçados um ao outro e, sem este enlace, não se torna possível nem o um, nem o dois, nem o três da relação. A inscrição do nó na capa no livro do autor já nos avisa disto. Por fim, pensar os trajetos das lógicas unária, binária e trinitária permite equalizar, em proporção, as argolas unidas pelo nó, que unem a ordem do real, do simbólico e do imaginário.

Acompanhemos, a seguir, como o três se propõe na enunciação.

3.2 A TRINDADE NATURAL DA LÍNGUA: RECOLOCAÇÃO DA FORMA ENUNCIATIVA

Já dispondo da discussão prévia a respeito das lógicas em curso no dispositivo enunciativo, nesta parte do nosso desenvolvimento avançamos com Dufour, trazendo para nosso ponto de vista as três aberturas que são possíveis distinguir em cima do dispositivo enunciativo, em que os pronomes eu, tu e ele estão dispostos. Sabemos que a princípio é pela mão de Benveniste que eles são trazidos, o que permanece na base das elaborações que veremos, entretanto aqui acrescentam-se os aportes feitos pelo autor que acompanhamos. As duas aberturas às quais nos referimos dizem respeito à díade *eu-tu*, e, em segunda instância, desenvolve-se a referência a *ele* e, finalmente, trata-se da nomenclatura eu-tu/ele. Lembramos que *eu-tu* são relativos aos índices de pessoa e *ele* está comprometido pelo indicador de não-pessoa. Observaremos aqui que a natureza destas implicações e disjunções são importantes para retomar posteriormente operações dentro do que aqui pretendemos como enunciação imigrante em sua nova razão.

Como já vínhamos anunciando, a língua natural se engaja pelo funcionamento dos pronomes enquanto sistema específico e, assim, *quando um sujeito fala, ele diz “eu” a um “tu”, a propósito d’ “ele”* (Dufour, 2000. p. 69). Trata-se de uma seqüência que permite a designação de lugares. Neste sentido, se segue a prescrição enunciativa em que são introduzidos os indicadores de referência que se mobilizam, permitindo a chegada ao discursivo. Porém Dufour reconsidera este formato, apresentando-o como *um dispositivo no interior da língua, que inscreve sempre em seus lugares os alocutários* (Dufour, 2000 p. 69). Ou seja, não acontece a tomada da palavra, o ato de

fala, sem que tal dispositivo seja acionado. Finalmente, o autor conclui: configura-se *uma língua de acesso à língua*. (Dufour, op. cit., p.69). No acesso à língua, está implicado um acesso ao simbólico. Quando, assim, se circunscreve a verdade benvenistiana, se levanta uma base para reconhecer os efeitos que são acarretados por este funcionamento em alguns processos de significância no campo social. Na base da experiência humana, situam-se algumas conexões preferenciais, as quais o autor debate.

3.2.1 Díade *Eu-tu*

No dispositivo anunciado pela *díade eu-tu* se manifestam os tipos de realidades enunciativas contornadas pelos lugares subjetivos “eu-tu”, as consequências que se depreendem disto não são poucas. Vejamos o que se realça levando em consideração o funcionamento das lógicas.

Para iniciar, com a díade se realiza diretamente o gesto de apropriação da palavra e, com isto, a direção para qual se dirige o dizer. É na direção a um *outro* que se pondera a relação com a língua. “Eu” e “tu” põem em relação, por um lado, a diferenciação, porque *eu* precisa de outro para pôr em curso sua imagem reconhecida e, por outro lado, há o encontro com o si mesmo, na medida em que *eu* retorna pelo outro. Disso se trata quando da *reversibilidade* que Benveniste desenvolve revelando a alternância necessária entre os índices. Advertimos que a *comunicação* é estabelecida por esta organização dinâmica.

A díade “eu-tu”, ao contemplar a reversibilidade, trabalha sobre uma realidade que se concretiza no fio do discurso. Assim, no fio de discurso, em que “eu-tu” operam, estão juntos os índices de tempo e espaço que completam a referência para a enunciação. Por estes aspectos também encontramos o fundamento de algumas premissas que permitem entender a *aceitabilidade* que os sujeitos praticam com relação ao uso da palavra. É sem atrito que, no ato enunciativo em que “eu” e “tu” alternam, e este princípio se estabelece a partir do disposição para o ato de falar. Cria-se com isto, a dimensão de temporalidade, que coloca os sujeitos no presente⁶⁶. Contudo Dufour diz que não são somente indicadores de tempo que são aceitos nesta díade, mas também índices dêiticos e reflexivos de tempo, espaço e pessoa.

⁶⁶ Lembramos que Benveniste observa que, na dimensão enunciativa só existe tempo presente. Falar em passado ou futuro se organiza a partir do momento em que o julgamento enunciativo é proferido, no agora.

Conseqüentemente, quando a aceitação sem atrito, com base na alternância, é estabelecida, o que ocorre *é uma espécie de autenticação e de atualização de nossa capacidade de simbolização* (Dufour, 2000. p. 74). A simbolização, assim, precisa de uma afirmação constante a partir dos mecanismos da própria língua na qual estão contidos os tesouros da cultura, então, as insígnias das quais os sujeitos são portadores compelem a uma manifestação e ao reconhecimento. Quando tratamos da língua materna, vimos que ela se instala no sujeito quando ele se “deixa” marcar por uma inscrição⁶⁷, tomamos também esta simbolização como a maneira pela qual o sujeito faz reconhecer a sua inscrição na cultura. É falando para um outro do pacto na língua, que o contrato com ela se renova.

Se o fio do discurso passa por esta corrente, em que o reconhecimento da alteridade se manifesta, é verdade também que no mesmo trajeto se dispõem os fundamentos da rivalidade constitucional no laço individual que, sem dúvida, tem sua expressão no laço social. Tal mecanismo o autor reconhece, utilizando os argumentos psicanalíticos que tratam da rivalidade, tematizada dentro dos processos de identificação que formam o sujeito.⁶⁸ Conseqüentemente, se remete a este mecanismo a capacidade de *identificar-se*, que nada mais é do que trabalhar na gangorra da co-presença.

Confere-se, por meio disto, que é pela disputa pela utilização do índice “eu” que a querela ganha consistência. Uma questão se levanta sobre este funcionamento: o que faz com que o desdobramento *eu-tu* não se caia na loucura unária?

Certamente “eu” se propõe como uma forma unária, o que conduziria a uma fala caótica se não houvesse uma mediação. Como veremos mais adiante “ele” se revela um mediador fundamental, contudo cabe ainda um outro sustento para a mediação, trata-se do *gozo* que se instaura quando da utilização do índice “eu”. O termo *gozo* não é gratuito, ele se localiza definindo a relação fantasmática⁶⁹ do sujeito com seu sintoma. Acreditamos que existe neste dado, uma reflexão sobre o referente na língua, pois o objeto está implicado nisso, na medida em que, quando se toma a palavra é de *algo* que se fala e esse algo se rebusca nas retomadas do dizer⁷⁰. Se o objeto se anuncia na díade *eu-tu*, “tu” é chamado para dar sustentação a esta escolha, que, como se sabe, é uma

⁶⁷ E aqui algumas tendências teóricas o chamam de assujeitamento.

⁶⁸ Estão aqui também os fundamentos que tratam do estádio do espelho, trazido por Lacan no Seminário II, em que se focalizam com maior precisão os mecanismos do imaginário.

⁶⁹ O fantasma dentro da teoria psicanalítica refere a essa relação que vincula, num imperativo de gozo, o sujeito ao seu objeto de desejo, portanto é um conceito complexo.

⁷⁰ Lembramos aqui das retomadas do dizer em Jaqueline Authier e nas adequações que ali se buscam entre varias instâncias que representam o objeto, as coincidências entre as palavras e as coisas...(ver)

escolha sempre revista e na qual o objeto se transmuta sucessivamente. Então, sempre o objeto é e não é. É conforme esta realidade fugidia que se mantêm a força enunciativa e a reivindicação para a utilização do índice eu. Não existe um sustentáculo maior para esta atividade, é fugidia e por isso Dufour insiste em que se versa sobre um *simulacro*.

A força enunciativa está no simulacro e sem ele nada interviria. A loucura unária está presente na força e, a força que o gozo do uso do índice “eu” realiza, indica uma direção que não deixa o caótico se impor. Gozar de algo gera uma dívida. A dívida de que aqui falamos se paga falando, renovando o pacto. Entendemos que na alternância “eu-tu” se dilui, num primeiro momento, a loucura unária. A primeira saída da loucura unaria Dufour denomina de *alteridade fraca*, na medida em que se sustenta pela primeira instância de alteridade entre os índices subjetivos.

Agora toca ver como “ele”, não-pessoa, está disposto pela dinâmica aqui introduzida.

3.2.2 Ele: a não-pessoa na pessoa

Na decomposição das díades propostas pelos pronomes, se gera uma segunda relação em que se ligam a díade “eu-tu” com “ele”. Particularmente, é “ele” que está em pauta. Dufour sintetiza: “*eu*” e “*tu*”, *copresentes falam d’ “ele”* (Dufour, 2000. p. 84)

Conseqüentemente, por esta disposição, “ele” se constitui no ausente, aquele que está fora das relações de co-presença.

Se segue a prescrição enunciativa em que por meio de “ele” são introduzidos indicadores que compõem o enunciado, pois em “ele” cabem muitas possibilidades, se trate de sujeitos, objetos, situações, sentimentos, etc. Os indicadores que assim se mobilizam permitem informar sobre a relação do locutor com o contexto enunciativo e as motivações que ali se explanam. Assim, sentido lidamos com um ausente presente.

Entretanto é a função do ausente que Dufour prioriza. Por quê? Mais uma vez estamos nos dos processos de simbolização e subjetivação que promovem um recorte de mundo para o ser de fala. Já que, “ele” não participa desta presença, trazendo um exterior, “ele” torna-se responsável por posicionar o marco que circunscreve as duas entidades da presença “eu-tu”. Indubitavelmente, é por estar fora que “ele” é “convidado” para o fato enunciativo e é dessa maneira que “ele” introduz “eu-tu” no campo social pelo qual cobram singularidade e existência. Estamos falando de uma

dupla via, que só esse ausente pode providenciar, porque senão a loucura unária se reproduziria *ad infinitum*, simplesmente tratando da afirmação dos co-enunciadores.

Por este motivo, quando este autor percebe que o dispositivo com o qual ele se preocupa é *um dispositivo no interior da língua, que inscreve sempre em seus lugares os alocutários* (Dufour, op. cit, p. 69), ele se preocupa também em localizar o modo pelo qual “ele” participa dessa inscrição de “eu-tu”, e entende que o terceiro pronome, embora, na determinação de não-pessoa, é fundamental para que os outros dois termos se organizem na díade da co-presença.

Sem dúvida que a direção que toma este paradigma ajuda a perscrutar traços significantes, aderidos a cada elemento destas relações (“eu-tu”, “ele”), conseqüentemente pode-se ver o modo como estes elementos dispostos acarretam certas disposições enunciativas e não outras. Dependendo da forma com os esses indicadores ganham ênfase, a enunciação se instaura provocando conseqüências diferentes. É desta maneira que, quando na díade “eu-tu”, encontramos a prevalência do unário e binário, “ele” faz surgir um terceiro tempo, em que podemos encontrar o trinitário, que entra modificando a significação dos fatos enunciativos. Embora esta proposta se assemelhe à de Benveniste, dela difere, quando concebe trânsitos lógicos, que articulam o *três em um*, por implicação. Vejamos: Benveniste preocupa-se, antes de qualquer coisa, em definir as características e funções que cada elemento pronominal aporta para o funcionamento do *Aparelho Formal da Enunciação*, conforme um modo de apropriação que dá acesso à língua. Para isto recorta a frase como unidade de análise. Aqui se contemplam as condições do significar, no que se manifesta a ascensão de *certa classe de signos que ela* (a enunciação) *promove literalmente à existência* (Benveniste, 1989. p.86), ou seja, é a expressão da língua que interessa. Já Dufour expande esta unidade quando expande o sistema de relações, pois assinala a maneira como a forma do três se engaja nesta estrutura maior, que assinala o lugar do sujeito no campo social, pela *simbolização* da relação do sujeito com o mundo, de acordo ao tempo trinitário e, para isso conta com a língua. Através desta idéia, de certa maneira, se incumbe do tipo de comunicação entre os sistemas semióticos do qual Benveniste falava em *Semiologia da língua*, do qual tratamos no capítulo anterior. Aqui contemplam-se o modo de relação entre os sistemas e de como o sujeito se torna agente neste trânsito, lidando com as formas lógicas que os determina. Sobre tais consideração Dufour autor reconhece que não são todos os sujeitos que conseguem atingir o tempo terceiro, e as patologias falam amplamente disso, quando observados os mecanismos de fala ou não-fala, trazidos

respectivamente pelas psicoses e autismo. Seguramente as significações certificam mudanças, dependendo do pêndulo sobre o qual oscila o mistério.

Para tratar destas relações, o autor reconhece no aparelho benvenistiano *uma língua de acesso à língua* (Dufour, 2000. p.69), o que permite abrir caminho também por outros sistemas porque neles também está implicado a estrutura do três, embora, em ocasiões não seja fácil identificar devido à arte que o trinitário tem de se camuflar. É o caso da narrativa que veremos adiante, igualmente se projeta no trinitário.

Diferenciando este novo contexto, no qual “ele” tem participação na articulação da co-presença, o autor adianta que é graças ao ternário que se *reciclam esses elementos residuais e estabilizam as incertezas geradas* (Dufour.2000.p.89)- pela primeira díade.

Certamente a reciclagem que “ele” promove depende de uma ação diferenciada, quando não é relativo a uma referência de co-presença, mas sim a uma referência fora dela. Facilitado por esta característica, no lugar em que “eu-tu” definem uma relação de inclusão indicado pelo traço (-), o “ele” estabelece uma relação de disjunção indicada pela barra (/). É interessante que, quando a disjunção se concretiza, este operador transforma-se em *um fabuloso operador cinestésico e cada falante o utiliza do modo mais banal possível*. (Dufour. 2000. p.90).

Com esta característica, “ele” permite transitar por fora das condições impostas na estrutura da co-presença, que se ampara no tempo plenamente intersubjetivo e que se define pelo presente, o aqui e o agora. “Ele” permite criar a oportunidade de transitar por fora, de tal maneira que, a partir disso, é possível falar dos fatos já acontecidos ou por acontecer, em lugares que não os estritamente situados no encontro entre duas pessoas em diálogo. Ou seja, se abrem os vínculos e se vai para além das considerações intersubjetivas. É pela qualidade de trazer o que não está presente que a comunicação se enriquece. Do mesmo modo, os mesmos indicadores de subjetividade ganham projeção, ampliando trajetos.

Aqui temos uma noção de mobilidade no trânsito com a língua e também, de fato, o mecanismo de atualização se instaura em plenitude, pois é através do movimento que aqui se consegue, que se pode tratar da existência das diversas versões e sentidos que se podem apresentar. Digamos a loucura unária é absorvida e substituída por um princípio de cultura.

Dufour identifica nisto não apenas um processo de expansão, também acrescenta a ele o movimento de retorno que “ele” empreende. Nesta outra trajetória, acontece uma fórmula de enquadramento necessária aos co-enunciadores. Exatamente no instante em

que se apreende e se nomeia o ausente, produzindo uma consistência com esta nomeação, se faz com que o elemento, então identificado, possa ser expulso. Somente com a expulsão é que a afirmação de “eu-tu” se concretiza para quem faz uso da fala. Há, portanto, uma afirmação pela expulsão do terceiro. Ao afirmar a expulsão, a afirmação recai, conseqüentemente, sobre o estado de presença dos co-enunciadores; assim, resulta um tipo de autenticação dos lugares. A partir desta elaboração, o autor postula para esta relação a denominação de *alteridade forte*. As conseqüências que se deriva para o campo enunciativo são interessantíssimas, pois é permitido lidar com a diferença e com o radical da diferença.

Para o sujeito imigrante em situação de enunciação, a autenticação pela expulsão pode-se representar quando ele propõe uma desconsideração do lugar de origem, para solicitar, no retorno deste excluído um título de cidadão “universal”. Um paradigma disto é analisado quando Julia Kristeva trata do cosmopolitismo, que propõe no contorno da abolição dos limites a desarticulação dos lugares. Daqui uma provocação.

Para exemplificar tal oscilação, em que “ele” retorna sobre o “eu”, tomaremos uma entrevista recolhida em 2001⁷¹ com um imigrante argentino no Brasil, em que ele se empenha por descrever sua realidade cotidiana como imigrante. Vejamos:

*[...] es muy confuso ver el idioma sin ver la cuestión de la nacionalidad, sin ver la cuestión de la historia personal, entonces lo que yo siento siempre es una revisión constante, es como si estuviera escribiendo todos los días y a veces impulsado por la idea de la denuncia del extranjero, o sea, siempre voy a ser extranjero, no quiero convencerme de eso... pero siempre **alguien**⁷² me dice eso.*

Parece que nesse sentimento de escrever diariamente, ele tenta retomar sua condição de não ser do lugar, deixando, assim, em suspenso sua língua e sua história pessoal, dentro do discurso e, ao mesmo tempo, ele tenta apagar a identidade estrangeira. Há um choque de sentidos. Observamos que o “ele” retorna aqui nessa figura do *alguém*, indefinido, pode ser nenhum ou todos, que lhe lembra do seu ser estrangeiro, na medida em que não há história daqui que possa ser contada (a origem),

⁷¹ Esses dados recolhidos em entrevista, os coletamos em 2001 para o desenvolvimento da dissertação de mestrado e hoje os releemos a luz dessas novas reflexões.

⁷² Ênfase nossa.

sua origem não encontra versão. Estamos falando de uma impossibilidade da posição de sujeito na enunciação, assim, acusa, não estou como sujeito, estou como estrangeiro. Esse estrangeiro toma um sentido de limite entre o sujeito e o não-sujeito. Esse *alguém* que retorna, falando da diferença, no mesmo instante, o expulsa do lugar. É como se o “eu” se invertesse a intervalos com o “ele”. “Eu” se destitui da co-presença e se faz ventríloquo do “ele”.

Por fim, Dufour faz uma última consideração ao modo como “ele” intervém na díade “eu-tu”. Quando as partes eu-tu se apresentam juntas, existe, nesta união a experiência do amor, sentimento que ultrapassa a vivência da distinção. Sendo, assim, é o *prazer* que se anuncia, o prazer de estar junto. Com isto, a *fusão* é o matiz que toma conta do vínculo. Porém este estado só se torna possível, mais uma vez, quando um terceiro termo intervém, pois pela ausência se afirmam as outras partes (eu-tu) quando as partes se reúnem para falar d’ “ele”, num horizonte em que é possível se unir. Desta maneira, “ele” advém como aquele que permite a união. A união retrata uma maneira de perder-se de si e, com isto procede a uma despersonalização ou um “desvanecimento” do “eu”. Trata-se de um limite em que os operadores intersubjetivos perdem o uso de suas funções. Há aqui a aposta no gozo, na dilatação da consistência, na quase inconsistência. Dufour descreve tal processo da seguinte maneira:

Gozando, renunciando à forma “eu” agregando-me por um tempo dado ao Outro, à ausência, ao “ele”, a todos os sujeitos eu compreendo isso ao qual “eu” está prometido....através dessa pequena morte, antecipo a outra morte, a grande, que é minha única certeza e cuja experiência jamais poderei fazer. (Dufour, 2000. p. 95)

Vemos que “ele” promove um horizonte da experiência, ocupando, varias versões do diferente, até a expressão do fim último, na morte. Como o autor refere, há, no ensaio desta pequena morte, um preparo para a grande morte. Neste intervalo encontramos as modalidades deste ensaio, que está sempre se renovando. O ensaio da fala, o mais simples de todos, já traz consigo a experiência da pequena morte no momento em que paramos de falar para que outro assuma a palavra. Entre os outros muitos ensaios, se anuncia o relato, que passa pelos processos da *narrativa*, que para nós se mostrará importante, já que neste trajeto tentaremos captar as representações da

nova voz enunciativa que o imigrante organiza no “outro lugar”. Narra-se para um outro e também com o intuito de que o próprio relato se mantenha no campo da herança social, no Outro. Nesta medida, quando se termina de falar, ao finalizar o relato, ele deixa de pertencer a quem relata, deixando a outro a tarefa da transmissão, assim, vivencia-se um tipo de morte menor, quando essa palavra é entregue a outro, que assume a tarefa de levá-la adiante. Com certeza nisso está implicado o Outro, aquele que exige um pagamento para ofertar o pertencimento à cultura.

Quando há morte há herança e quando há herança também há dívidas para com aquele que passou ou transmitiu algo. A herança é simbólica, é aquilo que determina lugares dentro do sistema de trocas sociais.

O traço que vincula “ele” com a morte não é original, isto já foi tratado em diversas abordagens teóricas, como o próprio autor reconhece, entretanto o que se realça é, mais uma vez, a maneira como os preceitos, articulados no trinitário, pelos diversos contextos.

Para concluir esta parte, gostaríamos de fazer uma pausa, olhando para o que pode concernir ao imigrante. Podemos entender aqui que o imigrante, quando faz contato com a outra língua e cultura, se depara com mecanismos de ampliação e de expulsão do “ele” de maneira singular, que têm conseqüências nos parâmetros de conjuntura, nas categorias de pessoa e não-pessoa.

No índice “ele”, o imigrante encontra de saída o ausente personificado, principalmente porque nele reconhece o que não está mais junto ao sujeito; que são a sua língua e a forma de relacionar os elementos do campo social, além de algumas experiências do campo sensorial que unem o corpo à experiência, tais como a alimentação. Por outro lado, o “ele” da cultura na qual o imigrante se insere não está integrado totalmente à experiência, digamos que está ainda sendo adivinhado. O valor da função do “ele”, que intervém nos processos de significação e que situam o tipo de morte, está em aberto. Porque, se é certo que em todos os lugares se morre igual, os rituais que confrontam a vida com a morte são diferentes. Existem vários modos de morrer.

Para o imigrante a cinestesia redobra-se porque, por um lado, nos operadores eu-tu, quando o imigrante toma a palavra, ele já está numa dessimetria, pois o “tu” instaurado está na disposição de quem tem as ferramentas da interpretação, considerando-se que “tu” tem a dimensão e o sentido de valor na língua, o que para o sujeito imigrante fica, em muitos aspectos intraduzível porque ele é inquirido pelo

sistema de valores integrados em língua materna. Daqui a conversão para o sistema de valores está diretamente ligada à presença do “tu”. “Tu” que me traduz e indica o valor das coisas. A interdependência, por isto, fica truncada. Assim, ao mesmo tempo em que “tu” é convidado para essa tradução, ele é repellido por não ter como compactuar com este operador, pelos dispositivos focados em sua língua de origem. Por isto, também “tu” é meio cego, ele não devolve o índice de maneira íntegra, ele reflete uma falta no “eu”. Quando o imigrante toma o índice “eu” na enunciação, então ele entra como um índice deficitário, ele não dá totalmente conta de seu “eu”. Aqui, não podemos esquecer, que quando Benveniste trata do universal dos pronomes nas diversas línguas, ele diz que muitas vezes estes operadores não se dão exatamente por tais unidades, conhecidas em línguas de origem latinas, senão que estão presentes através de outros recursos da língua. Mesmo que os operadores ofereçam o mesmo recurso, este recurso tem uma expressão para esse tipo de vínculo idiomático e, quando ele precisa ser transferido, necessariamente será afetado por permutações, a forma e o sentido determinam modos, mesmo que eles sejam operadores nas mesmas funções para toda língua.

O mecanismo enunciativo em língua materna sofre sensivelmente na mudança de língua porque o sistema como um todo é afetado no seu equilíbrio.

Até aqui tratamos de “ele” que se expressa representado no discurso. Embora excluído, ele está, como vimos, incluído de variadas maneiras na díade “eu-tu”, costurando possibilidades do Simbólico. Contudo Dufour abre mais uma direção, e nos apresenta o “ele” que é barrado, “~~ele~~”⁷³; em uma última díade “ele–~~ele~~”. Esta díade põe em curso o último limite dentre os mecanismos de simbolização e, conseqüentemente, dos processos enunciativos. Acompanhemos.

3.2.3 Duas noções do “ele” na passagem do discurso à escrita

Como se anunciou no desenvolvimento anterior, o ele essencialmente se faz representante do *ausente* que de muitas maneiras, é introduzido pela relação da co-presença. A sua operacionalidade é indispensável para formular a dimensão simbólica, que inscreve sujeitos na malha social. Por este mesmo motivo e à custa de todos estes movimentos que o tornam assimilável, ele carrega o peso de definir limites ou talvez de fechar ciclos, pois, como vimos - e como será melhor abordado adiante, quando trataremos da narrativa- é nele que se faz e refaz a dimensão da morte. O leque do

⁷³ Trata aqui do ele barrado que daqui em diante figuraremos por “~~ele~~”.

trinitário se revela neste limite. Entretanto Dufour nos lança mais um enigma quando sugere que, para além desse limite, nos deparamos com um último indexador atribuído ao “ele”, em que a representação não procede mais, e é ali que se apresenta *um “ele” da ausência radical* (Dufour. 2000, p. 110).

O “ele” da ausência radical aparece como um último recurso, nos tempos atuais, tentando corrigir o erro unário desencadeado pelo “eu”. A “correção” se determina num para além do limite exposto pelo “ele”, representante da ausência representada. Promovem-se, assim, dois limites: um interno extremo, deste desencadeamento, e um outro limite externo, também extremo.

Posto desta forma, o externo extremo efetivamente foge à estrutura trinitária, e o autor que aqui acompanhamos sentencia: isso se recria num *fora do campo*. É um silêncio sem recurso. Uma opção última. Torna-se opção quando cobre a necessidade do *nada*; um nada que está na língua e que em si já designa um limite da representação, principalmente porque, quando aparece, mais do que um dizer, o *nada* se mostra.

De alguma maneira *isso nomeia o não-representável* (Dufour, 2000, p. 112), então, se infiltra como um simulacro que se expressa em uma contradição, pois “*ele*” *porta em si uma negação que não pode assumir totalmente* (Dufour, op.cit., p. 112). É a partir desta construção que o autor dá uma contribuição significativa, constatando que nesta passagem entre o ausente representado e o ausente irrepresentado (impregnado no simulacro), “ele” pode ser mostrado e barrado, ou seja, há uma figuração da ausência. Esta operação se escreve “~~ele~~.” Na oralidade, a expressão disto é quase imperceptível: no entanto, na escrita, pode ser calcado. Intuímos um exemplo da barra na fala, quando identificamos nas retomadas do dizer a tentativa de reconstituir o sentido, destituindo um sentido anterior, contudo, não traz a mesma consistência como na escrita, em que a barra se expressa pelo risco executado encima da letra, simplesmente aparece impresso, se mostra destituindo o sentido que antes apareceu.

A partir de tal distinção, Dufour outorga à última díade, “*ele/ele*”, a passagem entre as duas formas de simbolização de nossa cultura humana, a dizer, a fala e a escrita.

Essa *chave de conversão* nos interessa sobremaneira, pois, como já vínhamos discutindo, é do dizer que se apresenta em narrativa⁷⁴, daquilo que vai do oral ao escrito, que podemos observar os diversos níveis com que o sujeito se entrelaça com a língua atribuindo-se estilos de estar na língua, estilos de produzir enunciação e, relativamente

⁷⁴ Narrativa, que adiante veremos, na função de transmitir para o outro.

ao imigrante, estilos de se apropriar de valores diferenciados de língua. Certamente, aproveitando o aporte psicanalítico, podemos assumir que há diversas maneiras de produzir sintoma na língua. Aqui cabe a questão: há mudança de sintoma quando há mudança de língua?

Voltando à narrativa, vemos que ela joga um papel fundamental quando tentamos identificar, então, o modo de o sujeito estar na língua e como se regula nisto o laço social, fundamento da simbolização, porque trino e misterioso pela continuidade de sua existência, driblando as fórmulas do binário da razão.

Entretanto vemos que a tomada da palavra na escrita, sugere, pela elaboração acima descrita, uma adesão do sujeito à proposta radical, que, ao definir um *não representado*, faz com que ele se projete junto à sombra entre as palavras expostas, que as provoca, as amarra, as trunca, etc. Desta maneira, quando o sujeito imigrante se expressa em narrativa, que é apresentada neste outro lugar de enunciação, em outra língua, ele convoca aquele *não-dito*, sempre atual no sentimento do imigrante⁷⁵, que o induz e joga nas mais diversas brincadeiras e ciladas da palavra. Isto não é propriamente dito, mas é *mostrado*, e o outro lê esta situação quando dos tropeços entre as significações, entoações diferentes e outras manifestações.

Por esta chave de conversão, também podemos olhar para o imigrante, no paradigma de uma *nova inscrição enunciativa*, na medida em que há o novo quando o ritual da morte ali se realiza, dando alcance ao que vem depois da morte, um novo pacto, um nascimento. E, como consequência, vemos que a ordem do símbolo⁷⁶ se altera, produzindo e provocando uma proposição distinta à anterior.

O *nada* está no intervalo da morte, que define o fim e o início de algo, pois, precisamente nada se justifica. Também nenhuma lógica explica o nascimento, ele acontece. A lógica unária irrompe deste irreal, com toda potência, para levantar a possibilidade de sujeito. A narrativa ali socorre entre as malhas dos ditos, com uma organização para o outro, aquele que procura sentido., aquele que devolve um “eu” na encenação da co-presença, que novamente se integra para falar d’ele, do Outro que determina lugares de trocas.

Atingindo o ponto em que o trinitário se recicla na língua natural, passaremos à próxima elaboração, tratando de definir o conceito de *narrativa* que nos interessa

⁷⁵ Entendemos com isso o estranhamento de não ser plenamente do lugar em que se enuncia na outra língua.

⁷⁶ Sejam eles da ordem da língua ou de outra índole.

estabelecer, integrando a ela a dimensão enunciativa e os pressupostos lógicos implicados na significância.

3.3 A CONSTRUÇÃO NARRATIVA E O PRINCÍPIO TRINITÁRIO

A narrativa da qual tratamos está prenhe do mistério no trinitário e observa o movimento das lógicas unária e binária, das quais vimos os tipos de funcionamento e a maneira como elas desembocam nos recursos do trinitário e, em última instância, é daí que encontram sua verdadeira condição de ser. Claro está que somos levados a considerar os paradoxos que ali se depositam, todavia, se não forem considerados tais paradoxos, é porque a natureza do humano, transposta para os relatos, se extraviou.

A narrativa acontece e se produz dentro de um grupo social humano. Ela é considerada um dos pilares, senão o pilar, da cultura porque permite transmissões de histórias, pensamentos, ensinamentos, lugares, etc. As transmissões, tomadas na particular tarefa de movimentar, de girar o mundo, exigem certos modos de acontecer.

A narrativa pode ser apreendida tanto pela oralidade quanto pela escrita e em ambos os casos, o que ocorre é a construção de um texto⁷⁷ que vai sendo passado, ao mesmo tempo em que, no passar, se o reelabora. Na reelaboração necessária ao relato, se apreciam, como dizemos, as qualidades da oralidade e da escrita, no que elas, em suas particularidades, têm de circunscrever, aparando as arestas que vão ficando, produto do erro unário. Através deste movimento, também se trabalha nos desdobramentos necessários para tentar sair do enquadramento binário. A narrativa mostra seu mecanismo pelo princípio trinitário.

Além de repousar nosso olhar sobre esse efeito, tentaremos discutir, a partir das contribuições de Dufour, a chave de conversão entre o oral e o escrito.

Dufour, quando vem balizar a narrativa, acolhe fundamentos já tratados em um livro elaborado anterior a este que utilizamos aqui⁷⁸, onde afirma que a narrativa comporta *um dos “extremos” da língua* (Dufour. 2000. p.139); e, no outro extremo se posiciona o “eu”. Localiza os dois modos da gageira que prendem estes extremos, um na teoria benvenistiana, quando se expressa: *“eu”sendo quem diz “eu”*, e, o outro na narrativa, e escolhe a definição tratada por Lévi-Strauss em que o relato “se constitui a

⁷⁷ Pensamos o texto principalmente na dimensão enunciativa como um ato individual de atualização na língua, que toma um contexto mais amplo, mas que não deixa de envolver a procura da significância no grupo humano. Cremos que é essa a disposição do autor que aqui nos acompanha.

⁷⁸ Trata-se do seu livro intitulado *A Gageira dos Mestres*.

si mesmo como contexto”. Deste modo entende que o “*eu*” nesse aspecto se redobra sobre si mesmo e o relato se desdobra sem cessar sobre si mesmo (Dufour, 2000, p.139). Ao acompanhar o efeito gagueira o autor deriva uma crítica fundamental, a qual lhe permite dar andamento à ótica que escolhe para tratar da narrativa e da qual aqui nos apropriamos, pois condiz com nossa preocupação.

Quando observa o limite deste desdobramento, Dufour estabelece uma mudança de prisma, opondo-se ao estruturalismo que Lévi-Strauss propõe, principalmente porque o olhar sobre a estrutura do mito, que o faz limitar-se a si mesmo, deixa de lado o fundamento essencial para que ele exista e que é o dispositivo de *transmissão* do relato. O autor se questiona: omissão estranha ou cilada do binarismo? Saber da resposta talvez não resolva muita coisa, mas a questão é que o resultado para Dufour se precipita a partir do descaso com a transmissão e anuncia a tentativa de reatar com o mistério que nos joga na linguagem.

Quando a capacidade da *transmissão* passa a primeiro plano, é possível resolver a maneira pela qual o sujeito se posiciona no ato de sustentar o relato e na capacidade de viabilizar o campo das resoluções simbólicas. Esta postura, que aqui está contingente aos campos lógicos que recortam o humano, posteriormente, Dufour a tomará com maior ênfase em seu livro: *A arte de reduzir cabeças* (2005), quando entra em jogo a capacidade de produzir um Outro para a cultura, ainda que isto se organize pela ficção ou essencialmente pela ficção. Nesta leitura, reconsidera-se a produção ficcional enquanto ato dentro de uma postura ética quando na contemporaneidade, os dispositivos se inclinam a processos de desimbolização, desencadeando uma nova forma de subjetividade. Não daremos seguimento a esse ponto, somente o apresentamos para ter a dimensão do extremo que a narrativa pode alcançar.

Dando continuidade à reflexão sobre a transmissão do relato, vemos que nele se deposita um imperativo que perpassa todo seu processo. Trata-se, como vimos, do texto que tem de ser passado de um para outro, incessantemente. Embora aqui se observe um mecanismo que se responsabiliza por manter um princípio de realidade e, portanto, de materialidade desse fato entre homens, isso não se cria por um simples mecanicismo, pois depende de gestos significativos que produzam *significância*⁷⁹, na medida em que, a cada vez que alguém oferece uma narrativa para um outro ouvir, nela deixa sua interpretação. Ou seja, ela é acrescida com novos elementos a cada vez. Estes

⁷⁹ Estamos acentuando o modo de conceber significância por Benveniste em *Semiologia da Língua* (Benveniste, *Problemas de Lingüística Geral II*)

acréscimos vão compondo um texto que assume formas dentro de um patrimônio cultural, que se manifesta para um Outro. O texto narrativo, desta forma, é um corpo sempre em construção, que se articula entre fendas interpretativas e se assume por falhas ou faltas, solicitando acréscimos. “Eu” e “tu” se implicam no texto, visando o preenchimento na tentativa de apreender o relato em sua totalidade, dessa maneira tentando dar consistência a “ele”. Por ventura, este terceiro nunca se completa, e o fluxo da palavra empenhada na falta, prossegue.

O dispositivo da transmissão do relato, é definido pelo autor, então, como uma forma de:

[...] interpelação dos sujeitos respondendo à intimação [sommation] do Outro: o relato é a soma [somme] de duas versões e, como totalidade “descompletada”, ele intima [somme] o sujeito interpelado a produzir a última versão. (Dufour. 2000, p. 140)

Vemos que o sujeito é interpelado enquanto autor, do que lhe cabe, no relato. Assim, quando da narrativa, somos levados a conferir a dinâmica interposta entre os mecanismos da enunciação e os mecanismos da transmissão. O três emerge em um paralelo novamente simples e complexo. Simples, na medida em que se trata mais do que de um descobrimento, de uma constatação. Complexo, porque a matriz do trinitário se movimenta povoando sentidos variados, conforme as relações que disso se destaque. Na enunciação, temos um *eu, tu, aqui, agora* que define uma seqüência mínima ternária. Já na narrativa, o ternário se expande e se conta à maneira de *três gerações*. A implicação de tempo, espaço e sujeito, se resolvem por uma interdependência e intervalos maiores entre os agentes e as condições enunciativas.

Para entender a resolução de tempo, espaço e sujeito na narrativa, se apela, então, para chamada *pragmática do relato*. A expressão deriva dos aportes que Dufour recolhe em J.- F. Lyotard, que analisa o processo pragmático de transmissão do relato, o que, em definitivo, Dufour trata como *triângulo pragmático* (Dufour. 2000, p.141).

O movimento que se imprime através desse triângulo pragmático tem como alma o chamado *saber narrativo*, que diz respeito à capacidade de narrar. Esta capacidade tem as cores da vida quotidiana, no que ela expressa um *saber-fazer, saber-dizer, saber-viver, saber-escutar* (Dufour. Op. cit., p.141) e de tudo que exprime uma competência que *excede à determinação e à aplicação do simples critério de verdade*. (Dufour. 2000, p.142). Ou seja, aqui se indica especificamente aquilo que excede à filosofia e às

ciências, nas quais prima o critério de verdade. Compreende-se em definitivo que a binariedade se deixa de fora na competência narrativa.

No trinitário do processo narrativo, se desdobram *instruções pragmáticas* (Dufour. 2000, p. 143) que dão curso às atualizações do relato. Identificam-se, neste esquema, três tempos necessários para o desenrolar do processo, sendo eles: um tempo presente, um tempo anterior e um tempo posterior. Embora, eles estejam divididos compreende-se que também se definem interligados. A esses tempos, o autor em pauta, atrela o constituído conforme a seguinte seqüência: narrado/narratário/narrador (Dufour, 2000, p. 144) .

Sem muita dificuldade, se tecem algumas relações que terminam por definir tais vínculos junto à seqüência dos pronomes *eu,tu/ele* ou princípio da *língua natural*. O autor reconhece no tempo atual um “eu” que conta, conforme o tempo do *narratário*. Lembrando que “ele” recebeu do que era “eu”, na atual condição de “tu”, a informação. Na contigüidade quando “eu” conta a “tu”, se institui o *narrador*, em que o relato termina por ser transmitido e onde acontece o ponto de reversibilidade entre os índices “eu” e “tu”. Então, “eu” passa a ser “tu” e “tu” passa a ser “eu”. Finalmente o *narrado* se assimila ao terceiro momento em que o relato se fixa no campo de “ele”. Assim, o contado sobre “ele” se integra no relato, que, pela natureza das construções humanas na língua, demanda completude, mas, pela mesma natureza humana também nunca acontece de tal maneira, cedo ou tarde se acusam falhas que não permitem a completude demandada, e, assim, o triângulo pragmático inicia mais um ciclo. No novo ciclo, novos elementos serão agregados ao relato.

Conforme tal funcionamento, o autor utiliza mais uma vez o modelo de Lyotard para mostrar estes três momentos, configurando-os de acordo com três alocações realizadas: A1, A2 e A3; assim, se conta em A2 a locução atual, em A1 a locução anterior e em A3 a locução posterior. Conclui-se disto que:

A unidade de medida, na pragmática narrativa, é pois, constituída de uma seqüência de três alocações. Também aqui Um é igual a Três. (Dufour. 2000, p. 147)

Referido isto, se destaca que a compreensão de história, contemplando o esquema trinitário, pode ser assumida conforme dois tipos de valores, que o autor toma como inversos. Por um lado, se tem o valor restrito ao tempo da alocação, que é de curta

duração ou melhor, sua validade se expressa pelo tempo em que se enuncia, para, em um segundo momento, conferir outros valores em uma próxima alocação. Por outro lado, a história, ao compreender três alocações, pode ser assumida admitindo uma temporalidade maior, aqui explicitamente referida a três gerações. Em cada um destes modos, ao ser considerada uma relação de tempo diferente, também se observam algumas diferenças quando se relaciona o terceiro termo “ele”. Quando vimos a relação do terceiro termo na língua natural, já observamos algumas conseqüências daquele representante da ausência que reposiciona ‘eu’ e “tu” na enunciação. Entretanto, na narrativa, é acentuada a especulação relativa ao Outro, da cultura, que se proclama analogamente a este “ele” da enunciação.

3.3.1 A narrativa no entrecruzamento com a língua natural

Concordando com esse primeiro desenvolvimento, acrescentamos mais ponto sobre a narrativa, para destacar o entrecruzamento do funcionamento enunciativo, *eu,tu/ele* com o triângulo pragmático narrado/narratário/narrador. Entendemos, acompanhando o autor, que os dois modos de realização na linguagem, se relacionam como operadores de espaço e tempo. Conseqüentemente, sem deixar de reconhecer o tempero saussuriano, se constata que à primeira disposição trinitária se atribui a *dimensão sincrônica* e à segunda disposição ternária se atribui a *dimensão diacrônica*. A regulação que disso resulta permite o funcionamento de *uma estrutura fundamental da simbolização*. (Dufour, 2000. p. 146). Torna-se este o modelo para diversos sistemas de simbolização.

Entendemos que o funcionamento deste paradigma, permite que um imigrante se sinta amparado porque, mesmo vindo de um outro lugar, pode reconhecer este funcionamento como universal e, assim, se dispôr a apostar em uma maneira de simbolizar sua posição perante o novo circuito do narrar.

Expressamos tal dinâmica da seguinte maneira: assim como o ato de apropriação do discursivo se precipita no ato de enunciar, e o indivíduo introduz para tal efeito índices de referência, instituídos em eu-tu/ele, aqui e agora, na construção narrativa, dimensiona-se um ato *enunciativo complexo*, na medida em que, quando um relato é construído juntamente ao seu efeito de significância, isto situa um sujeito portador de um texto, de tal maneira que no contexto deste gesto de enunciação, se constitui este portador como ponto ou índice de referência na esfera do laço social. O sujeito que se

introduz por meio do índice “eu” no presente do relato situa também aquele que veio antes e o que virá depois. Ou seja, o pacto com o simbólico, enquanto espaço das trocas sociais e de valores que disto se gera, é atualizado no ternário.

Contando com esta sistemática, reconhecemos que a implicação que resulta disto, por um lado, permite que o relato pelo seu funcionamento, conte com o sujeito, com a criação que ele fará, diversificando, induzindo a heterogeneidade necessária às diversas maneiras que são possíveis na atualização do relato. E, por outro lado, o estatuto do sujeito será formulado de acordo com as formas com que o sujeito é convocado no narrar. Isto expressa algumas exigências do texto ou determinações do texto. A inscrição do sujeito pode ser abordada segundo estas duas ações, contextualizando as maneiras de contar a história e organizando a relevância de algumas coisas e não de outras.

O modo de construir referência, na instância do laço social, é relativa efetivamente a um *saber narrar* e aos domínios que o sujeito se permite ler, conforme o andar do relato.

3.3.2 Sobre algumas considerações da narrativa no imigrante

Segundo o que se explanou sobre a natureza da narrativa, gostaríamos de tecer algumas considerações sobre o engajamento do sujeito imigrante no processo narrativo.

Iniciaremos com uma questão: observando a dinâmica de transmissão do relato, como essa dinâmica se dinamiza no relato do imigrante?

Primeiro entendemos que, para que haja narrativa, não se fugirá ao procedimento que situa os três tempos. Contudo cabe resguardar que, no desenvolvimento “natural” da narrativa, teoricamente tudo se passa na inscrição de um sistema de valor na língua, o que faz com que para o imigrante o processo natural da narrativa tenha de ser reorganizado devido à mudança no sistema de valores na língua. Desta maneira, tomamos como hipótese inicial o seguinte: *Pela mudança de sistema lingüístico e pela mudança de vínculo com a cultura⁸⁰, o sujeito cria neste outro contexto, certas alterações no ciclo narrativo que derivam em alterações no modo de significar o narrado.*

⁸⁰ O estatuto do sujeito modifica-se quando esta solicitante, porque estrangeiro no outro país. Isso é dado nitidamente pelo estatuto jurídico em que os sujeitos são diferenciados. Todos os países são regidos por leis específicas para estrangeiros.

Em primeiro lugar, há uma necessidade de falar da experiência de mudança de registro lingüístico-cultural, para poder retomar a coerência do sujeito frente ao texto narrado. Acreditamos, também, que a possibilidade de resolver esta coerência para o ciclo, permite a afirmação do processo enunciativo. Uma segunda hipótese: digamos *que é graças a esta resolução pela via narrativa que é possível retomar o bom funcionamento do aparelho formal da enunciação*. Exatamente no instante em que um texto é criado, dando conta do ponto de referência para o sujeito, é que o sujeito acha a via de ingresso à sua fala nesse outro lugar. Assim, o imigrante se permite estar na outra língua, com o equilíbrio pertinente, entre os elementos da seqüência enunciativa (eu-tu/ele), reconhecida pelo outro sistema lingüístico. Isto permite estipular o lugar a partir do qual se fala, e da mesma maneira, pelo contexto realizado, se estabelece o co-referente nessa tarefa.

Restituir o funcionamento enunciativo no outro lugar passa, então, por restituir o processo narrativo. Estamos na *nova inscrição enunciativa*. Desdobra-se como o tempo lógico lacaniano que imprime na seqüência: instante de ver, um tempo de compreender e momento de concluir. No último momento, o de concluir, é que se integram os outros tempos em sua plenitude. Similarmente, quando a capacidade de narrar se precipita para o sujeito imigrante, é o momento em que ele integra seu lugar no lugar. Quando a narrativa aparece organizada, ela já é algo elaborado intimamente pelo sujeito como uma verdade interna a sua forma de estar no outro vínculo, na outra língua. Ela é uma verdade válida para a experiência, em nada parecido aos moldes da verdade científica.

Atendo-nos, por uma outra perspectiva, à seqüência propriamente dita do triângulo pragmático, temos de considerar que entre o tempo do narratário e o narrador acontece uma quebra na estrutura do ciclo iniciado no lugar de origem. A história em questão não tem as mesmas condições para ser transmitida. Desta forma “eu” me incumbo de um relato no meu lugar de origem que diz respeito ao laço social que ali se circunscreve, digamos, aos tipos de mitos que nele circulam. Quando ocorre o evento migratório, esta incumbência perde algo de sua eficácia de significação, então o saber narrativo pode ficar atrelado a outros fatores. Percebemos que o que se perde tem de ser “traduzido” para este outro lugar. Vemos que nisto se é impelido a acrescentar a experiência imigrante, que remete à narrativa imigrante da qual acima nos referimos, comportando ela o elo que incumbe a coerência do que se quer transmitido. Em tal passagem, “tu” é reconsiderado na cadeia de transmissão. Também a alteridade de “ele”, ao qual vai se juntar a última versão, também é recomposta. Certamente que é por

este motivo que as comunidades de imigrantes se reúnem para contar a façanha da imigração. Hoje se tem no Brasil várias entidades que organizam estas narrativas⁸¹.

Atemos-nos, assim, ao tempo da narrativa que se estende entre gerações.

A imigração antecipa uma forma de *morrer*, porque deixar de ser o que se foi em língua materna, tira algo de interno em cada um. A representação da ausência na pequena morte no eixo sincrônico e da grande morte no eixo diacrônico chama para uma consideração a respeito de “ele” do limite externo, aquele que está quase na absoluta irrepresentabilidade. Por isto a conversão para a palavra escrita se faz necessária para o imigrante, pois ali está registrada, de alguma maneira, a experiência do irreal. Como vimos acima, é no registro da escrita que se pode mostrar e barrar. O abjeto se manifesta, o abjeto do que sobra da experiência do que fica indizível pois, ele não é dirigido propriamente a ninguém, permanece intraduzido.

Aludindo à morte que no gesto de imigração se representa, integraremos sobre este aspecto mais uma contribuição teórica de Dufour, quando ele trata do laço social reatado no *sacrifício* ou na expressão do sacrifício.

Lembramos que é na representação da ausência do terceiro que “eu” e “tu” se instalam. E, como acompanhamos até aqui, a morte está derivada nesta ausência. Dufour entende que é no sacrifício que se encaminha a representação da morte no laço social. Esclarecendo esta concepção, o autor nos diz:

Fundamento da simbolicidade e do laço social: para que dois estejam juntos, é preciso que um terceiro tenha tomado a morte para si. Por bem ou por mal, realmente, imaginariamente ou simbolicamente. O sacrifício é a origem de todo laço social e de toda representação.

O “ele” mais simples, o “ele” quotidianamente utilizado, é o traço, o traço sublimado do sacrifício, o significante da morte na vida. (Dufour. 2000, p. 156)

Tendo por encargo o fundamento de atar o laço social, o sacrifício resulta uma operação indispensável para pensar os modos de subjetividades propostas nas sociedades porque nele se resolvem também os diversos modos de sacrifícios e

⁸¹ Vemos que os imigrantes mais antigos como alemães e italianos, contam com associações preocupadas em reconstituir os roteiros e as experiências dos primeiros a chegar, e também há uma preocupação em estabelecer as árvores genealógicas. Numa preocupação por oficializar os dados, também existe o Memorial do Imigrante em São Paulo.

conseqüentemente as diversas maneiras de dialogar com o Outro de cada cultura ou de cada grupo social. Os aspectos da figura do Outro serão tratados no último ponto, encerrando este capítulo, porém aqui já damos andamento a algumas considerações sobre o sacrifício para o Outro.

Fundamentalmente, quando aparece a *cerimônia do sacrifício*, que se inclui desde o início da humanidade até os dias atuais – ainda, no gesto da fala porquanto alguém assume esta ausência no plano discursivo – estamos avisados de que concretamente isto reúne e envolve toda a comunidade de língua. Sendo o sacrifício um processo constante e dispositivo simbólico, porque envolve o tempo ternário, observam-se no percurso histórico, várias maneiras de como ele foi posto a funcionar. Dufour distingue essencialmente dois modos como ele se realizou. Primeiro quando se apresentam as culturas politeístas em que várias divindades são veneradas, e então se põem em cena várias versões do sacrifício. Contrapõe-se a esta variedade a versão judaico-cristã, que se entende portadora da palavra única e do pacto único com Deus. O deus é Um, pai de todos. De forma que cerimônia da eucaristia unifica o sacrifício em Um, reconhecido e representado. Esta passagem não é simples porque se observa o caminho do oral predominante no pensamento politeísta, para a versão escrita no cristianismo, sufocando o heterogêneo. As escrituras são a versão oficial do pacto com Deus⁸².

Quando se relacionam, por este intermédio do sacrifício, o processo de simbolização do laço social e o ao tipo de narrativa, se compreende que o sacrifício só cobra efeito porque ele é recoberto pela narrativa, pela versão promovida pela contingência do horror frente à morte, fim último dos homens e destino comum.

Detenhamo-nos um pouco sobre este aspecto do sacrifício e do que ele põe em funcionamento do Real, Simbólico e Imaginário, neste atar do laço com o social. Vejamos algumas manifestações presentes no sujeito imigrante.

O ritual do sacrifício que o imigrante realiza, como vimos, de maneira íntima, por meio do qual abdica da língua materna, mata uma parte de representação do corpo, pois se atingem esquemas pouco evidentes, porém fundamentais, de modulações adquiridas na sua língua de inscrição. Sem nos estender muito sobre isso, podemos ver a este respeito, por exemplo, o modo de conceber a dicção e a emissão de sons na língua.

⁸² Na pós-modernidade, Dufour entende que há novas formas do sacrifício, decorrentes de processos de dessimbolização, que observamos, de alguma maneira, em algumas situações da imigração no mundo contemporâneo.

O modo pelo qual uma pessoa se vê emitindo seus sons familiares, estabelecidos em língua materna, traz um efeito sobre a dimensão do corpo específico. Este efeito de sons recortados de modo diferente pelo aparelho fonador e pela própria postura corporal como um todo, reflete outra imagem para aquele que fala em outra língua. Isto para representar a parte do corpo que ali é sacrificada, que diz respeito a um real específico.

Considerando-se o sacrifício no nível do imaginário, temos o imigrante como sujeito todo, dado ao sacrifício, auto-sacrifício?, quando ele se exclui do curso “natural”, no âmago de seu compromisso com a versão que ele deve ao ser social do seu lugar de pertença. Saindo, ele “morre” tanto na expressão física (da presença) quanto enunciativa (no dizer, não responde). Ele torna-se o ausente, embora ele possa aparecer, mas já nada é esperado dele no lugar de origem, nada se pode pedir porque ele está impossibilitado. Trata-se de um tipo de luto. No lugar de origem “eu” e “tu” falam da saída d’ele”. Pode aqui abrir uma versão com a sua retirada.

Em outro aspecto, paradoxalmente, *ele não morre* porque a cerimônia não se completa totalmente, já que o *horror* não é definitivo, talvez se exponha aqui a fantasia de uma ressurreição, de um novo pacto com a forma de vida. Lembremos que, antes de a Páscoa ser comemorada pela ressurreição de Cristo, ela é comemorada pelos judeus pela saída do seu povo do Egito onde eram escravizados.

A questão é que uma versão é interrompida e outra versão se organiza. Mais uma vez insistimos para que uma nova versão apareça, ela tem de propor uma construção, e essa versão construída no novo pacto ofertado com o sacrifício da saída tem de se amparar naquilo que deixou e nisso também se realiza o luto daquilo que não é mais. Ela advém em vez do nada.

Destacamos mais uma qualidade: Dufour, ao anunciar que se morre em dois tempos, explica que primeiro a morte do outro me deixa diante um morto vivo, que, em um segundo tempo tenho de matar: *mata-se, aí, os mortos sem ódio* (Dufour. 2000, p. 153). Ele compara estes dois tempos aos dois tempos no chiste, segundo Freud, pois, para rir do chiste, é necessário esperar a reação do outro, se ri depois do outro; assim, primeiro há o evento da morte, depois a morte sem ódio, que é a definitiva. Os dois tempos dependem de três movimentos. Assim, o imigrante suporta sua morte, contando com o esquecimento do outro. Ao mesmo tempo, o evento se desdobra porque a versão que é oferecida é para o outro do lugar da imigração, no caso, aqui, para o sujeito de língua portuguesa, brasileiro, assim a reação esperada é deste outro que legitimará, em um segundo tempo, a versão dada. Desta maneira temos o sacrifício manifesto na

imigração, temos a versão proposta e finalmente o consentimento desse outro ao qual o imigrante se dirige com sua versão. Três tempos.

No novo lugar, a nova versão cria uma nova janela por onde um olhar se senta.

Simbolicamente, o sacrifício situa-se na ruptura do relato, na ordem que dele se espera, e o imigrante é tomado como carta fora, carta fora do baralho. Aqui certamente, como no modelo do valor na língua, outro elemento ocupará seu lugar, porém isto implicará que todo o sistema será alterado. Em contrapartida, na medida em que ele se introduz como um novo elemento na outra cultura, ele também estará alterando todo o sistema. Isto pode ser constatado quando elementos lingüísticos “estrangeiros” se aderem ao falar local e ainda alguns preparados de comidas são naturalizadas com ingredientes considerados exóticos até um tempo anterior.

3.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A falta que o imigrante induz é uma dívida que ele contrai da qual ele tem de dar conta, mas o pagamento terá que ser proposto na porta de entrada do lugar para o qual se está imigrando. Ele é pago com as palavras. Está aqui a dimensão simbólica da narrativa do imigrante como dádiva para o Outro da outra cultura que o acolhe, reintegra-se a isto a possibilidade de morrer, ou seja, transmitir a história para um outro que a fará transitar. Consequentemente, se reata o triângulo pragmático, possibilitando-se novas inscrições de sujeitos nesta cadeia.

Para não parecermos ingênuos otimistas na questão, vale lembrar, assim como Dufour, de Laing, na *Política da Família*, em que se constata que são necessárias três gerações para aparecer um psicótico. Sem dúvida esta tentativa de construção narrativa e da constituição do aparelho enunciativo muitas vezes desanda, e os sujeitos deslizam para posições incompatíveis para o sujeito no lugar da imigração. Quantas mães imigrantes se ausentaram enunciativamente no período da primeira infância de seus filhos, o que impediu a constituição do terceiro para a formulação do laço individual?

O que até aqui nos impulsionou foi a tentativa de mostrar como a construção e o funcionamento da narrativa opera em relação ao imigrante, criando condições efetivas de enunciação.

No capítulo seguinte, determinaremos os procedimentos metodológicos que pautarão a análise dos recortes enunciativos que escolheremos para fazer parte de nosso estudo sobre a nova inscrição enunciativa que o imigrante nos mostra.

4. ANÁLISE DE NARRATIVAS DE IMIGRANTES: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA AMPARADA NA TEORIA DA ENUNCIÇÃO

Ao longo do desenvolvimento de nosso estudo dissertativo, optamos pela referência teórica dos estudos enunciativos organizados por Benveniste. Sendo assim, o método utilizado para as nossas análises estará condizente com esta proposta. Para que isso seja possível, assumiremos nossa cota de responsabilidade na escolha dos *atos enunciativos* que recolhemos para *corpus* de análise, sendo ele constituído por entrevistas realizadas com imigrantes. A responsabilidade em questão torna-se indispensável, na medida em que a Teoria da Enunciação não fornece *a priori* nenhum sistema ou procedimento de análise, a não ser aquele que discernimos nos modos de relações dadas na sintagmatização do enunciado, através dos quais a significância aparece na ordem do discurso. Lembramos que aqui está implicada a orientação que os índices de referência, fornecidos pela língua, oferecem para dar sustentação ao sentido. Por isto, aqui é necessário observar a operação que acompanha a determinação de elementos constituídos pela língua e vertidos para uma prática de linguagem. Utilizaremos, deste modo, a sensibilidade do lingüista que temos forjado ao longo destes anos⁸³, para organizar os recortes de análise que fundamentam nosso trabalho.

Para a Teoria da Enunciação, cada evento enunciativo é único e irrepetível, de forma que nesta análise se considerará tal disposição para os fatos que apresentamos, indicando a singularidade que cada evento abarca. Esta observação também responde por firmar que a metodologia requerida, sem sombra de dúvida, se organiza no campo das ciências humanas e na lingüística em particular, que já têm amadurecidas ferramentas próprias para seu método de observação, distanciando-se do purismo e neutralidade requeridos pelas ciências exatas. A partir isto, a quantidade de dados

⁸³ Esclarecemos que a inclinação para observar as marcas da língua na fala do imigrante data desde o nosso estudo dissertativo no Mestrado, em que analisamos o discurso do imigrante hispano-americano. Isto deu início e expansão à reflexão sobre os mecanismos da língua e da representação que o sujeito utiliza na fala e como isso determina lugares.

necessários a uma análise estatística dos eventos não será priorizada, e, sim, entraremos nos pormenores, que caracterizam uma análise em profundidade do evento que se quer estudado. Tratamos, portanto, de uma análise qualitativa. Ainda, nesta consideração, observamos que o evento destacado por conta do mesmo modo de análise, nunca pretenderá esgotar todas suas possibilidades de existência e explicação, simplesmente porque entendemos que inevitavelmente, o pesquisador proporá o ponto de vista que instaurará e organizará o objeto a ser definido⁸⁴, e os pontos de vistas podem partir de diferentes campos de saber que darão luz conforme a perspectiva que se olha o objeto. Assim, não procuramos o fundamento único do evento mas as peculiaridades que o definem conforme essa teoria enunciativa e sua concepção de linguagem.

Confiantes neste propósito, é preciso que nos incumbamos, então, da nossa posição na coleta dos dados que comporão o *corpus*, pois, levando em consideração o caráter dialético que a enunciação configura, estamos, como pesquisadores-sujeitos, mergulhados no contexto enunciativo de duas maneiras significativas. A primeira maneira de participação e interferência reside no fato de que, ao fazer uma entrevista, nos posicionamos no lugar do interlocutor que convoca a narrativa que será desenvolvida, contudo tomamos os cuidados de que esse lugar de interlocução sirva, antes de tudo, como facilitador para o desenvolvimento da composição enunciativa. A segunda maneira de participação exige o gesto interpretativo que faz com que escolhamos recortes enunciativos que, mesmo que justificados, faz com que a enunciação se estabeleça, em um segundo momento, com características determinadas por este gesto. Temos, assim, a confluência de considerações a fazer a partir de nosso lugar de escuta, presente nos dados que iremos apresentar. Adiante se explanará melhor esta participação.

Finalmente, é necessário destacar que esta proposta metodológica virá acompanhada pelos diversos aportes, forjados a partir do diálogo com as contribuições desenvolvidas ao longo deste estudo⁸⁵, de alguns teóricos que contribuem de maneira especial com a proposta que aqui enfatizamos a respeito da *enunciação do imigrante*, principalmente Dany-Robert Dufour (2000), que leva adiante o formato trino da

⁸⁴ Certamente que esta afirmação é amparada como Saussure concebe o método em lingüística e o que lhe permitiu arbitrar sobre o objeto Língua, que sabidamente abriu o caminho para o estruturalismo e instituiu a lingüística que chegou a ser considerada a ciência piloto das ciências humanas.

⁸⁵ Esta possibilidade de diálogo com outras áreas de estudos está contemplada pela teoria enunciativa, como bem o reconhece Flores (2004) ao observar que esta teoria contempla no seu arcabouço três focos, sendo eles: o epistemológico, o interdisciplinar e o metafísico. E eles sempre se realizam em sua intersecção permanente, sendo que um não se empreende sem os outros. Sobre esta possibilidade é que neste estudo também se torna possível o diálogo que propomos.

enunciação e da narrativa. Isto, nos ajudará a tratar com propriedade a dimensão de inscrição do sujeito no espaço simbólico do lugar outro.

Passamos, então, a tratar dos aspectos considerados nesta proposta metodológica.

4.1 O FATO ENUNCIATIVO COMO UNIDADE DE ANÁLISE

Como já explicitamos, a Teoria da Enunciação não estabelece entre seus procedimentos, nenhuma condição *a priori* para categorizar eventos enunciativos, senão que seu interesse repousa em observar a organização que o sentido de um enunciado organiza, levando em consideração os elementos lingüísticos que nele participam, assim se observa a composição de *forma e sentido* presentes na enunciação. Conforme esta concepção, o evento enunciativo se compõe em um *a posteriori*, contando com uma reflexão e um retorno sobre ele, em que é possível discriminá-lo. Quando Benveniste define que a enunciação é um irrepitível porque depende de um *ato individual* em que se introduz o locutor na fala, criando assim, um sistema de referência válido somente para aquele evento, também está implícito que o retorno sobre esta enunciação será único e irrepitível porque indicará o aparecimento de uma outra enunciação e, portanto, de um sistema de referência específico para o retorno sobre o evento. Assim, o gesto interpretativo contemplado pela análise dos eventos enunciativos, não foge a esta lógica, o que faz com que, no desenvolvimento de análises não escapemos ao *ato individual* de interpretação. Desta maneira, temos um modo diferenciado de ter acesso ao dado mostrado, que estará determinado por estas peculiaridades. Atendo-nos a isto, procuramos orientação em Flores e Kuhn (2006)⁸⁶ que, como estudiosos em teorias da enunciação e na procura de estabelecer critérios metodológicos para organizar os recortes enunciativos, nos esclarecem que a maneira de se chegar a este dado, passa por indagar sua natureza, instituindo dois pontos para sua abordagem:

1. *Contemplando a observação*: entende que uma observação não é teoricamente neutra, pois é um início de descrição, e o sujeito que fala uma língua não está ausente no que

⁸⁶ FLORES E KUHN. *Sobre a forma e o sentido na linguagem: enunciação e aspectos metodológicos de estudo da fala sintomática*. VII ENAL – Encontro Nacional de Aquisição da Linguagem, outubro de 2006, Porto Alegre, PUCRS, Mimeografado. Notamos que no caso específico dessa proposta metodológica Flores e Kuhn oferecem subsídios valiosos para a observação de fatos enunciativos definidos dentro do estudo vinculado à prática de fonoaudióloga que atende distúrbios da linguagem. Daqui o relevo em discriminar as marcas do sujeito na linguagem, que para nós é primoroso, ao constatar também as marcas do sujeito imigrante como um efeito de distúrbios produzidos no nível de linguagem, sob outro prisma, mas que atestam igualmente as produções da representação do sujeito.

diz. Com isso, o irrepitível se impõe. Seguindo esta constatação, os autores chegam à seguinte hipótese metodológica em teoria da enunciação: *o dado, o observável, é uma maneira pela qual o sujeito se marca naquilo que diz.*

2. *Contemplando a descrição*: refere-se nesse ponto ao nível de construção de mecanismos internos de tratamento do dado. Aqui se integra o visto no primeiro ponto, em que a observação recai sobre este sujeito que se imprime na enunciação. A esta qualidade da observação integrada, estes autores denominarão de *fato*. E insistirão: *Constitui um fato enunciativo de linguagem todo fenômeno que servir para explicitar a maneira pela qual o sujeito se marca naquilo que diz (2006).*

Daqui todo procedimento da análise enunciativa, ao colocar em relevo a presença do sujeito naquilo que diz, comportará, antes do que um simples dado classificatório, um *fato enunciativo*. Esta modalidade é totalmente apropriada para nosso trabalho, na medida em que será exatamente pela consideração sobre as marcas do sujeito na/pela enunciação, que daremos norte às nossas análises e conclusões. É por isso que trataremos o recorte enunciativo, de agora em diante, como *fato enunciativo*.

Antes de entrar nas categorias de análise escolhidas para esse estudo, descreveremos a seguir as características do nosso *corpus*.

4.2. COLETA E DESCRIÇÃO DO CORPUS DOS FATOS ENUNCIATIVOS

Os *fatos enunciativos* que aqui apresentaremos, foram recolhidos por meio de entrevistas realizadas pela pesquisadora com imigrantes residentes em Porto Alegre e gravadas em gravador cassete Panasonic, modelo RQ-L11. Contamos para este *corpus* com três entrevistas realizadas entre abril e agosto de 2007. Respectivamente, os sujeitos propostos são três imigrantes, um de origem italiana, outra de origem uruguaia e outra de origem russa. Os nomes dos participantes serão resguardados para preservarem suas privacidades, somente faremos menção a algumas características que nos ajudam na análise. Indicaremos cada sujeito pela letra maiúscula **S** de sujeito, acompanhado pelo número que demos a cada entrevista, assim, o **S1** se refere ao sujeito da primeira entrevista, o **S2**, ao sujeito da segunda entrevista e **S3**, ao sujeito da terceira entrevista.

Na nossa apresentação, o sujeito **imigrante italiano** será o primeiro a aparecer com o indicativo de **S1**, ele é um senhor que atualmente tem aproximadamente

cinquenta e sete anos de idade, veio para o Brasil ainda criança. Está há uns cinquenta anos morando no Brasil, especificamente em Porto Alegre. Nunca mudou de cidade. É aposentado e ainda mantém suas atividades profissionais na medida do possível. Em idade adulta, formou-se no curso de Letras, porém não exerceu atividade na área. Casou-se com brasileira. Mora com a esposa e tem filhos e netos. Ainda conserva sua mãe e irmãos, seu pai já é falecido. A entrevista propriamente aconteceu na sua residência, em um bairro central de Porto Alegre.

A segunda entrevistada é com uma **imigrante uruguaia** que designamos como **S2**. Trata-se de uma mulher que conta com mais de cinquenta anos de vida. Veio para o Brasil contando com aproximadamente vinte e poucos anos. Faz mais de trinta anos que mora no país. Veio direto para a cidade de Porto Alegre e nunca se mudou. É formada em fisioterapia e sempre trabalhou na área, até os dias atuais. Casou-se com brasileiro e fez sua família aqui. Atualmente é viúva e tem uma filha maior de idade. A entrevista foi recolhida em seu consultório de fisioterapia, em um bairro central da capital.

A terceira e última entrevista foi realizada com uma **imigrante russa** que designaremos como **S3**, trata-se de uma mulher com aproximadamente 48 anos. Formou-se em Música em Moscou, atualmente está fazendo uma segunda faculdade, no curso de Letras. Chegou no Brasil há aproximadamente dez anos, acompanhando seu marido que é empresário. Já havia morado em outros países como Kuwait, Bulgária e Espanha. Mora com o marido e o filho. A entrevista aconteceu na casa de uma amiga em comum da entrevistada e entrevistadora, em um bairro central de Porto Alegre.

Observa-se que os entrevistados são imigrantes de origem variada e foram selecionados de acordo a disponibilidade dos sujeitos em relatar sua experiência migratória. Para tal entrevista foi elaborado um roteiro contendo questões, que abaixo reproduziremos. As perguntas se estabelecem com o intuito de servir de apoio no que respeita ao desenvolvimento da narrativa que nos interessa sobre o processo migratório. Sendo assim, a entrevista cobra um caráter *semidirigido*, pois nos preocupa, antes de tudo, a concatenação da própria narrativa. As questões formuladas com orientação do roteiro de entrevista são principalmente um suporte que auxiliam o desenvolvimento da narrativa posta em cena, com o que, nos atemos ao caminho que própria narrativa impõe.

A seguir apresentamos as questões elaboradas para essa entrevista.

1. Em que circunstâncias aconteceu sua imigração para o Brasil?
2. Veio sozinho (a) ou acompanhado?
3. Em que época aconteceu?
4. Como foram os primeiros anos?
5. O que esperava encontrar?
6. Que coisas chamaram sua atenção por aqui?
7. Que acontecimento marcou sua opção mais definitiva para fixar residência aqui?
8. Passado esse tempo de imigração, como vê hoje sua vida no Brasil?
9. Como foi sua adaptação com a língua portuguesa do Brasil?
10. Existem palavras que ainda lhe são estranhas?
11. Que histórias você conta para seus filhos e netos?
12. Reúne-se com seus patrícios?
13. Que histórias vocês partilham?

Figura I: Roteiro para entrevista semidirigida com imigrantes

Observando-se este roteiro, as entrevistas sempre se iniciam trazendo a primeira questão e, o desenvolvimento posterior se segue, acrescentando as outras questões, de acordo com o ordenamento que o sujeito entrevistado dá a seu relato. Outras perguntas, fora do roteiro, surgiram com o objetivo de algum esclarecimento sobre o assunto tratado. Também, reforçamos a atenção sobre algumas palavras que nos pareceram conter uma carga de significação particular para esse imigrante. Isso se acrescenta ao caráter semidirigido da entrevista.

A escolha das questões obedece a objetivos da pesquisadora, os quais aqui explicitamos: as questões de 1 a 3 pretendem resgatar o contexto dessa imigração, as motivações que levaram escolher o Brasil como lugar privilegiado para imigrar, e, a maneira como o imigrante viu realizando esse primeiro passo. As questões de 4- a 8 têm o interesse de traçar um olhar sobre o momento de “adaptação”⁸⁷ ao novo lugar, o início do laço social com o Brasil e especificamente com o sul do país, de como isso se reflete na opção de ficar aqui, ou seja, preocupamo-nos com o processo de inscrição do sujeito.

⁸⁷ A adaptação que aqui destacamos não se refere a uma simples adequação comportamental aos costumes impostos pelo meio social ao qual se chega, mas principalmente a maneira como se dialoga com este novo meio, produzindo um engajamento possível para o sujeito.

As questões de 9-13 já indagam especificamente as formas de vivência na outra língua e do trânsito que a língua permite na construção o processo narrativo que se inaugura.

Embora todas as questões se identifiquem com alguma divisão a respeito dos diversos momentos da experiência migratória do sujeito em pauta, em verdade elas encontram sua verdadeira expressão inter-relacionadas, pois elas estão contidas na experiência como um todo. Isto se deve a que a experiência não se entende propriamente como uma soma de etapas, senão que sempre se representam em um eterno retorno sobre os diversos aspectos que cada momento fornece, sejam eles articulados sobre pontos dados por uma vivência tida como inicial ou posterior. Assim, entendemos que não estamos resgatando propriamente o que se viveu nos estágios iniciais ou posteriores, mas o efeito dessa experiência atualizada na linguagem pelo sujeito. Seguimos com isto a compreensão de tempo na enunciação, em que a referência sempre será no tempo presente que organiza o passado e o futuro.

Esclarecidos a descrição do nosso *corpus* e modo de coleta-los, passaremos a trabalhar as características gerais.

4.3. PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

4.3.1 Os critérios de estabelecimento dos fatos enunciativos

Como vimos nas considerações sobre o *fato enunciativo*, traremos para nossas análises recortes enunciativos que retratam uma realidade única, dada no momento da enunciação, pois o universo que traça a referência para o evento enunciativo, não se repetirá. Assim, então, considerando-se esta especificidade junto aos recursos lingüísticos presentes no evento, tiraremos as conseqüências necessárias a nosso estudo. Ao tratarmos do fato enunciativo, visamos destacar exatamente a presença do sujeito naquilo que diz, ou seja, o modo como ele está implicado na maneira como ele se apresenta pela linguagem. Este modo de ancorar um ponto organizativo, para olhar a enunciação, é acrescido por consideração à relação que, por meio da enunciação, se realiza entre sujeito migrante e outra possibilidade de laço lingüístico e social (diferente

à língua materna). Tratamos do laço do sujeito conforme uma concepção de alteridade derivada da imigração⁸⁸.

Os fatos enunciativos serão escolhidos e retirados das entrevistas realizadas com imigrantes, assim contaremos propriamente com recortes. O critério para realizar estes recortes se sentará sob o interesse de vislumbrar o tipo de relação que o sujeito realiza, atendo-nos primeiro à dinâmica pronominal que, na dimensão de subjetividade, traz dois modos de oposições: a oposição regulada pelos co-enunciadores eu-tu e, a oposição entre as categorias de pessoa e não-pessoas, dadas no par “eu-tu” diante de “ele”.

Na inversibilidade de “eu-tu”, nesta dialética, visamos considerar tanto o “eu” imigrante como referência (como ele se propõe), quanto o lugar do interlocutor (tu) em sua dimensão de alteridade com relação o eu. A esta alteridade denominaremos de *alteridade fraca* aproveitando as designações já estabelecidas por Dufour (2000). Na segunda oposição, procuraremos observar no tipo de operação “eu-tu” enquanto unidade diante do “ele”, o modo de abordagem de “ele”, indagando sobre as significações que confluem neste termo terceiro e, concomitantemente, compreender os diversos limites de “eu-tu” dentro do quadro enunciativo como um todo. A este resultado enunciativo creditamos as qualidades que a predicação compõe, organizando no enunciado o valor das palavras e, portanto, a significação produzida nesta organização. Nesta operação a representação se evidencia. Chamamos a essa segunda operação de *alteridade forte*.

1. eu → tu	Aqui visamos à representação de “eu” que se introduz na fala e de “tu” enquanto outro, a quem se dirige o imigrante. Designamos aqui a alteridade fraca.
2. (eu-tu) → ele	Aqui visamos à significação conferida a “ele” na enunciação imigrante, trazendo o contexto enunciativo e os limites da unidade “eu-tu”. Designa-se aqui a

⁸⁸ Especificamos esta forma da alteridade na imigração, pois, consideramos, baseados no referencial psicanalítico, que a alteridade decorrente do estranhamento que o sujeito encontra, se manifesta em diversas situações da experiência humana e ainda em diversos níveis. Ou seja, existem diversos encontros com a alteridade. (ver: O Estranho, Obras completas de Freud)

	alteridade forte.
--	-------------------

Figura 2. Síntese da dinâmica pronominal

4.3.2 Sobre a transcrição do fato enunciativo

Lembramos que a perspectiva enunciativa que nos interessa contemplar, acolhe seu objeto junto à pesquisa, seu formato se revela pela maneira como o pesquisador posiciona seu olhar, ou seja, como leva em conta este olhar. Deve-se a isto a apreciação justa que Flores (2001) promove ao distinguir a unidade de estudo enunciativa como *um fato* e não um *dado*, efetivamente porque olhar para o fato, complementa Endruweit (2006) *é somar ao objeto de estudo o viés do observador, enquanto olhar para o dado é encontrar uma evidência anterior à participação desse pesquisado.* (Endruweit, 2006, p.133).

Devido a esta precisão, é importante que se considere o nível de participação do entrevistador na pesquisa.

Perscrutando, então, o viés do pesquisador, observamos uma qualidade fundamental na análise das narrativas, quando contamos com um nível de interferência que nelas se acumula, também no momento de *transcrever* os fatos enunciativos. Sendo assim, é importante que situemos este efeito de transcrição que se incluirá no fato enunciativo que aqui destacamos.

Olhando para esses fatos enunciativos que escolhemos, já podemos identificar o papel particular que a transcrição desse material comporta. Nessa transcrição deparamo-nos com um duplo gesto que ela retrata, o primeiro de quem produz a enunciação e o segundo de quem transcreve essa enunciação de acordo com seu próprio gesto de escuta, produzindo nisso uma *outra enunciação*. Refazemos essa consideração para o nosso estudo que deve ponderar as transcrições das narrativas, que ainda implica em transferir para a referência de língua portuguesa elementos lingüísticos “enganchados” em outros sistemas de valores.

A *transcrição* do ponto de vista da Teoria da Enunciação precisa ser referenciada em alguns trabalhos que fazem consideração ao seu papel, entre eles está a contribuição de Surreaux (2006), que se ocupa desta pertinência, presente em seu objeto

de pesquisa. Neste sentido, ela nos avisa: *analisar uma fala transcrita levando em conta pressupostos benvenistianos significa, [...] recuperar a enunciação que “cai” no processo higienizante que muitas vezes se faz ao tomar uma transcrição de fala (Surreaux. 2006,p.138)*

Recuperar esta enunciação é efetivamente trazê-la para o movimento da língua. Mas quando isto ocorre é, indispensável dizer que a primeira enunciação está de qualquer modo perdida quando transferida para uma situação de análise, pois ela advém como uma segunda enunciação, já que segundo a máxima enunciativa, observada acima, a enunciação é sempre *um irrepetível*. Neste irrepetível a interpretação que a transcrição promove produz um novo irrepetível, então o gesto interpretativo entra como qualidade na emergência do novo fato enunciativo.

Tentando precisar melhor este efeito de transcrição exigido em seu objeto de estudo, Surreaux (2006) apoiada em Allouch (1995), se vê impelida a realizar uma distinção pertinente entre *transcrever, traduzir e transliterar*. Esta distinção serve também para o interesse de nossa pesquisa e, portanto, repararemos nela para conferir a extensão que damos ao nosso procedimento.

Diferenciam-se em Allouch três modos diferentes de entender a transferência do oral para o escrito que aqui se expressa no modo de apresentar o material para análise. Na forma de **transcrever**, ele indica um impossível, pois efetivamente não há como trazer de maneira íntegra uma fala para o escrito, algo sempre se perde, é um “real” para a transcrição. A constituição do *sentido* não está em pauta, devido a que se dá prioridade ao apoio oferecido pela sonoridade e, por decorrência, é uma escrita baseada na escrita fonética.

Em **traduzir** se procura o sentido, contudo Surreaux estima que não é aquele do sentido corriqueiro da tradução, *que costuma dar-nos o sentido com a noção de sentido único* (Surreaux. 2006, p.141) , senão que no sentido de “farejar o sentido”. Daqui é imprescindível *não traduzir para transportar sentido, mas traduzir para ler significante sobre o qual assentar apoio homofônico da transliteração* (Surreaux. 2006, p.141). E será a **transliteração** que virá como recurso privilegiado para considerar este ponto, já que nela efetivamente se lê o escrito, se o relaciona com o escrito e, *por isso trata-se de uma operação*⁸⁹ (Surreaux. 2006, p141).

⁸⁹ Grifo nosso

A transliteração, enquanto operação, funciona como deciframento. No deciframento se integra a proposta enunciativa, considerando-se a *leitura* dos pontos nodais que o pesquisador traz à luz para *mostrá-los*, nesta operação significativa que esse gesto de transferir resgata.

4.3.3 Sobre a análise propriamente dita

À medida que definimos nosso interesse por dimensionar as marcas do sujeito imigrante nas tramas da linguagem, escolhemos subsidiarmo-nos no método de análise que a Teoria da Enunciação benvenistiana nos possibilita e a ela acrescentamos os aportes teóricos localizados em Dufour, para complementar nossa reflexão sobre as condições da significância, conforme ela apareça relativa a um sistema de referência determinada pela e na enunciação.

De início, concordamos em estabelecer nosso ponto de partida na constituição das oposições relacionadas no *aparelho formal da enunciação* que Benveniste revela, a dizer o sistema pronominal baseado nos critérios de subjetividade que neles se organiza. Constituem-se, assim, o par de oposições, acima mencionados, da seguinte maneira:

1. “eu-tu” → unidade intersubjetiva
1. “(eu-tu) / “ele” → tríade enunciativa/aparelho formal da enunciação

Figura 3. Quadro benvenistiano do aparelho formal da enunciação

Estamos aqui no plano das realizações na linguagem, em que a enunciação se incumbem de aparecer como um sistema de relações. Certamente que aqui aportam também o *tempo* e o *espaço* em que a enunciação aparece, configurando assim sua expressão única no contexto enunciativo como um todo.

O sistema que distingue estes três termos pronominais, os tem como uma participação imprescindível para que haja comunicação, porque sem eles tal comunicação torna-se inverossímil.

Lembrando a dinâmica que este par de oposições projeta, temos que no “eu-tu”, estão presentes o nível de transcendência que o “eu” tem perante o “tu”, ou seja, a transcendência daquele que fala perante aquele que assiste, contudo, “tu” não é um

elemento prescindível porque “eu” precisa do “tu” para se constituir, já que “eu” se realiza na medida em que se dirige a alguém. Estamos aqui no campo do imaginário.

No segundo par apresentado, temos a expressão “eu-tu”, enquanto unidade intersubjetiva, frente a “ele”, que, como Benveniste identifica, é o que não entra como categoria de pessoa, podendo ser *alguém ou ninguém*. Desta maneira, temos um exterior ao que lhes devolve a noção daquilo que os vincula. Conseqüentemente “ele” diz desta *certa relação com o mundo*, que a enunciação materializa. Podemos dizer que aqui estamos cindindo o plano simbólico das relações.

Da expressão de oposições, resgatamos num, primeiro momento, a dimensão da *forma* presente na consideração aos sistemas que aqui operam como alicerces no processo de significação⁹⁰, e imediatamente nos dirigimos às condições do valor da significação ou valor semântico onde o *sentido* se impõe. Estamos, portanto, no paradigma teórico sobre a consideração da forma e do sentido que Benveniste nos lega para resolvermos o valor semiótico e o valor semântico que a linguagem exige para a constituição do sentido na enunciação, os quais são viabilizados por “eu” que se marca naquilo que diz. Daqui a noção de que a enunciação se expressa enquanto *ato individual* de utilização da língua.

Tomaremos, a partir deste esquema, as derivações que aparecerão quando levamos em consideração a enunciação do imigrante, que certamente funcionará de acordo com a forma prevista pela estrutura do aparelho, que dá acesso à linguagem, mas que portará qualidades específicas quando vertidas para o discurso, principalmente quando se adjudicam a este movimento natural na língua operações redobradas com as quais o imigrante lida, pois elas se projetam em língua materna e em segunda língua, conforme a noção de valor de cada lugar.

Neste ponto, apelamos para as contribuições de Dufour que acrescenta, a este âmbito do funcionamento da *língua natural*, elementos de uma lógica constitutiva das relações humanas resignificando permanentemente o espaço de produção humana, que envolvem os registros do simbólico, real e imaginário. Temos aqui, na forma trina da enunciação uma projeção para a invenção do sujeito no campo social e as significações que disto deriva quando a língua remaneja as marcas que o sujeito imprime. Com isto temos uma nova consideração das marcas do sujeito na/pela enunciação. Contudo existe um ponto em especial que acrescentamos e desenvolvemos a partir de Dufour, quando

⁹⁰ Lembramos que são eles o sistema da língua e o sistema contemplado na linguagem pelo aparelho formal da enunciação.

se trata da relação na enunciação com a instância do *irrepresentável*, em que uma outra forma se contempla no paradigma enunciativo. É escrito da seguinte maneira:

Eu-tu/ele/ele → aparelho enunciativo que contempla os limites da representação.

Figura 4. Tríade enunciativa acrescida do ele

Aqui se reintegra um elemento que já vínhamos tratando em Milner, quando ele nos fala em um *impossível* específico que cada portador de fala encontra e que justamente o instiga a se enunciar. Vimos que para Milner isto representa um elemento constitutivo para a presença do sujeito na língua. Sem esta âncora de um *não dito* que se renova entre as palavras, a participação do sujeito ficaria dissolvida por “algum” movimento autônomo da língua. Ou melhor, não poderíamos falar em sujeito. Em Dufour, o indizível que transita na enunciação, é assimilado segundo um outro paradigma que se expressa por “~~ele~~” do limite da representação, do irrepresentado ou do que toma o lugar do nada. E aqui nos apropriamos também desta marca constitutiva da enunciação para pensar o diálogo redobrado com o campo do irrepresentado para o imigrante, quando sabemos que este está em enunciação em segunda língua, considerando regiões intraduzíveis quando passa de um registro lingüístico-cultural para outro, e ainda quando levamos em conta que, pelas leis da semiologia, seria a outra língua, neste caso o português, que interpretaria a estada deste sujeito no meio em que se desenvolve. A língua materna, com as marcas do impossível específico que ela carrega, fica em outro plano quando o sujeito imigrante se enuncia na outra língua. Concretamente vemos se erguer um outro paradigma do impossível para o sujeito na linguagem. Contemplamos aqui a relação com um Real que o imigrante traduz⁹¹.

Chegado este ponto, estabelecemos que nossa análise contará, então, com a observância das três operações que aqui destacamos para olhar a enunciação imigrante, sendo elas:

1.Díade eu-tu	Veremos nela como o imigrante introduz “eu” e “tu” na proposta enunciativa. Trataremos da alteridade fraca.
--------------------------	---

⁹¹ Especificamos não estamos tratando de uma das formas do Real, pois, guiando-nos pela noção de Real em Lacan entendemos que o Real é a experiência em si, do que está fora do suporte do imaginário, então não existem vários reais mas o Real. Somente aqui damos curso a esta expressão quando o imigrante se depara com esta experiência. Lembramos que existem diversos trabalhos psicanalíticos que sugerem a presença de estados psicóticos em imigrantes (ver Manonni).

2.Tríade (eu-tu) /ele	Veremos como em “ele” se organiza a relação com o mundo que o imigrante estabelece no contexto que o cerca, tendo em consideração o novo campo lingüístico-social. Trataremos da alteridade forte.
3.Tríade (eu-tu)/ele/ele	Veremos aqui, na consideração a “ele” como a formação de um elemento trino na enunciação, em que um irrepresentado se define e marca para o imigrante, sob o signo de um limite que retorna na enunciação de acordo com as significações que projeta de seu contexto migratório. Trataremos neste modo de relação o que chamaremos de alteridade radical.

Figura 5. Quadro enunciativo para análise.

Com essa última observação completamos o quadro que guiará nossas análises. No próximo capítulo apreciaremos as análises.

5. ANÁLISE DA ENUNCIÇÃO CONTEMPLANDO UMA INSCRIÇÃO EM SEGUNDA LÍNGUA

A proposta de análise que aqui apresentamos retoma o quadro elaborado no capítulo anterior, que como dizemos, contém a síntese de toda a articulação teórica detalhada ao longo de nossa tese. Assim sendo, nosso quadro reflete um modo de mostrar a maneira como *o sujeito tocado pela experiência da imigração se marca como sujeito no outro espaço lingüístico-cultural, na medida em que ele se põe a narrar, considerando o lugar da língua nesse contexto*. Ainda, aprofundamos este enfoque quando nesta proposição se acrescenta a dimensão da *alteridade* que a língua traz de maneira particular. Vemos nisso o modo como uma nova estrutura de língua se impõe para um sujeito que, sendo imigrante, tem de remanejar sua inscrição subjetiva e comunicacional, dirigindo-se a um *outro* universo lingüístico e cultural, mediado por um outro modo de estar na linguagem. Então, de que maneira se organiza este sujeito que se traduz para um outro e um Outro?. Certamente aqui não encontraremos todas as repostas para tal odisséia subjetiva, ou melhor, intersubjetiva, junto a todas as elaborações transcendentais de tal processo, contudo aqui a abordamos com os as ferramentas teóricas e os fatos enunciativos que conseguimos recolher, sondando esta questão conforme ela possa mostrar-se, ou seja, da única maneira possível, pelas bordas que tal experiência cinge pela/na palavra.

Para tal feito, aqui nos ateremos à análise de três entrevistas realizadas com imigrantes de diversas nacionalidades, sendo um imigrante italiano (sujeito 1), uma imigrante uruguaia (sujeito 2) e uma imigrante russa (sujeito 3).

Para proceder a análise, organizamos três níveis de elaboração que se resume nesses pontos:

Quadro 1- Relações pronominais contempladas na metodologia proposta

1. Díade intersubjetiva eu/tu
2. Tríade (eu-tu)/ele
3. Conjunto eu-tu/ele/ele

É importante destacar que este quadro definido para a análise dos fatos enunciativos, acompanha os traços registrados quanto à consideração de *alteridade* que se forma conforme as correlações de oposição nele dispostos. Isto não vem considerar um novo modelo para requerer o aparelho enunciativo, senão que nele fazemos um relevo para identificar as alterações que se estabelecem na apropriação dos mecanismos enunciativos dimensionados dentro do sistema de valores lingüísticos que dão acesso à fala no contexto de imigração, no qual o sujeito se estabelece.

Por outro lado, o quadro formulado por estas três formas de oposições enunciativas, representam três escolhas entre tantas que seriam possíveis para definir categorias de análise⁹². Por isto, entendemos que a separação que resulta desta organização, vale expressamente para o objetivo desta análise, pois sabemos que a trindade do *aparelho formal da enunciação* não comporta fragmentação porque a enunciação se realiza somente quando os três elementos pronominais estão presentes. A falta de um deles desestabiliza a compreensão do enunciado. Dessa maneira deixamos claro que é somente para o propósito de construção analítica que separamos tais mecanismos.

Avisados, então, desta escolha, destacamos aqui as operações que nos interessam para o andamento da nossa reflexão.

Quando abordamos a primeira díade “eu-tu”, procuramos principalmente a maneira com que “eu” se define diante de “tu” e, dentro da mesma operação, pelas condições de inversibilidade, procuramos a natureza de “tu” ao qual “eu” se dirige no fio do discurso. Chamaremos esta dimensão de *alteridade fraca*, seguindo o desenvolvimento de Dufour (2000) que posiciona nesta díade explicitamente a dimensão de alteridade inicial em que “eu” emerge no discurso amparado, para isso em “tu”, o que os posiciona no “set” discursivo, a partir do qual as referências se instituem fazendo com que se entre na linguagem e nela se adquira o movimento para algum sentido possível.

⁹² Lembramos aqui que o próprio Dufour identifica outras possibilidades que não chega a desenvolver, porém as nomeia; por exemplo as díades eu-ele, tu-ele.

Na segunda operação que aqui escolhemos, tratamos da tríade “eu-tu/ele”. Neste espaço, vemos se acrescentar o elemento “ele” à díade antes disposta pelo “eu-tu”. Este elemento, como vimos, se revela como um elemento não subjetivo à dimensão enunciativa e que, por ter tal exterioridade à natureza subjetiva do enunciado, convida a olhar o exterior que posiciona a primeira díade em uma concepção de tempo e espaço, que lhe indica o contexto em que o “eu-tu” se relacionam no momento da enunciação. Por meio deste terceiro elemento também se integra todo o aparelho formal da enunciação que Benveniste reclama como sistema imprescindível para que haja enunciação. Desta providência, aparecem as possibilidades de sentidos convidados para o enunciado, pois a *predicação* promovida por esse terceiro elemento implica a ordem simbólica que se organiza fora do “eu”, porém é pela enunciação que o “eu” produz, e por ela encontra sua atualização e, digamos, seu sentido de existir. A barra que separa “eu-tu” de “ele” representa exatamente a *disjunção* necessária entre as unidades subjetivas e a não subjetiva, que permite a inscrição na ordem simbólica que a própria linguagem promove e pela qual a representação cobra consistência. Aqui o relato surge, integrando “eu” a esta dimensão histórica e existencial. Esta operação traz o que denominamos de *alteridade forte*, tratada por Dufour, conforme vimos no capítulo III, que vislumbra a presença do Outro, Outro da cultura, dos vínculos exteriores que sobrepõem a existência do sujeito, porém que dependem dele quanto à sua validação na linguagem.

Na última tríade que apresentamos para nossa análise, temos “eu-tu/ele/ele”. Com esta operação, trazemos o elemento “~~ele~~”, também numa lógica de disjunção, contudo apresentamos nele uma *disjunção radical*, àquela que Dufour trata como o limite da representação, que se mostra como um elemento, que no mesmo instante que emerge se barra porque escapa às providências do sentido. Ele indica uma ausência radical. Queremos olhar por meio deste construto para o espaço nebuloso em que o silêncio na linguagem se impõe, permitindo desconstruir elementos representados em uma língua e dando nascimento a outros elementos representados em outra língua. Entendemos que, para a concepção de enunciação do imigrante, esta consideração é fundamental para tratar dos limites radicais com os quais o imigrante se depara ao ter de trazer, para o universo lingüístico-cultural, elementos da sua língua e lugar de origem, que como vínhamos discutindo, têm seus valores específicos no sistema em que tem pertença e dificilmente trarão um valor igual para um outro sistema. Assim sendo, compreendemos que, nesta passagem existe sempre algo de um *irrepresentado* que se

manifesta na enunciação. Tal contribuição certamente dimensiona elementos que nos levam para além dos estritamente lingüísticos, abrindo para algumas considerações sobre cultura e história, entretanto não é este o ponto de chegada do nosso trabalho porque não procuramos um sentido geral nem acabado do diálogo com o exterior da língua, senão procuramos os canais pelos quais os elementos se aderem aos mecanismos da linguagem, trazendo o ponto de contato em que o sujeito se constitui pela língua e vice-versa. Sendo assim, observamos a cada lance de enunciação como o sujeito tece este vínculo em que rupturas específicas se mostram, à medida que, essa relação não é regular mas *singular*.

Por fim, apresentado nosso dispositivo de análise, resta dizer que estes níveis estão implicados junto à idéia de tempo e espaço definidos na enunciação, assim define-se o aqui e o agora que determinam os índices de referência que operam junto à organização pronominal. No caso dos fatos discursivos que aqui recolhemos junto aos imigrantes a temporalidade ainda que seja da atualização do enunciado, dialoga com a dimensão histórica que os imigrantes vão recriar. Trata-se de uma história individual que reata, no fio do discurso, a especificidade da experiência de ser sujeito em outra língua. Existe nisto uma dialética interna ao enunciado a partir da dimensão de tempo e espaço. Benveniste sobre a dimensão histórica no enunciado, nos sugere, no seu texto *As relações do tempo no verbo francês* (Benveniste, PLG I, 1995. p.260), a possibilidade do encontro de dois sistemas distintos e complementares, quando *considerados dois planos de enunciação: o da história e o do discursivo* (PLG I, p.262). A princípio cada um desses planos encontraria modos diferentes de expressão, sendo que o histórico estaria reservado à escrita, definindo um tempo passado, de uma ação acabada, diferente do plano enunciativo em que se atualiza a posição do sujeito no presente. Contudo, o autor admite um terceiro tipo de enunciação⁹³ *no qual o discurso é referido em termos de acontecimento e transposto para o plano histórico; é o que comumente se chama discurso indireto* (Op cit, p. 267). Nesta forma de fala, na qual é possível o encontro na enunciação da dimensão histórica, Benveniste entende que nela

⁹³ Destacamos aqui que Benveniste não chega a desenvolver mais este nível enunciativo, nem chega a abordar posteriormente esta elaboração. Nesse texto é concebida como uma terceira via enunciativa na análise do passado composto utilizado na sintaxe, contemplando a ambigüidade que isto cria, a qual só pode ser resolvida pelas próprias condições que a sintaxe traz no momento da enunciação. Precisaríamos dessa maneira, talvez, de mais elementos teóricos para resolver de melhor maneira o que seria uma teoria da terceira via enunciativa, mas por enquanto arriscamos em utilizar esta ferramenta teórica para, em uma outra oportunidade, poder refletir melhor sobre o assunto.

se retrata a idéia de uma *anterioridade*, no qual o *passado subjetivo* se apresenta e não se perde como no caso do plano histórico, assim *se objetiviza o acontecimento destacando-o no presente* (Benveniste, PLG I, p. 275) da enunciação. Apoiando-nos nesta elaboração, é que consideraremos, em diversas ocasiões de nossa análise exatamente a dimensão de *anterioridade no discurso*, que os imigrantes, para falar de sua trajetória, trazem para a enunciação.

Com essa introdução às formas como estas oposições são concebidas para o presente trabalho, damos início a nossa análise, a seguir apresentadas por meio dos fatos enunciativos escolhidos.

Nesta apresentação, organizaremos as análises tratando individualmente cada sujeito entrevistado. Assim, em cada entrevista, articularemos as maneiras como cada uma das oposições, acima descritas, irão aparecer. Esclarecemos que o modo de apresentação das análises considera as seguintes coordenadas: primeiro situaremos o *contexto enunciativo*, trazendo as particularidades que permeiam cada situação de entrevista e alguns dados importantes para considerar a posição do enunciador; após situar o contexto enunciativo, exporemos o *fato enunciativo* escolhido para análise. Nele destacaremos em negrito frases e palavras que se tornam significativas para análise. Por último, realizaremos a *análise* propriamente dita, considerando o quadro formulado na nossa metodologia acima explicitada, para orientar nossas interpretações. Neste trabalho final, mais uma vez, é importante ressaltar que, por ser considerando um quadro de oposições para os níveis de análises, em essência eles não são diferenciados conforme algum tipo de princípio de seqüencialidade, senão que eles se estabelecem conforme o efeito da simultaneidade entre tais níveis. A separação estabelecida somente é válida para realização da análise

5. 1 Imigrante italiano: No meio da cena, uma transposição de língua

[...] e, eu me lembro..., interessante! Em maio havia sido preparada uma peça infantil..., eu era um dos três porquinhos (ri)...e minha tia me tirou no meio da apresentação porque eu tinha que pegar o trem pra viajar pra Gênova para vir para o Brasil” (W. falando de sua vinda)

5.1.1 Sobre o sujeito 1: imigrante italiano (S1)

O primeiro sujeito entrevistado é de sexo masculino, conta com uns cinquenta e sete anos, veio ao Brasil com seis ou sete anos, portanto sua imigração computa aproximadamente uns cinquenta anos de estada no Brasil. Ainda conserva sua mãe viva e irmãos. O pai faleceu há algum tempo. Sempre morou em Porto Alegre e nunca voltou para Itália depois da sua vinda ainda criança. Não participa de nenhuma comunidade italiana aqui no Brasil. Comunica-se na língua italiana eventualmente e somente com parentes também imigrantes. Aprecia sua vida em família, tem esposa, filhos e netos.

5.1.2 Contexto enunciativo:

Realizamos a entrevista na casa do sujeito entrevistado, na cozinha. A entrevista que fizemos durou aproximadamente duas horas, ocorrida no dia 21 de abril de 2007. O tom da fala se pauta pela informalidade, assim como pela boa disposição em ofertar a entrevista. Quanto a alguma característica que caiba destacar, relativa ao modo como o entrevistado se manifesta pela fala, identificamos a existência de uma inclinação a aumentar o volume da voz nas finalizações das frases.

5.1.3 Apresentação dos fatos enunciativos e respectivas análises

5.1.3.1 Fato enunciativo 1

Fato enunciativo 1

A: Como foi sua vinda para o Brasil?

S1: A **minha vinda foi compulsória porque eu tinha sete anos incompletos...**, cheguei aqui em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, de modo definitivo quase aos sete anos de idade, **vim eu, meu irmão e minha mãe.**

A: Só os três?

S1: Só os três,...o pai já estava, **meu pai veio para o Brasil dois anos antes**, trabalhou um ano em São Paulo e depois, que..., por motivos que não convém declarar, veio

trabalhar no RS. No RS ele começou trabalhar na UFRGS e no Instituto Tecnológico do RS atual SINTEC. **No RS veio a Porto Alegre direto, entendeu que aqui havia condições de manter a família**, mandou vir minha mãe, eu e meu irmão.

Análise:

Encontramos neste trecho três composições enunciativas que destacamos em negrito, as quais anunciam três tempos da cena enunciativa: primeiro **minha vinda foi compulsória** que avisa o ouvinte do lugar do “eu” na imigração; no segundo momento quando diz: **meu pai veio para o Brasil dois anos antes**, identificamos na enunciação o lugar daquilo que decide a imigração, de maneira a colocar a figura do pai como lugar tenente do “ele” , na medida em que, a narrativa desenvolve esta opção que o pai concretiza ao vir e ficar no Brasil. No terceiro momento, vemos o desfecho de tal opção quando acrescenta: **entendeu que aqui havia condições de manter a família**, trazendo o motivo manifesto de tal decisão. Ainda reconhecemos dois planos enunciativos dimensionados na consideração ao tempo em que o “eu” se reconhece quando se desdobra um eixo na temporalidade em que o sujeito *se conta*, assim existe um “eu” criança falado por um “eu” atual, presente na enunciação.

O “ele” da enunciação recai sobre a ação e decisão de um pai que os leva a imigrar, ou seja, se equacionam as relações do acontecimento migratório com as decisões que “ele”, enquanto voz inserida na figura do pai, sustenta uma aposta na palavra de que no Brasil haveria condições de uma vida melhor para a família. Este evento remetido a “ele” na enunciação engloba o *sentido* que permite posicionar legivelmente os outros dois referenciais subjetivos articulados na forma “eu” e “tu”. A seguir desenvolvemos melhor estes termos.

Neste fato enunciativo demarcamos a posição com que o sujeito se apresenta para esse outro lugar. Aqui a forma se dá por “eu” digo a “tu” que é “ele”, na palavra do pai, quem realizou o ato interpretativo que me conduziu para/na imigração. Desta maneira, o ato enunciativo que carrega as marcas da relação da língua com o sujeito neste país é mediado por uma palavra que retorna por “ele”, como um exterior à minha própria decisão, que, como criança na época, não teria como realizar.

Assim, da primeira díade “eu-tu”, temos que o sujeito se toma na enunciação de maneira constativa, ele registra, mas não se inclui no ato enunciativo que o conduziu à imigração. O convite que o “eu”, em sua alteridade fraca, propõe ao “tu” diz deste acompanhar o ato enunciativo *fundante*, traçado pela escolha desenvolvida, conforme o “ele” do enunciado, quando da migração. Aqui, entretanto temos um desdobramento, como já anunciamos acima, na linha do tempo porque, embora o “eu” da enunciação esteja presente, atualizando um juízo a respeito do primeiro momento da imigração, dizendo que foi **compulsória**⁹⁴, por outro lado, ele produz um olhar, um espelho sobre aquele “eu” criança retratado neste cenário. Vemos nisso as qualidades do relato, que trazem a dimensão histórica do sujeito, e é essa perspectiva histórica que se impõe como um duplo nível da situação enunciativa, pois o sujeito está falando para um “tu” sobre um “eu” de um momento anterior ao atual. Neste sentido, como referimos acima, trataremos este tipo de enunciação em que a dimensão histórica pede licença, como recurso à anterioridade na enunciação. Então, podemos ler esta justaposição do “eu” (do “eu” quando criança e do “eu” atual, operando no enunciado) como um efeito do sujeito que lida com sua história, na enunciação.

Na dimensão, dada pela tríade eu-tu/ele, propõe a significação produzida pelo ato enunciativo contemplado no “ele”, em que “eu-tu” se posicionam perante a imigração acatando uma resolução definida pelo contexto naquele momento passado. Aqui a representação que se expressa no enunciado advém do olhar sobre uma situação em que o “eu” se vê criança, sem condições de estar implicado na decisão da imigração, a não ser pela justificativa que encontra através da palavra do pai, que organiza o “ele” da situação, que supõe um saber que diz respeito ao entendimento e à interpretação do contexto que levou a família a imigrar, justificado quando diz **entendeu que aqui havia condições de manter a família**. O lugar escolhido para sustentar a família, fora da Itália, foi o Brasil porque, conforme o enunciado, o pai veio dois anos antes para o país para, supostamente, mapear as oportunidades que resultariam desta vinda.

Na tríade eu-tu/ele/ele deparamo-nos com uma maneira particular do enunciado quando o sujeito, ao se referir à **vinda compulsória**, manifesta um movimento em que o “ele” da palavra do pai, fica em uma exterioridade radical com relação à capacidade enunciativa do “eu” criança do momento da imigração. Desta maneira, se barra a

⁹⁴ Não é a criança imigrante que diz que a vinda foi compulsória, é o imigrante amadurecido na experiência imigrante que reflete sobre isto na enunciação.

“opção”⁹⁵ que o “eu” poderia aportar à imigração, ou seja, o “eu” se exterioriza à imigração sendo imigrante, de maneira que ele está e, ao mesmo tempo, não está na imigração. Podemos entender isto como uma presença de corpo na imigração, porém com uma ausência enunciativa sobre o acontecimento, sem dúvida derivada de sua pouca idade, mas definida por um desencontro entre a capacidade da presença corporal e da presença enunciativa. Disto entendemos que o “ele”, neste enunciado retorna como aquele não dito do “eu” criança, mostrado pelo “eu” da enunciação atual.

5.1.3.2 Fato enunciativo 2

Fato enunciativo 2

[...] nesse meio tempo **despediram meu pai** porque **o truste** pagava muito bem para meu pai, mas para fazer que espécie de serviço não operário?, é que **meu pai tinha conhecimento tal da tecnologia de ponta de vidraria para laboratório** que botava meu pai numa mesa junto com dez pessoas e..., **obrigaram meu pai, por falar, ensinar os outros. Meu pai que ingenuamente ensinou**, que são os grandes empresários de hoje em São Paulo, os descendentes dos alunos de meu pai [...]

Análise:

Neste recorte enunciativo, encontramos as marcas do sujeito na linguagem de acordo com o que Dufour (2000) vai designar como *inteligência da transmissão*, em suas considerações sobre a natureza do relato. Certamente aqui assinalamos, por meio das marcas enunciativas, destacadas, os efeitos de uma transmissão e de como isto implica a definição dos traços do sujeito na nova cultura que o posiciona quanto a um lugar de referência.

A relação que se estabelece entre os enunciados, **meu pai tinha conhecimento tal da tecnologia e por falar, ensinar os outros** e, ainda, **Meu pai que ingenuamente ensinou**, remete a um eixo de significação importante na relação do sujeito com a inserção ao lugar de imigração, principalmente porque ele é particularmente implicado em uma relação que se viabiliza pela *palavra*, na condição de conhecedor de uma

⁹⁵ Trata-se aqui de uma opção inconclusa, que se insinua no enunciado que, entretanto, não se declara totalmente.

tecnologia e, por conseguinte, na posição de professor ou mestre deste saber que propicia àqueles outros que não partilhavam do mesmo referencial lingüístico-cultural. O sujeito se faz aqui ponte entre dois mundos e ocupa o lugar de tradutor de um *saber técnico* para aqueles que não teriam ferramentas culturais para tê-lo. Precisamente é pela falta identificada no outro que este sujeito se enuncia. Nisto ele define sua relação na linguagem com o Outro, que então, o demanda. Contudo, se existe inicialmente esta demanda, aparece, no mesmo gesto de reconhecimento, o desconhecimento, que se concretiza pela demissão, pela exclusão do sujeito do lugar de enunciação. Aqui mostra-se nitidamente o efeito que recai sobre o ~~ele~~, alertando as insígnias que o próprio Benveniste descreve quando trata da condição não subjetiva do “ele” que pode ser utilizado tanto numa relação de exaltação quando realizado nas formas da reverência, quanto na situação da injúria quando o “ele” é utilizado pelo “eu-tu”, na presença de uma terceira pessoa, como se ela não estivesse presente. Aqui o “eu” denuncia aquilo que aconteceu, predicado pelo “ele”, desenvolvendo a situação do pai como transmissor de conhecimentos, que quando reconhecido (pelo conhecimento que possui em lentes), passa a ser imediatamente deslocado de seu lugar enunciativo. Ou seja, acontece aqui um efeito de barrado quando o “ele” transmissor se barra na presença da cultura. Fica dessa maneira, para os efeitos de significação, a condição de um *não dito* que retorna pelos efeitos da inauguração de uma tradição em técnicas de vidraçaria no Brasil.

Podemos, a partir desta elaboração geral, observar os passos que orientam nossa análise:

Na primeira díade “eu-tu”, da alteridade fraca, vemos que o “eu” que posiciona o “tu” na escuta do enunciado, mais uma vez se suspende para tratar do relato. Aqui temos a situação particular em que o plano enunciativo convive com o plano histórico. Estes dois planos são tratados por Benveniste em seu artigo *As relações do tempo no verbo francês* (PLG I,1995. p.260). Nesse artigo, embora o autor diga que o plano histórico é reservado à língua escrita porque descreve os fatos advindos do passado como uma ação acabada e sem participação direta do narrador, existem situações ambíguas em que estes dois planos convivem no discurso. Aqui, comparamos tal fenômeno à dimensão narrativa quando o autor observa que o passado não se constitui como propriamente distante da instância subjetiva, senão que ele é próximo em uma relação de anterioridade. É desta maneira que acontece neste relato, quando a dimensão de anterioridade está posta de maneira que se formula uma retomada do passado, que se atualiza pelo enunciador, no contexto atual. Para realizar esta operação, “eu” se

suspende para se olhar. “Tu” também se posiciona como espectador desta anterioridade.

Na segunda forma, na tríade eu-tu/ele, “ele” retorna sobre o “eu-tu”, de maneira a observar o lugar de quem enuncia no efeito de transmissão, ou seja, ali onde o lugar da enunciação acontece para ensinar, para dar a conhecer o universo de um saber que está consolidado a partir de um outro universo lingüístico cultural e que é traduzido para o outro lugar da imigração. A barra acontece aqui demarcando essa passagem. Como dissemos, é o “ele” do tradutor que está em pauta e, ao mesmo tempo, o “ele” fundador de um saber aqui no Brasil que ampararia o sujeito, neste outro universo lingüístico cultural, para se enunciar.

Na terceira tríade, eu-tu/ele/ele, encontramos os efeitos mais significativos deste fato enunciativo, pois, como retratamos acima, o saber que é inaugurado na sustentação do lugar enunciativo, é reconhecido pelas necessidades a nova cultura, porém, imediatamente após o saber ser apreendido, o lugar que enuncia, o “ele” da palavra do pai que suporta este lugar, é destituído, “ele” é barrado. Desta maneira, o ciclo da transmissão se fecha, trazendo o que Dufour (2000) explicita como lugar de morte do terceiro que assume para si o sacrifício. Paradoxalmente, os efeitos da transmissão não ficam anulados de nenhuma maneira, já que inaugura-se por esta passagem, um novo vínculo de saber no Brasil. O retorno do “ele” sobre o “eu-tu/ele” destaca principalmente a ponte construída para validação do lugar enunciativo que o sujeito se suporta nesse Outro do imigrante.

Sob o ângulo desta tríade, tratando da forma e sentido na língua, também constatamos, um outro elemento que toca o sentido afetado, quando o imigrante trata do **truste**. Aqui ele fornece para esta palavra a qualidade de um substantivo, como se tratasse de um personagem, no entanto em língua portuguesa *truste* refere a *sindicato de especuladores, constituído com o fim de determinar a alta do preço de um valor ou uma mercadoria*. Vemos que há uma apropriação de sentido singular, barrando a conotação estabelecida na ordem da língua. Assim fica deslocado o sentido do que referiria a um litígio travado entre um personagem com interesses particulares em demitir o pai do imigrante e a possibilidade de ser esta a decisão de interesses corporativos.

5.1.3.3 Fato enunciativo 3

Fato enunciativo 3

A: E sua mãe era de Milão também?

S1: **Minha mãe foi gestada em Milão**, nascida ao sul da Itália e depois viveu toda sua vida em Milão. **Foi apenas nascer em outro lugar**, assim como se, minha avó nordestina morasse em Porto Alegre, grávida da minha mãe, foi em Fortaleza no Ceará, aí minha mãe nasceu em Fortaleza no Ceará, no mês seguinte veio para Porto Alegre, ela é uma gaúcha nascida no Ceará.

A: certo.

S1: então, **minha mãe é uma milanese nascida em Fordia, na Pula ao Sul da Itália, são coisas da vida né?!...**Para ver, o **local de nascimento, na letra fria do papel**, local de nascimento, independentemente que seja por exemplo local de nascimento Tóquio, Japão, **eu poderia ter nascido em Tóquio, Japão, mas eu tenho cultura italiana e vontades brasileiras**. Não sou japonês por ter nascido em Tóquio, Japão, não me faz japonês. **Eu ter nascido em Milão na Itália não me faz italiano, eu sou cinco anos italiano, sou trinta e.....(gestos com as mãos), me vi no meio de um pai, uma mãe de cultura italiana**, querendo me impor a disciplina que eles receberam por sua vez na Itália, uma cultura teoricamente ditatorial, tipo um nazi-facismo eu me sujeitei a esse tipo de criação desde pequeno, eu sinto, mas **eu tinha que sentir a diferença!.. de uma educação que recebi em casa, a da educação que eu recebia fora de casa**, no colégio dos padres, irmãos lassalistas, maristas, jesuítas, no Brasil, então isso, **eu sofri um choque..., choque de diversas culturas simultâneas**, que graças a Deus, **me permitiu, no meu juízo particular, né?! (risos)**, de colher aqui, acolá, o melhor e **conviver com essas diferenças**.

Análise:

Este fato enunciativo é extremamente importante na constituição da atualização do relato, porque é aqui que o “eu” surge com toda força para dizer de seu lugar de referência no relato. Ou, digamos aqui o “eu” assume para si o vínculo do sujeito com a língua e o tipo de relação que governa este vínculo.

Existem, nesta construção dois momentos que se superpõem. Primeiro temos a relação de nascimento da mãe, ela nasce por acidente ao sul da Itália, porém ela é criada em Milão ao Norte da Itália, portanto ela, segundo o entrevistado, é de fato milanese,

isto o constatamos quando ele diz **minha mãe é uma milanese nascida em Fordia, na Pula ao Sul da Itália, são coisas da vida né?!..** Este tipo de acidente se repete no relato quando o próprio sujeito vive isto mais tarde, na condição de imigrante, já que ele é nascido em Milão na Itália mas é de fato criado em Porto Alegre, Brasil. Há aqui uma superposição e temos, com isto, no enunciado, um efeito de espelho porque Porto Alegre ocupa o lugar de Milão, e Milão fica como se fosse Fordia (Sul da Itália), o lugar que fica sem significação, desinvestido, desimbolizado na decorrência da narrativa.

A partir desta primeira constatação sobre o deslocamento feito do lugar de nascimento, o sujeito confirma que sobre a **letra fria do papel**, se referindo à lei que obriga o registro de nascimento, não se ancoram as garantias de ser daquele lugar, assim não se é do lugar em que se nasce, senão que do lugar em que se fica. Nisto se precipita em dizer **eu tenho cultura italiana e vontades brasileiras**. Assim, traça dois espaços para o universo lingüístico-cultural no qual vive. Se por um lado, ele se tem na cultura italiana mediante um registro na **letra fria do papel**, ele contrapõe a isto uma “letra em movimento”, o que o move, na cultura brasileira, pela vontade que encontra em ser e estar, no Brasil. Daqui, responde como sujeito com inscrição, mas, antes de tudo, com inscrição na cultura porquanto considera, nestas duas instâncias algo que se institui como uma letra do lugar de origem, Itália, e uma outra letra que o movimenta no Brasil. A letra se deposita aqui enquanto marca que carrega o sujeito entre trânsitos de uma língua restrita ao universo familiar, da cultura italiana, a uma língua que lhe imprime movimento no social, no Brasil, esta da vontade.

Finalmente o imigrante conclui, **eu sofri um choque..., choque de diversas culturas simultâneas**, o que **me permitiu, no meu juízo particular, conviver com essas diferenças**. Entendemos por esta conclusão que o lugar que o sujeito registra junto a sua vivência de língua, passa necessariamente por considerar as diferenças que possa encontrar, e, digamos aqui, entre os níveis de alteridade que possa identificar, suportados na letra.

Considerando este fato enunciativo conforme o quadro de análise proposto, temos que na díade “eu-tu”, da alteridade fraca, existe a inauguração no campo discursivo do “eu” que toma para si a palavra, indicando seu lugar de referência no enunciado, neste sentido, acontece um deslocamento no andamento da entrevista, pois, o “ele” da narrativa⁹⁶ cede espaço ao “eu” da enunciação. Neste paradigma, “tu”

⁹⁶ Distinguimos na narrativa que aqui apresentamos um tipo de enunciação influenciada pelo retrato histórico que se quer dar a conhecer.

também ganha outra vitalidade quando é convidado a observar o julgamento que o “eu” promove sobre a língua e cultura que lhe diz respeito, como se o “eu”, no caso, está enunciando em língua portuguesa, “tu” o acompanha exatamente na língua da vontade do movimento. Assim sendo, é para esse “tu” brasileiro ao qual o “eu” se dirige, e esse “tu” se posiciona como aquele que o identifica enquanto imigrante dividido no trânsito da linguagem, aquele que conta em definitivo com a diferença, aquele que sempre será lido na condição de alteridade, ainda mais porque este “tu” não se integrará totalmente àquilo que diz respeito à origem que o sujeito carrega, na **letra fria**.

Na tríade eu-tu/ele, vemos que o “ele” se instaura delimitando o lugar da língua-cultura, trazendo seus contornos em relação ao campo do “eu-tu”. Quando o sujeito traz a consideração à letra, origem e educação, temos um elo que une estes termos em uma conseqüência necessária, porque a *letra* aqui se refere ao lugar no qual um sujeito é registrado enquanto nascido, a *origem* remete à cultura que os pais lhe apresentam como representantes de um país, e a *educação* indica o lugar de intervenção através do qual se integra ao mundo que começa a viver como imigrante, no Brasil. Estas três instâncias representam espaços diferenciados aos quais o sujeito se vê obrigado a responder na estrita relação com a língua, para definir o que é o lugar do *nascimento*, da primeira inscrição, o que é o lugar da *cultura* e o que é o lugar da enunciação na *adquisição* da língua e valores do país em que o habita através do processo de educação que o acolhe e projeta. Temos, com isto, um “ele” que se desdobra em três. Observamos, então, o “ele” que fala de uma inscrição burocrática quando o sujeito designa a letra fria, aquela letra determinada por uma lei, neste caso, quase “acidental”, que define um pertencimento, e, por ser burocrática, ela não compartilha de uma designação privilegiada (voltaremos isto no *eleb*). Já o “ele” que delimita a idéia de cultura para o sujeito, define bem um campo de transmissão em que se vê representado: a cultura na qual o sujeito ganha significância, na medida em que, se expressa pelo que faz sentido, o qual é relativo a um saber que reúne a família em torno de considerações que se têm do país do qual são oriundos. No último desdobramento do “ele” referente ao lugar da educação, aqui se define, para o âmbito da predicação, exatamente o lugar de inserção na alteridade forte, que se impõe pelo exterior que ele se vê impelido a considerar na cultura à qual chega. A dimensão da educação ganha uma participação especial porque principalmente caberá a ela fornecer as ferramentas que este sujeito necessita para articular o sentido e o diálogo com esse outro lugar, diferente do familiar-cultural. Por este retorno dos

desdobramentos do “ele”, o sujeito integra na instância do “eu” um *juízo particular* que diz para “tu” a respeito de um *conviver com as diferenças*.

Na última tríade da análise eu-tu/ele/ele, se manifesta no “ele” a instância da letra fria, aquela que não tem como ser falada porque fica perdida exatamente no movimento da linguagem, a letra da origem que demarca o nascimento do sujeito, que fica no interstício entre o lugar de origem e o país que adota, Brasil. Isto se mostra quando o sujeito diz **eu sou cinco anos italiano, sou trinta e.....(gestos com as mãos)**. Aqui o sujeito deixa inconcluso o quanto ele é do outro lugar, porém ele ainda não se diz brasileiro. Isto retorna em um inconcluso pelos efeito do dividido pelas diferenças. Aqui podemos dizer imigrante? A cidadania que o representa em questão ainda não o define como brasileiro, torna-se pelo *não dito* no imigrante que se diz mas não se nomeia, se mostra pela barra.

Com relação à língua, temos neste fato enunciativo, um deslocamento de significação contido na palavra **gestada**. Quando o imigrante nos diz que sua **mãe foi gestada em Milão**, nos deparamos com uma apropriação do sentido particular, pois este qualificativo refere a que a mãe foi *concebida* em Milão. Parece que, nesta frase, foi escolhida por aproximação, no plano paradigmático, uma palavra próxima ao sentido requerido na língua portuguesa, passando assim a palavra *gestada* para o plano sintagmático. *Gestada* é utilizada para falar de um elemento abstrato, como, por exemplo, gestar uma idéia. Daqui entendemos que existe um atravessamento lingüístico que incide sobre a forma e utilização da palavra, recaindo a barra sobre a escolha da palavra.

5.1.3.4 Fato enunciativo 4

Fato enunciativo 4

Não gostaria de privilegiar nem o mundo ocidental, nem o mundo oriental, **nenhum mundo que tenha uma espécie de poder. É uma falácia nacionalidade**, patriotismo, no mundo de hoje isso, para quem quiser enxergar um pouquinho mais à frente, **não existe italiano, chileno, brasileiro, costarriquenho, americano, inglês, isso não existe, é apenas uma separação política econômica** ou é uma separação mas inexistente. Claro existem aqueles que viajam numa nave espacial e olha: “ O não existem diferenças, e tudo é uma coisa só!” a gente até sabe que é uma coisa só, **mas**

existem limites, porque a ignorância humana somada à ganância humana faz com que abusos exi..., ocorram de todas as partes, com o fraco com o mais forte, porque o forte o deixou mais fraco ou porque o fraco o deixou mais forte, eu me..., então, são..., **são ignorâncias de todos os lados**, então, **por isso minha empolgação nas letras, eu venci dois mundos, venci o mundo, a Itália na minha pequenês porque eu já lia tudo em italiano, venci o mundo da língua portuguesa** brasileira porque fui o primeiro aluno de língua portuguesa, sempre..., inclusive era o que irritava meus coleguinhas: como é que um cara com sotaque italiano tira 10 em ditado, tira 10 em português, tira 10 em gramática, faz as melhores redações, **eu digo: mas é claro!, eu conheço a raiz da língua, eu conheço o italiano que é latim**, o que para vocês é estranho, que vocês só estão aprendendo em português que se escreve diferente do que se fala [...]

Análise:

Com este fato enunciativo, temos uma observação muito forte do sujeito da enunciação na voz do “eu”, quando estabelece uma relação entre *nacionalidade, limites e língua*. Primeiro o enunciador nos diz: **é uma falácia nacionalidade** depois confirma **não existe italiano, chileno, brasileiro, costarrriquenho, americano, inglês, isso não existe, é apenas uma separação política econômica**. Contudo, no trajeto da fala, na procura de precisão para aquilo que fica indefinido com relação às diferenças postas em cena – porque italiano, chileno, brasileiro, etc. não diz das diferenças – ele tende a definir a noção de *limites* quando conclui: **mas existem limites, porque a ignorância humana somada à ganância humana faz com que abusos exi..., ocorram de todas as partes**. Nesta primeira concatenação, o sujeito diz que a nacionalidade não é um real operador para estabelecer diferenças. As diferenças são impostas pelos limites que estão nos abusos que os homens cometem, assim, são os abusos atribuídos à ignorância e a ganância que estabelecem as diferenças. Em resposta a este impasse no qual as diferenças se impõem como vala comum a todo lugar e situação e onde o sentido da distinção, então, não se processa totalmente, o sujeito produz um terceiro termo na concepção das letras, indicando aqui um conceito de *língua, de natureza da língua* que o levaria a transitar tanto em terra italiana quanto em terra brasileira, sem contrariedade, vencendo os limites. A idéia das letras cobra um valor particular porquanto ela se

introduz, neste trecho enunciativo, como um elemento imutável entre o trânsito destes dois ambientes lingüísticos, é como se a condição de valor na língua fosse somente uma, de uma língua única que permitiria passar de um lugar lingüístico a outro, sem alteração de valor. Parece que aqui se superpõe a negação das nacionalidades com a negação dos valores lingüísticos de cada comunidade lingüística. Se ergue, desta maneira, uma possibilidade de negação das diferenças por meio de uma letra plena, única, que diga de tudo. Uma língua única? É o latim que é convocado a se posicionar neste lugar quando o sujeito diz **eu conheço a raiz da língua, eu conheço o italiano que é latim**. No último trecho escolhido, vemos que a raiz da língua retorna sobre todo o enunciado como aquele elemento que permite ao sujeito vencer os obstáculos que a condição de imigrante poder-lhe-ia impor enquanto um diferente.

Vejamos estes elementos relacionados na nossa proposta de análise.

Na díade “eu-tu”, temos o “eu” que convida o “tu” a observar a *falácia* das ditas *nacionalidades* e a observar os *limites* impostos nas relações humanas pelas disputas que colocam em pauta a ganância e a ignorância. Assim, o “eu” convida o “tu” para uma indistinção de lugares relativos à nacionalidade de cada um. Posto desta maneira, podemos entender que é a condição de *imigrante* que advém perante o outro, propondo que esta diferença não se valide na enunciação para o outro, pois, trata-se de uma falácia. Desta maneira, enquanto falácia, o critério de nacionalidade não dá conta do lugar de sujeito que interessa. Como a nacionalidade não valida uma marca para falar das diferenças entre os homens, este traço distintivo que diz do sujeito é transferido para a consideração de *limite*, operada, neste enunciado, enquanto lugar da verdadeira distinção a fazer sobre a natureza dos homens e é sobre isto que recai o dilema das diferenças. Aqui a diferença que poderia se apresentar para a alteridade fraca se delega para a alteridade forte, uma vez que se sai do plano pessoal para uma consideração de políticas das relações humanas, ou seja, se vai para um plano macro social⁹⁷.

Na tríade “eu-tu/ele”, desenrola-se precisamente o efeito da alteridade forte sobre o enunciado, para tal, na predicação posta em pauta, é convocada a instância da língua para organizar o espaço que precisa ser delimitado, representado, simbolizado para esse sujeito de enunciação. Vejamos, quando o sujeito diz: **por isso minha empolgação nas letras, eu venci dois mundos, venci o mundo, a Itália na minha pequenês porque eu já lia tudo em italiano, venci o mundo da língua portuguesa, as**

⁹⁷ Esse plano macro social se insere numa tentativa de síntese da problemática posta em causa porque principalmente fala de uma constante em todo tipo de situação na qual exista sociedade humana.

letras vêm como aquele terceiro termo que medeia as relações de diferenças estabelecidas no campo social aquelas que produzem categorias de valor no campo social diferenciando os homens. Para esse sujeito as letras retratam aquele elemento que lhe permite passar inalterado de um campo de valores para um outro campo de valores. As letras aqui remetem à dimensão da língua, constatamos isso quando ele repara **eu conheço a raiz da língua**, entretanto esta língua no enunciado tem uma condição particular porque ela parece não distinguir diferenças no trânsito entre os diversos ambientes lingüístico-culturais. Temos, então, no terceiro termo o enunciado que denota a realização de uma língua plena que permite ao sujeito portar uma poderosa arma que garante o trânsito entre esses dois ambientes lingüístico-culturais (Itália e Brasil), sem ter de resolver a equação das diferenciações de lugar e de valor⁹⁸. As coordenadas deste terceiro termo, que define o efeito da língua sobre os lugares eu-tu, estabelece dois movimentos de significação contraditórios, pois, se por um lado, vemos a proposta do “eu” que diz para “tu” que não existe diferenças entre eles, porque ambos partilham da mesma humanidade, que é desigual, por outro lado, no mesmo contexto, temos “eu” que diz para “tu” que, por ele ter resolvido o terceiro termo, o “ele” na língua plena – que em última instância seria o latim, porque é uma língua não contaminada – este “eu” seria radicalmente diferente do “tu” que o escuta, porque este trabalharia com uma língua extraviada de sua pureza⁹⁹. Ou seja, na consideração ao “ele”, o “eu” e o “tu” se constituiriam diferenciados radicalmente, sendo o “eu” avantajado perante o “tu”. Assim, o que era a falácia das nacionalidades como uma distinção inexistente, retorna como uma radical diferença pelas letras que cada um carrega. Certamente que o lugar do “eu” e “tu” se redimensionam neste terceiro termo da predicação do enunciado.

Na terceira tríade que compõe nosso quadro de análise, eu-tu/ele/ele, temos o “ele” retornando na tentativa de desfazer as diferenças, pois, quando o “eu” do enunciado fala da falácia das nacionalidades, dos limites impostos pela ganância e ignorância humana, estes qualificativos de distinção entre homens são trazidos, para em seguida, barrá-los no conceito de letras. Seria aqui a letra que efetivamente permitiria transpor os limites que o pacto social impõe. Entretanto, no mesmo gesto em que a letra tornar-se-ia capaz de desfazer o distintivo, ela mesma comportaria um distintivo para quem a dimensiona: quem “possui” a letra pode se diferenciar verdadeiramente e, quem

⁹⁸ Sem dúvida esta concepção resulta na negação da consideração de valor que desenvolvemos no nosso trabalho, contudo exatamente o retorno sobre esta negação é que comprova a propriedade da consideração de valor na língua, como veremos no desenvolver da análise.

⁹⁹ Pois não é o latim.

não a “possui” está fadado se deslocar entre a falácia e os limites da ganância e a ignorância. Aqui entra o próprio do limite da representação quando nos perguntamos: em que medida podemos distinguir quem possui a letra e quem não a possui? Que letra é esta? Qual sua dimensão? Trata-se de um saber lingüístico? E seria ele capaz de se sobrepor entre outros critérios de alteridade?

5.1.3.5 Fato enunciativo 5

Fato enunciativo 5:

S1: [...] exatamente por essa criação..., por esses..., **por essas não dificuldades que eu tive, tenho a língua italiana como língua mãe, língua materna tá?! Mas compulsoriamente eu tenho uma segunda língua materna que não é materna, que é a língua portuguesa.**

A: Ela fica como uma língua materna? O Sr. Sente assim?

S1: Tecnicamente sim, **eu me sinto um português brasileiro porque eu brinco com a língua**, quando a gente brinca..., **eu consigo brincar com a língua portuguesa** o que **eu não consigo brincar com a língua italiana**, isso que a língua italiana, ainda mais de onde eu venho, do **vêneto**, o pessoal gosta muito de fazer rimas e etc. tanto que é **um dialeto**, que quem escreve com aquele dialeto está sujeito a rodar na hora da **prova gramatical italiana**, que seriam rodados em provas gramaticais todos os italianos vindos ao Brasil, porque como **a maioria eram não alfabetizados**, eles falavam dialeto e escrevem sim o dialeto,... até hoje.

Análise:

Aqui a forma que organiza o enunciado se dá por “eu” conta para “tu” sobre “ela” minha língua. Observa-se, então, um tipo de vínculo que o sujeito estabelece com a instância língua, a partir da sua vivência imigrante. Deste modo, reflete quatro dimensões da língua com a qual convive, sendo elas a língua portuguesa ou português-

brasileiro, a língua italiana, o dialeto vêneto e a língua gramatical. São aqui quatro elementos que se comunicam no enunciado. Disto se entende que a natureza da língua com a qual o sujeito se relaciona passa a dialogar com estas instâncias que a representam para ele. Acontece, conforme isto, um desdobramento marcado especificamente pela experiência migratória que o sujeito se vê impelido a atualizar no discurso, assegurando o endereçamento e a legibilidade de sua posição perante a língua. Também identificamos um impulso que persegue o registro da forma na língua que lhe de um verdadeiro suporte, no intuito de efetivar a significância requerida para o interlocutor no enunciado.

Vejamos de que maneira estas quatro instâncias da língua são situadas pelo sujeito neste enunciado. A *língua italiana* aparece nomeada como **língua materna** e se atribui a isto as **não dificuldades** que o sujeito teve no trânsito com as línguas, ou seja, a língua materna aparece essencialmente como aquela que lhe garante uma *não resistência* entre os diversos universos lingüísticos. A **língua portuguesa** ganha a conotação de uma *segunda língua* que se torna materna quando se apresenta compulsoriamente pela imigração. A esta afirmação se segue uma consideração significativa quando ele diz **eu me sinto um português brasileiro porque eu brinco com a língua**, e depois diz **eu consigo brincar com a língua portuguesa**. Aqui temos uma expressão que indica uma natureza de língua que lhe permite movimento no brincar. Sem dúvida que brincar com a língua pressupõe, antes de tudo, que o sujeito domina os elementos simbólicos que estão em jogo na enunciação, pois, para produzir a brincadeira, ele entende que o outro que escuta, o ouvinte, partilha dos efeitos implicados na palavra e relacionada à cultura, que os situa no contexto, ou seja, partilham de referenciais conhecidos a ambos. A essa conotação de segunda língua materna que imprime movimento, se contrapõe a língua materna italiana na qual o sujeito não encontra esta capacidade, na medida em que, *não consegue brincar com o italiano*, e assim sendo, se expressa nisto uma certa rigidez que ao sujeito não permite algo de lúdico, próprio a quem está inserido em uma língua. Com relação ao dialeto vêneto, que diria daquele lugar originário na Itália, do qual veio, observa-se um desencontro estranho porque as pessoas que partilham deste dialeto costumam fazer rimas, ou seja, costumam brincar com a língua, coisa que ele não consegue trazer para o italiano. Existe, neste ponto, uma questão implícita nessa dimensão da língua materna à qual o sujeito não acede, embora ele esteja inscrito na língua que remete à identidade do italiano. Se “eu” tenho uma herança lingüístico-cultural inscrita na língua italiana e,

ainda tenho conhecimento sobre estas qualidades, porque não brinco nesta língua? Isto ecoa como um impasse no enunciado e se tenta uma resolução pela via da língua culta, com o italiano gramatical, quando o sujeito resolve que o vêneto é um dialeto que se utiliza para rimar, para brincar, e quem o utiliza na escrita está fadado à exclusão, pois seria rodado na prova de língua gramatical. Desta maneira, temos uma bifurcação no espectro da língua materna italiana quando observamos dois registros, um a língua italiana em sua manifestação formal pela gramática e, por outro lado, encontramos o dialeto vêneto como a língua italiana informal, aquela que, por ser popular, permite a rima portanto, a brincadeira. Aqui estamos no efeito de uma língua que barra a outra. Temos a língua italiana gramatical barrando o efeito lúdico que o dialeto vêneto, como representante da língua italiana vulgar, traz.

Após a identificação das quatro instâncias de língua mobilizadas neste fato enunciativo, passaremos à construção enunciativa conforme as três instâncias destacadas para nossa análise.

Na díade “eu-tu”, encontramos o convite especial para observar a instância da língua do enunciador. Nesta alteridade fraca o “eu” convida o “tu” à fala da língua, desta maneira, a língua enquanto entidade metalingüística é refletida. Aqui temos um “eu” que diz lidar com quatro dimensões da língua, a dizer, a língua materna italiana, a língua portuguesa, o dialeto veneto e a língua gramatical, como acima o expusemos. A partir disso, a posição do “tu” se confirma na distinção a fazer: quem enuncia é imigrante italiano. Consequentemente quem o escuta, compreende que é tido como um receptor que representa o nativo da língua portuguesa, pois a conversa se estabelece em língua portuguesa e a significação resulta nestes termos. Precisamente, temos aqui o efeito do “tu” que está na posição de admitir ou não o “eu” perante as consignas de uma língua portuguesa que admite ou não significações. As expressões **compulsoriamente eu tenho uma segunda língua materna**, e , **eu me sinto um português brasileiro porque eu brinco com a língua**, dizem da pertinência relativa a uma língua em comum portuguesa que os situa num mesmo espaço lingüístico-cultural brasileiro-português. Ainda temos a considerar que é por meio deste recorte lingüístico cultural que a realidade imigrante do sujeito ganha espaço.

A tríade eu-tu/ele se reflete na consideração à língua como instância ancorada nestas quatro posições que a língua ocupa, conforme o sujeito retrata as dimensões de língua materna, segunda língua materna, dialeto vêneto e língua gramatical. Retorna dessa maneira a alteridade forte quando é posto em cena o vínculo que estas instâncias

da língua compõem para a dimensão do sujeito que se torna imigrante. Assim, temos um conjunto de oposições e superposições que são refletidas, sendo que a língua materna italiana se opõe à segunda língua materna brasileira quando uma não permite o brincar e a outra permite o brincar; temos o dialeto oposto à dimensão da língua gramatical, ou seja a língua falada com a língua escrita. Por outro lado, o dialeto vênето permite a rima (brincadeira), já a língua italiana não preocupasse com esse efeito. Às vezes a língua italiana converge com a dimensão de língua gramatical.

No jogo dos lugares, a língua portuguesa converge com o vênето porque estas duas línguas possibilitam o brincar. Temos, assim, o sujeito constituído na consideração a estes universos lingüísticos que o habitam, determinando impasses próprios à convivência de dois universos lingüísticos com seus sistemas de valores. É este circuito de oposições e superposições com a instância da língua que retorna para o enunciado, conforme a alteridade forte, que convoca “eu-tu” a uma posição perante isto.

Na última tríade eu-tu/ele/ele, encontramos um lugar peculiar da língua que se mostra e que se barra ao mesmo tempo e que diz respeito à língua de uso, italiana, na roupagem do dialeto. Ela representa um elemento não representável para o sujeito na medida em que ele não pode fazer uso de uma qualidade da língua que é o brincar, ele sabe que no vênето existe esta possibilidade porque no vênето é possível fazer rimas, porém ele não tem acesso a tal qualidade, ele acede a isto em língua portuguesa, mais tarde. Então, a barra se realiza sobre uma capacidade do sujeito na língua de origem.

5.1.3.6 Fato enunciativo 6

Fato enunciativo 6

S1: [...] **eu tenho uma certa resistênciа em ir à Itália**, eu tive, digamos, duas ou três oportunidades de ir à Itália e **eu preferi não ir, tá!?** Eu tenho uma certa resistênciа, um conflito interno que eu tenho,...problemas de família,... que a **minha mãe queria voltar pra Itália, só não voltou pra Itália porque eu, de algum modo, dei a entender que eu não voltaria à Itália**. Que eu em tendo vindo ao Brasil, por teimosia ou por sentimento, eu permaneceria no Brasil.... eu sonho,...**eu idealizo em ir à Itália, mas eu quero ir à Itália como brasileiro, como brasileiro bem formado, que até digo brincando, para ir lá ensinar italiano para os italianos....**, provavelmente eu quero ir para a Itália ensinar italiano para os italianos, **mas eu serei um brasileiro ensinando**

italiano para os italianos..., o italiano gramatical é claro, que isso qualquer um pode ensinar, porque a letra fria está escrita....

Análise:

Neste fato enunciativo, entramos no cerne do dilema do imigrante quando ele se interroga sobre as condições de voltar à terra natal. Quando o imigrante diz **eu tenho uma certa resistência em ir à Itália**, e, **minha mãe queria voltar pra Itália, só não voltou pra Itália porque eu, de algum modo, dei a entender que eu não voltaria à Itália**, a consideração da idéia de voltar à Itália aparece como um interesse da mãe por voltar, ao qual o sujeito responde com uma escolha de permanecer aqui no Brasil, fazendo resistência à possibilidade de sair. Quando, ainda, o sujeito diz **eu em tendo vindo ao Brasil, por teimosia ou por sentimento, eu permaneceria no Brasil**, reafirma uma decisão de permanecer compactuando definitivamente com seu status de imigrante, que por meio do gesto de querer ficar, não se condiciona à forma *compulsória* de estar imigrante no Brasil, senão que indica uma escolha, escolha de um sujeito que tornou-se sujeito pela imigração e que se mostra no fato enunciativo. Há nisto um pacto com a imigração em que se reúnem *teimosia* e *sentimentos* acumulados ao longo desta trajetória que o inscreve aqui, no Brasil. Em questão, está o patrimônio subjetivo desta experiência que lhe dá consistência no lugar de subjetivação¹⁰⁰. É interessante que, nesse enunciado, o sujeito coloca também a figuração de uma possível volta, existe nisto uma hipóteses ou ainda uma aposta singular, pois destaca **eu idealizo em ir à Itália, mas eu quero ir à Itália como brasileiro, como brasileiro bem formado, que até digo brincando, para ir lá ensinar italiano para os italianos**. Nessa idealização se articula um lugar de supressão da origem italiana porque ele se pensa indo à Itália como brasileiro, hipoteticamente, em condições de superar um nativo italiano na língua. Aqui, se projeta também uma permanência da condição imigrante, na medida em que, ele, sendo brasileiro na Itália, continuaria imigrante na Itália. Contudo a língua que ele especifica, que seria aquela que ensinaria aos italianos, é a língua gramatical italiana, que é a língua com a qual foi possível ter contato ao longo

¹⁰⁰ A subjetivação da qual falamos está contemplada dentro da teoria benevenistiana que reconhece índices de subjetivação, como vimos, nos indicadores pronominais, criando referências para o enunciado, configurando dessa forma condições para a significação.

dos seus anos no Brasil com a sua identidade italiana, a qual marcadamente não se constitui para o sujeito como uma língua de uso plenamente socializado.

Na primeira díade eu-tu, da alteridade fraca, encontramos um “eu” que posiciona o “tu” na escuta de uma *resistência* relativa a possibilidade de sair do campo de interlocução no Brasil. No início do fato discursivo, fica marcada o dilema desta interlocução, que pode se perder quando o sujeito repara **eu tenho uma certa resistência em ir à Itália**, e posteriormente afirma: **eu preferi não ir, tá!?** Na primeira frase, temos uma informação sobre a resistência que enfrenta diante da idéia de voltar à Itália e em seguida, na próxima frase afirma que preferiu não ir, concatenando a exclamação **Tá?!.** Esta expressão se posiciona na frase notadamente em direção a “tu” que está posicionado na escuta do relato, e, retrata tanto uma afirmação para esse “tu” quanto a solicitação de um consentimento daquilo que está sendo afirmando. Aqui a presença do interlocutor se torna muito mais relevante diante da perspectiva de poder deixar acontecer ou não essa interlocução, esse chamado contido no **ta?!.**, que destaca a presença do “tu” diante do “eu” que está com a palavra. Digamos, que neste enunciado, “tu” se materializa. O “tu” se faz suporte também da representação do brasileiro que está aqui, o falante nativo que decodifica o espaço simbólico, que tem as ferramentas lingüísticas para admitir ou não o “eu que se diz eu”.

A força enunciativa que o “eu” encontra para sua permanência diante de “tu” se realiza pela argumentação no enunciado, quando diz que ele fica no Brasil por *teimosia ou sentimento*, retratando um vínculo consolidado neste lugar. Por outro lado, ele se vê indo como brasileiro, ou seja, definido nos termos de uma cultura lingüístico-cultural dialogada simbolicamente com um “tu” que é brasileiro, para quem isto é significativo. Assim a forma se estabelece em um “eu” sou como se fosse “tu” indo para a Itália.

Na tríade eu-tu/ ele, observamos um movimento que traz a alteridade forte, quando se idealiza um novo evento migratório. É o evento migratório que retorna como um todo sob a consideração de uma possível volta à Itália. Aqui temos o evento migratório predicado na possibilidade de uma volta à terra natal e aqui a língua ocupa um papel importante, pois, seria ela a condição de poder voltar, já que o imigrante só voltaria se fosse **ensinando italiano para os italianos**, assim ser mais italiano que os italianos? Saber da língua gramatical italiana parece significar neste enunciado um tipo de garantia para o que possa “faltar” à identidade italiana, porque a expressão, mesmo brincalhona, revela um certo resguardo diante das “vozes” daqueles que na Itália poderiam lhe indagar sobre sua ausência, por isso, antes ensinar do que ouvir e ter de

responder algo que não está ainda integrado para o sujeito sobre sua identidade italiana aqui, no Brasil. Assim, ele se sabe estrangeiro na Itália quando diz que ele voltaria à Itália como brasileiro. Reconhece aqui que muito provavelmente seria considerado brasileiro na terra natal e não italiano de fato. O “ele” do enunciado, como dizemos, reflete o ser imigrante no qual o sujeito não se apreende nem totalmente italiano nem totalmente brasileiro, pois sempre teria de entrar no mérito de estar sujeito a dois universos lingüístico-culturais, sempre em diálogo.

Na tríade eu-tu/ele/-ele, encontramos a sutilidade do “ele” retornando sobre a tríade eu-tu/ele quando derivamos este impasse do imigrante, acima desenvolvido, no qual o “ele” se coloca por meio de uma reflexão sobre a relação que o sujeito imigrante desenvolve quando se depara com a hipótese de retornar ao lugar de origem. Nisto observam-se dois caminhos, um em que escolhe ficar no Brasil, sabendo que é italiano de origem, e outro em que iria à Itália como brasileiro. Neste cruzamento, identificamos, por um não dito que insiste no enunciado, alguma coisa que sempre ficará em aberto relativo à identidade no lugar no qual se encontra. Aqui podemos recorrer à observação de valor na língua, pois, como vimos em Saussure, os elementos de cada sistema lingüístico comporta um valor próprio que só ganha coerência e significância no próprio sistema. Assim sabemos que a tradução de um sistema para outro sempre é aproximativa e recorrente da estrutura semântica das línguas que permitem aproximação. Neste caso, vemos o sujeito palpando essa não tradução subjacente ao fato de ter de responder a cada sistema de língua sobre sua condição de falante, suportando aquilo que não tem como ser transferido de um universo a outro, sem comportar uma perda. Por conta disto, nunca ele é totalmente italiano e nem totalmente brasileiro, ele se vê em uma balança entre estes paradigmas lingüístico-culturais. Dessa maneira, quando ele está no Brasil, ele não é totalmente brasileiro e quando, mesmo que hipoteticamente, está na Itália, ele não é totalmente italiano. O “eleb” conseqüentemente se deixa sentir nesta difração que o sujeito mostra em sua enunciação. Assim, podemos reparar que, quando o sujeito diz que seria um brasileiro na Itália, produz-se ali uma barra sobre sua identidade italiana.

Considerações parciais da análise

Quando, no início desta análise, indicamos a transposição de cena que o sujeito italiano encontrou na sua vida, no momento exato em que era trazido para o Brasil ainda

criança, nos encontramos com o impacto que esta travessia significa para qualquer pessoa. Especialmente esta análise nos provoca quando consideramos a experiência advinda de uma visão que se inaugurou na infância para a constituição do olhar adulto, retratado na enunciação atual sobre a experiência. Trabalhamos nos limites que uma entrevista nos pode fornecer e, neste sentido, podemos dizer que tratamos com lampejos identificados por meio da enunciação, contudo de alguma forma, assim como o lampejo no escuro da noite nos oferece, por um fragmento de segundos, a imagem da paisagem que se esconde na escuridão e nos faz intuir nosso lugar no meio da paisagem, também estes fatos enunciativos nos permitem intuir o localização do sujeito em sua experiência imigrante.

Este relato, por compreender a experiência migratória em um trajeto maior de vida, nos mostra certas considerações sobre a dimensão histórica no plano enunciativo. Vemos que isto se reflete na ordem das relações, organizada na fala, trazendo impasses específicos quando nos deparamos com os dois primeiros fatos enunciativos nos mostra sua vinda ao Brasil, considerada compulsória. Aqui observamos as superposições das diversas instâncias enunciativas, em particular a figura do “eu”, em que um “eu” atual mostrava o lugar enunciativo de um “eu” criança. Estabelecemos neste ponto, a perspectiva *da anterioridade* como uma terceira via na enunciação. Também há consideração da história paterna retratada na consideração do “ele” da enunciação. Nisto também observamos uma superposição de lugares, na anterioridade, em que a figura do pai se descreve em sua façanha particular, organizando a imigração e, por outro lado, na dimensão subjetiva, acompanhamos a construção de uma versão em que o pai, ao trazer um conhecimento específico (saber sobre técnica em vidraçaria) e ao ser deslocado do lugar enunciativo, funda uma linha de trabalho no Brasil. Disto, se abre toda uma perspectiva de fundação do sujeito que se inscreve neste outro lugar, de maneira específica. Adiante, também aparece a consideração à inscrição do lugar de nascimento e lugar da cultura, quando lembra que sua mãe nasce ao Sul da Itália, mas que se cria em Milão. Do mesmo modo ele nasce em Itália mas é criado no Brasil. Novamente identificamos que a partir da história da mãe, o sujeito projeta sua história subjetiva, operando com elementos que o ajudam a operar sua cidadania imigrante. A superposição, neste momento, recai sobre a instância do “ele” que, por um lado, retrata a história familiar e por outro, constrói a versão subjetiva de uma história que o define como sujeito que se inscreve na outra cultura.

Finalmente nos resta considerar que, na instância do “ele”, nos encontramos com o pêndulo que se marca pelos silêncios, irrepresentados, não-ditos, que neste imigrante se integra, ao tentar considerar, em última instância, o lugar de pertencimento entre a letra fria (do registro burocrático) e a cultura. Aqui vemos que, diante da idéia de voltar algum dia para a Itália, ele voltaria como brasileiro, e nós a lemos neste enunciado que voltaria como imigrante, estabelecendo-se um irrepresentado, uma alteridade radical a qual não se consegue resolver, porque sempre estará outro para o lugar onde for.

A seguir, apresentaremos a análise da imigrante uruguaia.

5.2 Imigrante uruguaia: Na fronteira entre uma capital e um interior: a construção de um novo conceito de subjetividade na imigração

Aqui tinha todo o milagre brasileiro, tinha toda uma euforia, digamos..., que si bem que não foi a face de ouro, digamos o ápice, digamos da promessa, entences..., mas tinha a idéia de que era o país do futuro (imigrante uruguaia)

5.2.1 Sobre o sujeito 2: imigrante uruguaia (S2)

A imigrante que aqui apresentamos é de origem uruguaia, conta com mais de cinquenta anos e ela está no Brasil desde 1974, há aproximadamente 33 anos. Sempre morou em Porto Alegre. Depois que veio para o Brasil, nunca mais voltou para o Uruguai. Exerce a profissão de fisioterapeuta, também tem atividades na área de artes. Atualmente é viúva e tem uma filha brasileira que mora com ela.

5.2.2 Contexto enunciativo

A entrevista que aqui apresentamos foi realizada no local de trabalho da imigrante uruguaia (S2), ela nos recebeu amigavelmente e se mostrou receptiva à entrevista durante todo o seu desenvolvimento. A entrevista durou aproximadamente uma hora, no dia 4 de agosto de 2007.

5.2.3 Apresentação dos fatos enunciativos e respectivas análises

5.2.3.1 Fato enunciativo 1

Fato enunciativo 1

A; Como você veio para o Brasil?

S2: Bom, **eu vim a Porto Alegre em 1974, o que me levou basicamente a procurar outro lugar para morar, para trabalhar, foi que eu me formei em minha profissão, me formei em Montevideu na capital** do Uruguai e fui trabalhar no **interior na Rivera, na fronteira e nessa fronteira eu era a primeira profissional do ramo**, em Fisioterapia, eu não tinha um campo de trabalho, digamos já trilhado, eu era a primeira como se diz **e encontrei dificuldades para me comunicar, ter um trabalho interessante [...]**

A; que idade tinhas? (quando viestes ao Brasil)

S2: **eu tinha mais ou menos dezenove anos, eu queria ter a minha casa, minha carreira, minha profissão, minhas condições... feitas por mim**, e, no interior, era distante,... porque era complicado sair de casa dessa forma. **Então procurei dois palcos..., duas cidades grandes que pensei, ou Montevideu ou Porto Alegre. Montevideu acabou não sendo possível porque era muito complexa a situação nesse momento no Uruguai e eu não iria morar sozinha, como eu queria. Porto Alegre se mostrou aí mais interessante.** Aqui também não existia a carreira em Fisioterapia, embora existiam fisioterapeutas em Porto Alegre, ainda não tinha, só em Rio de Janeiro e acho São Paulo. Existia sim já uma pessoa trabalhando em fisioterapia de origem alemã, a Bárbara, foi a primeira a trabalhar.

Análise:

A primeira análise que apresentamos, do fato enunciativo da sujeito imigrante uruguaia, retrata os motivos da sua vinda ao Brasil, indicando-nos que veio na perspectiva de novos horizontes para sua profissão e para sua vida. Entretanto, aparece

aqui um dado curioso quando relacionamos a construção de lugares geográficos no enunciado, que o observamos quando ela diz **eu vim a Porto Alegre em 1974, o que me levou basicamente a procurar outro lugar para morar, para trabalhar, foi que eu me formei em minha profissão, me formei em Montevideu, na capital do Uruguai e fui trabalhar no interior na Riviera, na fronteira e nessa fronteira eu era a primeira profissional do ramo e encontrei dificuldades para me comunicar, ter um trabalho interessante.** Vemos, nesta costura enunciativa, uma equação que manifesta uma contraposição entre dois espaços, um que está associado à *capital* e um outro associado ao *interior*. Nesta primeira parte, temos que a formação profissional se deu na capital, Montevideu, trazendo uma experiência qualificada para o sujeito e quando esta prática profissional tenta ser aplicada no interior, encontra impasses que refletem um lugar que oferece menores perspectivas. Tal idéia se realça quando diz *encontrei dificuldades em me comunicar*, indicando nisto uma fronteira enunciativa, na qual os sentidos propostos para sua profissão, que conquistou na capital, não encontram as mesmas condições no interior. Com isso, a palavra **fronteira** que identifica a cidade de Rivera, ganha uma significação particular, pois localiza um lugar físico se que coaduna com um lugar subjetivo no qual ela se encontrava, em dificuldades de se comunicar, de trabalhar, de se realizar no campo social como sujeito de enunciação. Trata-se, por meio desta consideração de uma fronteira enunciativa.

A segunda parte do enunciado que destacamos, aprofunda ainda mais a dicotomia entre lugares que chamaremos de geográfico-enunciativos, entre interior e capital. Aqui se aprofunda a experiência subjetiva na procura de um lugar que lhe permita melhores horizontes profissionais e, ao mesmo tempo, que lhe assegure uma independência que não encontra no interior. Temos, tomando este ponto de partida, que, junto com qualidade comunicativa, ela procura uma independência, que mais uma vez, se vê possível na capital e não no interior, contrastando novamente estes lugares.

Finalmente, no último trecho, nos deparamos com uma consideração importante quando a imigrante emite a seguinte consideração: **Então procurei dois palcos..., duas cidades grandes que pensei, ou Montevideu ou Porto Alegre. Montevideu acabou não sendo possível porque era muito complexa a situação nesse momento no Uruguai e eu não iria morar sozinha, como eu queria. Porto Alegre se mostrou aí mais interessante.** Nela vemos que o estatuto da *capital* que ela procura se relaciona a duas capitais, sendo elas Montevideu e Porto Alegre, que figuram como dois palcos, exatamente onde ela se vê atuando, e acaba escolhendo Porto Alegre, dentro do

contexto da época. A princípio, não existe nada de estranho nesta comparação e escolha por Porto Alegre, contudo é palpável que na cogitação entre as capitais (Montevidéu e Porto Alegre), é o significante *capital* que opera neste enunciado, contrapondo-se ao significante *interior*. Daqui, vemos que não se trata de uma escolha entre países, e sim entre capitais.

Após este contexto inicial, analisaremos esse fato enunciativo à luz de nossa proposta de análise. Refletindo a primeira díade eu-tu, da alteridade fraca, observamos que o “eu” conta para “tu” sobre os motivos da imigração. Nisto está implicada uma expectativa mostrada para o “tu” em que se leva a reconhecer o ímpeto da realização profissional e da independência procuradas. À medida que o “eu” dirige-se a um “tu” que se contextualiza em Porto Alegre, ele explicita que estas exigências puderam ser atingidas nessa capital e não no interior Rivera, cidade natal uruguaia. Como vimos acima, está em jogo, por meio da oposição de lugares capital/interior, toda uma consideração enunciativa, pois, se indica pelo enunciado analisado que foi na capital que ela pôde se comunicar e não no interior, onde tentou achar recursos e não encontrou. Disto podemos considerar que o “tu” ao qual o “eu” se dirige é interrogado sobre a capacidade que possui para escutá-la. Neste sentido é expressivo que esse “tu”, no contexto que ela escolhe, em tendo optado por Porto Alegre, é um “tu” de um outro lugar da fronteira, de uma outra língua, é um tu de um palco diferente, que, mesmo comportando essas insígnias da diferença, se torna mais apto para a comunicação do que aquele que fica em terra natal e que partilha da mesma língua. Assim a língua não representa a marca da diferença, o que faz a diferença é a capacidade de produzir um sentido e um reconhecimento do que se faz, neste caso, como profissional. Configurando esse reconhecimento solicitado à instância do tu, podemos dizer que o enunciado traz duas fases do tu, um “tu” que está em posição de escutar o relato aqui, agora, que é aquele do contexto brasileiro no qual se expressa pela forma “*eu*” *conto para “tu” sobre a imigração*, e um outro momento em que “*eu*” *conto para “tu”, sobre aquele “tu” que não se comunica, do lugar de origem*.

Na segunda tríade eu-tu/ele, temos exatamente o efeito da dicotomia capital/interior que retorna sobre as instâncias subjetivas. O “ele” diz de uma escolha que o sujeito teve de fazer entre duas capitais, e que escolhe Porto Alegre. Trata-se essencialmente do ele como palco que lhe permite as condições enunciativas exigidas. Assim, como vimos, representa-se no “ele” essencialmente um lugar que possa interpretar melhor seu trabalho.

Na terceira tríade de nossa análise eu-tu/ele/-ele, vemos um “ele” por um não dito que permeia o enunciado. Diz respeito a esta escolha que comporta fazer opção, uma escolha entre capitais, e não considera a diferença entre países, que está subjacente no enunciado.

5.2.3.2 Fato enunciativo 2

Fato enunciativo 2

A: E, como foi o desafio do idioma?

S2: **Em relação à língua portuguesa em si, eu não tinha maior dificuldade de língua, sempre falei com sotaque**, que nem até hoje, trinta anos depois,...**evidentemente que me confundem com gente de outro lugar** ou pensam que sou italiana ou argentina ou uruguaia **ne?!...**, então, sotaque nunca perdi, ...**mas a língua como nasci na fronteira, falar a língua para mim não era difícil, então difícil era falar-la bem, falar-la com..., fonicamente bem**, mas justamente pelo fato do **lugar que eu nasci a gente se comunicava, os brasileiros em português e eu em espanhol e nos entediamos perfeitamente**, então, nunca fui forçada lá a falar a língua... e, **o outro componente, que eu acho mais singular em relação à minha família é que minha mãe é professora de idioma espanhol e é dessas professoras que ama a língua, acima de tudo, então, até hoje ela não se conforma...**, por eu ter uma filha brasileira, ela gostaria que essa minha filha falasse o espanhol com ela.

Análise:

No fato enunciativo apresentado, deparamo-nos explicitamente com a problemática da língua trazida pela imigrante. Vemos que aqui se aprofundam as considerações sobre ter nascido num lugar de fronteira, fato que lhe faz presumir não ter dificuldade em entender o português e, por sua vez, ser compreendida, na sua fala em espanhol, pelo falante nativo português. Vejamos como as considerações se desenvolvem a partir da nossa proposta de análise.

Na primeira díade “eu-tu”, vemos que o “eu” introduz o “tu” em uma dupla implicação, primeiro temos o “tu” da capital portoalegrense nas disposições de um aqui

agora atualizado na enunciação quando nos diz **sempre falei com sotaque**, e continua **evidentemente que me confundem com gente de outro lugar**. Aqui nos informa que, na evidência do sotaque que carrega, o interlocutor daqui intui facilmente que ela é de um outro lugar que não o Brasil e esta referência se reafirma no **né?!**, solicitando uma confirmação do interlocutor “tu”, que coincide com quem realiza a entrevista naquele momento. A partir deste quadro há um deslocamento da cena em que um outro “tu” se deixa mostrar, que é aquele que faz parte de uma relação de anterioridade ao enunciado, quando, nas suas palavras, lembra que o **lugar que eu nasci a gente se comunicava, os brasileiros em português e eu em espanhol e nos entedíamos perfeitamente**. Nessa segunda consideração, reconstitui um “tu” que remete a este lugar de fronteira no qual se convive com as duas línguas a língua, portuguesa e espanhola, sem entrar em atrito porque ali se tolera a diferença idiomática sem ninguém precisar abdicar da sua língua para que o outro, da outra língua, o entenda. Ela diz que para esse “tu” a diferença de língua não interfere na comunicação.

Na triáde eu-tu/ele, é exatamente a língua que é predicada, contudo é adjudicado a isto o efeito de *comunicação* e aqui vemos um retorno singular para o efeito de sujeito dessa imigração, pois, entendemos, por meio do que ela traz neste enunciado, que para ela existe uma dificuldade com a língua portuguesa porque ela não perde o sotaque e observa que isto faz com que as pessoas percebam que ela é originária de um outro lugar, contudo reflete que quanto à questão da comunicação, de se fazer entender, consegue um resultado favorável, pois lida com o universo bilíngüe espanhol-português desde o lugar de origem. Assim sendo, a problemática se deposita na língua bem falada, fonicamente bem falada que ela não consegue produzir. Aqui observamos um pouco da distinção que Benveniste faz sobre a natureza semiótica e a natureza semântica da língua, lembrando que no semiótico está em questão o reconhecimento do signo lingüístico e no semântico é a compreensão das significâncias operadas a partir dos signos. Contando com este efeito, o autor entende que é na perspectiva semântica que a tradução entre idiomas se realiza, e aqui voltando à nossa análise, vemos que a imigrante em questão estabelece, de certa maneira, esta mesma relação quando diz que encontra dificuldades na pronúncia, que identifica o âmbito da semiótica da língua, já que a diferenciação significativa do signo em português se quebra de alguma forma quando, na fala, não se reproduz esta discriminação adequadamente (sotaque); entretanto, abaliza justamente o âmbito semântico em que a *compreensão* é posta em primeiro lugar, propiciando encontrar um desenvolvimento adequado para que os

implicados na interlocução, mesmo tendo línguas diferentes, possam se *entender perfeitamente*. Digamos que esta língua que a imigrante convoca requer um certo acordo de cavalheiros em relação às diferenças.

Na última tríade de nossa proposta de análise eu-tu/ele/-ele, notamos que o “ele” se configura através da seguinte construção que se acrescenta como um dado significativo quando ela entende existir um componente singular, relativo a essa língua que não se fala totalmente bem e que se expressa pela seguinte frase **o outro componente, que eu acho mais singular em relação à minha família é que minha mãe é professora de idioma espanhol e é dessas professoras que ama a língua, acima de tudo**. Aqui temos a figura da mãe que emerge como uma guardiã da língua espanhola, pois é professora de língua espanhola e daquelas que ama a língua. Sob essa perspectiva, notamos que este acréscimo vem como uma justificativa ao fato de não admitir ainda se apropriar totalmente da língua portuguesa. Há uma questão de amor à língua e aqui literalmente à língua materna e deixar o sotaque significaria apagar os vestígios da morada da língua espanhola, levando a um corte nesta outra cena comunicativa que se realiza em língua materna. Deste ponto de vista, vemos que a idéia da comunicação se apresenta como uma instância maior que permite a negociação entre os dois sistemas de língua com os quais a imigrante lida, sem ter de escolher entre as duas línguas.

Nesta construção, o “ele” retorna, neste intervalo, como uma língua portuguesa que não é totalmente admitida devido a esta negociação com a língua materna espanhola, e na manifestação do sotaque se evidencia essa língua portuguesa alterada. Conforme este movimento na língua, entendemos que nisso opera uma condição do irrepresentado para o sujeito na língua, na medida em que, manifesta considerar as condições da língua portuguesa *bem falada*, entretanto este objetivo se perde, é barrado por uma outra construção que a altera foneticamente, interferindo, de alguma maneira, na concepção da significância semiótica. Temos, assim, os efeitos de uma língua mostrada e barrada em sua expressão.

5.2.3.3 Fato enunciativo 3

Fato enunciativo 3

A: A tua referência antes de vir realmente era Porto Alegre?

S2: **É mais Porto Alegre por questões culturais também né?!, por se ligar a coisas no Uruguai**, mas na realidade por exemplo, **de coisas que eu percebi aqui e não em Uruguai é que a maior parte dos uruguaios lá é uma população pequena, as raízes nossas é fundamentalmente espanhola**, de muitos vascos do norte da Espanha, diferentes dos da Argentina por exemplo, diferente de vocês...dos chilenos..., então, **aqui no Brasil eu fiz contato com pessoas de descendência alemã, descendência italiana, árabe, japonês, orientais, coisa que em Uruguai eu nunca tive**. Trabalhava no interior, com pouca diferença porque não tem colônia lá..., é muito homogêneo, **então para mim isso sim é uma descoberta, isso é até hoje é uma grande diferença, porque, claro, o mundo se tornou muito mais apto às diferentes culturas...aí eu comecei a me dar conta dos diferentes tipos culturais e hábitos...**, dependendo do contexto brasileiro, mas a descendência deles não era de pais brasileiros, era pai brasileiro mãe alemã, *que sé yo*, japonês..., francês ou outra coisa, **aí a gente começa a sentir pelas diferenças enraizadas com aqueles...(gestos com as mãos indicando aqueles anteriores, os que vieram antes), tu reconheces diferentes raças aqui..., mais semelhantes ao Uruguai ou Argentina mais riograndense**, quando não, se dá por esses outros idiomas de outras etnias.

Análise:

Olhando para esse fato enunciativo, temos que a imigrante realiza comparações entre o Uruguai e o Brasil, conforme o ponto de vista cultural. Observa algumas semelhanças e algumas diferenças radicais que lhe fazem transitar entre lugares familiares e lugares estrangeiros na mesma cidade de Porto Alegre. Do lado das semelhanças, encontramos a seguinte frase respondendo à questão sobre ter escolhido Porto Alegre para morar: **É mais Porto Alegre por questões culturais também né?!, por se ligar a coisas no Uruguai**. Aqui observa que existem pontos de contatos culturais semelhantes entre Porto Alegre e Uruguai, e, nos deparamos com a extensão desta idéia quando ela também nos diz: **mais semelhantes ao Uruguai ou Argentina mais riograndense**, ou seja realiza nesta apreciação uma proporção em que identifica

que quanto mais as pessoas em, Porto Alegre, se assemelham a argentinos e uruguaios, mais elas são riograndense. Assim, chama esta identidade riograndense para uma condição de cidadania que ultrapassa as fronteiras oficiais e idiomáticas entre os países em questão. Transparece, por meio dessa ótica, a idéia daqueles que seriam os naturais desta terra, diferenciando-se assim os estrangeiros pertencentes a outra etnias.

Do lado das diferenças aparece um outro paradigma que a imigrante salienta ao vincular duas idéias no enunciado, primeiro quando refere **de coisas que eu percebi aqui e não em Uruguai é que a maior parte dos uruguaios lá é uma população pequena, as raízes nossas é fundamentalmente espanhola**, e depois conecta-se uma segunda idéia quando se acrescenta **aqui no Brasil eu fiz contato com pessoas de descendência alemã, descendência italiana, árabe, japonês, orientais, coisa que em Uruguai eu nunca tive**, e ,ainda, **então para mim isso sim é uma descoberta, isso é até hoje é uma grande diferença, porque, claro, o mundo se tornou muito mais apto às diferentes cultura**. Nesta seqüência, vemos que ela diferencia a vivência culturalista que privilegia a cultura que traz do Uruguai para uma vivencia multiculturalista, apropriada aqui, no Brasil, quando observa que no Uruguai se conta com uma cidadania muito homogênea, determinada essencialmente pela influência espanhola, diferentemente ao que ocorre no Brasil que permite um encontro ímpar com diferentes pessoas pertencentes a diferentes origens, a diferentes países.

Na díade “eu-tu”, da alteridade fraca, o “eu” conta para o “tu” sobre as características culturais que os une e que os diferencia em Porto Alegre, Brasil. Assim temos, em um primeiro momento da enunciação, uma distinção sobre o espanhol vasco que está presente no Uruguai, diferentemente dos outros colonizadores espanhóis presentes nos países vizinhos. Aqui o “eu” marca uma singularidade dentro do universo espanhol, e uma das características disso é que o universo cultural que predomina em sua terra natal é bastante homogêneo, configurando um “eu” muito semelhante ao “tu”. Este ponto de partida lhe permite descobrir que em Porto Alegre encontra uma diferença radical a este respeito, pois as pessoas têm diversas origens, não só origem espanhola, senão que de diversos lugares do mundo. Digamos que a imigrante se depara com um universo bastante heterogêneo. Temos com isto um “eu” que se distancia do tu. Por esta via, ela trabalha com as possibilidades de um “eu” simétrico com relação ao “tu” em terra natal, e de um “eu” dessimétrico no Brasil. Entretanto uma terceira possibilidade é sugerida a para o “tu”, pois o “eu” e o “tu” compartilham de uma identidade riograndense que desfaz a consideração sobre a fundação do universo espanhol ou

português, trabalhando com uma identidade geopolítica que situa uma cultura riograndense que está presente nessa região da América do Sul e que ultrapassa a consideração de fronteira. Aqui o “eu” novamente se assemelha ao “tu” pelas características culturais que articulam três fronteiras Uruguai, Argentina e Brasil. Conforme este movimento com a díade “eu-tu” podemos dizer que se estabelecem três tempos, um primeiro em que o “eu” é igual ao “tu”, quando o Uruguai comporta um povo homogêneo; em um segundo momento o “eu” é diferente do “tu” quando em Porto Alegre a imigrante encontra pessoas de diversas origens e, em um terceiro momento, o “eu” se assemelha ao “tu” por uma identidade cultural riograndense diferente das outras etnias culturais presentes no Estado ou capital, Porto Alegre.

Na tríade eu-tu/ele, o “ele” da alteridade forte retorna sobre o pólo da referência subjetiva, trazendo para o relato a experiência do encontro com as diferenças, marcada na seguinte frase: **então para mim isso sim é uma descoberta, isso é até hoje é uma grande diferença, porque claro o mundo se tornou muito mais apto às diferentes culturas....**Identificamos aqui a abertura que o sujeito realiza, nesta experiência imigrante, tornando-se sensível às diferenças entre os sujeitos. Acreditamos que, conseqüentemente, também no reflexo em espelho, se deixa apreender a própria diferença entre os diferentes. O “ele” então vem como aquela terceira instância que lhe ajuda a simbolizar as dessimetrias presentes no campo da cultura e da língua¹⁰¹.

Na configuração da terceira tríade eu-tu/ele/-ele, observamos uma formulação que dá margem a uma terceira via deste enunciado, que recai sobre o efeito de significância que se deposita entre a constituição do igual e a constituição do dessimétrico das identidades culturais-linguísticas, que esse sujeito imigrante nos reproduz. Falamos especificamente do paradoxo que ecoa quando temos um igual que, por ser tão igual, se torna totalmente diferente e de um diferente sendo tão diferente torna-se um igual. É isso que se processa quando nos deparamos com a constatação da imigrante, quando refere a que os uruguaios são um povo tão homogêneo, descendente de uma mesma raiz espanhola, que definem um tipo de traço cultural muito diferente do resto. Por sua vez, outra via se desenha quando o diferente das diversas etnias presentes no Brasil, comporta uma heterogeneidade tal que se agrupa no conjunto dos diferentes como um todo. Por serem todos diferentes, são iguais em sua diferença e isto se contrapõe a uma identidade riograndense que seria o traço originário dessa região, os

¹⁰¹ Está aqui configurada a relação com esse Outro da cultura que demanda sua interpretação por parte do sujeito.

“verdadeiros” desta terra. Então temos aqui que o igual se mostra para em seguida ser barrado e o diferente se mostra para em seguida ser barrado também.

5.2.3.4 fato enunciativo 4

Fato enunciativo 4

A: E o humor do qual tu estavas falando?

S2: Olha, eu levei anos sem rir (ri)...**verdad!**... me dava conta que quando **eu chegava lá eu ria, gargalhava, eu gosto de rir...**, **aqui eu não ria naquela época...uma das coisas que percebi é que aqui não batia o sentido do humor com....aqui! porque eu também não tinha amigos...mas de verdad...** pelas relações de trabalho, acho que isso é uma coisa que **eu analiso hoje em dia vendo como a minha filha se desenvolve, vendo outras pessoas**, que o fato de estudar em um lugar, de ter..., se relacionar desde pequenas, pessoas desde estudantes....e, **que vivem na mesma cidade e crescem...e te dá uma rede de relações totalmente diferente do estrangeiro que chega pra plantar com 25 anos, sem nada dessa rede significativa de relações...para mim pelo menos levou muito tempo...anos!** O fato de falar com uma amiga mais ou menos semelhante para mim não foi fácil,...não absolutamente, então **eu tenho no dia a dia uma relação com colegas de trabalho....não era uma relação de amizade, não era uma relação de achar uma identidade, uma identidade real, real de hábitos em comuns, de sonhos comuns, era totalmente diferente,...bem diferente, então, ... essa curiosidade veio depois ao longo dos anos, veio por pessoas da parte artística na verdade...** Claro que comecei desenho artístico, sempre quis fazer uma coisa relacionada com artes, comecei trabalhando a full time terapia e **lá pelas tantas senti a necessidade de fazer uma coisa diferente e conseguipoder trabalhar e conciliar com os estudos também de artes, né?! E através disso...., desse outro grupo também, digamos, que entrou na minha vida, dessa forma é que eu comecei a me sentir mais entrosada, realmente mais...à vontade, digamos estudando melhor, ficando ligada..., acho que a coisa tem uma forma diferente quando tu é uma prestadora de serviços, é estrangeira ou quando tu é uma pessoa que se movimenta no mundo da arte, que não é um ser humano trocando uma coisa por outra, por dinheiro digamos e, onde então todas as coisas ficam mais harmônicas.**

Análise:

Na seguinte análise, nos defrontamos com a avaliação que a imigrante faz da condição de estrangeiro em sua experiência de vida. Está em jogo o efeito de identidade que consegue reconstituir no trajeto imigrante. A forma que se destaca é “eu” conto ao “tu” sobre o mundo significante das trocas em que me situo. É interessante considerar aqui que toda a digressão sobre o assunto desenvolvido desencadeia-se a partir da consideração sobre humor, assim, a imigrante nos conta que ela ri no Uruguai e não conseguia rir no Brasil, e isto se deve a que não encontra de imediato um semelhante que lhe permita situar um sentido adequado ao que diz. Esta experiência se reflete primeiro na capacidade de rir porque, segundo ela, **não batia o sentido do humor**. Ela conclui que isso acontece porque não tinha amigos verdadeiros por aqui. Deste modo, o outro que se lhe apresenta na imigração não apreende a mesma referência que ela organiza para rir de alguma coisa¹⁰². Observamos que a imigrante, ao identificar este desencontro com o outro, se permite elaborar a trajetória dos sentidos possíveis na sua experiência, desde o primeiro momento da sua imigração e discorre sobre esta particularidade a partir do que assiste na criação da filha. Vislumbra nisto uma diferença na qualidade de convivência entre quem faz um percurso na mesma cidade, estabelecendo uma **rede significativa de relações** e quem chega com mais idade, para plantar, em outras circunstâncias, as condições para que um vínculo de relações venha a acontecer. Temos com isso um segundo tipo de desencontro.

Uma última elaboração vislumbramos quando a imigrante avalia a sua condição de *prestadora de serviços* em que se vê dentro de um sistema básico de trocas em que o que interessa é o serviço feito e o dinheiro adquirido. A este tipo de vínculo ela contrapõe um outro sistema de trocas em que os sujeitos intercambiam valores de ordem subjetiva, o que, nesse caso, se refere ao grupo de pessoas que se reúnem por interesse no campo das artes. A particularidade significativa que ela associa a estes dois modos de trocas é que no primeiro, como prestadora de serviços, ela se torna uma estrangeira e, no segundo modo, no universo de troca com seu grupo de artes, ela se vê numa outra

¹⁰² Seria necessário discutir as particularidades do chiste como uma função enunciativa específica, porém aqui, apoiando-nos no paradigma freudiano que trata do assunto diremos que confirma-se que o efeito necessário do chiste se processa somente na presença de um terceiro identificado a si mesmo, que permite o sentido ou ainda o contrasentido que essa troca enunciativa comporta. Na situação de estrangeiro o sujeito só se depara com um não sentido para o outro que não deixa acontecer o efeito natural do chiste.

situação, pois está entre iguais, em um mesmo nível de participação comunicativa, onde **não é um ser humano trocando uma coisa por outra.**

A partir deste preâmbulo, vejamos como estas considerações se organizam conforme nosso quadro de análise.

Como já preanunciamos os efeitos estabelecidos na díade “eu-tu” são a tona deste fato enunciativo, de acordo com a maneira como o “eu” introduz o “tu”. Se, por um lado, temos o tu ao qual o eu se dirige para contar-lhe sua história, atualizando assim o enunciado num aqui e agora, por outro lado, temos a apreciação de um tu que se apresenta no relato por uma situação de anterioridade no discurso, de tal modo que se oferecem alguns desdobramentos do lugar do tu que aqui destacamos. O “tu”, que denominaremos de originário, assinala o “tu” representante da identidade uruguaia, um segundo “tu” se relaciona ao lugar do estrangeiro, e, por último, focalizamos o tu que se reconhece na realidade intersubjetiva da atualidade. Vejamos melhor cada um desses vínculos. Para o “tu” do enunciado atualizado o eu mostra um tu do lugar de origem com o qual pode compartilhar uma experiência significativa referente ao humor que retrata o compartilhar de um universo simbólico próprio a suas vivências e, por isto, passível de alteração de sentidos ou que lhe permite suportar o contra sentido de uma proposta chistosa. Esse “tu” originário, se atualiza na entrevista quando se expressa a seguinte frase: **Olha, eu levei anos sem rir (ri)....verdad!** Esta expressão denuncia o interlocutor do espanhol que se reflete na pessoa que a entrevista, também de origem espanhola, pois a afirmação **verdad!** é dita em espanhol e ela está na frase como uma afirmação consentida por este outro que a escuta, aproxima-se ao **né?!** proferido em português para essa função de consentimento solicitado.

O “tu do estrangeiro se apresenta quando a imigrante refere **acho que a coisa tem uma forma diferente quando tu é uma prestadora de serviços, é estrangeira.** Neste trecho, temos a nítida percepção de que este “tu” é um “tu” alienado a uma pura função, em que a relação intersubjetiva é mediada por coisa, uma coisa em troca de outra. Desta maneira se trata com valores rígidos que, sem dúvida, estão sustentados também por elementos significantes rígidos, ou seja, os sentidos estão, de alguma maneira, preestabelecidos.

Finalmente nos deparamos com o que denominamos o “tu” de uma troca intersubjetiva, nela vemos que se realiza uma rede de relações significantes, tal como a entrevistada refere no início desse fato enunciativo. Nesta relação, o par intersubjetivo ganha movimento, podendo chegar a um tipo de encontro que produza significância

compartilhada e não programática. Entendemos que o harmônico que aparece no enunciado se refere a essa condescendência intersubjetiva.

Na tríade eu-tu/ele, da alteridade forte, o “ele”, se posiciona no enunciado quando contempla a capacidade de produzir significância, observando a condição do sujeito imigrante. Realça-se, nesse modo, a *capacidade enunciativa* que a imigrante diz encontrar em diversos contextos. Como dizemos, no início do trecho enunciativo escolhido ela manifesta a dificuldade de desenvolver o sentido do humor aqui no Brasil, e diz **aqui não batia o sentido do humor com....aqui!**, ela sente que a concepção de humor que ela tinha desenvolvido não se formatava no **aqui** (Brasil). Tal afirmação lhe permite deslocar, no enunciado, a qualidade do contexto enunciativo, criando possibilidades de significância, assim observa que, quando ela se estabelece em um vínculo de trabalho, a qualidade da comunicação se precipita em um efeito de troca quase que expressamente comercial, na qual o padrão não se centra na fala. Com isso, sugere que, em tais condições, se apercebe estrangeira, porque existe no contexto, um tipo de vínculo em que não há sujeito, o sujeito se apaga. Entendemos que estamos diante uma reflexão que traça diferenças sobre a qualidade do imigrante, porque justamente dialoga com a conotação de estrangeiro¹⁰³. Podemos observar isto quando, por um lado, a entrevistada se olha no imigrante segundo o determinado pela nacionalidade uruguaia, que define um tipo de *identidade* da qual participa (que lhe permite rir), e, por outro lado, se depara estrangeira quando não encontra condições enunciativas no pragmático sistema de trocas comerciais (no trabalho). Assim, a construção enunciativa traz o seguinte paradigma: *é estrangeiro quem não define sua marca subjetiva nos tipos de relações intersubjetiva*. A marca subjetiva, a imigrante redimensiona em um novo grupo de pessoas com o qual encontra compatibilidade no estudo das artes, ali parece encontrar um novo conceito de pertencimento e de cidadania, ampliando novamente a possibilidade de promover sua marca enunciativa.

Finalmente na tríade eu-tu/ele/ele, destacamos os efeitos de uma sintaxe portuguesa alterada pela entrada de construções enunciativas ou palavras vindas do espanhol. Notadamente temos **verdad!; eu também não tinha amigos...mas de verdad** ; também temos a expressão **sentido do humor**. Elas remetem a formas sintáticas provenientes da língua espanhola em que a primeira expressão *verdad!* é organizada pela língua falada quando o interlocutor está posicionado para aceitar a frase

¹⁰³ Conceito classificatório encontrado nos dicionários.

que vem junto, somente que a interpelação vem do universo espanhol. Barra-se, por esta escolha, a palavra que viria em português, que poderia por exemplo ser a expressão: **sério!** Na segunda expressão que destacamos **eu também não tinha amigos...mas de verdad**, observamos que nesse *mas de verdad*, no espanhol, utiliza-se também como uma afirmação diante do outro, que atesta uma condição de sinceridade mais do que de veracidade. Uma possível tradução da expressão em português, que se adequaria melhor à situação, seria *com efeito eu não tinha amigos ou de fato eu não tinha amigos*. Finalmente, na construção enunciativa **aqui não batia o sentido do humor**, dimensionamos uma organização do enunciado que é trazido literalmente de uma expressão recorrente em língua espanhola, em que se diz de uma pessoa que *tiene sentido del humor*, ou seja, que a pessoa é sensível à percepção do dizer ditoso. A tradução possível para o português seria *senso de humor*. Em todos estes exemplos, observamos que a barra recai sobre a construção sintática da frase, impondo-se uma estrutura lingüística da língua espanhola diante da outra língua. A dimensão do irrepresentado para o sujeito que enuncia está exatamente no desconhecimento do efeito de sentido que a língua portuguesa demanda para operar plenamente seu sentido de valor dentro do sistema. Daqui um impasse real do sujeito perante a outra língua.

Considerações parciais da análise da imigrante uruguaia.

Essa análise nos trouxe considerações importantes sobre a dimensão enunciativa do imigrante, quando esta imigrante nos conduz, por meio de suas exposição, à dicotomia que estabelece entre a capital e o interior. Nela se recriam dois pólos de significações que envolvem idéias opostas, assim, o interior traz a idéia de um lugar no qual viveu, em que as oportunidades de crescimento pessoal ficam restritas, então, sua profissão não encontra o espaço que procura, e seus projetos ficam limitados. Se agrega a esta idéia a consideração de que as pessoas lhe exigem muita atenção, na medida em que todas são conhecidos, desta maneira não existe espaço para o silêncio, a desatenção, a ausência, coisa que ela procura dentro de seu estilo de vida. Ao mesmo tempo, vemos que se queixa da falta de comunicação, que nós intuimos como uma falta de comunicação qualificada para aquilo que procura. Já a capital lhe oferece este outro percurso subjetivo, quando nela encontra sua realização profissional, sua independência

econômica e autonomia diante dos outros que não lhe demandam atenção exagerada. O certo é que este estabelecido apaga a dimensão das diferenças entre países – digamos que isso não é questão – deslocando-se a preocupação para a trama da diferença existencial diante de lugares discursivos diferentes, pois, entendemos que o que ela analisa como problemas com a comunicação, se localiza dentro das disposições enunciativas que se definem entre os lugares em que ela transita. Desta forma, quando ela se vê no trabalho, cumprindo uma função e, no círculo de interesse com as artes, se vê cumprindo outra função, mais uma vez, nos sensibiliza para uma consideração sobre o valor posto na enunciação, em que é possível o sujeito se inscrever ou não.

Principalmente, com esta elaboração pudemos constatar que, para esta imigrante, ser estrangeira ou não depende desse trânsito na linguagem, que dialoga com tipos de identidades ou pertencimentos.

A seguir apresentamos a imigrante russa.

5.3. Sujeito imigrante russa: uma babel na língua e na vida.

5.3.1 Sobre o sujeito 3: imigrante russa (S3)

A imigrante russa que entrevistamos conta com mais de quarenta anos. Mora com o marido e o filho há mais de dez anos no Brasil. Seu marido é espanhol-argentino e seu filho é nascido na Bulgária. Com o marido, comunica-se em espanhol e português e, com o filho, comunica-se em búlgaro e português. Ela é nascida na Rússia e saiu de lá jovem após ter se formado em Música, em Moscou. Casou três vezes e lhe tocou transitar por alguns países, acompanhando seu cônjuge. Alguns dos países em que viveu foram Kuwait, Bulgária e Espanha, antes de vir definitivamente para o Brasil. Diz ter escolhido o Brasil para morar e atualmente estuda em uma faculdade particular, cursando Letras.

5.3.2 Contexto enunciativo

A entrevista acontece na casa de uma amiga. Mostra-se bem disposta para esta atividade. Com relação sobre sua fala, salientamos que ela é pausada.

5.3.3 Apresentação dos fatos enunciativos e respectivas análises

5.3.3.1 Fato enunciativo 1

Fato enunciativo 1

A: O que fez com que vocês decidissem morar aqui?

S3: **Tudo, tudo, por enquanto sabes?!..** porque **tinha negócios mais ou menos estável economicamente** e como **eu não consegui permanência no país tive que estudar**, estou estudando na universidade, **quase estou formando já, ...esse que... me dá permanência.**

Análise:

No primeiro fato enunciativo que destacamos da entrevista, observamos que a maneira de responder às perguntas não é muito extensa, a entrevistada resume a informação e, isto parece indicar um esforço para ser o mais clara possível dentro do repertório lingüístico com o qual conta.

Neste recorte enunciativo conferimos que os motivos considerados para ficar no Brasil vão de uma motivação genérica até uma formulação pessoal. Assim temos um evento que se desenvolve do geral para o particular. O geral se confirma na seguinte frase: **tudo, tudo, por enquanto sabes?!..**, depois temos uma especificidade que remete a uma atividade profissional quando diz **tinha negócios mais ou menos estável economicamente**; e finalmente chega a seu lugar quando fala sobre a sua permanência destacando **eu não consegui permanência, no país tive que estudar**. Assim o enunciado se organiza por “eu” que conta para “tu” da escolha em morar neste lugar que lhe impõe condições para permanência.

Este fato enunciativo também nos mostra algumas dificuldades específicas no que diz respeito à organização da sintaxe, quanto à distinção e conjugação, que analisaremos adiante.

Observemos estes indicadores à luz do nosso quadro de análise. Considerando-se a díade “eu-tu”, vemos que o eu se marca explicitamente no enunciado quando diz **eu não consegui permanência no país, tive que estudar**. Aqui reconhecemos um “eu” que informa sobre o lugar que escolheu para morar no qual encontra empecilhos para

obter uma confirmação legal dessa permanência pelas leis que regem o Estado Brasileiro. Se trava, nesta questão, um litígio pessoal no qual ela reconhece que aqui existe tudo para ficar, mas há uma instância da lei que tem de ser abordada. Há algo que se situa fora da pura vontade do sujeito quanto a estar no Brasil, de maneira que não se trata somente de adotar um lugar, mas também de ser adotado pelo lugar. Nisto se preanuncia a importância do outro na imigração. O “tu”, no enunciado, se estabelece no seu ponto de partida, já que, quando a imigrante, indagada sobre os motivos para ficar no Brasil, responde: **tudo, tudo, por enquanto sabes?!..**, de maneira que esse *tudo, tudo* é dirigido a um “tu” que supostamente sabe deste “tudo”; e o “eu” intensifica esta confirmação quando aparece *sabes?!*, imprimindo uma ênfase, um pedido de concordância, mais do que a demonstração de alguma dúvida que o outro possa lhe apresentar.

Na tríade eu-tu/ele, a predicação que o “ele” configura, retorna sobre o enunciado tematizando o escolher e permanecer no país. Observamos uma dicotomia própria à condição do imigrante que, no instante da escolha de permanecer no outro país, se defronta com uma instância mediadora aportada nas condições impostas pela lei do lugar. Como dizemos, existe a via dupla que a escolha contempla quando, no momento de escolher ficar no lugar, também tem de ser escolhido pelo lugar. A isto a imigrante responde que opta por estudar para justificar sua permanência e, é isto que sustenta, por enquanto, sua imigração. Então é a alteridade mostrada pela polêmica travada entre a lei e a vontade do sujeito que o terceiro termo situa no enunciado.

Na última tríade para análise, eu-tu/ele/ele, observamos, como preanunciamos acima, os efeitos na sintaxe da língua portuguesa, pois fica evidente, neste recorte enunciativo, a dificuldade que a imigrante encontra em se expressar em língua portuguesa. Há um irrepresentado na língua que se manifesta pela construção sintática que podemos identificar na seguinte frase **quase estou formando já, ...esse que... me dá permanência**. Aqui vemos se desenhar uma outra sintaxe da fala que indica uma alteração na lógica convencional da língua portuguesa. Neste recorte, vemos que ela quer demonstrar que ela *está estudando* e *está quase se formando* e *é isso* e não *esse*, que permite manter sua permanência no país. A barra nesse caso se localiza na organização da frase e na adequação do pronome demonstrativo “esse” inadequado à situação, pois não se trata de uma pessoa indicado nesse pronome de gênero masculino, senão de uma situação (estar se formando), sendo adequado, portanto, *o isso*, devido a *isso*, um pronome demonstrativo invariável que indica um pronome substantivado.

Estas estruturas que a sintaxe acaba definindo resulta do movimento constante no eixo paradigmático onde os valores de cada sistema se resolvem, trazendo para a sintaxe um resultado final daquilo que, em determinado ponto, se barra em um sistema de língua, para poder trabalhar na língua vigente nesse caso a língua portuguesa. Então, aquilo que não se diz naquela outra língua não tem como ser dito, mais uma vez estamos no limite da representação. Não se diz, mas se mostra pela barra que o inadequado denuncia.

5.3.3.2 Fato enunciativo 2

fato enunciativo 2

A: Que te surpreendeu no Brasil?

S3: Não, não surpreendeu nada porque a mi compatibilismo, não..compatibilizei muito com o Brasil e exatamente me senti muito bem, eu aceitei com facilidade a cultura brasileira, não senti nenhuma dificuldade além da língua sim, que foi a primeira obstáculo que já passei isso...tive dificuldade em comunicação sim.

A: Demorou muito essa adaptação?

S3: Adaptação à língua sim, mas tinha que me esforçar bastante....estudar, prestar atenção, comunicar com as pessoas, esse que é o principal do meu processo, nesse aspecto não tenho dificuldade....eu tenho meu sotaque, obviamente nunca vou perde-lo, já cientificamente explicado isso até....mas dificuldades no aspecto lingüístico não tenho, só, só..muito longe..., eu escrevo já tranqüila, eu tenho alguns erros mas quem não tem erros, até os brasileiros tem erros na escrita.

Análise:

Neste fato enunciativo, se destaca a maneira como a imigrante avalia sua inserção na cultura brasileira, disto se destacam o papel do ambiente social que a envolve e também da língua. Assim temos a forma “eu” conto para “tu” sobre minha aceitabilidade nesta outra cultura. É interessante que aqui podemos observar que, no enunciado, o sujeito toma como ponto de referência a sua capacidade de tolerar a diferença que aparece vinda da alteridade oferecida pela cultura brasileira como um todo, de tal maneira se imprime visivelmente um processo que provém da dimensão

subjetiva e que avalia o exterior de acordo com seus imperativos. Daqui, entendemos que o enunciado parte da pressuposição de que o exterior se estabelece dentro de uma reciprocidade imaginária, que não lhe cobra nada relativo à sua condição de estrangeira, assim como ela também não teria nenhum porém com a alteridade que o Brasil poderia representar.

Discutamos melhor este desenvolvimento considerando nossa proposta metodológica. Na primeira díade “eu-tu”, conferimos que o “eu” estabelece sua referência no enunciado, definindo para um “tu” que sua adaptação à cultura brasileira é positiva na medida em que encontra uma compatibilidade com a cultura. As dificuldades com a língua parecem ser consideradas secundárias, pois em primeiro lugar está a experiência diante deste outro que não lhe mostra dificuldades. O “tu” se posiciona como receptor desta informação, porém ocorre um desencontro com o “tu” no início do enunciado. quando a imigrante produz uma compreensão um tanto desencontrada da questão formulada: Que te surpreendeu no Brasil? e, ela responde **não, não surpreendeu nada porque a mi compatibilismo, não,..compatibilizei muito com o Brasil e exatamente me sentí muito bem, eu aceitei com facilidade a cultura brasileira.** A questão remete à possibilidade da *surpresa* enquanto qualificativo do que venha a ser tomado inesperadamente por algo, tendo tanto uma conotação positiva quanto negativa. No desenvolvimento do enunciado, observamos que a acepção dada ao termo *surpreender* é arbitrada segundo uma idéia de *desencontro*, do aspecto negativo, da má surpresa. O “tu” do enunciado que, nesta situação, conflui com aquele que dirige a questão para o sujeito, se manifesta como aquele que lhe interroga sobre a sua compatibilidade com o universo social da imigração. Seguindo esta mesma linha vemos no final desse enunciado a imigrante dizendo: **eu escrevo já tranqüila, eu tenho alguns erros mas quem não têm erros, até os brasileiros tem erros na escrita.** Com isto mostra-se em condições de igualdade enunciativa diante de um “tu” que pode estar indagando sobre seu erro, sobre sua discordância com o ambiente, e, assim o “eu” do enunciado insiste para o “tu” que também pode errar como um brasileiro.

Na segunda tríade eu-tu/ele, podemos apreciar a alteridade forte trazendo indicadores relativos à compatibilidade e adaptabilidade ao novo contexto cultural que a imigrante identifica. No enunciado, estas duas considerações derivam trajetos diferentes: por um lado, a imigrante diz que nada a surpreende aqui porque ela se sente *compatível* com a cultura brasileira, com isso, podemos pensar que ela traz uma significação particular do que seja *surpreender*, como se tratando de algo desagradável

que pudesse encontrar nesse país, ao que responde, insistindo, que nada lhe foi negativo, pois sua predisposição é positiva, faz um julgamento positivo sobre a cultura brasileira a partir da sua condição subjetiva. Por outro lado, podemos pensar também que não encontrar surpresas pode implicar não esperar nada, a não ser um lugar diferente como outros que ela conheceu. Desta maneira, uma ambigüidade permeia o enunciado. Quanto à adaptabilidade, a imigrante se considera adaptada e somente deparou-se com a dificuldade da língua como o demonstra este trecho: **não senti nenhuma dificuldade além da língua sim, que foi a primeira obstáculo que já passei isso...tive dificuldade em comunicação sim**, contudo a dificuldade é apreciada como uma dificuldade menor, que a faria incorrer em erros como qualquer nativo. Entretanto a esse empecilho se sobrepõe à compatibilidade que ela alega diante da outra cultura, superado pelo que ela identifica como um processo que chega a sua superação por meio da *comunicação com as pessoas*. Como o apreciamos, quando indagada sobre sua dificuldade de adaptação à língua portuguesa: **adaptação à língua sim, mas tinha que me esforçar bastante....estudar, prestar atenção, comunicar com as pessoas, esse que é o principal do meu processo, nesse aspecto não tenho dificuldade**. Com isto podemos ver que o “ele” se posiciona no enunciado, salientando a dimensão enunciativa, comunicacional que lhe permite debruçar-se sobre a outra língua, contornando problemas estruturais que a forma da outra língua lhe exige que, de alguma maneira, redargüie, dizendo **eu tenho meu sotaque, obviamente nunca vou perdê-lo, já cientificamente explicado isso até...mas dificuldades no aspecto lingüístico não tenho, só, só..muito longe...** Ao entender que a dificuldade com a qual lida na língua, demonstrada no sotaque, está cientificamente explicada. Assim, conclui que não tem dificuldades no aspecto lingüístico¹⁰⁴.

Finalmente, na tríade eu-tu/ele/-ele, vemos a alteridade radical retornar sobre o enunciado exatamente pelas marcas que se mostram na linguagem, e aqui temos dois modos pelos quais captamos os irrepresentados, os silêncios. Primeiro, como identificamos acima na nossa análise, existe um certo descompasso na compreensão de alguns significados postos no plano enunciativo, o mais explícito se mostra com a palavra *surpresa*, a imigrante aborda esta palavra com uma significação própria, pois, como dissemos, a entende segundo seu aspecto negativo. Por outro lado, encontramos

¹⁰⁴ Ficou difícil na entrevista precisar a que exatamente se refere este aspecto lingüístico, mas devido aos indicadores do enunciado, nos inclinamos a entender que se trata da capacidade de compreender e identificar o sentido das palavras.

marcas que se imprimem, na sintaxe do enunciado, quando observamos as seguintes expressões; **não surpreendeu nada porque a mi compatibilismo, não,...compatibilizei muito com o Brasil; foi a primeira obstáculo que já passei isso; comunicar com as pessoas, esse que é o principal do meu processo.** Nestes três recortes vemos, no primeiro dificuldades de concordância entre o pronome mi e a palavra compatibilismo/compatibilizei, no segundo exemplo, observamos também problemas de concordância de gênero quando diz primeira obstáculo

5.3.3.3 Fato enunciativo 3

Fato enunciativo 3

A: Que coisas te chamaram a atenção aqui no Brasil?

S3: O povo, o povo, assim no sentido, a estrutura mental do povo, soa a...qual palavra essa? **Que aceita qualquer estrangeiro, quero dizer...soa uma palavra?...recepção!**, a recepção do estrangeiro com o coração aberto, gigante,...porque o brasileiro gosta muito de estrangeiro...e me senti aqui muito bem...por exemplo às vezes na **Europa eu senti na Espanha, eu senti um pouquinho discriminação do estrangeiro, aqui no Brasil não...a minha auto-estima subiu bastante que é essencial na vida humana, a auto-estima te leva para uma vida melhor, isso que é bom.**

A: Como é que tu notavas isso na Espanha?

S3: **A discriminação, sim...não só porque sou russo, qualquer estrangeiro lá, sim nos lugares comuns como no Shopping Center, assim, assim, assim, tudo isso, um pouco menosprezo, um pouco olhar de cima pra baixo com o estrangeiro,** porque eu falo castelhano com sotaque, óbvio e eu senti isso...**eles te olham com outro olhar**

Análise:

Neste fato enunciativo escolhido para análise, se tematiza o olhar sobre o estrangeiro, seu desenvolvimento traz os efeitos da experiência imigrante em outros países, que lhe permite enfatizar sua escolha pelo Brasil. A oposição que põe em evidência este olhar se forma da comparação que a imigrante realiza entre o Brasil e a

Espanha, o que consideramos significativo para esse enunciado, pois a Espanha poderia lhe oferecer um ambiente mais conhecido, melhor cifrado do que o Brasil. Vemos que não advêm de algum tipo de conhecimento sobre o lugar de imigração, as garantias de que possa efetivamente encontrar condições socioculturais que permitam a inscrição no outro lugar, senão que depende da realização de um olhar que se venha encontrar e se reconhecer nele um lugar possível para o sujeito em questão. Com isto, a forma enunciativa que aqui identificamos é “eu” conto para “tu” sobre o valor deste olhar que veste ao estrangeiro.

No nosso quadro de análise, na primeira díade “eu-tu” nos deparamos com que as marcas do “eu” aparecem nos seguintes recortes: **brasileiro gosta muito de estrangeiro...e me senti aqui muito bem**, e mais adiante **na Europa eu senti na Espanha, eu senti um pouquinho discriminação do estrangeiro, aqui no Brasil não...a minha auto-estima subiu bastante que é essencial na vida humana, a auto-estima te leva para uma vida melhor, isso que é bom**. Aqui o “eu” se introduz na alteridade fraca constituindo um lugar de referência no qual realiza uma apreciação subjetiva sobre como se sente estrangeira aqui no Brasil e como viu esta condição na Europa, na Espanha. Realiza por meio disto um termo de comparação que resolve na consideração do olhar. No Brasil ela entende que as pessoas gostam de estrangeiros, coisa que é diferente na Europa, na Espanha, na medida em que lá reconhece o olhar da discriminação, que trata o imigrante com menosprezo. Assim o “tu”, implicado no enunciado está em uma relação de reciprocidade, porquanto ele é representante dos brasileiros já que o diálogo é estabelecido em português. Digamos que é o “tu” atualizado no enunciado. Relativo à dimensão de anterioridade no enunciado, podemos diferenciar um “tu” que surge daquele outro lugar de imigração na Espanha e nisto trabalhamos mais uma vez com o atravessamento da organização histórica que o imigrante mobiliza. Este “tu” traz um olhar de discriminação. É interessante que o “tu”, ao ser lembrado, deixa no rasto algo do olhar que pode emergir em qualquer oportunidade, pois existe, nesta apreciação, uma questão de ângulo por onde se situa o imigrante, e o olhar pode pender tanto para uma consideração positiva quanto para uma consideração negativa de sua posição.

Na tríade eu-tu/ele, a alteridade forte do “ele” retorna sobre os índices de subjetividade, desenvolvendo a construção do olhar do imigrante. Vejamos como isto se constrói. Quando indagada sobre as coisas que chamam a sua atenção no Brasil, ela responde: **o povo, assim no sentido, a estrutura mental do povo, soa a...qual palavra**

essa? **Que aceita qualquer estrangeiro, quero dizer...soa uma palavra?... recepção!**, e acrescenta **brasileiro gosta muito de estrangeiro...e me senti aqui muito bem**. Na primeira parte do enunciado, a imigrante acha singular que no Brasil se receba o imigrante abertamente, sem precauções. Atribui isto a uma estrutura mental, resume tal qualidade na condição de *receptividade* que as pessoas apresentam culturalmente, o que faz ela se sentir bem aqui. A partir deste ponto, cria-se um contraponto a esta receptividade quando lembra da Espanha, onde viveu uma experiência oposta, pois sentiu-se discriminada, como aparece no seguinte trecho **na Espanha, eu senti um pouquinho discriminação do estrangeiro**. No final deste trecho, temos a conclusão: **eles te olham com outro olhar**. O desenvolvimento do enunciado como um todo leva na direção de trabalhar as condições do olhar que recai sobre o imigrante, assim o “eu” assume as diversas maneiras de ser visto enquanto imigrante e que podem ser encontradas no percurso da escolha imigrante, que aqui tratamos como aquela escolha que permite transcender da condição de estrangeiro. Podemos advertir nessa passagem enunciativa o ponto em que isso ocorre, com o que se retrata no retorno deste olhar que se estabelece no campo social e que permite ou não o sujeito se propor naquele lugar. Se propor, neste caso, significa sair do lugar de estrangeiro e poder assumir o lugar de imigrante que entra no nível das trocas humanas e certamente no campo enunciativo, mesmo com erros identificados.

Na tríade eu-tu/ele/eleb, que trata da alteridade radical, nos deparamos com o que foi definido como um olhar que retorna para o imigrante, no qual pode encontrar ou não sua imagem. É neste ponto do limite que o “eleb” se mostra, sempre no interstício em que a imagem se mostra e se perde, em que a palavra emerge e se barra.

5.3.3.4 Fato enunciativo 4

Fato enunciativo 4

S3: [...] porque **um dos fatores mais importantes é gostar da cultura**, compreende? **Se tu não pode gostar..., meu marido por exemplo argentino-espanhol, parece que ele não está muito compatível com a cultura brasileira porque ele não consegue falar!** Ele não fala , ele não português, ele o mesmo tempo como eu, não fala português, absolutamente! Por quê? **A explicação ta lá gostar ou não da cultura, ah! Eu adorei cultura brasileira, a língua, no língua portuguesa, eu não gosto de língua**

portuguesa, gosto de língua brasileira e essa..., essa é um qualidade da linguagem que me atraiu muito. **Tem palavras que eu adoro por exemplo palavra telúrico**, ah! Essa palavra telúrico me faz....., é verdade, e muitas outras palavras.

A: Quais palavras?

S3: Agora não quero te dizer.. eu não quero dizer qual palavra (pigarro) porque é palavrão (ri)..., mas telúrico é um bom exemplo, **é uma palavra que mexe**.

A: Mexe?

S3: **mexe a musicalidade, o som..**

A: Qual a diferença entre o português brasileiro e o português de Portugal?

S3: Ah! Enorme, enorme!

A: Tu sente isso?

S3: **Claro que sente, eu detesto língua portuguesa de Portugal, não gosto não compreendo!?**

A: E achas que...

S3: **Ah! Outro som, outra música!**

A: Tu és formada em música?

S3: **Por isso, eu aprendo a linguagem, uma língua através da música, musicalidade, sonoro, tudo isso que me ajuda.**

Análise:

No fato enunciativo apresentado, recorta-se uma outra face da concepção de língua que organiza o enunciado, aparece a importância de uma empatia cultural que o imigrante pode ter ou não, o qual determinaria sobremaneira o impulso de falar a língua do outro lugar. A esta hipótese se segue uma premissa sobre as condições individuais que conduzem a imigrante no trabalho de aquisição da língua portuguesa-brasileira, como ela enfatiza. A percepção despertada diante da concepção de língua, que toca a imigrante, se realiza através da musicalidade da língua, assim observamos outros contornos que levam ao vínculo com a língua. Diante deste desenvolvimento, somos convidados a nos cativar pela consideração da forma e do sentido da língua. Podemos notar que a imigrante se, por um lado, estabelece sentidos possíveis no encontro com a outra língua ou a língua do outro, ajudada pela empatia cultural que a faz superar obstáculos lingüísticos. Por outro lado, nesta outra parte da entrevista, se refere à forma

da língua de acordo com a sonoridade que ela apresenta, assim, a imigrante se apóia em unidades de significância fônica, já conhecidas, para fazer contato com a outra língua. Claramente, temos nisto, a propriedade da homologia¹⁰⁵ com o qual trabalha para encontrar uma chave que lhe permita ler e tratar do som, das unidades de sentido mínimo na forma da língua portuguesa brasileira, a qual singulariza quando a diferencia da língua portuguesa de Portugal. Trata-se efetivamente de dois ambientes sonoros, entre os quais se arbitra na procura da estrutura e do sentido na língua adotada, aquela que se escolheu para viver. Assim, a forma que identificamos neste enunciado é “eu” conto para “tu” a relação que o sujeito faz entre a cultura e a fala na imigração.

Contando com esta primeira formulação passamos a considerar nosso quadro para análise. Na primeira díade “eu-tu”, da alteridade fraca, o “eu” se introduz, no enunciado nas seguintes frases: **Eu adorei cultura brasileira, a língua, no língua portuguesa, eu não gosto de língua portuguesa, gosto de língua brasileira; Tem palavras que eu adoro por exemplo palavra telúrico; e eu aprendo a linguagem, uma língua através da música, musicalidade, sonoro, tudo isso que me ajuda.** Aqui o “eu” se introduz, indicando algumas peculiaridades do seu aprendizado em língua portuguesa-brasileira. Tal distinção é essencial para marcar a posição subjetiva que expressa a referência desse enunciado, pois nela se localiza a escolha em aprender português pertencente ao Brasil, país em que ela gosta para morar, diferente do português de Portugal. O “eu” estabelece assim uma condição que se formula nos seguintes termos: na medida em que se gosta de uma cultura, se criam as condições de aprender sua língua. Assim, não é o português que lhe parece musical, é o português pertencente ao Brasil. Com isto, o “tu” se posiciona nesta relação com a língua do país, no lugar daquele personificado pela idéia de cultura, é a um “tu” da cultura que o “eu” se dirige. Os desdobramentos do “tu” se fazem sentir quando ela fala das palavras de que gosta nesta língua, entre elas telúrico, e brinca sobre aquelas palavras que não podem ser ditas porque são palavrões. Assim há um apelo para o universo dos implícitos compartilhados, dos não ditos que só quem está submerso e incluído na cultura pode referir e compartilhar. Assim o “tu” está no lugar daquele que reconhece o contexto cultural enunciativo.

¹⁰⁵ Lembramos aqui do capítulo II no qual Benveniste nos retrata algumas das possibilidades de relacionamento entre dois sistemas semióticos. A homologia comporta aquela possibilidade de relacionar dois sistemas conforme algum recorte específico que alguém venha a produzir, colocando em contato elementos particulares a cada sistemas.

Na segunda tríade “eu-tu/ele”, encontramos predicada a relação da cultura com a língua. Como já se preanunciava no recorte anterior, o “ele” retorna sobre o enunciado, estabelecendo o “eu-tu” diante da apropriação da fala em língua portuguesa-brasileira, a qual é condicionada a empatia com a cultura, como vimos acima. Entretanto, quando a imigrante introduz a questão da musicalidade na língua, ocorre um movimento interessante no momento em que ela separa a língua portuguesa de Portugal e a língua portuguesa do Brasil. Vejamos: ela diz **eu detesto língua portuguesa de Portugal, não gosto não compreendo!?**, e **Ah! Outro som, outra música!** Neste ponto aparece um questionamento sobre a significação, pois, quanto ao movimento musical, entendemos que no simples fluir da música não está o problema, mas na capacidade de entender o que é dito dentro dessa musicalidade. Então, é na possibilidade de realizar o recorte no som que a palavra toma formato e pela segmentação que é possível encontrar a significação, conseqüentemente temos que o som também é escutado com o significado, sem ele o entendimento do outro sistema se torna inacessível. Recorremos aqui à insinuação da constituição do *desejo* do sujeito diante da outra língua, estamos diante de um impulso que nasce das condições de subjetividade, que toma a palavra em outra língua, aquela instância que constitui o objeto, a palavra e a significação no mesmo fio. Anuncia-se nisto nossa terceira tríade.

Na instância eu-tu/ele/ele, captamos os efeitos do “~~ele~~” que transpassam as seguintes frases: **é uma palavra que mexe; um dos fatores mais importantes é gostar da cultura; meu marido por exemplo argentino-espanhol, parece que ele não está muito compatível com a cultura brasileira porque ele não consegue falar. Por isso, eu aprendo a linguagem, uma língua através da música, musicalidade, sonoro, tudo isso que me ajuda.** Em todas as frases identificamos “algo” que não se completa, que tenta apreender alguma coisa que escapa à natureza do sentido como acabado. Observamos que a palavra *mexe* parece indicar que toca o sujeito de maneira a tirá-lo de uma situação estável, mexe, há algo que o faz reagir. Um exemplo desta situação a imigrante reconhece na palavra *telúrico*, que no contexto do enunciado se torna extremamente significativo, quando consideramos seu significado no dicionário, com a seguinte descrição; Telúrico: relativo a telurismo, *relativo à terra*. Telurismo significa: *s.m. influência do solo de um país sobre os costumes e o caráter dos seus habitantes*. Isto indica que, no enunciado, se desenvolve um texto paralelo, já que, ao mesmo tempo em que a imigrante trata do efeito de sonoridade na língua, traz com a palavra telúrico outra direção de sentido, uma significação importante aparece para a consideração do

vínculo entre o imigrante e a nova terra. Temos na palavra telúrico quase uma metáfora de enraizamento. Então o que “mexe” com a imigrante? Que influência sobre seus costumes e caráter, o que ela mostra, mas não consegue dizer? Sabe que mexe, mas como isto incide sobre sua estrutura subjetiva? Existe um silêncio que se mostra na consideração ao som, mas volta como um efeito da própria língua brasileira, por meio de uma idéia telúrica que não é refletida conscientemente.

Por outro lado, podemos intuir o irrepresentado também naquilo que se conjuga na temática que esta imigrante desenvolve a respeito do que a faz gostar da cultura brasileira, atrelando a isto o impulso de falar a língua do lugar. Como vimos, anteriormente, simplesmente a capacidade de identificar uma musicalidade na língua que traduz o gostar que ela enfatiza, não é suficiente para definir o efeito de inscrição nesta outra língua e cultura, portanto o *gostar* parece ultrapassar as “simples” condições objetivas de aquisição de uma língua, há algo que se inscreve para além das aparências, que permite ao sujeito operar em outro sistema e demandar as condições de subjetividade neste outro sistema. Este “para além” cremos encontrá-lo na possibilidade de desejar estar em uma outra cultura, desejo que, inconsciente, sobrepassa as determinantes que o sujeito consegue ver de imediato. Aqui não abordaremos o conceito de desejo, que não desenvolvemos para esse trabalho, contudo estamos aqui diante do mistério, daquela casa vazia, que está preenchida, mas que não podemos captar por meio de uma lógica binária de causa e efeito.

Considerações parciais da análise da imigrante russa

Nestas análises dos fatos enunciativos destacados da entrevista com a imigrante russa, conferimos dificuldades maiores com relação à construção da sintaxe adequada à boa forma da língua portuguesa, disto observamos impasses específicos com relação aos processos de significação. Entretanto notamos nesta construção enunciativa, modos de apropriação da língua nos quais, de maneira singular, a imigrante utiliza os sentidos musicais para trabalhar seu enlace na língua. Podemos observar de perto os processos que operam no sistema língua recortados na fala, na medida em que, a imigrante primeiramente trabalha com o som para, em seguida, incidir sobre o recorte no som para seccionar o sentido. Entendemos que nesta operação, em uma figuração saussuriana, corresponde ao significado junto significante se organizando, para operar a barra que os arbitra. Por outro lado, podemos acompanhar a relação entre língua e cultura que se

imbricam para dar conta da experiência imigrante, criando as condições que irão se posicionar na enunciação. Nisto, vemos a interpretação sobre a cultura brasileira que faz com que a imigrante realize a opção de ser imigrante aqui e não em outro lugar. A imigrante entende que o brasileiro conta com uma estrutura mental, com uma disposição de aceitar o estrangeiro de modo geral e com isso oferece uma receptividade para lidar com as diferenças, não discrimina os diversos sujeito. Tal suposição, opera como mito da existência do espírito cosmopolita consolidado nesse país. Verdadeiro ou não, é este o ponto que ela estrutura para definir sua posição de sujeito, que opera como referência nesta enunciação.

Como em todas as análises apresentadas, encontramos o trabalho com a língua que o imigrante trava, ao mesmo tempo que organiza o mito individual que a leva a amparar sua posição subjetiva diante da alteridade encontrada neste lugar de alteridade que representa o país adotado.

CONCLUSÕES PARCIAIS

Com as três análises que aqui apresentamos, pudemos percorrer alguns dos efeitos da aventura individual que estes imigrantes generosamente nos mostraram. O caminho que o trabalho percorreu, nos permitiu precisar os mecanismos lingüísticos acessados na tarefa, sempre renovada, dos imigrantes, de definir seu lugar de sujeitos nesta travessia particular na outra cultura que escolhem viver.

Na escolha das entrevistas aqui apresentadas, optamos por estas três que mostram diversos ângulos de tal experiência. Com a entrevista do imigrante italiano, pudemos nos defrontar com a perspectiva de quem define sua imigração na terna infância; por meio da entrevista com a imigrante uruguaia, pudemos acompanhar o impacto de quem realiza sua imigração em idade jovem adulta e finalmente, por meio da imigrante russa, pudemos tomar um certo ponto de vista impressionista em que os diversos sentidos abordam a linguagem do lugar de imigração, contornando uma babel lingüística e cultural e, com isto, enfatizando a força enunciativa necessária a tal tarefa. Temos pontos de partidas diferentes; pois, cada imigrante estabelece coordenadas específicas para organizar a enunciação. Vemos que, na imigração realizada na infância, existe uma superposição da enunciação atual, fazendo com que se reflita, com maior intensidade, o contexto de anterioridade no relato, desta maneira, a dimensão histórica

se dilata para o sujeito. Já nas imigrantes que retratam uma imigração em idade jovem e adulta, observam-se transposições enunciativas muito mais marcadas pela influência da língua materna ou outras línguas, trazendo atravessamentos na sintaxe da língua portuguesa, tornando-se mais sensível a consideração de valor da língua refletido na enunciação.

Sabemos que cada experiência enunciativa dos imigrantes de um modo geral, traz particularidades e, se fossemos tratar com uma quantidade maior de relatos, acreditamos que as constataríamos e talvez tal constatação gerasse alguma tipologia, mas perderíamos nosso objetivo e certamente tal procedimento também não apaziguaria todas as respostas que procuramos¹⁰⁶, contudo, dentro dos limites deste pequeno universo que aqui recortamos, encontramos uma reflexão e projeção pertinentes às nossas considerações sobre a lógica da língua e a lógica do sujeito que se tocam de maneira ímpar, criando as condições de propiciar uma inscrição de sujeito em um novo campo lingüístico-cultural.

No capítulo seguinte e final de nosso estudo, derivamos as reflexões últimas.

¹⁰⁶ Certamente o nosso estudo também não esgota todas as perguntas que o próprio estudo gerou.

6. PARA CONCLUIR: ENTRE OS DESLOCAMENTOS DE LÍNGUA: O SUJEITO NA BARCA DA ENUNCIÇÃO

Às vezes, (...), é mais fácil descobrir uma verdade do que lhe assinalar o lugar que lhe cabe. (Saussure. F. Curso de Lingüística Geral, p. 82)

Esse é o último capítulo do nosso estudo, que finaliza de alguma maneira algo relativo a uma trajetória que iniciamos desde que começamos a definir nosso campo de interesse dentro dos Estudos da Linguagem. Como todo resultado que se pretende final, deixa a sensação de abarcar menos do que gostaríamos, diante das muitas questões que foram aparecendo, entretanto o próprio modo de abordar nosso objeto nos ensinou a razão desta delimitação necessária. Identificamos isso quando compreendemos que o aparecimento do *sentido* é o resultado de uma operação que não é qualquer operação, mas uma operação certa e sutil, em que elementos da linguagem são escolhidos e delimitados, compondo a relação entre eles, o que dará sentido ao enunciado. Quando isso ocorre, ficam muitos elementos à deriva, ainda muitos expulsos ou desconsiderados, que, contudo, estão latentes e participam, de algum modo, deste conjunto significante. Da mesma forma, nosso estudo, ao ser realizado um recorte específico, delimita alguns sentidos que se impõem para o resultado final, que também conta com este universo que o bordeia, à espreita de encontrar o seu tempo.

Com isto, nosso trabalho se aborda como *efeito de delimitação* que organiza alguns sentidos. Traremos para este capítulo as conseqüências que retiramos da relação de formas e sentidos que decantaram do trajeto teórico junto à proposta de pesquisa que se desenvolveu sobre a enunciação do imigrante no Brasil.

Para começar, compete dizer que as análises que trouxemos para o estudo vieram com o objetivo principal de olhar para a *fala* dos imigrantes que escolheram morar no Brasil, em Porto Alegre, especificamente. A fala é elemento privilegiado,

porque a construção da narrativa em ato e enquanto ato enunciativo, nos permitiu observar a apropriação da língua portuguesa-brasileira de maneira mais abrangente, captando a relação entre sonoridade, gestos, conceitos, posições pessoais, etc. e, de modo principal, os efeitos desta organização como um todo, na expressão viva do sujeito que a produz. Procuramos, por meio da marca, os indicadores de uma relação instigante do sujeito que se mobiliza no trânsito entre línguas e representações de culturas que carrega.

Para chegar a este diálogo que o imigrante realiza com a outra língua e cultura, percorremos alguns caminhos teóricos e de campo, que, nesta parte final do nosso trabalho, retomamos, para retirar as conclusões finais, dessa vez, contando com a textura do todo, do conjunto de nossas elaborações.

6.1 Sobre a designação de imigrante

Lembremos que, no primeiro capítulo do nosso estudo, trabalhamos com o campo semântico que inclui as designações com as quais o imigrante se vê convocado. Destacamos a relação do interno/externo representados pelos muros da cidade da Grécia Antiga e as conseqüências da territorialização. Vimos, neste contexto, que o imigrante se figurou na exterioridade, como pessoa de fora dos muros que pede inclusão na cidade, assim, ganha o status de *meteco*, pois trata-se daquele que quer contribuir com alguma função na cidade. Contamos com essa distinção para nomear o sujeito deste estudo, reconhecendo-o semelhante ao *meteco* da cidade grega, na medida em que, é um sujeito que procura a inclusão em outro lugar. Também o diferenciamos do estrangeiro, para definir ainda mais a opção subjetiva que o sujeito em questão opera, pois ele poderia permanecer estrangeiro, se mantendo alheio ao cenário social. Contando com este ponto de partida, trouxemos também outros paradigmas que foram se aderindo a esta leitura, primeiro ao contemplar o pensamento cosmopolita dos estóicos que propunha uma cidadania virtual na qual se aglutinam aqueles que contestam os interditos da cidade. Disto, vimos uma inversão de lugares, na medida em que, cidadãos seriam os que por sua qualidade e preparo intelectual, pudessem se apropriar de tais ideais e não mais os que simplesmente pertenciam a um lugar. Assim, posteriormente, chegamos a mesma transposição de lugares no contexto da conquista da América onde o colonizador se fez natural da terra e o colonizado, que era nativo, transformou-se em estrangeiro. Por fim chegamos às relações no Brasil em que o imigrante foi chamado

para fundar a nação brasileira e, na construção do sujeito nacional, foi colocado na exterioridade. Com estas elaborações, nosso propósito não foi o de vislumbrar o conceito atual do imigrante, o que significaria realizar um trabalho discursivo específico para tal objetivo, senão que procuramos identificar, nestas designações, o trabalho que por este conceito se opera sobre a função das diferenças que o homem regula a partir do que não é semelhante. Por sua vez, no jogo de alternância entre lugares, onde em momentos o imigrante é convidado a fazer parte do grupo e em outras ele é deslocado, nos pareceu significativo demonstrar como este movimento é constante e conseqüentemente o sujeito, no decorrer de sua vida como imigrante, terá de encontrar esta oscilação, pois, acreditamos que o contexto social não lida com versões homogêneas a este respeito. Assim, a opção que move o imigrante, sem dúvida, passará por este diálogo permanente entre pertencimento e não pertencimento.

Quando tratamos no campo semântico, as designações que envolvem o sujeito, nos ativemos ao funcionamento da linguagem, por considerar, que dela emana uma série de desdobramentos fundamentais para observar a problemática na qual o imigrante se envolve, assim como se mostra o mecanismo pivô na resolução do seu diálogo com a outra cultura. Para discutir este ponto, trabalhamos, no segundo capítulo, a concepção de língua e enunciação, por meio do qual recolhemos as ferramentas para considerar o funcionamento da linguagem que aqui nos interessa. Da elaboração que este capítulo nos permitiu, trazemos para esta parte as conseqüências que dele tiramos junto às análises, o que a seguir expomos.

6.2 Considerações sobre a língua e o imigrante

Fazemos aqui um reconhecimento do que pode ser avaliado sobre a unidade da língua que o sujeito imigrante é levado a sopesar na formulação do *corpo- língua*, que em língua materna parece em equilíbrio e em segunda língua resulta sem a mesma consistência. Já podemos pressentir pontos de partida distintos, pois, quando, na língua materna, se parte da idéia de uma organização que suporta a desorganização que o sujeito introduz, vemos que a segunda língua não dá respaldo a uma unidade coerente, senão que ela é ainda desarticulada. Devido a isto, se parte em segunda língua, não da unidade, mas da desarticulação da unidade e, conseqüentemente, entendemos que o sujeito tende a trabalhar para essa organização em seu *status* de sujeito imigrante. De

alguma maneira, a falha que se atribui à condição de sujeito, nesse caso se reflete enquanto falha da língua-outra.

Tendo isto presente, passaremos a olhar este desdobramento na língua para o imigrante.

Começamos por reconhecer as contribuições que Saussure oferece para o entendimento da língua abrindo um novo campo, que renderá diversos frutos entre as possibilidades que o homem abriga em seu pensamento. Assim, se concretiza no cenário das ciências a emergência da lingüística, ciência que passará a estudar a vida dos signos lingüísticos abarcados na língua como um sistema. A partir deste momento, a *língua* será conceitualizada e, nunca mais passará indiferente às produções das ciências humanas. A lingüística, como se sabe, chegou a se constituir por muito tempo na ciência piloto de todas as ciências, neste sentido estamos diante de uma autoridade que fala por si, e de uma autoridade que quase como a língua não é do reino do imperativo, mas da ordem que, a cada vez, se apresenta delimitando lugares, pois não interessa marcar encontro com *uma* língua, mas com a língua, admitindo todos os enigmas que ela instiga.

Gostaríamos também de lembrar que o trabalho do mestre genebrino é inspirado em tendências da gramática comparada, muito influente na época da sua formação¹⁰⁷, o que lhe permitiu avançar em idéias que levavam em conta as generalidades encontradas em diversas línguas e, assim, se criou o suporte para este passo gigantesco, no entendimento da língua como sistema, em que generalidades são reconhecidas em todas as línguas, desmistificando idéias de línguas superiores a outras ou ainda mais legítimas do que outras. Isto nos inspira e nos deixa à vontade para falar do encontro entre dois sistemas de línguas, aninhado na experiência do sujeito imigrante.

As conseqüências que acolhemos após este pequeno percurso pelos fundamentos da Lingüística do Curso são expressadas a seguir.

A língua pelo paradigma saussureano é antes de tudo a capacidade de produzir a **unidade** necessária para que haja condições para a emergência dos signos lingüísticos. A unidade da qual se fala está no equilíbrio de um sistema. Tal equilíbrio tem de ser reconhecido por uma sede localizada na psique dos falantes, para que a partir disto, sejam manipulados os signos e a capacidade de produzir significância. Levando em

¹⁰⁷ Simon Bouquet levanta dados importantes sobre a trajetória de Saussure e seus antecedentes históricos dentro das ciências da linguagem e neles reconhece a influência de uma epistemologia da gramática comparada como suporte importante para postular a noção de sistema, exatamente pela comparação que vinha fazendo do uso lingüístico em diversas línguas.

consideração tal pressuposto, podemos deduzir que cada sujeito que é banhado pela ordem da língua tem condições de reconhecer esta unidade ampla e complexa, para assim se desenvolver na linguagem. Se o reconhecimento da unidade está dado, pode-se também dizer que, quando acontece o evento para um sujeito de fala se transferir para um outro sistema de língua, como acontece com o imigrante, tal sujeito procura uma acomodação, de modo que os termos da língua implicados procurem um equilíbrio na tentativa de recriar novamente o efeito de unidade. É nesta tentativa que se integra a organização da outra língua.

Entendemos que, ao mesmo tempo em que há a experiência de uma nova língua traçando novas possibilidades de unidades significantes e, lembremos, concretas, temos a experiência da delimitação na língua, confiada também a outros parâmetros que advêm da interferência do modelo inicial de língua. Assim, até o momento da diferenciação qualificada da organização de cada sistema, haverá interferências no recorte tanto de unidades acústicas como de significados produzindo ambigüidades do sentido. Digamos aqui que a qualificação do signo como unidade total sofre um efeito de alteração. Vemos tal interferência, tanto no sotaque, facilmente identificado pelos falantes nativos, como também confusões provocadas pelos *falsos cognatos*, que nas línguas de origem latina encontramos, isso sem falar o que acontece com outras línguas que não tem a mesma raiz lingüística. Um exemplo disto vemos em algumas palavras heterossemânticas do espanhol e do português como *esquisito*, *embarazada/embaraçada*, etc. que se prestam a confusões de sentido, provocadas nitidamente pelos quadrantes que cada sistema recorta de maneira específica, levado por valores diferentes para cada equilíbrio de língua. Nas análises que trabalhamos, vimos este fenômeno, por exemplo, quando o imigrante italiano fez utilização de algumas designações de maneira deslocada, ao utilizar as palavras *truste* e *gestada*. Na fala da imigrante uruguaia, inúmeras vezes se atravessam palavras do espanhol na sintaxe e na da imigrante russa observamos na utilização de artigos formas deslocadas. Aqui tais exemplos os apresentamos sucintamente para trazer a noção de atravessamento de sistemas lingüísticos.

A distinção que o imigrante de maneira absoluta efetua entre os dois sistemas de língua, na verdade a apontamos como uma situação ideal, na maioria das vezes difícil de atingir. Digamos que a distinção da dimensão *de valor* é adquirida na prática (uso) do outro sistema, já o sentimento da diferença entre os sistemas é inicial, é um ponto de partida.

Quanto à abordagem sobre identidade que se desdobra na língua, entendemos que, quando Saussure propõe que cada sistema comporta seu próprio equilíbrio e, portanto, seu próprio efeito de identidade dos termos, não existiriam comparações a fazer entre um sistema e outro, mas, quando se considera que, como no jogo de xadrez, é a lei que coordena o jogo de identidades entre os termos, vemos que o sujeito imigrante aqui tem de produzir um reconhecimento da lei outra, assim como uma adesão a seu funcionamento, vivenciando o arbitrário do sistema como o real de uma lei e não da norma, como seria o do falante nativo. De alguma maneira, a língua se corporifica nesta instância. Por sua vez, os litígios desta identidade utilizam os mecanismos das trocas entre elementos da mesma natureza, como seria a troca de moeda para moeda, e também o sistema de troca entre elementos de diversas naturezas, como seria a troca de moedas por objetos (sal, açúcar, pão, etc.). Com isto, entendemos que, entre a utilização das categorias gramaticais organizadas pela língua, ocorrem ajustes de elementos de uma língua para outra, na construção de unidades de significância. De alguma forma, o imigrante torna-se um lingüista em potencial, na medida em que procura generalidades que dêem conta destas línguas, ainda que isso possa levá-lo a restringir desenvolvimentos mais amplos. Acreditamos que tal situação encontra um desfecho importante se, em determinado momento, se integra a constatação da radical diferença entre sistemas e não se cai mais nas miragens que o mecanismo de identidade na língua prega. Neste ponto acompanhamos a elaboração da lingüística sincrônica em que é o recorte na língua que indica o valor dos elementos, reflexos do uso, e não corresponde à dimensão histórica, na constelação evolutiva da língua com a qual o sujeito imigrante tende a se confundir porque ele entende que ele está em um evoluir com relação a outra língua e não que ele está em um trabalho de interpretação em que o outro sistema o coloca para trabalhar.

Com estas hipóteses, iniciamos a constatação de rupturas que o Um encontrará. Daqui, fomos adiante, observando os fundamentos da *enunciação* que diz justamente dos efeitos do uso da língua e destas rupturas. Pela enunciação, podemos ver as marcas do sujeito que em sua singularidade, define sua forma de relação com o Um. Nos acompanhamos, nesta parte, do trabalho de Émile Benveniste, que veio fundamentar o eixo organizador deste estudo. Para observar melhor seu resultado, situemos novamente algumas considerações.

6.3 Considerações sobre a enunciação e o imigrante

Dentro da primeira abordagem da teoria benvenistiana, quando tratamos da natureza da língua, observamos o lugar principal que a língua porta dentro do universo dos sistemas semióticos que governam as sociedades humanas. Deve-se isto a qualidade que ela tem de ser significativa, tanto na forma quanto no seu funcionamento. Assim, é um sistema que produz significância em dois níveis simultâneos; no plano semiótico e no plano semântico. Lembremos que a natureza semiótica trata do sistema lingüístico de acordo com a proposta sincrônica, na qual a unidade básica é o signo lingüístico dentro de seu sistema e ele, antes de tudo, pede *reconhecimento*. Já no plano semântico, a unidade se constitui na frase e nela a significância depende da composição dos seus elementos, ou seja, aqui observamos o efeito de significância de seus elementos no *a posteriori*, na medida em que, a enunciação precisa ser formulada toda para ser apreendida no seu total valor. A unidade maior do nível semântico, Benveniste nos avisa, demanda *compreensão*. Desta maneira, estes dois planos são interdependentes porque, se não existe reconhecimento do signo, a compreensão não se torna possível.

A natureza da língua assim descrita, torna-se um sistema privilegiado no meio aos outros sistemas semióticos e, por portar tais características, Benveniste entende que é pelo seu intermédio que outros sistemas podem se comunicar, mais uma vez, criando uma rede de relações pelas quais fazem o sujeito humano transitar. A preocupação com a comunicação entre os sistemas levou este autor a contemplar alguns princípios que regem esta tarefa. Lembremos que no horizonte desta proposta existe a procura dos fundamentos de uma ciência que se preocuparia com a vida dos signos no seio da sociedade, sendo ela a semiologia¹⁰⁸. A comunicação entre os diversos sistemas semióticos, como vimos no capítulo II, é possível pelas características que eles possuem de produzir engendramento, homologia e interpretância.

Esta natureza da língua e as características acima citadas nos pareceram de suma importância para nosso trabalho, porquanto observamos que o imigrante é um sujeito que efetivamente tem de desenvolver mecanismos de comunicação entre os diversos sistemas semióticos com os quais se depara no contexto ao qual chega, sendo o principal a nova língua. Estimamos que o primeiro ponto de elaboração passa por estabelecer uma relação entre a língua materna e a segunda língua. No item anterior,

¹⁰⁸ Esta semiologia fora a proposta com a qual o próprio Saussure se interessou no Curso e que ficou como tarefa que futuramente poderia ser realizada. Digamos que se trata uma aposta científica no campo das ciências humanas.

quando vimos a consideração de valor na língua, percebemos que o imigrante teria de desenvolver a interpretação necessária sobre o outro sistema de língua enquanto sistema de valor diferente à língua materna, para poder se desenvolver nele. Avançamos sobre este quesito, quando observando os pontos de contatos entre os sistemas, podemos afirmar que o recurso à homologia provê o sujeito de uma ferramenta importantíssima na vivência da imigração. Contemplando a tarefa de estabelecer o contato entre os dois sistemas lingüísticos em pauta, compete exclusivamente ao sujeito pô-los em contato, e o modelo de relação vai depender dos vínculos e interpretações que ele consiga fazer entre sistemas, ou seja a apropriação do outro sistema lingüístico estará sujeito a qualidade subjetiva de quem utiliza a língua. O traço do vínculo que nisto se desenha podemos entender já como um ato enunciativo que comporta as marcas do sujeito. A partir disto, nos permitimos afirmar que a língua materna enquanto Um se oferece como modelo de unidade para poder atingir a outra língua no fantasma de uma unidade, pois lembramos que a outra língua está inicialmente fragmentada para o imigrante. Então, a relação de homologia, neste caso, serve ao estabelecimento do diálogo entre um modelo de língua e outro que se quer assimilar para produzir significância, em outro meio. Será através dessa porta que o imigrante começará seu vínculo com a língua que não é materna e provavelmente será a ferramenta que utilize ao longo de toda sua vivência imigrante.

Sobre o atributo da interpretância que a língua tem diante os outros sistemas, no caso dos imigrantes, podemos considerar que quem exerce tal atributo é a segunda língua, neste contexto a língua portuguesa brasileira. Depende da língua portuguesa a organização dos sentidos que o sujeito requer para sua organização com o meio. Assim, se impõe para o imigrante o Um da outra língua, que se estrutura paulatinamente, à medida que se exercita no seu uso, pela fala. Entendemos a negociação complexa que sustenta esta enunciação, a qual tentamos elucidar neste estudo.

Levando adiante o trabalho com os mecanismos de comunicação entre sistemas, escolhemos observá-lo por meio da prática narrativa que o imigrante tende a desenvolver. Disso nasceu nosso terceiro capítulo no qual tratamos da narrativa como um mecanismo privilegiado para observar a apropriação em segunda língua e, por outro lado, a distinguimos como um mecanismo enunciativo necessário para a efetiva inscrição do sujeito nesse outro lugar, pois nele se impregnam as elaborações e interpretações, conforme os níveis de significância que o imigrante consegue construir. Sem dúvida que aqui contamos com a dupla significância tanto no nível semiótico

quanto no nível semântico que se incumbem das relações entre forma e sentido na língua, expressados no campo discursivo.

6.4 A narrativa como mecanismo enunciativo complexo útil ao imigrante

Foi deste mecanismo complexo que tratamos a partir do referencial teórico de Dany-Robert Dufour (2000). Aqui nos preocupamos essencialmente com o modo como a *transmissão* do relato acontece, por meio do mecanismo enunciativo, em dois níveis de temporalidade, por um lado no formato enunciativo do aqui, agora, naquilo que este autor denominou de *língua natural* e, por outro lado, no que considera a extensão de tempo dentro de uma proporção maior, entre três gerações. Nisto observamos a dimensão de três tempos na língua natural quando se conta o “eu-tu/ele”. O modelo utilizado para dimensionar este formato é o fornecido por Benveniste na organização do *aparelho formal da enunciação*, ao qual Dufour acresce a consideração de ser este *uma língua que dá aceso à língua*. Ainda, quando Dufour considera a função do “ele”, avalia um desdobramento que tal operador mobiliza quando, aponta para o âmbito do representado e, também para o limite do representado, ou um certo irrepresentado. A expressão do limite do representado fica por conta do “ele”.

O trino da narrativa, se define seguindo o modelo do chamado *triângulo pragmático* (Dufour, 2000, p.141). Nele está articulada a seqüência narrado/narratário/narrador, estabelecendo uma lógica da transmissão. A seqüência trina, de lugares na transmissão, Dufour as relaciona aos lugares propostos para a *língua natural*, como vimos no nosso capítulo terceiro. Quando tratamos destes operadores, consideramos especialmente o efeito da transmissão entre os sujeitos implicados, daqui tentamos contemplar a simbolização dos lugares enunciativos e a problemática da inscrição dos sujeitos na cultura em que vivem. Em suma, situamos neste movimento a eficácia simbólica da palavra. Vimos, que a eficácia dos operadores de lugares enunciativos, funciona na dependência da ordem lógica, contemplada no campo das trocas sociais. Evocamos com isto as três lógicas implicadas nesse trabalho: unária, binária e trinitária. Retiramos do que foi desenvolvido para nosso estudo, a *lógica da implicação* que se aninha no efeito de transmissão, na medida em que para ser *um* (sujeito), *é preciso ser dois, mas quando se é dois, já se é três. Um é igual a dois, mas dois é igual a três.* (Dufour, 2000, p. 92). Assim, contando com este referencial,

construímos o conjunto de oposições que escolhemos para nosso trabalho de análise, do qual falaremos adiante, retirando algumas conclusões finais. Contudo, antes de debruçarmo-nos sobre isto, queremos indicar o porquê da nossa preferência por esta proposta teórica para tratarmos da temática do imigrante, ou melhor, da narrativa do imigrante.

Entendemos que Dufour, ao acrescentar, na tríade da língua natural, a função do “ele”, nos dá margem para tratarmos dos limites da representação com os quais o imigrante se depara quando muda de língua e cultura. Durante as análises, observamos em várias oportunidades este limite, tanto na apropriação da palavra quanto na apropriação de algumas idéias que regem a cultura brasileira na qual o imigrante se insere. No nível da palavra, observamos os deslocamentos de significados com os quais, por exemplo, a imigrante russa se debatia quando perguntamos o que a surpreendia aqui no Brasil. Ela entendeu isto como um elemento-surpresa negativo, limitando a abrangência desta palavra. Também vimos, na narrativa da imigrante uruguaia, o atravessamento da língua espanhola junto à sintaxe, quando trouxe a expressão *sentido do humor*. Ainda, o imigrante italiano nos fala da *letra fria*, em que há referência a uma letra que não produz movimento. Estes exemplos aqui são trazidos para rapidamente falar neste efeito na palavra, o que está desenvolvido nas análises. Da mesma maneira, pudemos identificar o trabalho de inscrição na outra cultura quando aparece, de uma maneira ou outra, a noção de cultura nas narrativas analisadas. Assim, nos encontramos com a dificuldade que a imigrante uruguaia encontrou em sua inserção social, ao estabelecer uma dicotomia entre sua função profissional, como prestadora de serviços, e sua inserção no grupo de artes, do qual nos relata encontrar condições de enunciação. Daqui, nos encontramos com a concepção de estrangeiro que se precipita quando a imigrante se apercebe prestadora de serviços, alienada na pura função, que toca nos limites da representação do lugar subjetivo. Observando este tipo limites, podemos relacionar os traços que definem o sujeito, na negociação estreita, entre inscrição na outra cultura e o desenvolvimento da enunciação em segunda língua. Outros exemplos encontramos quando a imigrante russa idealiza a capacidade de o brasileiro aceitar o estrangeiro e chega a falar de uma estrutura mental que proporcionaria isto. O imigrante italiano, da mesma forma, se vê sempre às voltas do que chega a postular como uma apropriação particular de conviver com as diferentes culturas, e, ao mesmo tempo, se embaraça quando nos diz que ele tem uma cultura italiana com vontades brasileiras, e nós nos perguntamos: como se concilia a cultura com a vontade?

Além disto, a noção do irrepresentado na enunciação, também se mostrou útil para ponderar a dimensão do sujeito, na temporalidade do relato, principalmente no imigrante que é um sujeito que provoca uma ruptura no seu relato em terra natal e inaugura outro relato no país adotado. Está em jogo na re-elaboração do relato em segunda língua, a construção simbólica, o pacto, que permite ao imigrante efetivar sua participação. Nesta passagem observamos que se representa um tipo de sacrifício, um tipo de morte. Digamos aqui que o imigrante rompe com um tipo de narrativa e isto tem seu custo, o custo de reconstruir as condições de enunciação no novo lugar de vida. Neste outro lugar, ele se abre para outras possibilidades enunciativas, contudo – apresentamos um acréscimo – que se abre na medida em que se estabelece um diálogo com o espaço de alteridade com o qual ele tem de lidar na língua e na cultura e, podemos dizer, também com a sua própria imagem de sujeito que fica alterada. Nos apoiando na psicanálise, podemos falar na consideração ao sintoma em segunda língua. Usando a metáfora da lua, podemos figurar que a segunda língua pode trazer luz sobre algumas regiões que a língua materna não contempla no seu movimento e que não se vê a olho nu. Assim o sintoma individual ganha outra textura.

Com esta exposição, passamos às últimas considerações, retiradas, dessa vez, dos fatos enunciativos à luz das oposições que estabelecemos para nossas análises.

6.5 Sobre as análises

Com a ajuda dos imigrantes entrevistados, pudemos constatar os diversos tipos de vínculos entre *língua, cultura e sujeito* que se sustenta pela/na enunciação. Embora para todo ser falante estes elementos estão igualmente presentes, aqui contamos com a dimensão da *alteridade* que se adere a tais circunstâncias enunciativas, na medida em que se trata de sujeitos que passaram e passam ainda por uma adaptação e diálogo constantes sobre seu descentramento com relação a estes lugares, em sua vida. Conseqüentemente, devemos contemplar, neste repertório, a transposição da vivência em língua materna para uma outra língua; também a transposição de uma primeira inscrição no campo social para uma outra consideração do social, assim como, a maneira de apreender-se sujeito em cada lugar, o que dá a noção de tal descentramento. Por conta disto, observamos que o imigrante encontra na linguagem, uma intervenção complexa para alinhar na sintaxe a condição de alteridade. Podemos dizer que se articula, nesse sentido, um campo paralelo na enunciação do imigrante, que se torna

constitutivo para sua comunicação. Contemplando este aspecto, os indicadores de tempo na enunciação, mostraram-se importantes para formular esse plano paralelo, pois, por meio das dificuldades que encontramos nas análises, quando fomos situar os sistemas de relações que escolhemos, deparamo-nos constantemente com a perturbação ao encontrar, em muitas ocasiões, dois planos enunciativos que se justapunham. Foi neste ponto que fomos conduzidos para a consideração do tempo de uma enunciação que nos parecia redobrado. Encontramos uma saída para este impasse analítico, mais uma vez, junto ao referencial benvenistiano quando o seu texto *As relações de tempo no verbo francês* (PLG I. 1995) nos subsidia ao tratar de dois planos enunciativos; o histórico e o discursivo, sendo que, a partir de uma intersecção possível entre esses dois planos, pode-se considerar uma terceira via enunciativa, dimensionada no efeito de *anterioridade* no enunciado, no qual é possível depreender o desenvolvimento da história subjetiva.

Tal concepção de uma anterioridade no enunciado, para as análises em questão, se mostrou uma ferramenta indispensável, considerando-se o movimento organizado pela narrativa que os imigrantes traziam. Desta maneira, eles contam suas histórias, olhando para o acontecimento migratório em retrospectiva, em um já acontecido, que, contudo, se mostra em um contexto atual. Ou seja, os efeitos de uma história trazidos para a superfície enunciativa no aqui e agora. A dimensão da história pessoal, desse modo, se integra à atualidade, criando a realidade da narrativa, na qual não temos o sujeito que se retrata como se estivesse no passado, mas um sujeito que se olha naquela experiência e acresce um modo de pensar atual, integrado-o à sua vivência. Esta visão conflui com a leitura feita anteriormente sobre a narrativa que também se articula a dois tempos: um, na enunciação atual e outro com relação ao lugar ocupado pelo sujeito na história que lhe toca passar adiante.

Quando Benveniste diz que a enunciação sempre se realiza com referência ao tempo presente de quem profere sua fala, este preceito não se invalida para nosso exemplo, senão que aqui, insistimos em que se amplia o espaço de *alteridade*, concatenando um espaço dialético entre aquilo que aconteceu com o sujeito e como o relê hoje, correlativo à situação com a qual quotidianamente lida. Esta retomada da história imigrante na enunciação, na atualidade, sempre será demandada de uma maneira ou outra, já que será visível para qualquer interlocutor nativo que está diante de alguém que não partilha totalmente do mundo lingüístico-cultural local, deixando

transparecer a referência de um outro lugar, por meio do sotaque ou de uma idéia de cultura e costumes que fogem à compreensão direta.

Tendo esta elaboração presente, tiramos algumas conseqüências para nosso trabalho e as organizaremos de acordo com conjunto de relações que escolhemos para análise.

6.5.1 Em relação à díade intersubjetiva eu/tu

Na primeira díade, a questão principal se estabelece na maneira como o “eu” se manifesta perante o “tu”. Consideramos este par “eu-tu” a alteridade fundante para toda concepção de enunciação. Aqui se representa a relação intersubjetiva, que define a presença de dois sujeitos para que haja enunciação, porque, antes de tudo, a palavra tem de ser dirigida a alguém, nem que seja enquanto possibilidade imaginária, como no caso de um monólogo, como bem explica Benveniste. Dirigimos-nos a uma pessoa e não a um objeto.

Desta díade Benveniste retrata duas características principais: a primeira é compreendida na perspectiva da *unidade*, já que um termo não se institui sem o outro. Sobre isso Benveniste escreve: *De fato, uma característica das pessoas “eu” e “tu” é sua unicidade específica “eu que enuncia o “tu” ao qual “eu” se dirige são cada vez únicos.* (BENVENISTE, PLG I. p. 253). Certamente isto também converge com a concepção de tempo na enunciação, que é o tempo do proferimento em que cada enunciado se realiza. Então, a validade desta unidade se estabelece a cada vez que uma enunciação acontece, quando esses dois índices (eu-tu), a princípio vazios, são preenchidos pelos sujeitos que tomam a palavra.

A segunda característica repousa sobre o fato de que a unidade subjetiva envolve uma dinâmica própria, compreendida na *inversibilidade*. Ela se explica pela alternância que os índices têm, quando se trocam a cada lance enunciativo, ou seja, o eu passa a se instituir quando um sujeito toma a palavra e no mesmo movimento, se institui o “tu”, a quem se dirige a palavra, contudo, quando o “eu” passa a palavra ao “tu”, invertem-se os lugares, então, o que era “tu” se torna “eu” e o “eu” toma o lugar do “tu”. Esta dinâmica se dá tacitamente na enunciação (como vimos no capítulo II deste trabalho)

Dufour, por sua vez, preocupado com a *inteligência da transmissão*, reconhecendo estas qualidades da díade “eu-tu”, estabelece para ela uma lógica que se

identifica como uma *alteridade fraca* e que atenta principalmente para o caráter de *conjunção* que ela determina. Neste estágio, precisamente se posiciona pela narrativa o lugar desse *outro*, em relação direta com “eu”, que se inverte no diálogo, assegurando a unidade como vimos acima. Esta operação é indispensável também porque dela decorre a linearidade necessária à frase, pela relação sintagmática. Lembremos que a legibilidade na linguagem depende de tal concatenação.

Para nós, esta estrutura básica ganha um vigor particular no momento em que o imigrante ao se constituir em sujeito que se enuncia em outra língua, na medida em que, quando se realiza formulando-se como um “eu” que toma a palavra no outro sistema de língua, se vê deslocado para um trajeto diferente, no objetivo de chegar a uma resolução no plano sintagmático, na linearidade da enunciação. Para o imigrante, a resolução travada no plano paradigmático da escolha da palavra dirigida a “tu”, passa por recorrer primeiro à instância do valor posto pelo outro sistema de língua, interpelando primeiro o outro sistema semiótico para poder instituir o “tu” e, em um segundo momento, solicita de “tu” uma aceitabilidade e concordância a “mais” daquela que se realiza tacitamente, para suportar exatamente o tropeço que venha a encontrar na forma da língua, para que, aí sim, venha a se realizar como sujeito no plano semântico.

Assim, o “tu” opera uma clivagem específica para o imigrante, uma vez que é esta instância que suporta o lugar de mediador entre o sujeito que se propõe e a língua não materna que o institui. Entendemos que, por tal razão, ali onde temos um tempo único da enunciação em que o “eu” e o “tu” se posicionam, existe um desdobramento do tempo. Por sua vez, o “tu” é convidado a vivenciar a heterogeneidade na palavra, o que o faz suportar um nível de consciência da língua que, muitas vezes, pode não ser confortável. Neste sentido a instância da língua ganha um tipo de realidade ou materialidade que geralmente se matem em um nível inconsciente para o falante natural.

Sob outro ângulo, em termos de lógica, como vimos no capítulo IV do nosso trabalho, Dufour identifica, na alteridade fraca “eu-tu”, uma das pontas que estabelecem a correção da lógica unária ou loucura unária, aquela do “eu” que entra no mundo sem nenhum amparo, a não ser aquele de sustentar toda potência daquele que quer garantir sua presença na linguagem. Esta primeira alteridade garante o *aqui e agora*, o da sustentação do “eu-tu”. O lá, definindo o exterior, o “ele” ainda não se estabelece, porém já se anuncia. Poderíamos dizer que este é o tempo que permite sair do tempo *um* da enunciação demarcado somente por aquele “eu que se diz eu”. Quanto a isto o aqui e agora para o imigrante cinge uma relação de estranhamento próprio à instauração do

“eu-tu” quanto à temporalidade e territorialidade do sujeito, pois ele projeta-se sobre outra cena, aquela da aquisição dos mecanismos da linguagem em língua materna¹⁰⁹. Se me digo eu, por que o eu se veste diferente neste lugar? Que sentido adquire o este “outro” tempo e espaço?

Toda esta estimativa decorre do fato de que a entrada no outro universo lingüístico-cultural depende não só de que o sujeito dimensione o sistema que compreende a outra língua, senão que também precisa da apropriação do mecanismo que dá acesso à fala, para acessar o tempo e espaço na outra língua. Digamos que ele realiza por este gesto um pacto com a língua outra. Só depois da atualização do pacto ele vive a outra língua.

Poderíamos entender que, em relação ao imigrante, este momento de instauração do “eu-tu” requer de partida a instância da língua e, portanto, já demanda um terceiro termo, sendo a língua esse terceiro termo, mas vemos que esta apelação primeira, se realiza principalmente com o objetivo da instauração do primeiro mecanismo enunciativo perante o consentimento do outro “tu” que se inclui neste pacto com o universo lingüístico-cultural.

Aqui, como já preanuncia este terceiro termo, na linguagem estamos diante das condições em que o “ele” aparece em cena para estabelecer o mecanismo enunciativo como um todo. Neste momento, o “ele”, como representante do externo, do ausente, da não-pessoa, ele traz a medida da relação que o sujeito opera pela linguagem. A partir disto, entramos no nosso segundo construto analítico, sendo ele a tríade eu-tu/ele.

6.5.2 Em relação à tríade eu-tu/ele

No eu-tu/ele, é a trindade natural da língua que está descrita em seu funcionamento, no entanto para nós o que é determinante nesta relação trina é a relação que o “eu-tu” estabelecem com o “ele”, aquele da representação¹¹⁰.

¹⁰⁹ Acompanhamos aqui os trabalhos de Benveniste que afirma que a presença dos três elementos pronominais quanto aparelho formal da enunciação está presente em todas as línguas porém o modo de conceber esses lugares apresenta diferenças, em algumas línguas afirmando-se a referencia ao tu por predicções específicas, identificada pelos falantes de cada lugar.

¹¹⁰ Aqui nos amparamos na forma como Dufour e Benveniste tratam este termo, tal como o vimos no desenvolvimento do nosso estudo. Principalmente na representação consideramos o elemento que se apreende fora da instância subjetiva mas que encontra uma interpretação por parte desta mesma instância, porquanto o sujeito, como suporte desta instância, conta com o amparo da língua e da linguagem para estabelecer a relação entre os elementos em jogo no contexto enunciativo podendo, assim, produzir sentido. Deste modo, entendemos a representação como a capacidade de produzir um sentido para além do “eu-tu”.

Acordamos, nos capítulos II e IV, sobre o lugar que este elemento, sob a égide do “ele”, designa; vimos que, tanto na consideração do *aparelho formal da enunciação* em Benveniste, quanto na consideração da matriz trinitária em Dufour; o “ele” está como termo imprescindível para o mecanismo enunciativo e, como condição para a simbolização. Desta maneira, aqui nos indagamos sobre o tipo de relação que se formula por parte do imigrante, contemplando esse terceiro termo. Deparamos-nos, neste ponto, com o quanto a Língua muitas vezes se apresenta nesse índice externo. Ela ganha esta caracterização de maneira particular para o imigrante ao ter de refletir sobre sua habilidade em segunda língua, pois, ele tem que pensá-la, colocando-a em uma certa objetivação, e dimensionar sua forma e funcionamento. Assim, ela se apresenta com uma materialidade para este sujeito que lhe exige um reconhecimento e um deciframento que vai se construindo no seu uso. Em relação à língua materna, embora também tenha sua incorporação pelo seu uso, o sujeito já está incumbido de seus mecanismos, dentro de uma estrutura de valor, desde o nascimento¹¹¹.

Avançando na idéia deste índice externo, lembremos que a não-pessoa, a instância em que não cabe um lugar subjetivo porque está fora da relação de co-presença que o “eu-tu” exige, recoloca para o conjunto um modo privilegiado no mecanismo lingüístico, pois realiza a *predicação*, assim estipula propriamente as significâncias desencadeadas a partir dos índices de referência que as categorias subjetivas centralizam. É pela instauração do “ele” que o movimento na linguagem ocorre. Isto constatamos nas seguintes linhas em que Benveniste expressa:

[...] a não pessoa é o único modo de enunciação possível para as instâncias de discurso que não devam remeter a elas mesmas, mas que **predicam**¹¹² o processo de *não importa quem* ou *não importa que*, exceto a própria instância, podendo sempre esse *não importa quem* ou *não importa que* ser munido de uma referência objetiva. (BENVENISTE. 1995, PLG I, p. 282)

Desta maneira, “ele” recoloca no contexto as relações que os índices subjetivos propõem. Não se trata mais da afirmação da transcendência de quem toma a palavra, mas do processo desencadeado a partir disto, concatenado, desta forma, a uma

¹¹¹ Certamente que nessa consideração se deposita uma concepção diferenciada da aquisição da linguagem, estipulando diferenças para a aquisição da língua materna e uma segunda língua.

¹¹² O grifo é nosso.

referência objetiva em oposição à referência subjetiva. Destacamos que a *objetividade* em questão é a do que aparece no enunciado, e não um possível critério de verdade encontrada no mundo exterior dos fatos observados. Digamos que, na objetividade referida, se estimam critérios para uma constatação que fala de uma relação que o sujeito define com o mundo.

O “ele” que assim se define, resolve o terceiro termo necessário à enunciação e, desta maneira, a lógica trinitária se apresenta para produzir efeitos significantes e sobretudo não previstos, porque somente no ato da enunciação ganham valor, sendo únicos a cada vez. Seu valor se resolve no *a posteriori*.

Dufour, como vimos, confere a esta alteridade o nome de *alteridade forte* que indica a relação com o Outro (com maiúscula), e aqui entendemos que a preocupação passa por um efeito de *interpretação* que o sujeito produz e não principalmente de diferenciação com o outro-igual, posto no “tu”. Desta operação deriva a característica de disjunção, conferida pela barra (/).

Vejamos que, no nosso estudo, a predicação da qual fala Benveniste e que Dufour dispõe nessa alteridade forte, se afirmou como o enfoque organizador para olhar a relação que o imigrante estabelece junto à língua e cultura brasileira. Em primeiro lugar, na consideração da língua nesta exterioridade, que corporifica esta demanda do sistema de valor e troca no qual se insere. Nas entrevistas, conferimos para cada imigrante um tipo de relação com esta instância, como deve ser na singularidade de qualquer imigrante, contudo, aqui temos uma amostra valiosa quando olhamos que, mesmo para quem leva um tempo maior de imigração, a língua representa uma instância privilegiada para saber da alteridade, como ocorria com o imigrante italiano o qual, em muitos momentos, debate sobre as duas línguas com as quais lida – sobre as instâncias na forma gramáticas, na forma falada, contando com a língua italiana na hipótese de uma volta à terra natal, etc. Também, vimos outra fase da questão quando a imigrante uruguaia olhava para as considerações de língua no prisma da fronteira em que se observam as diferenças de línguas (espanhola e portuguesa) e se convive com isso na comunicação cotidiana sem descon siderações das partes. E, por fim a imigrante russa que vivencia uma dificuldade maior com a língua, tanto na forma, na construção das palavras, quanto na sintaxe, na organização da frase ou expressão. Ela vivencia esta dificuldade nos tropeços constantes, na economia das frases e palavras e, nas retomadas do dizer.

A língua, deste modo, se torna a terceira instância necessária na contingência imigrante.

Em segundo lugar, o terceiro termo do qual tratamos, também o observamos na maneira de conceber a cultura e costumes do outro lugar. Nisto termina por se definir o tipo de relação do sujeito com o contexto imigrante. A predicação, por este viés, recai sobre as considerações do que se busca no outro lugar, aquilo que se ergue como “algo” que não se torna possível em terra natal. Na entrevista da imigrante uruguaia, vimos melhor dimensionada essa questão enquanto escolha pessoal, na procura de oportunidades profissional, de independência e redimensionamento das condições enunciativas, na medida em que, a imigração pode romper com esquemas muito homogêneos no seu país. Já a fundação desta instância para o imigrante italiano parte de um outro lugar, quando ele revela que sua imigração foi compulsória, sendo assim, ele se insere acompanhando a epopéia do patriarca no percurso imigrante, até o momento em que ele se vê, elaborando nesta narrativa, o seu lugar na opção de ficar no Brasil, abdicando de uma possível volta à Itália. Reconhece que ele só poderia ir para lá como imigrante. Na imigrante russa, vemos a dimensão cultural se apresentar nas condições de acolhimento que ela percebe no Brasil, e esta distinção se dá nos termos de uma babel da vivência pessoal, quando ela reconhece ter morado em diversos países anteriormente. Com isto, a fundação desta imigração se realiza considerando o tipo de traço cultural do povo brasileiro comparado a outros lugares.

Por fim, resta dizer, em relação a este sistema de oposições, que é por intermédio dele que a dimensão da *narrativa* se torna possível, pois a história subjetiva se formula pelos meios da predicação que, em última instância, é dirigido a este Outro que se inaugura no contexto imigrante.

6.5.3 Em relação ao conjunto eu-tu/ele/ele

Finalmente tratamos da terceira parte de nossa proposta de análise, com a tríade eu-tu/ele/ele, na perspectiva de uma *disjunção radical* que se opera pela consideração daquilo que vem do exterior de maneira limite. Observamos que esta tríade é formulada a partir das considerações teóricas aportadas por Dufour (2000), sendo que Benveniste não chegou a abordá-la propriamente em seus estudos, entretanto Dufour de alguma maneira a lê no referencial benvenistiano quando se manifestam as maneiras radicais da

terceira pessoa¹¹³. O que está posto em pauta aqui são os limites da representação. Nisto, se indica uma das formas para simbolizar que se desliza para a escrita, que aqui tomamos como a *possibilidade à escrita* que se abre para o imigrante, pois, será no limite das representações em língua materna que ele incidirá no campo da outra língua, ali ele abrirá outras possibilidades de representação que lhe exigirão algum tipo de marca, que a letra pode suportar. Contudo a escrita aqui a concernimos como *pré-anunciada*, quando observamos os limites nas interpretações possíveis no outro sistema de valores que o outro universo lingüístico cultural pressupõe, daqui então a observância nos tropeços, na falta de apropriação de certos conceitos, nos silêncios e ainda na não implicação do “eu” que podem ocorrer nos relatos, na oralidade, desenvolvidos pelos imigrantes. Lembremos que a língua portuguesa se manifesta como este Outro interpretante, pelo qual o crivo da interpretação tem de passar para sentar as marcas do sujeito que se toma na/pela linguagem. Isto define um limite radical para a língua materna do imigrante em questão.

Conseqüentes com essa reflexão teórica, entendemos que este terceiro momento, permeia certo *não-dito*, algo que se interpõe para o sujeito na palavra, de tal maneira aponta para a alteridade radical que principalmente *se mostra* e não se diz.

Esta leitura do não-dito, no nosso trabalho, se nutre ainda dos aportes de Jean-Claude Milner, porquanto entendemos que a falta que remete ao não-dito é particular e por isto cada imigrante conserva traços específicos com um tipo de falta que diz respeito a sua inscrição em segunda língua. Então, temos um não-dito particular da relação de cada sujeito com a língua outra.

Assim, pudemos conferir seus efeitos quando, nos fatos discursivos, encontramos impasses específicos que o sujeito manifesta na constituição dos sentidos na palavra, quando escapa em segunda língua elementos significantes. Um exemplo privilegiado disto está no chiste que a imigrante uruguaia referiu, pois o sentido não bate da mesma forma na segunda língua e aqui tem de ser contemplada a entrada do sujeito na outra cultura permitindo-lhe compartilhar significantes próprios a ela na comunidade de fala. Também testemunhamos tal situação na apreensão da relação ao outro ao qual o imigrante se dirige, principalmente ao tratarmos do outro da cultura, da

¹¹³ Ele observa as derivações projetadas nas formas do “ele”, organizadas quando no trato se faz uso deste termo na maneira da injúria, quando alguém que toma a palavra, fala na presença deste terceiro, sobre ele pejorativamente, sem lhe dirigir a palavra. Aqui, na maneira de designar a ausência, se marca outra ausência. Se estabelece, por meio de tal mecanismo, uma distância radical, na qual se traz o “ele” na presença dos co-enunciadores para, em seguida, barrá-lo.

alteridade forte ao qual o sujeito deve uma versão para se estabelecer na inteligência da transmissão, como o constatamos nas análises. Nesta parte condiz, enfatizar as falhas específicas que se incrementam à enunciação do sujeito quando arrisca conviver com as lacunas e com a pequena morte que vivencia neste deslocamento de lugares enunciativos.

Creemos que o impulso à escrita que isto promove, do qual Dufour (2000) fala, podemos palpar na tentativa de o imigrante escrever a sua história e hoje temos vários exemplos desta expressão no Brasil pois existem entidades dispostas a recolher as histórias de imigrantes de diversas origens¹¹⁴. Na literatura ainda encontramos muitos textos que nos mostram a trajetória de imigrantes¹¹⁵. Também o vemos no texto científico no campo das ciências humanas, incluindo nele o estudo que aqui apresentamos.

6.6 Sobre o aporte da Psicanálise

O prisma da psicanálise se incorporou no nosso estudo de maneira sutil porém decisiva, para as considerações que se desenvolveram, principalmente quando contemplamos o referencial lacaniano, pois nele encontramos as bases para a reflexão do sujeito com a língua, essencialmente quando observamos o deslocamento do significante que cada sujeito mobiliza na prática da linguagem. Daqui a célebre frase de Lacan: *o sujeito representa um significante para outro significante*. Essa que para alguns pode significar uma radical expressão, responde pelos acontecimentos que o sujeito mobiliza no seu passar como realidade na linguagem ou ainda dentro na capacidade que tem de se simbolizar e representar. Acreditamos que neste ponto se está em plena concordância com Benveniste que não vê realidade fora da linguagem. Contudo, quando na Psicanálise se trabalha também na constelação de um Real que escapa à palavra, como “algo” que não consegue participar do simbolizado ou representado, estamos diante de uma contribuição que estimamos necessária à leitura enunciativa. A partir disto, o desenvolvimento dado por Jean-Claude Milner e Robert-

¹¹⁴ Algumas destas entidades são o Museu do Imigrante em São Paulo, também o Museu da Pessoa; ambas recolhem depoimentos de imigrantes, resguardando a memória da imigração. Além destas instituições, existem inúmeras em cada região do Brasil que tratam da imigração em cada lugar.

¹¹⁵ Para citar dois exemplos temos Josué Guimarães, que, em seu livro *A Ferro e Fogo*, conta a saga dos imigrantes alemães no RS e também em um exemplo atual contamos com Milton Hatoum que no seu livro *Relatos de um certo Oriente*, nos relata particularidades da imigração libanesa no Amazonas. Certamente que existem ainda muitas mais referências a esse respeito.

Dany Dufour foram indispensáveis para encontrar esta medida. Eles, como autores que contam com o aporte psicanalítico, nos ajudaram a pensar o *não-todo* da língua e a pertinência do trinitário como efeito de implicação, contemplando precisamente os elementos que fogem à palavra. Estas questões se fizeram ainda mais necessárias quando nos incumbimos de tratar da enunciação do imigrante que se debate fortemente com aquilo que lhe escapa ao dizer.

Contando com este aporte, pudemos postular melhor o estatuto do sujeito com o qual trabalhamos que se desloca entre palavras e acontecimentos radicalmente descentrado.

A porta de inclusão deste paradigma nos fez, por sua vez, refletir a incumbência com o *não-todo* que a enunciação deve considerar como constitutiva, na medida em que é por este *não-acabado* que sempre se reinicia um dizer, o impulso ao dizer se renova a cada vez porque “algo” sempre falta, e o mesmo movimento está posto na implicação, da qual Dufour fala, do três em um, já que “ele”, tanto da temporalidade enunciativa quanto da temporalidade da narrativa, se estima como referência daquilo que nunca termina por se fechar e que mobiliza os elementos na língua do sujeito na transversalidade do seu movimento, re-posicionando permanentemente aquela posta em jogo no tempo de enunciar.

De outra maneira também a implicação do três em um, que Dufour destaca do referencial psicanalítico passa pelas considerações enunciativas, quando diz sobre o que não pode ser considerado por separado. Nos mostra a maneira com que a lógica do movimento enunciativo se resolve quando se compreende seu funcionamento como uma inteligência que se torna possível com seus elementos integrados, e, a partir de uma marca que o sujeito consegue articular se fazendo portador de uma história, quando algo significa nesta história. Com este sopro o sistema de referência providenciado pelo *aparelho formal da enunciação* cobra valor, vitalizando os índices pronominais. Senão, talvez contaríamos somente com um esqueleto do aparelho que serviria *ad infinitum* na reprodução de algum automatismo circunstancial que o sistema língua pode oferecer. Com a falta de algum destes elementos, o sentido não se torna viável. É desta forma que a psicanálise concebe também os registros vinculados pela linguagem, para a constituição do sujeito, entre Real, simbólico e imaginário. Aqui é necessário distinguir que, se é certo que em Benveniste esse *três em um* é desenvolvido pelo *aparelho formal da enunciação*, ele é articulado explicitamente para uma realidade de língua. Já com o aporte exposto aqui, o foco se transfere para à condição do sujeito como eixo na

organização de uma realidade de língua e do tipo de relação que disto deriva. Daqui, então, um funcionamento que mostra singularidades. Temos o funcionamento da língua focalizando a constituição do sujeito que fala.

Por meio deste trajeto, cremos ter ampliado a reflexão sobre a relação língua e sujeito sob o ponto de vista do funcionamento enunciativo.

TEMPO DE CONCLUIR

Após as elaborações finais de nosso estudo, confiamos ter elucidado alguns pontos importantes para o entendimento enunciativo do que está na base de uma estrutura lingüística que o imigrante constrói na travessia subjetiva que lhe toca viver e, por meio da qual, se inscreve como sujeito para outra cultura. Vemos, ainda, que esta é uma disposição que também lhe permite recolher as ferramentas necessárias para construir a barca que dá acesso a este outro lugar do inesperado que a outra língua e lugar representam, e, por conta disso, as novas roupagens que o “eu” terá de vestir.

Para finalizar, gostaríamos de deixar este trabalho como uma contribuição para os estudos da linguagem, provocando um olhar, nos limites que ele mesmo presume, sobre o mecanismo enunciativo e a complexidade que ganha quando se trata de considerá-lo na enunciação do imigrante.

Por fim, atendo-nos à posição de sujeito propriamente dito, cabe refletir que o limite dos espaços que o irrepresentado tange, no qual o imigrante está sempre a reparar e (re)elaborar, serve como modelo pertinente a toda experiência humana, na medida em que todo ser humano encontra, em alguns momentos de sua vida, situações em que é estrangeiro dentro do próprio país em que mora. Se é estrangeiro diante de um sistema de pensamento que não se conhece, se é estrangeiro diante de uma atividade que não se conhece, se é estrangeiro diante de uma realidade social “que não se convive” e, ainda, se é estrangeiro diante de si mesmo quando nos deparamos com um comportamento que nasce inesperado. Frente a isso, um sujeito pode permanecer estrangeiro, mas se deseja tornar dialética esta diferença, pode tornar-se imigrante e assumir os riscos de perscrutar essas unidades “cimentadas”.

BIBLIOGRAFIA

ARRIVÉ, Michel. *Lingüística e Psicanálise: Freud, Saussure, Hjelmslev, Lacan e outros*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1994.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Palavras incertas: as não coincidências do dizer*. Editora da UNICAMP. Campinas, SP. 1998.

ANDRADE, Abrahão Costa. *Ricoeur e a formação do sujeito*. EDIPUCRS. Porto Alegre, RS. 2000.

ANZIEU, Didier. Et al. Para uma lingüística psicanalítica. Breve balanço e questões preliminares. *Psicanálise e linguagem: do corpo à fala*. Casa do Psicólogo. São Paulo. SP. 1997.

BENVENISTE, Émile. *A forma e o sentido na linguagem*. In: _____ Problemas de Lingüística Geral II. Campinas, SP: Pontes, 2006.

_____. *A Linguagem e a experiência humana*. In: _____. Problemas de lingüística geral II. Campinas, SP: Pontes, 2006

_____. *A natureza dos pronomes*. In: _____. *Problemas de Lingüística Geral I*. Campinas, SP: Pontes, 1995.

_____. *As relações de tempo no verbo francês*. In: _____. *Problemas de Lingüística Geral I*. Campinas, SP: Pontes, 1995.

_____. *Da subjetividade na linguagem*. In: _____. *Problemas de Lingüística Geral I*. Campinas, SP: Pontes, 1995.

_____. *Estrutura das relações de pessoa no verbo*. In: _____. *Problemas de Lingüística Geral I*. Campinas, SP: Pontes, 1995.

_____. *O aparelho formal da enunciação*. In: _____. Problemas de Lingüística Geral II. Campinas, SP: Pontes, 2006.

_____. *Semiologia da língua*. In: _____. Problemas de Lingüística Geral II. Campinas, SP: Pontes, 2006.

BOUQUET, Simon. *Introdução à leitura de Saussure*. Cultrix. São Paulo. SP. 1997.

COLÓQUIO LEITURAS DE BENVENISTE, 2004, Porto Alegre, *Letras de Hoje*, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

COMBLIN, Joseph. *Ideologia da Segurança Nacional*. 3.^a Ed. Editora Civilização Brasileira S.A. Rio de Janeiro. RJ. 1980.

DARMON, Marc. *Ensaio sobre a topologia lacaniana*. Porto Alegre: Artes Medicas. 1994.

DUCROSSE, Anne. *Um mito histórico, a língua materna*. In Verme, G. e Boutet, J. (orgs.) *Multilingüismo*. Editora UNICAMP. Campinas. SP.1989.

DUFOUR, Dany-Robert. *Os mistérios da Trindade*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000.

_____. *A arte de reduzir as cabeças: sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.

ENDRUWEIT, Magali Lopes. *A Escrita enunciativa e os rastros da singularidade*. Porto Alegre: UFRGS, 2006. Dissertação (Doutorado em estudos da Linguagem) Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

FERNÁNDEZ, Álvaro; Garramuño, Florência; Sosnowky, Saúl (eds.) *Sujetos en tránsito: (in)migración, exílio y diáspora en la cultura latinoamericana*. Alianza Editorial. S.A. Buenos Aires. Argentina. 2003.

FLORES, Valdir. *Linguística e Psicanálise: princípios de uma Semântica da Enunciação*. EDIPUCRS. Porto Alegre. RS. 1999.

_____. *Princípios para a definição de objeto da lingüística da enunciação: uma introdução* (primeira parte). Letras de Hoje, EDIPUCRS, Porto Alegre, n. 126, 2001.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do Saber*. 6.^a Edição, Editora Forence Universitária. Rio de Janeiro. RJ. 2000.

FREUD, Sigmund. *El yo y el Ello*, Vol. 19 (1923-25). Obras Completas. Amorrortu editores. Buenos Aires. Argentina. 1996.

GADET, F. *La Double faille*. In: *Actes du Colloque de Sociolinguistique de Rouen*, 1978.

_____. *Saussure- une science de la langue*. Paris. PUF, 1987.

_____. *Tricher la langede*. *Matérialités Discursives*, p. 117-26, 1981.

GIBELLO, Bernard. *Fantasia, linguagem, natureza: três ordens de realidade*. In: *Psicanálise e linguagem: do corpo à fala*. Casa do Psicólogo. São Paulo. SP. 1997.

HENRY, Paul. *A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso*. Editora da UNICAMP. Campinas. SP. 1992.

KRISTEVA, Julia. *Estrangeiro para nós mesmos*. Ed. Rocco. Rio de Janeiro. RJ. 1994.

LACAN, Jacques. *Función y campo de la palabra*. In: *Escritos I*. 15.a edição. Siglo veintiuno Editores. Mexico. 1989.

_____. *El seminario I: Escritos Técnicos*. Editorial Paidós. Buenos Aires. Argentina. 1983.

MEY, Jacob L. *Etnia, identidade e língua*. In: Singnorini (org.) *Língua(gem) e Identidade*. Editora MERCADO DE LETRAS e livraria Ltda. 2.^a Edição. Campinas SP. 2001.

MILNER, Jean-Claude. *Introduction à une science du langage*. Paris. Seuil, 1989.

_____. *O amor na língua*. Ed. Artes Medicas. Porto Alegre. RS. 1987.

NORMAND, Claudine. “Linguistique et/ou psychanalyse: de leurs relation si elle existe. In: NORMAND, C; ARRIVÈ, M. *Linguistique et psychanalyse*. Colloque international de Cerisy-La Salle. Paris, Press Éditions, 2001.

PACHECO, Olandina. *Sujeito e singularidade: ensaio sobre a construção da diferença*. RJ: Zahar, 1996.

PAYER, Onice. *Memória da língua: imigração e nacionalidade*. Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, Campinas, SP. 1999. Tese de doutorado.

REVUZ, Christine. *Língua estrangeira entre o desejo de um outro lugar e o risco do exílio*. In: SIGNORINI, Inês (org.) *Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Mercado de Letras: Fapesp. Campinas. SP. 2001.

ROUQUIÉ, Alain. *O Estado militar na América Latina*.. Editora. ALFA-OMEGA Ltda. São Paulo. SP. 1984.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Lingüística Geral*. Editora Cultrix. São Paulo. SP.1997.

STAROBINSKI, Jean. *As palavras sob as palavras: os anagramas de Ferdinand de Saussure*.São Paulo. SP. Perspectiva, 1974.

SURREAUX, Luiza Milano. *Linguagem, sintoma e clinica em clínica de linguagem*. Porto Alegre:UFRGS, 2006. Dissertação (Doutorado em Estudos da Linguagem) Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2006.

TODOROV, Tzevan. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo. SP. Martins Fontes. 1993.

XAVIER, Maria Angélica Zamora. *O imigrante Hispano-americano no Brasil: um lugar discursivo afetado pelos deslizes na língua e na história*. Porto Alegre: UFRGS, 2002. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2002.